UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.

TARCÍSIO MOTTA DE CARVALHO

COERÇÃO E CONSENSO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A GUERRA DO CONTESTADO (1912 - 1916)

Niterói

Outubro de 2009.

TARCÍSIO MOTTA DE CARVALHO

COERÇÃO E CONSENSO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A GUERRA DO CONTESTADO (1912 - 1916)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profª Drª Sonia Regina de Mendonça.

Niterói

Outubro de 2009.

FOLHA DE APROVAÇÃO.

COERÇÃO E CONSENSO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A GUERRA DO CONTESTADO (1912 - 1916)

Tarcísio Motta de Carvalho

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

Banca Examinadora:

____

Orientadora: Profª Drª Sonia Regina de Mendonça.

____

Profª Drª Maria Letícia Corrêa.

____

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

____

Profª Drª Marcia Maria Menendes Motta.

____

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos.

Niterói, 20 de outubro de 2009.

Aos meus amores, Gabriela, Vicente, Ana Flor e Tomaz, por toda alegria que dá sentido à minha vida.

Agradecimentos.

Escrever os agradecimentos de uma tese é sempre um enorme risco de esquecer alguém que pode ter sido fundamental nestes quatro anos, mas na hora, não apareceu na memória. Mesmo assim, não fazê-lo seria uma heresia ainda mais em se tratando de uma tese construída em meio a tantos espaços de socialização de idéias e desejos como escolas, rodas de samba, congressos acadêmicos e sindicais, churrascos, festas de criança, além das aulas e reuniões de orientação, é claro.

Por isso mesmo gostaria de começar agradecendo à Sonia. Não sei se é possível ser justo nos agradecimentos a ela, frente a tão decisiva contribuição não só para entender o tema desta tese, mas para compreender e agir no mundo presente de forma cada vez mais gramsciana. Sônia é uma “persuasora permanente” legítima.

Igualmente quero agradecer a duas outras pessoas fundamentais para dar sentido a esta verdadeira empreitada que foi escrever uma tese, ser pai de três e dirigente sindical ao mesmo tempo: Aleusis, sempre mostrando que é possível superar os obstáculos e Soneli, construindo com a própria vida um mundo melhor. Dois exemplos do que quero ser quando crescer...

E por falar em crescimento, não posso deixar de agradecer a força que brota dos meus pais desde os meus primeiros estudos. Sei que para eles, cada passo dessa já longa jornada é uma vitória e só posso agradecer por eles terem sido os primeiros a me dizer que o estudo é importante. E a sempre agradável presença do meu irmão e do Leandrinho, ambos vascaínos, nestes últimos anos tem sido uma satisfação. Sei que todos eles torceram muito por este momento.

Mas família é muito mais do que isso. O que seria desta tese, não fosse a presença e a ajuda da Vó Emília, do Tadzio, do Ian, do Francisco, da Kátia, da Lilian, da Cintia, da Maria, da Tania e da Virgínia nestes anos em que a “prole aumentou e o trabalho mais que dobrou”. Em cada momento que eles ajudaram com as crianças, ajudaram também com esta tese.

Alguns amigos foram fundamentais na construção da tese. Tiveram a paciência de ler o que eu escrevi e ainda partilhar suas impressões. Me ajudaram a corrigir vírgulas e rumos, tornando esta tese melhor de se ler, entender e, quem sabe, de se gostar. Manoela, Cláudia, Marcelo, Ana Regina e Jefte, valeu pela leitura, valeu pela força!

Outros foram tão amigos que me ajudaram na própria pesquisa: esta tese estaria muito mais pobre, não fosse o trabalho de Carmen e Diego. Queridos amigos, obrigado.

Sei também que muitos torceram como se fosse final de campeonato carioca. Aos amigos de copo, de samba e de vida, meu muito obrigado pela força: Maurício, André, Alex Belmonte, Luis Paulo, Aline, Eliane, Cris, Gustavo e Juliana, Zé e Regi, Ricardo e Cristina, família Lana, família Zazá e Lindolpho.

Esta tese foi fruto de muito trabalho, mas teve também muito trabalho fora dela. Foram cinco campanhas salariais do município de Caxias, várias lutas na Rede Estadual, fora os congressos, seminários e eleições. A dinâmica da luta sindical as vezes no suga, mas muitas vezes nos revigora. Ao amigos que partilharam destas angústias e alegrias e viram, em meio às assembléias e reuniões, o nascimento desta tese, meus agradecimentos: Marisa, Marlúcia, Ricardo, Fátima, Antônio Carlos, Adelaide, Ivanete, Nadia, Mara, Carla, Rose, Lucinha, Vera,

Sandra, Alexandre, Antônio Augusto, Rodney, Neide, Nilda, Bia, Marta, Dodora, Veraci, Rogério, Bid, Sérgio, Vera Nepô, Lequinho, dentre muitos.

Embora tenha conseguido seis meses de liberação (e por isso também agradeço imensamente), muito trabalho também houve no Pedro II. Claro que também encontrei muito apoio e, por isso, agradeço: Jorge Alfredo, Renata, Daisy, Mirna, Mazzetti, Fernando Gama, Pedro Paulo, Alexandre Samis, Elisa, Albano, Alex, Esther, Arnaldo e Isis, além de todos os alunos do 1º ano 2008.

Encontrei verdadeiros amigos na trajetória acadêmica trilhada em busca da compreensão do passado e do presente. Alguns como professores, outros como colegas, outros ainda como alunos, todos ao final transformaram-se em companheiros. Um agradecimento especial para Marcia e Letícia,tanto pelas leituras feitas na qualificação quanto pelas discussões ao longo do caminho. Um obrigado também àqueles professores/companheiros de jornada "marxista-gramsciana": Theo, Dilma, Javier, Marcelo Badaró, Roberto Leher, Virgínia, Nilton, Mônica, Carolina, Tuninho, Pedro Marinho, Paulo Ignácio, Nina e Luana.

Um tema de pesquisa costuma aproximar pessoas. Esse foi o meu caso. O Contestado tem suscitado cada vez mais pesquisas e, ainda bem, há um efetivo intercâmbio entre várias delas. Assim, gostaria muito de agradecer pelos importantes comentários, dicas e correções feitas por Paulo Pinheiro Machado. Seu trabalho tem sido fundamental para a descoberta dos devotos de João Maria pelo restante do país. Também me foram fundamentais os comentários e as teses de Marcia Janete Espig e Rogério Rosa Rodrigues. Como vocês poderão ver, a pesquisa deles foi muito importante para podermos chegar até aqui. Agradeço ainda a Delmir Valentini e Alexandre Tomporoski pelo envio das teses. Assim, a Guerra do Contestado passa a ter o destaque que merece em nossa história.

Como muitos sabem, o trabalho de pesquisa é bastante penoso. E seria muito mais se funcionários como os do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina não fossem tão eficientes e interessadas no trabalho de tornar possível o acesso ao passado. Muito obrigado.

Um agradecimento especial vai também para todos funcionários da Pós-Graduação, em especial às grandes amigas, que sempre me ajudaram a resolver os impasses com a burocracia e torceram sem cessar, Silvana e Inês.

Por fim, mesmo já tendo dedicado a tese a eles, este trabalho não teria sido possível sem o amor da Gabriela, as reclamações e as compreensões do Vicente e a paciência (sic) da Ana Flor e do Tomaz. Como não agradecer a quem me agüentou nestes últimos tempos... Um grande beijo cheio de esperança de que o tempo agora será maior. Há de ser!

Das Utopias

Se as coisas são inatingíveis...ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

(QUINTANA, Mario. *Antologia Poética.* Porto Alegre: L&PM, 2001, p.36)

RESUMO

O objetivo da presente tese é relacionar a construção do Estado na Primeira República e a Guerra do Contestado. Procuramos compreender a intervenção armada no Contestado, através da violência física estatizada, enquanto instrumento garantidor de uma determinada dominação de classe. Assim, podemos compreender melhor as razões da guerra e, ao mesmo tempo, desvendar os processos de luta pelo controle do Estado, enquanto disputa de valores e representações, ou seja, a construção de uma determinada hegemonia.

Para as frações dominadas da classe dominante agrária, a construção desta hegemonia passava, de forma decisiva, pela ampliação da importância econômica da agricultura diversificada e voltada para o mercado interno, praticada nos estados não cafeicultores, dentre eles, Paraná e Santa Catarina. Colocava-se, desta forma, a necessidade de *modernizar a agricultura*, através da subordinação de seus objetivos à lógica do Capital: institucionalizar a propriedade privada, mecanizar e padronizar os métodos de produção e compelir o trabalhador rural a uma dependência cada vez maior do mercado. O *ruralismo brasileiro* foi a expressão ideológica e política desta modernização almejada.

A Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 e 1916 nos sertões catarinenses é um episódio privilegiado para analisarmos este processo justamente porque os *caboclos* daquela região resistiram a tais mudanças, revelando que as construções ideológicas que procuravam caracterizar esse processo como benéfico e inevitável não tiveram a força de se impor pelo consenso. Ao mesmo tempo, na tentativa de justificar a intervenção armada, as classes dirigentes, tanto nacionais quanto locais, tiveram de lançar mão de todo um arsenal discursivo que, mesmo reforçado pela guerra, teve de expor suas contradições e seu conteúdo de classe.

Com base nestas reflexões, podemos afirmar ter sido a Guerra do Contestado um momento emblemático da constituição do capitalismo no Brasil, não só porque expôs seu caráter mais violento, mas também porque revela sua dimensão histórica e, portanto, em nada natural.

PALAVRAS CHAVE: ESTADO REPUBLICANO, HEGEMONIA, GUERRA DO CONTESTADO.

RÉSUMÉ.

Le but de cette thèse est celui de mettre en relation la construction de l’État dans la Première République et la Guerre du « Contestado ». Nous essayons de comprendre l’intervention armée dans le « Contestado », à travers la violence physique étatisée, en tant qu’instrument qui garantit une certaine domination de classe. Ainsi, nous pouvons mieux comprendre les raisons de la guerre et, en même temps, dévoiler les processus de lutte par le contrôle de l’État, en tant que dispute de valeurs et représentations, c’est-à-dire, la construction d’une certaine hégémonie.

Pour les fractions dominées de la classe dominante agraire, la construction de cette hégémonie passait, de façon décisive, par la dilatation de l’importance économique de l’agriculture diversifiée et tournée vers le marché interne, pratiquée dans les régions où l’on ne cultivait pas le café, comme par exemple Paraná et Santa Catarina. Ainsi, on montrait le besoin de *moderniser l’agriculture*, à travers la subordination de ses objectifs à la logique du Capital : institutionnaliser la propriété privée, mécaniser et standardiser les méthodes de production et pousser le travailleur rural à être de plus en plus dépendant du marché. Le *« ruralisme » brésilien* a été l’expression idéologique et politique de cette modernisation ambitionnée.

La Guerre du « Contestado », qui a eu lieu dans les années 1912-1916 à l’intérieur de Santa Catarina, est une épisode privilégiée pour l’analyse de ce processus, justement parce que les « caboclos » de cette région ont fait résistance à ces changements, révélant alors que les constructions idéologiques, qui essayaient de caractériser ce processus comme bienfaisant et inévitable, n’ont pas eu la force de s’imposer sur un consensus. En même temps, les classes dirigeantes nationales ou locales, essayant de justifier l’intervention armée, ont dû recourir à un long discours qui, même renforcé par la guerre, a été obligé à exposer ses contradictions et son contenu de classe.

À partir de ces réflexions, nous pouvons dire que la Guerre du « Contestado » a été un moment emblématique de la constitution du capitalisme au Brésil, non seulement parce qu’elle a exposé son caractère plus violent, mais aussi parce qu’elle révèle sa dimension historique et alors pas naturelle.

MOTS-CLÉ : ÉTAT RÉPUBLICAIN, HÉGÉMONIE, GUERRE DU « CONTESTADO »

Lista de Abreviaturas.

AN - Arquivo Nacional.

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

BRC - Brazil Railway Company

EFSPRG - Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande.

MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

MIVOP - Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

SCA - Sociedade Catarinense de Agricultura.

SGNE - Secretaria Geral dos Negócios do Estado (Santa Catarina)

SNA - Sociedade Nacional de Agricultura.

SPILTN - Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional.

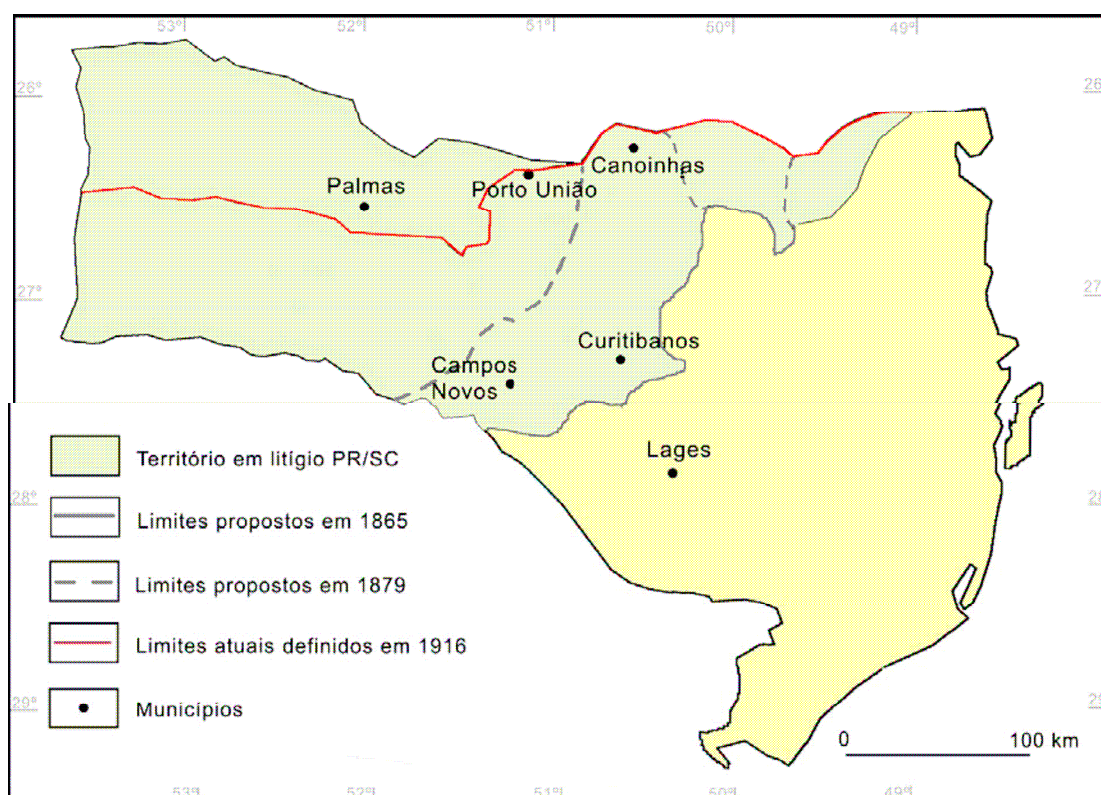
Lista de Imagens.

SUMÁRIO.

Introdução.

Em sua grande maioria, as pesquisas que abordam o mundo agrário no início do período republicano partem da premissa de que “ainda não era a hora” dos trabalhadores rurais se revoltarem, posto estarem impossibilitados de adquirir consciência de classe ou se encontrarem imersos num ambiente religioso tão específico que só lhes restava a saída messiânica ou milenarista. Nestes trabalhos, o domínio das “oligarquias”, a chamada “política do café com leite” e o coronelismo são praticamente *naturalizados* enquanto pano de fundo para qualquer pesquisa que se aventure em desvelar os primeiros 30 anos do século passado. Embora isso possa indicar uma certa relevância para a dimensão política, o que se verifica é a constante ausência de reflexões sobre o Estado, “*seu conceito, mecanismos de reprodução e interelação com as classes sociais*” (MENDONÇA, 1998, p. 136).

Um outro caminho pode ser possível e frutífero para o entendimento das revoltas rurais deste período. Trata-se de apostar na premissa de que a forma como se constituía, naquele momento, o Estado Republicano interferiu diretamente nas causas e nas formas como foram reprimidas estas revoltas. Neste sentido, entendemos que a Guerra do Contestado (1912-1916), do ponto de vista aqui assumido, um importante episódio de luta de classes é um episódio privilegiado para investigarmos esta articulação entre a formação do Estado e as revoltas rurais.

No decorrer da pesquisa, a articulação proposta acima se desdobrou na seguinte questão: de que forma a construção de um determinado discurso elaborador e organizador de uma visão/divisão de mundo que se pretendia hegemônico na Primeira República esteve associado aos projetos econômicos instalados na região do Contestado possibilitando, ao mesmo tempo, as justificativas para a ação militar então empreendida?

Essa mesma questão pode ser reforçada se consideramos que a Guerra do Contestado é, em si mesma, o Estado em ação através daquela que parece ser para algumas vertentes teóricas a sua função precípua: a violência legítima. O problema então deve ser recolocado no sentido de superar a forma superficial como esta constatação é encarada por grande parte da bibliografia especializada na temática e partir para a seguinte questão: “quem legitima a violência legítima do Estado?” Ou ainda, lembrando que os caboclos do Contestado reivindicaram para si, durante a revolta, a defesa da Monarquia em oposição à República, que processos e mecanismos

possibilitaram àqueles homens e mulheres recusar a legitimidade daquele regime, enfrentando-o até a morte?

I - Uma breve descrição da Guerra do Contestado.

Antes de passarmos para o aprofundamento de tais questões, consideramos importante descrever brevemente a Guerra do Contestado, no intuito de contribuir para que o leitor localize mais facilmente as referências citadas no decorrer do nosso trabalho[1].

Mapa dos limites entre o Paraná e Santa Catarina (1865-1916)

(Fonte: BRANDT, 2007, P. 137)

A Guerra do Contestado foi um dos maiores conflitos armados da história republicana brasileira. Ocorrida entre 1912 e 1916, numa área de fronteira disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná. O Contestado foi um movimento social com forte presença religiosa durante toda sua existência e aderiram às vilas santas pessoas de origens bastantes variadas: posseiros

[1] A descrição dos acontecimentos da Guerra do Contestado que faremos nesta introdução está baseada principalmente em MACHADO, 2004; RODRIGUES, 2008; QUEIROZ, 1977; MONTEIRO 1974 e MOTTA, 2005.

expulsos de suas terras, ervateiros impossibilitados de continuar com seu trabalho, trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, antigas lideranças federalistas e importantes opositores políticos dos coronéis da região, em especial de Curitibanos e Canoinhas.

O estopim da revolta foi o “ajuntamento” em torno de um “monge” chamado José Maria, em agosto de 1912. Perseguidos por tropas catarinenses, os seguidores do monge fugiram em direção ao Paraná até chegar ao sertão de Palmas, na localidade denominada Irani, onde, em 22 de novembro, ocorreu o primeiro combate contra a força pública paranaense. José Maria morreu durante este conflito, assim como o comandante do Regimento de Segurança, Coronel João Gualberto.

Cerca de um ano após o combate do Irani, alguns seguidores de José Maria, liderados por Eusébio Ferreira dos Santos, voltaram a se juntar na localidade de Taquaruçu, esperando o retorno do monge à frente de seu exército encantado. O rápido crescimento do novo reduto (como eram chamados os acampamentos dos sertanejos), além demonstrar que a crença na ressurreição de José Maria era bastante forte na região, acabou por "incomodar" os grandes fazendeiros do planalto catarinense.

A primeira investida contra o reduto aconteceu em dezembro de 1913, quando as tropas do exército e da polícia catarinense foram derrotadas, aumentando a fama dos rebeldes. Estima-se que em Janeiro de 1914, Taquaruçu contava com aproximadamente 600 habitantes, quando iniciou-se o deslocamento para uma nova vila santa em Caraguatá. No dia 08 de fevereiro o que restava do reduto de Taquaruçu foi arrasado em combate que permaneceria na memória daqueles sertanejos como uma grande injustiça cometida pela República, já que as tropas do exército não pouparam sequer mulheres e crianças.

O número de rebeldes não parou de crescer nos primeiros meses do ano de 1914. No final do mês de março, quando uma epidemia de tifo obrigou a realização de uma nova mudança do reduto-mor para Bom Sossego, os rebeldes já somavam mais de 2.000 pessoas, neste contexto sob a liderança de Elias de Morais, antigo oficial da Guarda Nacional e de uma vidente de nome Maria Rosa. Em abril, o governo federal nomeou o experiente General Carlos Frederico de Mesquita para o comando das tropas do exército. Depois de atacar algumas áreas já abandonadas pelos rebeldes e criticar a “politicagem” existente no planalto, considera sua tarefa cumprida e deixa na região apenas um contingente de 200 homens sob o comando do Capitão Matos Costa.

Em junho de 1914, aderiram ao movimento caboclo importantes líderes da oposição política da vila de Canoinas. Bonifácio Papudo, Antônio Tavares Júnior e Aleixo Gonçalves formaram os seus redutos, ampliando ainda mais a quantidade e o raio de ação dos rebeldes. A principal liderança, neste contexto é Francisco Alonso de Souza, conhecido como Chiquinho Alonso.

Em setembro de 1914, os rebeldes deram início a uma grande ofensiva, atacando as principais vilas de toda a região, várias estações da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, instalações da serraria *Lumber* e colônias de imigrantes europeus. Neste mesmo mês, o governo de Hermes da Fonseca nomeou o General Fernando Setembrino de Carvalho para assumir o comando de uma nova campanha militar, desta vez contando com todos os recursos bélicos que se fizessem necessários. Setembrino levou para o *front* de batalha, cerca de 6.000 soldados do exército, além de ter utilizado largamente o apoio dos chamados *vaqueanos*, milícias dos coronéis da região.

Depois da morte de Chiquinho Alonso no ataque à colônia de Rio das Antas em novembro, o movimento passou ser liderado por Adeodato Manoel Ramos. Em dezembro, os rebeldes iniciaram a concentração dos vários redutos no Vale de Santa Maria, a fim de encontrarem uma posição de defesa mais segura contra os ataques do exército. Depoimentos de um rebelde e o relatório de um militar dão conta de uma população estimada em mais de 10 mil pessoas apenas neste novo reduto. Ao final deste mês e em janeiro de 1915 a estratégia de *cerco* montada por Setembrino surtiu efeito e ocorreram as primeiras rendições em massa.

Os meses de fevereiro e março de 1915 foram marcados por intensos combates que terminaram com o arrasamento do reduto de Santa Maria e a execução de muitos rebeldes. A maior parte do efetivo militar deixou a região do Contestado em maio deste ano, deixando apenas um contingente sob o comando do major José Vieira da Rosa, militar que conhecia muito bem a região e foi ajudado por um bom número de vaqueanos encarregados de reprimir os redutos restantes e caçar os rebeldes escondidos nas matas. O último reduto, São Pedro, foi arrasado em dezembro de 1915, depois de novas deserções em massa. Adeodato, porém, só foi capturado e preso em julho de 1916.

II - A bibliografia sobre a Guerra do Contestado.

Apesar do significativo desconhecimento que continua a pairar sobre este importante conflito social da história brasileira, o número de pesquisas destinadas a analisar os mais diferentes aspectos da Guerra do Contestado, tem crescido a cada ano. Diante da impossibilidade de esmiuçarmos aqui todos os argumentos das diversas obras escritas sobre o assunto, faremos uma breve apresentação daqueles autores que já são conhecidos como *clássicos* do tema, para depois levantarmos alguns elementos do diálogo que pretendemos travar com a bibliografia recente.

Os “clássicos”.

No sentido aqui assumido, os “clássicos” sobre o Contestado não são as primeiras obras escritas acerca daquele movimento. Vários militares que participaram diretamente da guerra deixaram relatos, muitos deles publicados em anos bem próximos ao final da Guerra[2]. Ultrapassando o caráter de simples descrição dos feitos militares, esta primeira geração de autores que analisou a Guerra do Contestado procurou interpretar as razões para a revolta e, exatamente por isso, suas obras transformaram-se em importantes fontes históricas para todos os historiadores posteriores.

Consideramos *clássicos* aqui, as três obras acadêmicas que se tornaram referência obrigatória a qualquer trabalho que verse sobre o conflito dos sertões catarinenses[3]. Fruto de extensa pesquisa documental e articulando a análise com as principais referências teóricas então em voga, os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maurício Vinhas de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro, são um ponto de partida importante para nossa pesquisa.

Maria Isaura Pereira de Queiroz publicou em 1957 a sua tese de doutoramento realizada na *Ecole Pratique de Hautes Etudes* sob a orientação de Roger Bastide[4]. Suas reflexões foram retomadas em obra publicada no Brasil no ano de 1965 sob o título *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, um estudo que pretendia elaborar um quadro classificatório para os movimentos

[2] Trata-se das obras de PEIXOTO, 1995; ASSUMPÇÃO, 1917; SOARES, 1931; CERQUEIRA, 1936 e CARVALHO, 1916. Para uma análise detalhada destas obras e de seu significado, ver RODRIGUES, 2008.
[3] No período que vai dos relatos militares citados acima à publicação dos clássicos acadêmicos que apresentaremos, podemos citar ainda as obras de LUZ, 1952; CABRAL, 1937 (depois aprofundado em 1960) e GERSON, 1955. Para uma análise destas obras, ver ESPIG, 2008.
[4] Trata-se do livro *La “Guerre Sainte” au Brésil: le mouvement messianique du “Contestado”*.

messiânicos em várias partes do mundo. Sua análise esteve, portanto, preocupada em descrever as características dos diversos movimentos analisados, a fim de verificar a "*possibilidade de distinguirem-se classes, gêneros, espécies de movimentos*" (QUEIROZ, 1965, p. 20) em que pudessem se reunir *todos* os movimentos messiânicos.

Para a autora, os movimentos *messiânicos* se instauravam quando uma determinada sociedade percebia que as condições vida estavam completamente desestruturadas. Utilizando-se dos estudos de Max Weber, Maria Isaura afirma que o movimento messiânico "*se destina a consertar aquilo que de errado existe*" (QUEIROZ, 1965, p. 7). Estes objetivos deviam ser alcançados sempre através da via religiosa. O conceito de *anomia social* é fundamental na interpretação de Maria Isaura, pois os homens envolvidos em movimentos messiânicos seguiriam um líder (messias), por interpretarem as mudanças políticas, econômicas e culturais como uma destruição da ordem natural das coisas.

Na classificação elaborada pela autora, o Contestado seria um *movimento messiânico rústico*. Nas sociedades onde ocorreu este tipo de movimento messiânico (incluindo a zona serrana de Santa Catarina), existiriam apenas divisões familiares e não sociais. O processo de anomia social combatido pelos sertanejos do Contestado (e também em Canudos) seria a desorganização das "*pirâmides familiares*" (QUEIROZ, 1965, p. 294). Para essa autora, portanto, não houve um conflito social entre sertanejos e coronéis:

> Nenhum dos messias sertanejos, porém, pregou somente contra a camada abastada e superior, contra os grandes proprietários de terras, num sentido classista; não atacaram a hierarquia eclesiástica em si, mas sim os padres que ocupavam as diferentes posições religiosas; as queixas dos adeptos também não revelavam amargor contra os ricos, e sim o sentimento de que a solidariedade coletiva se desfazia. Há sempre a constatação de que os comportamentos tradicionais não são mais seguidos, a ruindade dos homens (e não a ruindade de uma camada social superior) desviou-os da senda segura, **divinamente** estabelecida. Por isso, o messias foi enviado: para fazer com que os homens retomassem os bons costumes, e não para que mudassem os pobres de posição social (QUEIROZ, 1965, p. 302).

Assim, a homogeneidade existente entre os habitantes das sociedades rústicas e a crença de que esta ordem teria sido estabelecida por Deus, determinava a inserção dos movimentos messiânicos sertanejos no sistema sócio-político existente que acabava sendo reproduzido no interior das cidades santas.

O segundo trabalho de pesquisa que precisamos analisar é *Messianismo e Conflito Social* de Maurício Vinhas de Queiroz. Publicado em 1966 ele é sem dúvida, um excelente guia para quem deseja iniciar um estudo sobre o Contestado, pois se trata de uma criteriosa descrição dos acontecimentos daquela guerra, além de representar um importante esforço de análise das condições sociais e históricas da região antes do conflito. Além da utilização de jornais, de relatos militares, e de outros textos escritos sobre o movimento, o autor realizou duas viagens à região do conflito[5], colhendo cerca de 27 depoimentos de vários remanescentes dos redutos.

Nos dois primeiros capítulos, o autor se preocupou em descrever justamente as características geográficas, históricas e sociais da região de Serra-Acima para depois analisar a presença dos monges na região. No terceiro capítulo discutiu a crise que se abateu sobre a região serrana, interpretada pelos sertanejos como "*sinais dos tempos*", para nos capítulos seguintes contar como a guerra aconteceu.

Nas conclusões de seu trabalho, Maurício Vinhas de Queiroz afirma que os surtos messiânicos não possuem condições objetivas de vitória e que o Contestado, portanto, foi uma "*revolta alienada*" (QUEIROZ, 1977, p. 253). Os acontecimentos são divididos em três fases: a primeira corresponderia à recusa do mundo e a uma efetiva alienação; a experiência da guerra teria levado os sertanejos a uma readequação às vicissitudes da vida e a elaboração de reivindicações mais seculares que as do período anterior; no fim, o movimento teria sofrido "*uma espécie de regressão no sentido do autismo*" (QUEIROZ, 1977, p. 255) que teria levado os sertanejos à derrota final. Por fim, o autor ainda estabelece uma analogia entre o Contestado e a comunidade dos primeiros cristãos, encontrando "*flagrantes analogias na vida e na estrutura de ambas as comunidades*" (QUEIROZ, 1977, p. 259) e afirmando que a interpretação da experiência historicamente vivida no Contestado pode nos ajudar a compreender aquela outra realidade.

O terceiro texto clássico sobre o Contestado é o livro *Os Errantes do Novo Século*, de Duglas Teixeira Monteiro, publicado no ano de 1974. Este autor propõe focalizar o movimento do Contestado do ponto de vista da sociologia da religião, optando por deixar os aspectos históricos e etnográficos em uma posição secundária (MONTEIRO, 1974, p. 10).

---

[5] A primeira entre dezembro de 1953 e fevereiro de 1954 e a segunda em julho de 1961.

Em grande medida, sua concepção geral do movimento fica evidente até mesmo na divisão da obra em duas grandes partes, chamadas respectivamente de *Desencantamento do Mundo* e *Reencantamento do Mundo*. Para o autor, o Contestado é fruto de uma crise global nas estruturas sociais da sociedade rústica, aliada a uma religiosidade característica, que permitiu ao sertanejo, depois de ver desnudadas as relações de dominação a que estava submetido, criar um mundo completamente novo, a Santa Irmandade. Assim, os sertanejos,

> (...) repeliam o mundo secular em sua totalidade e afirmavam uma ordem sagrada, radicalmente diferente. Num verdadeiro processo de conversão, esses homens, até então envolvidos pelo quotidiano da submissão e do mando, transformaram-se em uma fraternidade que partia em busca do absoluto, enfrentando para isso os defensores frios e racionais de uma ordem irremediavelmente comprometida pelo contingente (MONTEIRO, 1974, p. 109).

Assim, o autor concentrou sua análise nos aspectos mais propriamente religiosos do conflito, sem considerá-los "*invólucros ideológicos*", mas como dimensão que perpassava todos os aspectos do Contestado, transformando inclusive o significado da dimensão material da crise estabelecida, criando uma "*nova realidade*" (MONTEIRO, 1974, p. 214). Nesse sentido, a guerra não foi encarada como uma luta entre iguais ou potencialmente iguais, tampouco como uma luta de classes, mas como "*o embate entre dois mundos incompatíveis*" (MONTEIRO, 1974, p. 212).

Três *novos clássicos*.

Sem menosprezar a importância dos trabalhos clássicos que apresentamos acima, pretendemos realizar uma análise mais cuidadosa de três importantes e recentes pesquisas publicadas sobre a Guerra do Contestado: a dissertação de mestrado em Filosofia da Educação na PUC/SP, defendida por Marli Auras e publicada pela primeira vez em 1984, *Guerra do Contestado – a organização da irmandade cabocla*, a dissertação de mestrado em história, apresentada à Unicamp por Ivone Cecília D'Ávila Gallo e publicada em 1999 sob o título *Contestado: o sonho do milênio igualitário* e, por fim, a tese de doutorado de Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)*, defendida em 2001 e publicada pela editora da Unicamp em 2004. Tais obras foram escolhidas pelo alcance

editorial alcançado e a conseqüente capacidade sedimentação de suas interpretações sobre o conflito. Nesse sentido, embora não sejam os únicos interlocutores do nosso trabalho, se constituem em importantes marcos para a construção das hipóteses e análises que formulamos.

Cabe ressaltar ainda que não pretendemos apresentar todos os argumentos utilizados pelos autores nessas obras, mas identificar principalmente a forma como três elementos emergem - ou não - nas preocupações e conclusões de cada um deles: a questão da luta pela terra, a perspectiva da luta de classes e a concepção de Estado. Em nosso entendimento, estes são os elementos-chave que nos permitiram formular uma nova interpretação da Guerra do Contestado, articulando-a com a formação do Estado Republicano no Brasil.

Marli Auras.

O primeiro trabalho a merecer destaque é “*Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*”, de Marli Auras (AURAS, 2001). Defendido como dissertação de mestrado em Filosofia da Educação na PUC/SP, seu trabalho chega à quarta edição em sete anos, o que demonstra um certo interesse pelo tema e pela obra.

A autora se propõe a escrever a história do Contestado a partir do “*ponto de vista dos caboclos*” (AURAS, 2001, p. 16), utilizando um referencial teórico-metodológico influenciado por Antônio Gramsci. Sua preocupação central é entender a guerra como um momento pedagógico, no sentido de ter sido fruto da visão de mundo construída pelos caboclos como resistência ao capitalismo que penetrava naquela região no início do século XX. Para comprovar sua hipótese, Auras procurou reconstruir a história do Contestado, “*através de uma constante progressão dos fatos*” (AURAS, 2001, p. 20), o que se constituiu num dos principais méritos, mas também no principal limite do trabalho da autora. Como a Guerra do Contestado possui uma história recheada de detalhes, nomes, lugares e fatos passíveis de diferentes versões, o texto tem um peso excessivamente descritivo e muito pouco analítico. Desta forma, seu trabalho se assemelha ao de Maurício Vinhas de Queiroz, de quem retira referências de boa parte dos acontecimentos narrados. Porém, suas conclusões são outras, motivadas pelo enfoque que pretendeu imprimir à pesquisa.

Ao final, a autora tem uma visão bastante “simpática” aos sertanejos, muito embora recorra a explicações preocupadas excessivamente com as ausências do movimento, demonstrando assim uma evidente visão teleológica acerca do processo histórico em geral e do movimento analisado em particular:

> As condições concretas, grandemente precárias, vividas pelos caboclos catarinenses não lhes possibilitaram o conhecimento e a prática indispensáveis do ponto de vista político para o enfrentamento conseqüente das relações capitalistas. (...) A irmandade significou, para os sertanejos, o início de uma nova ordem, uma ordem de um reino escatológico onde “tudo é irmão, irmã” e onde “quem tem mói, quem não tem, mói também e no fim, todos ficarão iguais”. Mas o ansiosamente aguardado Exército Encantado de São Sebastião (que viria dos céus para dar cabo dos “peludos” e instaurar a “monarquia”) não veio, deixando a irmandade inteiramente à mercê do rolo compressor do Exército da Republica, uma força objetiva, real, a defender o avanço das relações capitalistas (AURAS, 2001 p. 171).

A oposição entre República “real”, “objetiva” e “capitalista” e sertanejos oprimidos, porém, sem condições políticas de uma ação “conseqüente” não nos parece contribuir para a compreensão dos motivos que levaram tais agentes à guerra e à morte. Embora assuma por base teórica os textos de Gramsci, Auras não se aprofunda numa análise mais detalhada acerca da cultura ou da ideologia dos rebeldes, o que nos parece um limite importante de seu trabalho. Assim, conquanto a autora tenha se proposto a trabalhar com os conceitos de hegemonia e ideologia, ambas as problemáticas acabam por se confundir com uma terceira noção, a de *visão de mundo*.

Coerentemente com esta postura, a discussão sobre hegemonia/ideologia/visão de mundo não contempla qualquer reflexão acerca do Estado Republicano que vá além da oposição, apontada acima entre força objetiva e real, em contraste com a organização sertaneja. A idéia de hegemonia é apresentada por Auras enquanto relação pedagógica, construída na irmandade (momento do conflito) enquanto rejeição à República e dotada da capacidade de aglutinar as pessoas em torno do monge[6].

A autora associa a relação pedagógica estabelecida no conflito com a República com a estruturação de uma “organização popular” que, no entanto, é incapaz de enfrentar o exército, força militar desarticuladora desta visão de mundo/organização:

[6] A Guerra do Contestado esteve diretamente associada à figura dos monges João Maria e José Maria que percorreram o sul do Brasil ao longo do século XIX e no início do século XX, realizando prédicas e “receitando” plantas curativas. Como vimos, o primeiro “ajuntamento de fanáticos” se deu em torno do Monge José Maria em 1912 e, a partir do ano seguinte, os rebeldes aguardavam seu retorno à frente do Exército de São Sebastião (Cf. CARVALHO, 2002).

> É inegável que os caboclos do planalto catarinense foram protagonistas da história ao longo da Guerra do Contestado. O conflito armado ocorreu como resposta do poder republicano à ousadia dos sertanejos de procurar fazer frente ao avanço das relações capitalistas na região. Uma questão de cunho eminentemente social foi considerada pelos governantes como um caso policial (AURAS, 2001, p. 169)

Para Marli Auras, portanto, o Contestado seria uma resposta “historicamente possível”, limitada porque religiosa. Os sertanejos são sujeitos da história, mas incapazes de responder de forma politicamente conseqüente às relações sociais que então se impunham.

Gostaríamos, neste ponto, de propor um diálogo com a autora no sentido de, primeiramente apontar para a necessidade de separarmos os conceitos de ideologia, hegemonia e visão de mundo. Dentre tais conceitos, aquele que entendemos necessitar de uma maior precisão é o de hegemonia, já que, utilizando inclusive o mesmo referencial teórico de Auras embora de forma um tanto diversa, entendemos hegemonia como *direção intelectual e moral* de uma classe ou fração de classe sobre as demais, que constrói, através do consenso, um corpo de valores dotado da força de se tornarem universais (GRAMSCI, 2007, Vol 3, p. 41)

Nesse sentido, defendemos que Guerra do Contestado é um episódio privilegiado para percebermos a construção da hegemonia na Primeira República justamente porque os caboclos da região resistiram ao processo de modernização então em curso, revelando que as construções ideológicas elaboradas no período para caracterizar tal processo enquanto benéfico e inevitável, naquela região, não tiveram a força para se impor através do consenso. Ao mesmo tempo, na tentativa de justificar a intervenção armada, as classes dirigentes - tanto nacionais quanto locais - tiveram de lançar mão de todo um arsenal discursivo que, mesmo reforçado pela guerra, expôs suas contradições e seu conteúdo de classe.

O segundo elemento que gostaríamos de incluir neste diálogo com a autora em questão refere-se à idéia de “ação política historicamente possível”. No nosso entendimento, esta concepção acaba por se deter demasiadamente nas ausências, na suposta incapacidade daqueles camponeses expressarem-se politicamente, principalmente porque os camponeses **ainda não** teriam encontrado a maneira correta de lutar por suas aspirações, posto **não terem ainda** adquirido consciência política. O problema desta modalidade explicativa não reside no apagamento do conflito social, mas sim na consagração de um modelo de história que interpreta o passado a partir do desenvolvimento posterior deste mesmo passado. Desta forma, configura-se um passado que perde suas próprias características para assumir aspectos de “pré-história” da

modernização capitalista. Os sertanejos são assim excluídos da história por não estarem *em cena* no momento supostamente correto.

É certo que não podemos abdicar de algum modelo de interpretação quando desenvolvemos uma pesquisa histórica, visto que, "*a partir do momento em que as mais elementares noções de causa, processo ou padronização cultural entram em cena, algum modelo é adotado*" (THOMPSON, 2001, p. 155). Todavia, o que devemos evitar a todo custo é levar um modelo até a realidade para dela extrair apenas as evidências que se conformam ao modelo ou ainda deixar de perceber que um modelo acaba por nos predispor a olhar apenas certos aspectos do processo histórico analisado. Quando Marli Auras enfatiza que a ação dos sertanejos do Contestado não poderia ser "politicamente conseqüente" isso resulta do fato do modelo ter dominado realidade, informando inclusive quais seriam as formas corretas - ou não - de ação.

Thompson sugere como saída para armadilhas como esta, assumir uma constante tensão criadora entre modelo e realidade, onde um elemento contribua para repensarmos o segundo, em constante relação dialética que fuja de esquematismos e evite o empirismo. Esta tensão criadora pode nos permitir ver os trabalhadores rurais do Contestado dentro da "*complexa e delicada polaridade de forças de seu próprio contexto*" (THOMPSON, 1998, p. 64), sem esquecermos que o conjunto de transformações que está na origem da revolta é resultado da expansão capitalista, no sentido da instauração da propriedade privada, da expropriação dos camponeses e da consolidação de um mercado de trabalho. Da mesma forma, não caberia buscar entre os sertanejos do Contestado uma verdadeira consciência de classe ou uma forma equivocada de luta de classes, mas sim perceber como aqueles trabalhadores rurais agiram coletivamente, ou ainda, se (e como) aqueles homens e mulheres *compartilharam interesses, experiências, sistemas de valores, definiam a si próprios em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos* (THOMPSON, 1987, p. 10 e THOMPSON, 2001, p. 169).

Ivone Gallo.

A segunda pesquisa que abordaremos é fruto da dissertação de mestrado em história defendida por Ivone Cecília D'Ávila Gallo em 1992, na Unicamp. Trata-se do livro "*O Contestado – o sonho do milênio igualitário*" (GALLO, 1999), um trabalho preocupado principalmente com o universo mental dos atores sociais envolvidos nesta guerra.

Gallo inicia seu trabalho procurando situá-lo nas lacunas deixadas pelos três clássicos já citados na introdução deste capítulo. Dessa discussão, surge a principal questão que o livro procura responder: "*Como poderiam milhares de pessoas passar pela experiência de uma guerra tão longa e tão violenta, impulsionadas apenas por uma* <u>falsa</u> <u>consciência</u> *dos problemas?*" (GALLO, 1999, p. 13). De certa forma, quando analisamos o trabalho de Marli Auras, essa questão igualmente permeava nossas preocupações, embora nossas respostas sejam um tanto diferentes. Para Ivone Gallo, tal questão não teria sido respondida porque os pesquisadores sempre procuraram explicar os motivos que levaram à guerra a partir de uma lógica formal, e não a partir do universo mental daqueles sertanejos, que possuíam uma gama variada de símbolos e significados próprios.

Admitindo a dificuldade de se escutar as "vozes" dos sertanejos envolvidos no conflito, Gallo propõe uma saída metodológica para penetrarmos no imaginário popular daquelas pessoas: a análise do livro do *Apocalipse de São João* e a discussão sobre como ele pode ter sido interpretado na região do Contestado. A temática central do texto bíblico – a destruição do mundo presente – estava, segundo a autora, claramente difundida entre os sertanejos e sendo constantemente relembrada pelos "monges" que percorriam a região.

A ponte estabelecida pela autora entre o texto bíblico e a mentalidade dos sertanejos residiria, sobretudo, na noção de tempo elaborada pelos rebeldes. Assim como no Apocalipse de João, o tempo presente seria um tempo de opressão e o tempo vindouro, o momento da concretização da utopia (GALLO, 1999, p. 46). Ivone Gallo procura então estabelecer semelhanças entre as prédicas dos monges e o texto sagrado, ressaltando que tal semelhança emergiria com muita força na caracterização da guerra enquanto *Guerra Santa*, ou seja, uma *necessidade* para a instauração do novo tempo.

Esse novo tempo, por sua vez, esteve caracterizado pelo que os sertanejos denominavam "Lei da Monarquia", objeto do último capítulo da dissertação focalizada e tema central de sua análise. Para a autora, a idéia de monarquia não tinha bases materiais concretas, estando referida a uma ordem "perfeita", deixada por Deus no mundo e que seria novamente instaurada com o advento do "milênio".

> A lei de rei, como lei de Deus, não pertence a este mundo, onde vigora ainda a lei do governo, tanto que é atribuída a Deus, a José Maria, naquele momento já falecido, como também é uma referência a Carlos Magno, uma ficção. Se essa lei não se refere ao concreto, eles permanecem

> aguardando aquilo que é do governo do céu, ou também das idéias, ou seja, o cumprimento das palavras do Apocalipse acerca do Paraíso na Terra. Essa é a lei da Monarquia deixada por Deus no mundo, cujos princípios básicos são o amor, a amizade e a fraternidade, uma ordem que pode ser observada na natureza. As palavras como “sossego” e “liberdade”, adjetivando a palavra monarquia, revelam que, para além do confronto material, reinterpretado na visão do profeta do Apocalipse, os sonhadores do Contestado estavam seduzidos por uma imagem de vida social no presente governada por valores espirituais e afetivos (GALLO, 1999, p. 157-158).

Uma primeira observação a ser feita acerca do trabalho desta autora é sua insistência em afirmar que o conflito do Contestado ultrapassava a dimensão material, o que acaba por fazer com que sua análise menospreze dados e informações que a própria autora aponta em seu livro. Justamente por isso, é que, apesar da revolta relacionar-se a um contexto social concreto, os caboclos revoltosos seriam sempre *sonhadores* como no trecho apontado acima. Contudo, a necessidade de descrever o *tempo presente* encarado pelos sertanejos como tempo de opressão, levou a autora a elaborar uma interpretação para o contexto social então vivido, incluindo aí a questão da terra e das empresas estrangeiras. Esse aspecto pode nos levar a uma segunda observação importante.

Ivone Gallo entende que a penetração de forças capitalistas na região representou uma verdadeira ruptura na vida dos sertanejos do Contestado. Para ela, a implementação do projeto capitalista interferiu de forma inaceitável na autonomia que os sertanejos possuíam em sua vida, significando uma afronta ao seu modo de viver e aos seus valores (GALLO, 1999, p. 102). O significado dessa transformação não era percebido como um desencantamento do mundo (como outro autor, Duglas Monteiro, afirma), porém como apenas *mais uma* forma de violência, integrada na milenar história de exploração dos mais fracos:

> Pois é preciso que se diga, sempre houve violência entre classes, no Contestado, e não mais branda do que aquela introduzida, posteriormente, quando as empresas ferroviárias e de serraria introduziram armamento sofisticado na região com vistas a deter a rebeldia de seus empregados e proteger o seu patrimônio. O tratamento cruel dispensado pelo fazendeiro ao seu “compadre” rebelde, como chibatadas corretivas e sal grosso nos ferimentos, é um dado relevante na composição da imagem do ódio entre as classes no Contestado (GALLO, 1999, p. 101)

Assim, existe uma contradição na interpretação de Ivone Gallo. Ao mesmo tempo em que destaca a perenidade dos conflitos de classe na região, ela aponta para as transformações sociais ocorridas no início do século XX como um processo de destruição da autonomia dos camponeses. Baseada num depoimento colhido por ela e em dois textos quase contemporâneos à revolta, a autora afirma, por exemplo, que:

> Naquele tempo dos monges, as famílias caboclas de Taquaraçu viviam satisfeitas no seu quinhão de terra, e parece um costume o desdém com relação ao sentido de propriedade, pois a "*pobreza de viver cria [...] certo desinterêsse para acumular os bens materiais, a imprevidência e o desapêgo da terra, que lhe dão, em compensação uma certa e absurda independência na vida [...]. Pois a mobilidade dos agregados é grande: passam de uma para outra fazenda, mudando-se freqüentemente [...]*" (Aujor Ávila da luz). Assim, "*o caboclo na vida meio nomada que leva é vizinho de todos*" (Vieira da Rosa). Conseqüentemente, não havia a preocupação entre os caboclos em expandir o seu domínio, e tampouco viam com bons olhos as novas exigências do governo republicano relativas à obrigatoriedade da legalização das posses, temendo a perda da autonomia no viver (GALLO, 1999, p. 139).

Logo, malgrado a insistência em descartar os elementos materiais como motores da revolta, a autora entende que a crise que levou o Contestado à guerra teve como um dos seus elementos mais importantes a perda da capacidade de autodeterminação até então preservada pelos sertanejos daquela região desde o século XIX. Embora Gallo não a tenha citado, sua perspectiva em muito se aproxima da interpretação de Maria Sylvia de Carvalho Franco em seu clássico trabalho, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, publicado originalmente em 1969 (FRANCO, 1974). Neste texto, Maria Sylvia procura analisar a origem e as características dos atores sociais que não foram integrados à produção mercantil dominante em toda a colonização brasileira, os chamados *homens livres pobres*. Formula que, ao lado da violência costumeira que marcava todo o seu modo de viver, existia uma grande autonomia, determinada pela ausência de sentido para sua presença na sociedade (FRANCO, 1974, p. 14 e 104). No único momento de seu livro em que cita os movimentos ditos "messiânicos", baseada em Maria Isaura Pereira de Queiroz, a autora os caracteriza enquanto episódicos, muito embora fossem, também, a única forma de desvendar a situação de dominação a que estavam submetidos. Conclui, desta forma que o caminho do homem pobre foi quase sempre o de reafirmar sua submissão, voltando-se para o passado através de construções nostálgicas (FRANCO, 1974, p. 105-106).

Partindo desta premissa, a questão fundamental para a compreensão do Contestado, segundo Gallo não se encontrava na esfera do material porque as transformações ocorridas foram interpretadas pelos sertanejos apenas como "uma violência a mais", perpetrada quando da chegada da ferrovia e da serraria à região[7]. A terra e os seus conflitos são tomados apenas como elementos na crise da "*consciência de nivelamento*" e, justamente por isso, aparecem subordinados à dimensão religiosa, para ela, o elemento realmente fundamental:

> Para o nosso objetivo aqui, é de pouca utilidade a elucidação dos caminhos trilhados pela penetração, na região, dos imigrantes, da ferrovia do grupo Faquhar e da sua subsidiária Lumber, já que pretendemos tratar do modo como esses acontecimentos foram interpretados pela população. Isto é, o modo como foram efetivadas as alianças políticas e financeiras entre as elites, e entre essas e o capitalismo internacional, permanecia na sombra, uma vez que as informações dessa natureza não chegavam ao conhecimento da população sertaneja. Mas o mesmo não se pode dizer dos efeitos dessa política sobre a vida dos caboclos e dos agentes que operavam por trás da cortina, e que foram apontados como os responsáveis diretos das mudanças introduzidas. Porque, para os milenaristas, os fatos em si nada representam e apenas adquirem um peso, um valor, quanto interpretados em conjunto e inseridos em uma linha do tempo muito longa, pois a história é vista como um tempo que caminha, progressivamente, para o fim, e isso é inexorável. (GALLO, 1999, p. 100-101)

Fica evidente, a partir da citação acima, que as escolhas teórico-metodológicas de Gallo levaram-na a sequer considerar o "Estado" e a "luta de classes" enquanto elementos importantes para a compreensão da revolta. Sua insistência em explicar a dimensão *milenarista-messiânica* do conflito e a ênfase dada aos aspectos mais elementares do modo de vida do caboclo acabaram por naturalizar o conflito e a própria história. Os sertanejos, ao final, voltam a ser fanáticos, visto que mais uma vez, incapazes de compreender as transformações a sua volta[8].

Paulo Pinheiro Machado.

---

[7] No início do século XX dois importantes e "modernos" empreendimentos chegaram à região contestada: os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e as máquinas da Brazil Lumber & Colonization, ambos empreendimentos vinculados ao Truste estrangeiro do investidor Percival Farquhar. Veremos esses empreendimentos com mais detalhes no capítulo 4.

[8] Neste ponto, nos parece haver uma convergência com o prisma teleológico de Marli Auras.

O último trabalho que gostaríamos de analisar é a tese de doutorado em história de Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas.* Trata-se de uma excelente contribuição historiográfica capaz de levantar e analisar novas perspectivas sobre o movimento que igualmente estudamos (MACHADO, 2004). A partir de uma extensa pesquisa documental (incluindo processos judiciais e depoimentos), Machado se propõe a avaliar a origem sócio-econômica de várias lideranças rebeldes, bem como as concepções políticas que nortearam suas ações. Para o autor, a caracterização do movimento do Contestado enquanto messiânico ou milenarista, comum na bibliografia sobre o tema, teria acabado por desprezar aspectos muito importantes do movimento. Na sua opinião,

> Paralelamente ao discurso religioso da “Guerra Santa” dos “pelados” contra os “peludos”, na defesa da “Monarquia Celeste” e da “Santa Religião”, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos “Coronéis” e dos estrangeiros. Estas duas faces do movimento do Contestado (a religiosa e a crítico-social) não foram excludentes, nem mesmo devemos separá-las para efeito didático (MACHADO, 2004, p. 26).

Assim, para Machado, mesmo tendo adotado um discurso religioso enquanto linguagem geral da rebelião, os sertanejos possuíam clareza acerca das forças sociais contra as quais estavam lutando. Logo, longe de ser uma revolta alienada, o Contestado “*com todas as suas especificidades, não deixou de ser um episódio importante na história da luta de classes no Brasil*” (MACHADO, 2004, p. 35).

Para comprovar suas hipóteses, Machado faz uma interessante análise do povoamento da região, caracterizando os diferentes agentes sociais nele presentes (camponeses nacionais, agregados, posseiros, tropeiros), além de discutir as relações coronelísticas aí vigentes. Discute depois o que denomina questões institucionais: a questão de limites, a penetração das empresas estrangeiras e a legislação/política de terras para a região. Nos três últimos capítulos de sua tese, estabelece uma periodização para o movimento, dividindo-o em três fases distintas: o “*tempo do fanatismo*” (1912 – maio de 1914), “*tempo do jaguncismo*” (maio – novembro de 1914) e o período de Adeodato, o último dos grandes líderes rebeldes (dezembro de 1914 - 1916).

As hipóteses de Paulo Pinheiro Machado e a forma pela qual procurou comprová-las fazem com que seu trabalho seja tomado por nós como um importante interlocutor no que tange à interpretação da Guerra . Sua preocupação em mapear as origens sociais das lideranças rebeldes relaciona-se a uma crítica freqüente aos pesquisadores anteriores, para os quais, no Contestado, não seria possível identificar um conteúdo de classe no conflito, posto incluírem-se, dentre os rebeldes, também fazendeiros. Machado demonstra como essas lideranças supostamente oriundas da classe dominante eram na verdade lavradores medianos que ocupavam posições subordinadas no contexto político e econômico regional (MACHADO, 2004, p. 224-225). Assim, o Contestado pode, segundo o autor, ser visto como uma *luta camponesa*, especialmente no *tempo do jaguncismo*, quando além de reagir a investidas de fora, os sertanejos engendraram um projeto novo de sociedade (MACHADO, 2004, p. 247).

No capítulo 5 pretendemos discutir os aspectos deste projeto de sociedade engendrado pelos caboclos, especialmente quanto a seu caráter contra-hegemônico. Por ora, gostaríamos apenas de marcar um diálogo com o autor acerca de um aspecto, no nosso entendimento, decisivo. Apesar de considerar as construções teóricas de Thompson como importantes contribuições para o entendimento de movimentos rurais pré-industriais, Machado considera que o projeto de sociedade elaborado pelos sertanejos não incluía a restauração de antigos padrões e valores. Segundo ele, num momento específico do desenrolar da guerra, os sertanejos elaboraram **conscientemente** um **novo** projeto de sociedade defendendo ainda que ele deveria ser aplicado em todo o Brasil.

> É necessário entender que a própria reelaboração mística, processada entre a morte de José Maria e o 2º Taquaruçu, criou algo efetivamente novo, novas instituições e novas rotinas de vida social, que nunca haviam sido praticadas no planalto. Os sertanejos do Contestado não estavam recorrendo a uma concepção de vida baseada em uma “economia moral”, procurando resgatar relações sociais tradicionais anteriores. A superação de vários preceitos de João Maria, principalmente de sua visão paternalista e hierarquizada de sociedade, e a reelaboração de outros, como a visão apocalíptica, anti-clerical e a critica à ordem republicana, indicam que há algo novo na visão de monarquia baseada no “comunismo caboclo” (MACHADO, 2004, p. 247-248).

Em trabalho anterior procuramos discutir exatamente a possibilidade dos sertanejos do Contestado estarem lutando por causa de **antigos** padrões de sobrevivência destruídos no início do século XX. Não houve, por certo, a pretensão de restaurar um conjunto de leis específicas,

mas tentamos deixar claro que a guerra se desenvolveu justamente porque *direitos* antigos e costumeiros foram destruídos. Defendemos ainda que foi também baseado nestes direitos e costumes que aquelas pessoas elaboraram seus projetos e suas esperanças, lutando sua *guerra santa* (CARVALHO, 2002).

Embora fique evidente a divergência quanto à utilização dos conceitos propostos por Thompson, nos parece possível construir uma síntese. Efetivamente, a vida nos redutos do Contestado incorporou novos valores e práticas, como demonstra o depoimento de Maria Alves Pereira: "*Ninguém tinha direito de vender nada para outro. Se eu precisava de um vestido, era dado. Tudo era dado. Se alguém vendia, era morto*" (QUEIROZ, 1977, p. 142). Contudo, entendemos que o "fazer-se pelado" [9] estava baseado igualmente na experiência vivida pelos caboclos ao longo do século XIX, a qual incluía o apossamento da terra e o aproveitamento *costumeiro* da floresta. O depoimento de Paulino Pereira é um exemplo desta afirmação: "*no tempo do Império não havia tais violências... As terras, cada caboclo podia então requerer para si*" (QUEIROZ, 1977 p. 140). Certamente, a experiência do enfrentamento agudo vivido pelos caboclos durante a guerra, contribuiu para a reelaboração da cultura cabocla.

Gostaríamos ainda de destacar que os dados e fontes analisados por Machado contribuíram em muito para nossa compreensão do processo em foco. Nosso principal ponto em comum reside na preocupação em não rotular o movimento como reacionário ou revolucionário, mas sim "*procurar entender sua capacidade criadora, avaliando suas origens, sua expansão e suas limitações*" (MACHADO, 2004, p. 33).

No que tange especificamente ao aspecto das disputas por terra na região, seu trabalho serviu para que dispuséssemos de inúmeras informações, várias delas inéditas na discussão sobre o Contestado. Todavia, os objetivos traçados em sua pesquisa não indicaram para o autor a necessidade de avaliar o significado deste aspecto, além do peso que teve no contexto da crise vivida pelos caboclos no início do século XX. Por isso, em seu trabalho encontramos a descrição dos problemas agrários específicos a cada área do conflito, a indicação do perfil dos trabalhadores rurais que aderiram (também por área) e uma discussão da política de terras em Santa Catarina, daí resultando algumas observações que, consideramos, podem ser aprofundadas em nossa pesquisa:

---

[9] Ao longo da Guerra do Contestado, os caboclos forjaram uma identidade que se cristalizava na denominação "pelado" em oposição a "peludo" como denominavam as tropas republicanas.

> Estes pequenos agricultores e criadores caboclos, além de estarem distantes dos dispositivos do estado que poderiam levar à regularização de suas posses, na maior parte das vezes, nem sentiam necessidade de assim proceder. Viviam em suas terras da mesma maneira que seus pais e avós o fizeram. Se aparecesse algum usurpador, teriam que defender seu sítio à bala, pouco adiantando ter ou não um papel passado em cartório. Em caso de querer regularizar sua posse, teriam que juntar uma papelada que não possuíam e gastar um dinheiro (em medições, taxas e emolumentos) que lhes era escasso (MACHADO, 2004, p. 140).

Assim, Machado percebe acertadamente que havia uma prática habitual de não registrar as terras entre os caboclos da região. Para nós, além de um costume, tal prática relacionava-se a uma concepção de que era um *direito* a posse de terras efetivamente cultivadas.

Especificamente sobre a questão do Estado, também nos parece ser possível marcar uma diferença importante entre nossa perspectiva e a de Machado. Como o autor estava preocupado principalmente em identificar o perfil e a trajetória das lideranças rebeldes (tarefa que cumpriu com maestria), a análise mais pormenorizada acerca do Estado não foi contemplada por sua pesquisa. Decorrem desta opção as duas formas como o Estado aparece na obra de Machado. Ora como sujeito: *"Em SC, o Estado serviu de suporte à expansão do poder local dos coronéis"* (MACHADO, 20045, p. 93), ora como espaço onde atuam indivíduos/atores importantes:

> A Brazil e sua subsidiária Lumber desenvolveram um cuidadoso processo de cooptação das lideranças políticas dos respectivos estados para evitar embaraços legais e obter facilidades administrativas. O vice-presidente do Paraná, Afonso Camargo, foi advogado da Lumber enquanto exercia este cargo público. O coronel Henrique Rupp, superintendente municipal de Campos Novos foi inspetor de terras da Brazil Railway também na mesma época em que exercia seu mandato, no período que esta companhia expulsava os posseiros e proprietários legítimos do Vale do Rio do Peixe. O jovem advogado lageano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, era, em 1916, representante oficial dos interesses da Lumber junto ao governo de Santa Catarina. (MACHADO, 2004, p. 149)

A partir desta citação podemos perceber que o objetivo do autor é explicitar as relações entre as empresas então instaladas na região e o Estado, tomado como mais um agente a serviço do interesses destas mesmas empresas. Não encontramos, em sua obra, uma reflexão mais aprofundada sobre como estas relações - aparentemente diretas e lineares - podem ter sido tensas e permeadas por conflitos intra-classe dominante, resultando, ao final, no estabelecimento de uma

nova hegemonia que esteve longe de ser consensualmente compartilhada. Esperamos, com nosso trabalho, contribuir para uma melhor compreensão deste aspecto decisivo para o entendimento da Guerra do Contestado e, desta forma, produzir igualmente uma análise do próprio Estado Republicano.

As pesquisas recentes.

Recentemente, a Guerra do Contestado suscitou uma efervescência de novas pesquisas que tem contribuído sobremaneira para o aprofundamento da nossa compreensão do movimento sertanejo. Sinal desta efervescência são os debates que tem ocorrido entre diversos pesquisadores do tema nos Simpósios Nacionais da ANPUH e a publicação de recente coletânea de artigos, organizada por Marcia Janete Espig e Paulo Pinheiro Machado (ESPIG & MACHADO, 2008).

Interessante notar que estas recentes pesquisas acadêmicas (desenvolvidas em diversas universidades do sudeste e sul do Brasil), associam sólidas pesquisas documentais a reflexões teórico-metodológicas bastante variadas o que torna o debate atual ainda mais rico. Tais pesquisas versam sobre aspectos específicos relacionados ao movimento sertanejo, contribuindo para que elementos antes apenas citados pela historiografia passem a ter uma significativa importância para a compreensão do movimento.

Esse é o caso, por exemplo, da tese de doutoramento de Marcia Janete Espig, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS no ano de 2008 e intitulada *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande* (ESPIG, 2008)[10]. Partindo do questionamento de uma informação incorporada acriticamente por praticamente toda a bibliografia especializada sobre o tema (“os trabalhadores da estrada de ferro haviam sido contratados em centros urbanos do sudeste e nordeste do país”), a pesquisadora realizou um profundo estudo sobre todo o processo de construção da ferrovia, em especial da chamada Linha Sul que cortou a região do Contestado. Fazendo uso da micro-história, a autora analisou ainda a origem e as condições de trabalho dos *turmeiros* empregados nesta construção, desmistificando afirmações anteriormente consagradas pela historiografia, especialmente o fato de que os operários desempregados pela Estrada de Ferro tenham se constituído em uma presença

[10] Este não foi o primeiro trabalho da autora sobre o tema. Em 1998, Marcia Espig já havia defendido sua dissertação, intitulada *A Presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. (ESPIG, 1998)

estranha entre os rebeldes do Contestado. O mapeamento da diretoria da *Brazil Railway Company*, detentora da concessão da estrada de ferro em questão, foi largamente utilizado por nós no capítulo 4.

A análise das empresas dirigidas por Percival Farquhar motivaram ainda a realização de outras importantes pesquisas. No ano de 2006, Alexandre Assis Tomporoski defendeu uma instigante dissertação acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* entre os anos de 1910 e 1929 (TOMPOROSKI, 2006)[11]. Profundamente marcado pelas propostas teóricas de E. P. Thompson, este autor analisou a destruição dos *costumes* dos moradores do planalto que trabalharam na serraria, assim como as estratégias de resistência destes mesmos trabalhadores nos conflitos com a empresa. Delmir Valentini, por sua vez, defendeu em janeiro de 2009 sua tese de doutorado na PUC/RS tratando de assunto muito próximo, embora partindo de um marco teórico diferente. Sua análise privilegiou a reconstrução histórica da instalação da Serraria Lumber e seu impacto nas florestas da região. Abordou ainda o estabelecimento das colônias de imigrantes e a relação desta empresa com a Guerra do Contestado (VALENTINI, 2009).

No ano de 2008, Rogério Rosa Rodrigues defendeu sua tese, intitulada *Veredas de um Grande Sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro* (RODRIGUES, 2008)[12]. Sua pesquisa tratou de associar os ideais modernizadores defendidos pela intelectualidade do exército no contexto da década de 1910 à intervenção no conflito armado nos sertões catarinenses. Segundo o autor, profundamente marcados pela experiência de Canudos, os oficiais do exército brasileiro procuraram levar para os campos de batalha sulinos os modernos valores republicanos, de forma a apagar a imagem construída depois da guerra contra os seguidores de Antônio Conselheiro. Uma das fontes privilegiadas na sua tese foram as obras escritas por diversos oficiais militares que combateram no Contestado e deixaram seus relatos para a posteridade[13]. Fizemos uso de algumas das informações coletadas por Rogério Rodrigues acerca destes *historiadores de farda* (como os denomina o autor) no capítulo 5. Suas análises acerca da atuação dos chamados *vaqueanos* são valiosas contribuições para as pesquisas sobre o Contestado.

Abordando também os relatos militares publicados sobre a Guerra e ainda relizando uma análise do discurso do principal jornal paranaense do período, Liz Andréa Dalfré defendeu sua

[11] No momento, o autor desenvolve pesquisa de doutorado sobre a mesma empresa em período posterior.
[12] Assim como no caso de Espig e Valentini, Rogério Rosa também já havia defendido seu mestrado sobre o tema: (RODRIGUES, 2001)
[13] A “primeira geração” de obras sobre o movimento que citamos acima.

dissertação no ano de 2004. Esta autora pretendeu identificar a partir destas duas fontes, como as representações criadas acerca do homem do interior variavam de concepções românticas a racionalistas, mostrando-se contraditórias, pois de um lado defendiam o extermínio dos rebeldes e, por outro, identificava-os enquanto cerne da verdadeira nacionalidade (DALFRÉ, 2004). Para a autora as narrativas do Contestado estiveram inscritas em uma *comunidade de imaginação*, onde determinadas noções foram recorrentes. Veremos no capítulo 5 que, embora utilizando algumas fontes da mesma origem que a autora, chegamos a conclusões substancialmente diferentes, visto partirmos de referencias teóricos igualmente distintos.

Por fim, em 2008 na Universidade Federal Fluminense foi defendida a tese de doutoramento de Eloy Tonon. Centrado na análise das permanências decorrentes do fenômeno histórico dos *monges*, este autor optou por "*priorizar o cultural religiosidade* (sic), *misticismo, milenarismo, messianismo, memória do acontecimento histórico, permanências de práticas sociais da religiosidade popular (...)*" (TONON, 2008, p. 10). Partindo, portanto, para uma análise bastante diversa (temática e teoricamente) daquela empreendida em nossa pesquisa, o autor interpretou a bibliografia existente sobre os monges e realizou entrevistas com moradores da região, buscando identificar permanências de longa duração.

Enfim, a nossa proposta!

Para cumprir a tarefa de relacionar a Guerra do Contestado com a formação e consolidação do Estado Republicano, dividimos a presente tese em cinco capítulos:

No primeiro, procuramos explicitar as concepções teóricas que nortearam a pesquisa e a análise dos processos históricos relacionados à construção do Estado Republicano no Brasil para então interpretar alguns destes processos, especialmente no decorrer dos mandatos presidenciais de Hermes da Fonseca (1910-1914) e Wenceslau Brás (1914-1918). Neste capítulo, privilegiamos a análise da forma como as frações dominadas da classe dominante agrária ocuparam determinados postos na sociedade política e encaminharam demandas específicas de seus interesses econômicos, a partir de um projeto político denominado *ruralismo*. Pretendemos, com isso, deslocar a análise do processo político na primeira república, tradicionalmente centrado na disputa entre as oligarquias regionais para o conflito entre frações de classe em disputa pela construção de uma dominação hegemônica.

O Segundo capítulo expõe a forma como estas mesmas frações de classe se estruturaram e organizaram nos estados de Santa Catarina e Paraná, naquele contexto. Para tanto, destacamos a origem econômica das frações dominantes nos dois estados, e apresentamos a trajetória sociopolítica de alguns de seus principais representantes, identificando nos discursos e nas ações destes indivíduos - enquanto ocupantes de postos no aparelho de estado - elementos que evidenciassem a incorporação do projeto ruralista ou a sua participação na construção do mesmo.

O terceiro capítulo apresenta e analisa a materialização do projeto ruralista no estado de Santa Catarina. O objetivo central deste capítulo é discutir como as políticas estatais para a agricultura naquele estado concretizaram grande parte dos pressupostos políticos e econômicos que os ruralistas propunham para todo o país. Neste sentido, procuramos demonstrar como a classe dominante catarinense produziu um conjunto de valores que norteou a intervenção estatal através do ensino agrícola, da política de povoamento e imigração e das políticas destinadas a incorporar e controlar o trabalhador rural de origem nacional, naquela região chamado de *caboclo*.

O quarto capítulo analisa os impactos e transformações decorrentes da passagem da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e da instalação de suas subsidiárias no planalto catarinense. Para atingir tal objetivo, destacamos como os novos agentes sociais relacionados à direção destas empresas inscreveram seus interesses no aparelho de estado - tanto nacional quanto regionalmente - e procuramos identificar como a instalação destes empreendimentos industriais e capitalistas incorporou e, ao mesmo tempo, interferiu no projeto ruralista para a região. Ao mesmo tempo, procuramos demonstrar como ocorreu naquela região o processo de instituição da propriedade privada da terra.

O quinto e último capítulo da tese trata da forma como os caboclos do Contestado não só resistiram ao processo de instituição do Estado Republicano em curso, como construíram um projeto político alternativo a ele, chamado de monarquia sertaneja. Ao mesmo tempo, analisamos a forma como a repressão que se empreendeu ao movimento rebelde esteve diretamente associada à tentativa de fabricação de um consenso sobre o caboclo e a região que ele habitava. Esta estratégia somente se tornou vitoriosa depois do extermínio de parte dos caboclos rebelados e da incorporação tutelada dos demais.

Nesse sentido, nosso trabalho procurou apontar para uma mudança em relação às reflexões realizadas em nossa dissertação de mestrado (CARVALHO, 2002) no aspecto teórico-metodológico. Se, naquele trabalho, nos importava a resistência camponesa baseada no *costume*, neste trabalho buscamos pensar essa mesma resistência enquanto contra-hegemônica[14], ou seja, numa perspectiva mais claramente relacional[15]. Para que tal objetivo se concretizasse, tornou-se fundamental recortar um conjunto de fontes que nos permitisse desvendar a construção da dominação e da direção, também em sentido relacional (MENDONÇA, 1997, p. 15).

Do ponto de vista das classes dominantes, partimos para o estudo das relações entre *ação* e *discurso* político, o que significava ter como princípio metodológico norteador, resgatar, na medida do possível, o perfil da trajetória sociopolítica dos enunciadores/produtores do discurso de desqualificação do trabalhador nacional e da necessidade da modernização da agricultura para a região do Contestado, com as fissuras e embates que tais posições tiveram. Assim, nos capítulos 1 e 2, mesmo que não tenhamos analisado uma fonte seriada ou a trajetória administrativa de um órgão específico do aparelho de Estado, buscamos em fontes oficiais produzidas no âmbito da própria sociedade política, identificar elementos que configurassem o projeto *ruralista* enquanto contra-hegemônico nacionalmente, mas hegemônico regionalmente (em Santa Catarina e no Paraná).

No capítulo seguinte, além dos relatórios oficiais, utilizamos a correspondência recebida e enviada pelo governo de Santa Catarina entre 1902 e 1918, disponível no Arquivo Público de Santa Catarina. Buscamos, nesta documentação bastante variada, resgatar a trajetória das instituições agronômicas e das políticas agrícolas empreendidas pelo governo catarinense neste período. No capítulo 4, fizemos uso da documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas entre os anos de 1900 e 1916, disponível no Arquivo Nacional[16], a fim de analisar os meandros das relações entre as empresas do grupo Farquhar e a sociedade política. Enfim, no capítulo 5

---

[14] Obviamente, os dois conceitos não são excludentes. O próprio Thompson afirma que o Costume deve ser entendido dentro de uma determinada *hegemonia cultural,* dentre outras utilizações de conceitos gramscianos. A mudança aqui apresentada é muito mais de perspectiva do problema do que de postura teórica ou política.

[15] Barrington Moore em obra clássica, alerta para uma postura metodológica que tentamos evitar na pesquisa que originou a presente tese: *O defeito de todas estas hipóteses* [explicativas das revoltas rurais] *reside no fato de elas fixarem demasiadamente a atenção nos camponeses. Uma reflexão momentânea sobre o curso de qualquer rebelião pré-industrial específica revela que não se pode procurar entendê-la sem comparação com as ações das classes superiores que, em grande medida, as provocaram.* (MOORE, 1983, p. 451).

[16] Cabe ressaltar que esta documentação ainda se encontra bastante desorganizada em um fundo (GIFI) com pouquíssimas referências temáticas para a pesquisa documental.

utilizamos os relatos militares já citados acima, além da imprensa local[17]. Neste capítulo ainda, utilizamos a maior parte das fontes que podem ser consideradas do ponto de vista dos "de baixo": os depoimentos colhidos pelos militares que percorreram a região do Contestado, pelos periódicos que cobriram a guerra ou pelos pesquisadores que puderam entrevistar sobreviventes do conflito foram privilegiados por nós quando queríamos fazer falar os *caboclos*.

E é justamente sobre este termo que precisamos nos deter brevemente. Optamos neste trabalho pela utilização do termo *caboclo* para identificar os elementos das classes dominadas que participaram mais ativamente da Guerra do Contestado e foram alvos específicos das políticas mais autoritárias e violentas dos ruralistas. Utilizamos este termo na mesma acepção tomada por Paulo Pinheiro Machado:

> Utilizo a palavra "caboclo" no mesmo sentido empregado pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsitência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclados (MACHADO, 2004, p. 48)

Vejamos agora então em ação o Estado e os Caboclos.

[17] Os periódicos foram pesquisados na Biblioteca Nacional. Cabe reconhecer, no entanto, que não realizamos uma pesquisa sistemática nos periódicos do período. Partimos de referências já citadas pela bibliografia, além de termos concentrado esforços em períodos específicos do conflito.

1 - O Estado na Primeira República.

1.1 - O Estado Ampliado.

Partimos de uma concepção de Estado que o entende de forma ampliada, englobando sociedade civil e sociedade política e expressando uma dada relação de forças que só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva de classe. Esta afirmação, por demais sucinta para dar conta de questão tão complexa, obriga que desdobremos seus termos em reflexões mais aprofundadas.

Uma primeira reflexão importante reside em perceber que esta forma de encarar o Estado evita o equívoco freqüente em determinadas análises do campo marxista de ver o Estado como um mero *instrumento* nas mãos das classes dominantes para garantir os seus interesses econômicos. Impede também que tomemos o Estado como árbitro dos conflitos sociais, “pairando” acima da sociedade, ou seja, um estado-sujeito, como o fazem as interpretações de viés weberiano ou liberal:

> Compreender o Estado desse modo [como condensação de uma relação] é evitar os impasses do eterno pseudo-dilema da discussão sobre o Estado, entre o Estado concebido como Coisa-instrumento e o Estado concebido como Sujeito. O Estado como coisa: a velha concepção instrumentalista do Estado instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração, caso em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como Sujeito: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é submetida a sua vontade como instância racionalizante da sociedade civil. Concepção que remonta a Hegel, retomada por Max Weber e a corrente dominante da sociologia política (a corrente “institucionalista-funcionalista”). Ela relaciona esta autonomia ao poder próprio que o Estado passa por deter e com os portadores desse poder e da racionalidade estatal: a burocracia e as elites políticas especialmente. (POULANTZAS, 1980 p. 147/148)

Ainda para Nicos Poulantzas, ambas as formas de conceber o Estado (Estado-objeto e Estado-sujeito) acabam por estabelecer uma relação de *exterioridade* entre o Estado e as classes sociais, tomadas como entidades intrínsecas confrontadas entre si: ora as classes dominantes

submetem o Estado (coisa), ora as classes dominantes se submetem ao Estado (sujeito). Superando os limites desta dicotomia, concordamos com o autor quando afirma que o Estado é "*a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe*" (POULANTZAS, 1980, p. 147), percebendo assim que as contradições de classe não só atravessam o Estado em cada contexto histórico, mas **constituem** o próprio Estado, posto que presentes em sua ossatura material.

Com base nestas primeiras afirmações, precisamos entender a forma como tal conceito de Estado pode ser operado. Um ponto fundamental parece ser reconhecer que as diversas frações de classe buscariam, através das suas organizações no âmbito da sociedade civil (ou partidos num sentido *gramsciano*) inscrever junto ao aparelho de estado seus interesses específicos. Não se trata de "fazer pressão" sobre o Estado, como se este fosse algo exterior e autônomo, mas de construir/ocupar materialmente espaços neste Estado restrito, a fim de possibilitar a implementação de políticas condizentes a seus interesses e valores, ou seja, o exercício do poder sobre outras classes ou frações. É neste sentido que podemos afirmar (com base em Gramsci) que o Estado "*engloba tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, numa interação permanente*" (MENDONÇA, 1998, p. 20).

Conceber o Estado de forma *ampliada* significa romper com a dualidade muitas vezes mecanicista da relação infra-estrutura/superestrutura e, incorporando a dimensão da *cultura* nesta construção, perceber que o Estado Ocidental Moderno continua condicionado pelas relações de produção, conquanto incorpore uma outra instância para além da força ou da mera ocultação ideológica: a produção do consenso. Este consenso, por sua vez, só é apreensível quando se considera a **cultura** enquanto dimensão estruturante dos indivíduos e classes sociais. É a partir desta ampliação que podemos operar o conceito de hegemonia, central na teoria de Gramsci e fundamental para os objetivos do nosso trabalho.

Entendemos por hegemonia, a capacidade de determinadas classes ou frações de classe em exercer uma liderança moral e intelectual sobre as demais. Tal direção acontece quando os interesses e visões de mundo desta classe ou fração *hegemônica* são aceitos e partilhados pelas demais classes ou frações (produção do consenso). Nas sociedades capitalistas modernas esses valores que se pretendem universais são formulados, desenvolvidos e enunciados a partir de aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil), sendo o Estado restrito (sociedade política) o *locus* privilegiado para que eles possam se tornar "universais" ou, no mínimo, "nacionais":

> O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo social fundamental destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais". O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico corporativo (GRAMSCI, 1984, p.50)

Neste ponto, nos interessa ressaltar da definição acima, a percepção de que o Estado é um espaço de "contínua formação e superação de equilíbrios instáveis". Tal formulação dá a devida dimensão à dinâmica do processo histórico envolvido quando procuramos analisar as formas específicas e as transformações que ocorrem com o Estado de forma ampliada. Portanto, o conceito de hegemonia pressupõe um processo constante de disputas em torno da manutenção ou superação de um determinado projeto hegemônico. A dinâmica dos equilíbrios instáveis mantém sempre aberta a possibilidade de outras frações de classe disputarem espaço político e se articularem em diferentes níveis para que sua visão de mundo possa *vir-a-ser* hegemônica.

Logo, ao conferir centralidade às questões relacionadas à cultura (sem contudo deixar de referenciá-las a um contexto de classe que se define, portanto, na relação com a produção), torna-se possível apontar para um outro conjunto de questões capazes de contribuir para a compreensão do processo histórico aqui analisado: a construção da hegemonia é, ao fim e ao cabo, também um ato de violência simbólica. Isto porque, ao *fabricar o universal*, a hegemonia procura apagar ou marginalizar todos os demais valores que não condizem e entram em choque com os primeiros.

Tal processo pode ser aprofundado com o auxílio das reflexões teóricas de Pierre Bourdieu para quem o Estado: se "*encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na 'subjetividade', ou, se quisermos, nas mentes, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e pensamento*" (BOURDIEU, 2005, p. 98). Logo, o Estado é, para Bourdieu, o lugar, por excelência, do exercício do poder simbólico e da violência simbólica.

Ainda para o autor, este poder simbólico consiste na capacidade assumida pelo Estado em impor e inculcar princípios duráveis de visão e divisão comuns, capazes de transformar a cultura

dominante em “*cultura nacional legítima*” (BOURDIEU, 2005, p. 106). A idéia de legitimidade torna-se, pois, o cerne desta questão, visto que o exercício do poder simbólico é tanto mais eficaz quanto maior for a capacidade do Estado em naturalizar a sua existência e, por conseguinte, conquistar a submissão e a obediência à ordem social estabelecida. Ao mesmo tempo, tal submissão se apóia em estruturas cognitivas impostas pelo próprio Estado e que se sustentam principalmente porque aparentam estar coerentes e em consonância com as estruturas objetivas do mundo social.

Ora, este poder seria então absoluto? Para Bourdieu, a saída reside, justamente, em desvendar este processo de naturalização, investigando as origens destas relações sociais ou ainda a gênese do próprio Estado:

> A análise da gênese do Estado como fundamento dos princípios de visão e divisão vigentes na extensão de sua instância permite compreender tanto a adesão dóxica à ordem estabelecida pelo Estado como os fundamentos propriamente políticos dessa adesão aparentemente natural. A dóxa é um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado e que constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado. *(*BOURDIEU, 2005, p. 120)

A descoberta da gênese do Estado possibilitaria a percepção dos conflitos e divergências colocados no contexto histórico do seu surgimento, reatualizando assim, “*a possibilidade de que houvesse sido (e de que seja) de outro modo*” (idem, p. 98), desnaturalizando o próprio Estado e a suposta universalidade de suas construções.

Do ponto de vista dos problemas e questões que abordamos em nossa pesquisa, consideramos pertinente aproximar as discussões empreendidas por Pierre Bourdieu em sua análise da gênese do Estado e as formulações teóricas de Antônio Gramsci. Ao procurarem demonstrar os mecanismo através dos quais o Estado moderno implementa e mantém sua dominação, ambos os autores acabam por chegar a análises que não se excluem. Nosso entendimento é que esta aproximação pode tensionar a reflexão histórica no sentido de uma compreensão mais global do processo histórico vivido nas primeiras décadas do século passado.

Entretanto, antes de passarmos a esta segunda etapa do trabalho, considero que não podemos deixar passar um outro aspecto: se os apontamentos feitos até aqui se mostram importantes para pensarmos a construção da hegemonia e do consenso, enquanto direção

intelectual e moral, como encarar o do exercício da coerção ou da violência física/militarizada que, ao fim e ao cabo, foi um dos pontos mais marcantes do processo histórico do Contestado? Neste caso, devemos nos apoiar no Estado-objeto e apenas concordar que o exército fez o papel de limpeza desejado pelas classes dominantes? Deixando de lado, por enquanto, as reflexões mais específicas sobre o Contestado, gostaria de tecer alguns breves comentários acerca desta questão.

Em primeiro lugar, considero fundamental estabelecer que "*as relações de força mais brutais são, ao mesmo tempo, relações simbólicas*" (BOURDIEU, 2005: 115) e, mesmo estas devem ser conduzidas pelo Estado enquanto atos *legítimos*, se se pretende manter o *status quo*. Isso acarreta para as classes dirigentes um trabalho de justificação do ato de força para torná-lo coerente com a visão de mundo construída e imposta então como universal. É claro que este esforço de legitimação não se exerce apenas sobre aqueles que sofrerão diretamente o ato de força, mas também (e em alguns casos, principalmente) sobre aqueles setores que disputam a hegemonia com a fração principal. Isto torna o processo de coerção integrado ao processo de fabricação de consenso e, nesse sentido, os aparelhos privados de hegemonia produzem valores, discursos e atos legitimadores também dos próprios atos de coerção.

Em segundo lugar cabe aqui a reflexão acerca de contextos históricos de formação do Estado Moderno, onde a construção da hegemonia caminhou lado a lado com as atividades mais explícitas de violência física. Nesse sentido, devemos lembrar que mesmo instituições coercitivas da sociedade política, como o exército, são responsáveis pela difusão de uma dada cultura das classes dominantes[18].

Retomaremos estes pontos no capítulo 5 e na conclusão da tese. Partiremos agora para uma breve análise do contexto histórico da Primeira República, com base nos apontamentos teóricos que fizemos.

1.2 - O ESTADO REPUBLICANO

Uma determinada concepção da história política da primeira República, consagrada até mesmo nos manuais didáticos, explica este período nos marcos da dominação dos grandes proprietários rurais, a partir de dois processos históricos: de um lado, o coronelismo, expressão máxima da violência física exercida pelos fazendeiros sobre os trabalhadores rurais; e de outro o

[18] Ademais, Gramsci nos lembra que "*outras profissões incorporam, em sua atividade especializada, uma fração cultural não desprezível, como a dos médicos, a dos oficiais do exército, da magistratura*." (GRAMSCI, 2001, P. 112)

domínio oligárquico, marcado apenas por divergências regionais, sem corte de classe ou projetos efetivamente diferentes em disputa. Tal caracterização geral acaba por afirmar um certo imobilismo (cuja expressão máxima foi a chamada política dos governadores) e apostar nas continuidades (situação rompida apenas pela Revolução de 30, a partir da qual, finalmente, o Estado Brasileiro se "modernizaria" e ampliaria).

Não pretendemos aqui percorrer e analisar todos os autores que sustentam essa forma de pensar o processo político na Primeira República. Como, aliás, já existe uma razoável bibliografia crítica a essa concepção, escolhemos um ponto de partida que nos parece válido, dado o reconhecimento e disseminação dos argumentos deste autor.

Na tentativa de se contrapor às teses dualistas, que viam na oposição entre interesses agrários e urbano-industriais uma das principais características da Primeira República, Boris Fausto construiu uma argumentação que identificou a formação social brasileira como entrecortada por interesses regionais, cuja unidade dependia de obras de engenharia política tais como a política dos governadores. Haveria, segundo Fausto, uma dimensão regional na luta de classes no Brasil: "*por força que assume a satelitização interna, não se constitui no país frações nacionais de classe e as contradições tomam a forma regional*" (FAUSTO, 1986, p. 91). Desta feita, a concentração das atividades econômicas em áreas específicas teria propiciado uma estrutura onde as divisões regionais no interior da classe dominante foram mais importantes do que as próprias divisões setoriais (burguesia agrária, burguesia comercial, burguesia industrial, etc.)

Partindo do referencial teórico apresentado acima, gostaríamos de analisar três aspectos distintos, porém interligados do Estado republicano brasileiro que permitem, no nosso entendimento, contestar a tese de Boris Fausto e avançar rumo à apresentação de nossas hipóteses: a questão das oligarquias, o chamado ruralismo brasileiro e a questão da propriedade da terra.

1.2.1 - Oligarquias X Classes: apontamentos de um debate.

Para esta primeira questão, podemos partir da dissertação de mestrado defendida na Unicamp por Renato Perissinotto, intitulada *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha* (PERISSINOTTO, 1994). Baseado explicitamente em Poulantzas, este autor procura identificar e analisar as diferenciações "*existentes no interior do bloco no poder*" durante a

República Velha, se preocupando, primordialmente, em localizar e caracterizar a fração dominante na economia agroexportadora brasileira. Partindo da análise do chamado complexo cafeeiro, de suas relações com a burguesia industrial e com o capital estrangeiro, Perissinotto discute no último capítulo de seu livro as relações desta fração dominante com as demais frações dominantes "regionais" do período. Para ele, os conflitos regionais seriam expressão das disputas entre frações autônomas da classe dominante, marcadas, por sua vez, pelas diferenças entre os interesses voltados para a agroexportação e os interesses voltados ao mercado interno. Para desenvolver esta tese, Perissinotto aponta duas críticas fundamentais ao conceito de oligarquias regionais: a ocultação das *divergências* no interior dos próprios estados da federação e a ocultação das *semelhanças* entre grupos localizados em diferentes estados:

> Tal concepção - a das oligarquias regionais - impede-nos de analisar as relações de subordinação que existem entre as diversas frações da classe dominante, seja na economia agroexportadora ou naquelas voltadas para o mercado interno; remete-nos à região como um todo, obscurecendo a relação entre as partes ou, melhor dizendo, obscurecendo a própria existência das partes. O Segundo problema é o oposto do primeiro. De acordo com a expressão "oligarquia regional", cada região representa um interesse específico, diverso dos interesses de outras regiões (...) Assim, internamente, há completa coesão, mas, externamente, há completa diferenciação e, por isso, os conflitos regionais. (PERISSINOTTO, 1994, p. 204)

Mesmo reconhecendo que a tese de Fausto havia avançado no sentido de perceber o conflito como um conflito de classe, Perissinotto decide abandonar o termo oligarquia regional e a própria idéia de uma estrutura regional de classe pelos motivos apontados na citação acima. Caracteriza, portanto, os conflitos regionais no Brasil como conflitos entre "*frações dominantes da economia agroexportadora e frações dominantes voltadas para o mercado interno*" (PERISSINOTTO, 1994, p. 206).

Curiosamente, para explicar esta hipótese, o autor se vê na obrigação de explicar o conflito também em termos regionais. Para Perissinotto, há um padrão nos conflitos regionais na Primeira República: o que vemos é a oposição entre a fração dominante agroexportadora representada pela aliança entre São Paulo e Minas e as frações dominantes voltadas para o mercado interno lideradas sistematicamente pelo Rio Grande do Sul. Os exemplos deste padrão residem, justamente, no recorrente apoio prestado pelos gaúchos a candidatos "não oficiais" à presidência da República, especialmente na eleição de Hermes da Fonseca (articulada, segundo o

autor por Pinheiro Machado num momento de divergência entre Minas e São Paulo), na chamada Reação Republicana ao governo Bernardes e na formação da Aliança Liberal, todos processos políticos liderados pelos setores dominantes do Rio Grande do Sul.

A aparente contradição na argumentação do autor pode ser resolvida na constatação de que, se a Política dos Estados estruturada por Campos Sales não acabava com as clivagens de classe na Primeira República, ela reforçou um padrão de representação política que tinha no pertencimento a um estado o elo de ligação entre os indivíduos de determinada fração. Ou seja, há uma "*unidade política artificialmente criada pela política dos governadores*" (PERISSINOTTO, 1994, p. 238, nota 1). O problema na análise de Perissinotto está, no nosso entendimento, em estabelecer uma relação direta entre o Rio Grande do Sul e os interesses voltados para o mercado interno sem maiores mediações que ultrapassem o posicionamento político frente à administração federal e excessivamente centrada na análise das sucessões presidenciais. Não há, nas preocupações do autor, uma tentativa de apontar outras estratégias ou mecanismos que as frações vinculadas ao mercado interno tenham implementado para fazer valer os seus interesses específicos.

Exemplo do que afirmamos acima é a questão que o autor se coloca na última parte do seu livro "*Como foi possível à fração hegemônica desse setor resistir aos ataques gaúchos sem sequer abrir espaço para sua participação política?*" (PERISSINOTTO, 1994, p. 227). Retomando o conceito de hegemonia, o autor responde a esta questão a partir de duas argumentações: em primeiro lugar, havia uma subordinação da produção agrária ao capital mercantil tanto nas áreas agroexportadoras quanto nas áreas voltadas para o mercado interno. A generalização deste caráter agromercantil serviu de ponto de apoio para o exercício da hegemonia por parte das frações agroexportadoras e para a ausência (mesmo na Aliança Liberal) de uma crítica radical a esse predomínio. Em segundo lugar, o autor aponta a existência de uma ideologia calcada na "vocação agrícola" do país que permitia aos setores agroexportadores tomarem para si o direito de representar todo o bloco no poder (PERISSINOTTO, 1994, p. 232). Tal ideologia associada à real importância do café para a economia nacional permitiu a compatibilização entre o interesse (regional) do grande capital cafeeiro com o "interesse nacional" (exercício da hegemonia).

Por fim, Renato Perissinotto aponta que o exercício dessa hegemonia e da própria especialização crescente da economia brasileira somente se fez possível graças "*ao tipo de*

organização política resultante da combinação entre coronelismo *e* política dos governadores, *cujo fruto quase natural foi a* política do café-com-leite" (PERISSINOTTO, 1994, p. 237), destacando principalmente o caráter excludente desta última:

> Era esse o *mecanismo* que impedia qualquer ameaça à hegemonia do grande capital cafeeiro pela via institucional. Contudo, se a hegemonia implica não apenas exclusão, mas também inclusão de interesses de outras classes e frações, a "política do café-com leite" foi ao mesmo tempo, o ponto fraco da hegemonia do grande capital cafeeiro. Foi sua extrema rigidez que impediu a sua continuidade (PERISSINOTTO, 1994, p. 237)

Além de apontar para uma estabilidade política que pesquisas mais recentes têm procurado relativizar, o problema da conclusão do autor em tela reside, justamente, em retornar à tríade *coronelismo*, *política dos governadores*, *política do café-com-leite* enquanto explicação última das características econômicas e políticas do período, sem evidenciar que, ao menos as duas últimas foram engrenagens políticas inventadas que visavam, em grande medida, ocultar interesses e conflitos de classe então em curso.

Assim, concordamos com o autor quanto à necessidade de conferir aos conflitos existentes na Primeira República um *conteúdo de classe,* mas consideramos que é preciso superar alguns limites evidenciados acima, resultantes, principalmente, de sua opção por analisar com muito mais vagar a fração hegemônica (o complexo cafeeiro). No nosso entendimento, a possibilidade de sair da armadilha regional está justamente na análise das outras frações da classe dominante, o que o autor faz apenas superficialmente.

Especificamente sobre a questão da estabilidade política da Primeira República e preocupado em evidenciar o conteúdo de diversos conflitos políticos no período, temos o livro de Cláudia Viscardi, *O Teatro das Oligarquias*, publicado em 2001 (VISCARDI, 2001). A autora apresenta a hegemonia paulista na Primeira República como algo longe de ser monolítica. Partindo da análise das alianças políticas que se configuraram no período, para questionar seriamente a chamada "política do café-com-leite", Viscardi defende que a estabilidade do regime republicano residiu, justamente, na *instabilidade* das alianças que lhe davam sustentação, o que colocava constantemente a tarefa da reconstrução dessas alianças e acordos para a manutenção da hegemonia. Concordando com outros trabalhos que, na sua interpretação, primaram pela autonomia relativa do Estado, Viscardi afirma:

> O Estado na Primeira República não foi o tempo todo, refém dos grupos agro-exportadores na implementação de políticas de seu interesse, mantendo uma margem de autonomia própria. Por outro lado, isto não implicou em afirmar que o setor cafeeiro não fosse politicamente hegemônico e que as unidades federativas produtoras de café estivessem fora do controle do Executivo Federal. O que estes trabalhos pretendem atestar é que esta hegemonia, embora incontestável, foi difícil de ser construída e, por não ser monolítica, teve que abrir espaço para abrigar outros setores, em seus diferentes interesses específicos, nem sempre coincidentes com os dos setores economicamente dominantes (VISCARDI, 2001, p. 49)

No nosso entendimento, a autora avança no sentido de discutir e questionar a chamada política do café-com-leite associada à tentativa de demonstrar o difícil estabelecimento da hegemonia na Primeira República. Diferentemente de Perissinotto, demonstra em sua pesquisa que não foi possível para o governo central excluir os interesses dos grupos economicamente menos importantes como o gaúcho, por exemplo. Confere ao Rio Grande do Sul, inclusive, um papel de primeira grandeza naquele contexto, sem necessariamente estar sempre na "oposição". Contudo, ao optar explicitamente por utilizar o conceito de "elite política" e não de "classe" (VISCARDI, 2001, p. 26), a autora reduz o conceito de hegemonia ao mero controle político de um determinado grupo sobre o Estado. Com isto, seu trabalho continua a identificar os estados da federação e o Estado Nacional como atores políticos em si e, mesmo não retomando a interpretação com base apenas nas *oligarquias*, os conflitos permanecem apenas regionais.

1.2.2 - O Ruralismo Brasileiro como expressão da luta de classes na Primeira República

Para sair das armadilhas do regionalismo e perceber o Estado Republicano como permeado por lutas de classe, consideramos ser a tese de Sonia Mendonça, o melhor caminho. Passamos a uma breve apresentação de suas argumentações.

A conjuntura histórica da virada do século XIX para o XX está nitidamente marcada pela conjugação dos processos ligados ao fim da escravidão e do crescimento urbano-industrial. Este contexto é, portanto, marcado por transformações profundas que interferem na forma como tradicionalmente se geravam e apropriavam os excedentes agrícolas e, neste sentido, a própria inserção da agricultura na economia estaria ameaçada pelas mudanças em curso (MENDONÇA, 1997, p. 63).

Este contexto ensejaria uma reação por parte das classes dominantes agrárias, tanto na produção de um discurso, quanto na busca por uma dada modalidade de intervenção sobre a realidade. Identificada como *Ruralismo*, esta reação transformou-se em "*movimento político, debate de idéias e política pública institucionalizada*" (idem, p. 65), constituindo-se nesse sentido em verdadeiro projeto contra-hegemônico construído e apropriado pelas frações dominadas da classe dominante agrária e marcando profundamente uma série de disputas em torno do Estado naquele período.

Estas disputas aconteceram, principalmente, em torno de um aparelho específico do Estado Republicano: o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Inicialmente na luta pela sua criação e, posteriormente pelo conjunto das políticas públicas a partir dele implementadas, os proprietários de terra vinculados a outros complexos agrários que não o cafeicultor e organizados em um aparelho privado de hegemonia, a Sociedade Nacional de Agricultura, encaminharam a realização do seu projeto modernizador e diversificador da agricultura, transformando o ruralismo de projeto político em ação política.

Nos marcos da Abolição, este discurso/projeto ruralista seria constituído a partir de uma dada noção de *crise* da agricultura nacional, marcada pela *desordem* resultante do final do trabalho servil no Brasil. De acordo com os ruralistas, a *vocação eminentemente agrícola* do Brasil estava seriamente ameaçada pelas transformações em curso e precisava ser reafirmada. Contudo, a *crise* gerada pela Abolição não podia ser resolvida sem uma intervenção decisiva sobre o trabalhador gerado pela própria escravidão: "vadio, ignorante e indisciplinado". Foi nesse sentido que o discurso ruralista passou a enfatizar a noção de *atraso* como razão para a crise e causa a ser superada:

> Uma vez que a Abolição abriria caminho para configuraR-se um mercado de trabalho – produzindo homens juridicamente livres e teoricamente dotados de mobilidade – o fundamento das representações acerca do atraso da agricultura deslocou-se, como se viu, para o trabalhador do campo, corroborando a segmentação Natureza X Homem como fundamento de um projeto que visava atuar sobre este último, para adequá-lo às infinitas possibilidades daquela. Por meio desta leitura da nova realidade, preservava-se a estrutura da propriedade agrária sem ameaças ao ritmo da produção mercantil, ao mesmo tempo em que se legitimariam várias modalidades de ação "pedagógica" sobre a mão-de-obra, capazes de evitar sua fuga ao mercado (MENDONÇA, 1997, p. 162).

Assim, o que assistimos no alvorecer da República brasileira é a construção de um discurso e de um modelo de ação, calcados na oposição moderno X atraso e não mais no binômio escravo X livre, como no período anterior. Esta nova dicotomia se mostrou bastante eficaz para encobrir um determinado projeto de classe, apresentando-o a partir de termos aparentemente inquestionáveis como *modernização*. O que se apresentava como projeto era a modernização da agricultura e, conseqüentemente da nação brasileira, enquanto diversificação da agricultura e utilização racional do solo. Esta "nação moderna" não mais poderia se assentar sobre um trabalhador "vadio e ignorante". O "nacional" precisava ser educado e compelido ao trabalho eficiente e moderno. Ao mesmo tempo, para servir de exemplo a este nacional e mesmo substituí-lo, a importação de trabalhadores europeus dotados da racionalidade e da capacidade identificada como necessárias (pelo bloco ruralista) ao desenvolvimento da nação, tornou-se parte importante deste projeto, especialmente para áreas ao Sul do Brasil:

> Estabelecidos nos mais das vezes próximos às vias de comunicação que facilitassem o escoamento de sua produção, os núcleos coloniais favoreceriam a difusão da pequena propriedade pela fixação do imigrante em lotes de 25 ha, pagos em até 120 meses e somente a partir do terceiro ano de sua exploração produtiva. Por seu escopo e intenção – igualmente ligada às noções de povoamento e soberania – a política imigrantista do governo federal não poderia deixar de ter como objeto regiões sobre cujo espaço impunha-se afirmar o controle do Estado, mormente em virtude de conflitos deslanchados por sua incorporação recente ao mercado de terras: estados como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sobre eles incidiria a ação pública, em sua dupla finalidade de incorporar territórrios – fomentando a produção mercantil – e contribuir para a constituição de uma ideologia do trabalho fundado nos mitos da *democracia rural* e da ascensão social do pequeno produtor. (MENDONÇA, 1997, p. 172)

Além de, obviamente, tratar da região que mais nos interessa, a citação acima apresenta uma questão que nos parece fundamental: perceber desde já como a política imigrantista para a região do Contestado podia significar ao mesmo tempo o controle sobre um território caracterizado pela ausência de jurisdição e pela exclusão de uma população de *nacionais* que teimava em não se submeter à economia mercantil/capitalista que então tentava se impor.

É justamente no sentido de assegurar esse controle e essa exclusão que é preciso analisar um último aspecto deste Estado Republicano: a propriedade privada da terra.

1.2.3 - A difícil consagração da Propriedade Privada.

Ao contrário do que fazem crer determinadas visões do processo histórico brasileiro que visam o apagamento dos conflitos sociais, a manutenção e a recriação da grande propriedade rural não foi um processo marcado apenas pelo imobilismo e pelas continuidades. A conjuntura histórica de finais do século XIX e início do século XX, marcada justamente pela passagem do trabalho escravo ao livre, colocou na ordem do dia a questão da mão-de-obra em dois sentidos que se completavam: de um lado, o discurso que afirmava ser necessário o branqueamento da população, marcado pelo preconceito construído ao longo de três séculos de escravidão e por outro lado, a necessidade de proteção e desenvolvimento da "agricultura nacional", ameaçada pela possível desordem oriunda da libertação dos escravos. Assim, este contexto frisava fortemente a interdependência entre as questões da terra e do trabalho.

Nosso entendimento é que esta questão está no cerne não só do discurso e da ação ruralista, mas deve ser levada em conta na própria explicação da ação do Estado junto à região do Contestado antes, durante e mesmo após a Guerra. No discurso ruralista, o *atraso* da agricultura nacional seria superado pela *civilização* do trabalhador nacional. Se, de um lado, tal construção procurava retirar de cena quaisquer questionamentos à estrutura fundiária vigente, salvaguardando o latifúndio, por outro lado, este mesmo discurso abria a possibilidade de identificar o pequeno posseiro (característico de praticamente todo interior do país) como um ícone deste atraso[19]. A ação civilizadora a ser exercida sobre ele teria que incorporar um conjunto de valores vinculados à mercantilização do trabalho e da terra, mas também guardaria uma necessária ação prática, no sentido de impedir a continuidade de sua reprodução autônoma (MOTTA & MENDONÇA, 2002, p. 139). A conseqüência desse processo de obstrução do acesso às terras devolutas é justamente a consagração daquilo que já se encontrava na letra da lei pelo menos desde 1850: a propriedade privada da terra.

Sabemos que tal consagração não foi isenta de conflitos. Pelo contrário, a passagem das terras devolutas para as mãos do Estados a partir da Constituição de 1891 criou as condições políticas necessárias para que mesmo os grandes proprietários impusessem obstáculos à constituição efetiva da propriedade privada. Em muitos sentidos, a liberalidade em relação as

[19] Poderíamos citar, por exemplo, o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, um posseiro comparado ao piolho que pula de cabeça em cabeça atrás de uma vida fácil.

posses era útil à continuidade da dominação exercida pelas frações dominantes, especialmente no sentido de continuarem a ampliar o tamanho de suas propriedades e subordinar pequenos posseiros no interior do país:

> A característica fundamental da legislação aprovada pelos Estados após a passagem das terras devolutas para o seu domínio foi a de liberalidade em relação à posse. Neste particular, o "liberalismo agrário" da República Velha teve um campo de aplicação exemplar. (SILVA, 2002, p. 162)

Coerentemente com esta característica, os Estados de Santa Catarina e Paraná promulgaram sucessivas leis que prorrogavam os prazos para legitimação das posses. Porém, uma questão nos parece crucial: em alguma medida, para a região do conflito do Contestado a simples posse da terra tornou-se insustentável, principalmente em função da presença aí de grandes projetos econômicos *capitalistas*. Esperamos testar e comprovar tal hipótese no capítulo 4 desta tese, mas antes disso, precisamos tecer algumas importantes considerações sobre a conjuntura mais específica que nos interessa.

1.3 - De Hermes à Wenceslau: retratos das lutas de classe no Brasil Republicano (1910-1915)

A historiografia que trata do processo político na primeira república é quase unânime em apontar o governo do Marechal Hermes da Fonseca como um momento ímpar naquele contexto. Em primeiro lugar porque significava o retorno de um militar à presidência, o que não ocorria desde o final do governo Floriano Peixoto. Segundo porque sua candidatura representava uma ruptura na suposta aliança existente entre São Paulo e Minas Gerais, já que o primeiro estado apoiou a candidatura de Rui Barbosa, ao passo que os mineiros ficaram ao lado de Hermes. Ainda nesse sentido, a chamada "Campanha Civilista" movida em torno da candidatura Rui Barbosa tornou o processo eleitoral em 1910 efetivamente disputado[20].

Partindo então da discussão que empreendemos acima, pretendemos superar a visão consagrada pela historiografia que identifica apenas os estados da federação como os atores

---

[20] Além do fato de Hermes ter vencido a eleição com 57,9%, um dos menores percentuais da Primeira República, a campanha de Rui Barbosa efetivamente procurou mobilizar a população para as questões eleitorais. Apesar disso, o comparecimento às urnas foi pequeno, mesmo se comparado a outras eleições do período. Cf. CARVALHO, José Murilo. "Os três povos da República" *in:* www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_povos_republica.pdf

políticos do período e incorporar a dimensão da luta de classes à análise do período Hermes. Nossa hipótese é que as especificidades de seu governo podem revelar dimensões até agora negligenciadas para o entendimento do Estado Republicano tal como o definimos.

Nossa primeira tarefa, portanto, será tentar identificar se os grupos que apoiaram ambas as candidaturas presidenciais em 1910 podem ser classificados a partir de critérios de classe. Em seguida, procuraremos apresentar uma análise acerca de um dos momentos chaves do governo, a chamada Política das Salvações. Logo após, pretendemos demonstrar como a instalação de uma nova agência estatal, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio pode exemplificar a dinâmica da luta entre frações da classe dominante agrária no Brasil. Por fim, pretendemos tecer alguns apontamentos sobre a sucessão presidencial seguinte e a instalação do governo Wenceslau Brás, no intuito de perceber certas conseqüências resultantes das questões levantadas até então. Trata-se de dialogar com a historiografia a fim de buscar pistas que nos possibilitem fazer novas perguntas e abrir novos horizontes de pesquisa. Consideramos que traçar esse panorama político do período 1910-1915 pode nos ajudar a compreender não só aspectos fundamentais da formação do Estado Republicano como articular este último processo com a repressão à Guerra do Contestado, acontecida exatamente neste contexto histórico.

1.3.1 - A questão sucessória:

Longe da pretensa monotonia política que aparentemente marca a Primeira República (ao menos nos textos didáticos e de divulgação), parece razoável supor que havia diversas forças em luta na sucessão de Afonso Pena. Dentre as marcas de seu governo, temos a presença de jovens políticos em torno do próprio presidente (por isso conhecidos como "Jardim de Infância") e a existência de medidas econômicas diversificadoras, mesmo que marginais. Segundo Cláudia Viscardi:

> As realizações do governo Pena refletiram a juventude de seus ministros e o seu caráter relativamente mais técnico que os demais. No campo econômico, foram implementadas medidas fiscais em beneficio do desenvolvimento industrial. Buscou-se apoiar a produção para o mercado interno, visando a diminuir as necessidades de importação. (VISCARDI, 2001, p. 182)

As articulações políticas para a escolha dos candidatos à sucessão de Afonso Pena foram intensas. A historiografia destaca que, enquanto a grande maioria dos representantes paulistas se articulou junto à candidatura David Campista, posteriormente apoiando Rui Barbosa, os representantes das frações vinculadas ao Rio Grande do Sul e Minas Gerais articularam a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, que recebeu ainda o apoio de grupos dominantes de diversos outros estados (CARONE, 1983, p. 259; SOUZA, 1988, p. 198). Cabe analisar se é possível perceber algum corte de classe nesta composição da disputa eleitoral.

Uma perspectiva para esse processo é procurar interpretar o relativo isolamento político de São Paulo nas eleições de 1910 a partir da disputa entre grupos ligados ao "mercado interno" e ao "mercado externo". Esta é a tese de Renato Perissinotto, que considera esse o conflito entre as diferentes frações da classe dominante no período da República Velha como fundamental (PERISSINOTTO, 1994:215)[21]. Essa também nos parece ser uma forma pertinente de analisar o conflito. De um lado, sabemos que alguns setores de proprietários rurais tinham na defesa da produção para o mercado interno uma das suas principais bandeiras e, de outro, sabemos que toda a interferência das frações cafeicultoras, através do chamado Convênio de Taubaté, visavam garantir a continuidade de uma política econômica baseada sobretudo nas exportações de café. A máxima "*O café dá para tudo*" sintetiza a maior parte das intenções políticas desta fração.

Podemos afirmar também que, do ponto de vista do mundo da produção, não é possível analisar o a fração mineira da classe dominante como um todo homogêneo. Embora uma parcela significativa de proprietários de terra mineiros estivesse vinculada à cafeicultura, não é desprezível a parcela de fazendeiros com interesses relacionados a outros tipos de produção agrícola e ao mercado interno. Renato Perissinotto defende que os representantes mineiros se unificavam principalmente pelo interesse político em manter seu controle sobre o centro do poder federal. Assim, o café teria uma importância muito menor em Minas Gerais do que em São Paulo.

Além disso, a cafeicultura mineira apresentava uma característica que diferia substancialmente da de São Paulo: a apropriação do lucro comercial e financeiro do café se dava, via de regra, fora do "espaço" de Minas Gerais. Com base nessa explicação e num mapeamento dos principais líderes de Minas Gerais, Perissinotto defende que "*os próceres mineiros não tinham vinculação direta com o café*" (PERISSINOTTO, 1994, p. 210) e, citando Amílcar

[21] Diferente interpretação tem, por exemplo, Maria do Carmo Campello de Souza, para quem "*o quadro político republicano não deve ser entendido como uma série de momentos de suposta luta entre interesses contraditórios do setor exportador e urbano interno*." (SOUZA, 1988, p. 165)

Martins Filho conclui que: "*a economia cafeeira carecia de importância em Minas, pois era uma atividade econômica decadente e com pouco significado político*" (PERISSINOTTO, 1994, p. 211). Desta feita, não nos parece contraditório assumir que frações mineiras estivessem interessadas no fortalecimento do mercado interno, na diversificação da produção e até mesmo na construção de uma política econômica menos dependente do café.

Os representantes Gaúchos, por sua vez, podem ser encarados como proprietários com óbvias vinculações ao mercado interno. Desde o império, os pecuaristas gaúchos apresentavam questões ligadas a estes interesses. Importante perceber que as lideranças das frações "gaúchas" estiveram, via de regra, à frente de todas as candidaturas de *oposição* ao longo da Primeira República. É novamente Perissinotto quem chega a afirmar que a eleição de Hermes da Fonseca teria sido uma expressiva vitória do Rio Grande do Sul e, ainda mais especificamente, de Pinheiro Machado. (PERISSINOTTO, 1994, p. 218)

Essa é uma forma de percebermos como a luta de classes no Brasil, especialmente quando referida à luta entre frações da classe dominante, guarda uma importante feição regional, seja pelo fato das identidades políticas do período serem construídas em torno das bancadas estaduais, seja porque a própria regionalização da economia levava a esta característica. Contudo, é preciso ainda lembrar que, como mostra o caso de Minas Gerais, os blocos regionais, normalmente identificados apenas como "oligarquias estaduais", não estavam isentos de conflitos internos e muitas vezes, guardavam vinculações com diversos setores produtivos e, portanto, em certos casos, poderiam tomar posições políticas divergentes. Por exemplo, a saída de um ministro paulista, substituído por um conterrâneo seu, pode ser vista não como continuidade, mas como ruptura (analisaremos tal processo mais a frente).[22]

Desse modo, guardada a devida diferença em relação a considerar cada Estado da Federação como um ator político "consciente", concordamos com Cláudia Viscardi que analisa da seguinte forma a adesão dos representantes paulistas à candidatura de Rui Barbosa às eleições de 1910:

> São Paulo encontrava-se frágil durante o processo sucessório, em função da sua dependência em relação à política cambial em andamento. Ao mesmo tempo, buscava alternativas de ampliar o seu poder na Federação,

---

[22] Poulantzas alerta que a origem de classe dos indivíduos ligados à representação política não define diretamente os interesses a serem representados no interior do aparelho de Estado. A relação não é imediata e direta, mas é um indício a ser investigado. (*in:* PERISSINOTTO, 1994, p. 239)

> perdido desde o final do governo Rodrigues Alves. Tendo sido excluído de participar do governo Pena, tentou recompor o seu espaço, através do apoio à candidatura de Campista. Após a falência da mesma, temia que o Bloco no poder, encabeçado por um político militar oriundo de um estado economicamente voltado para o mercado interno, implicasse na alteração da política cambial em vigor, que lhe era favorável. Cabe destacar que, não obstante o apoio conveniente de Pinheiro Machado ao Convênio de Taubaté, Borges de Medeiros havia publicamente se manifestado contrário à política e valorização. E o próprio Pinheiro havia se oposto ao endosso federal ao empréstimo do Convênio. Restava a São Paulo tentar uma alternativa com Rui Barbosa, mediante o compromisso do baiano em manter a política cambial em vigor. Sabendo os custos advindos de permanecer na oposição, São Paulo lançou-se em uma aventura oposicionista, mas como pouco empenho, temeroso dos resultados de sua opção (VISCARDI, 2001, p. 206)

Logo, parece-nos legítimo retomar a questão da disputa sucessória e perceber que a clivagem não pode ser singelamente reduzida à polarização "mercado interno" X "mercado externo", mas sim a a análise sobre que candidato poderia significar maiores ou menores chances de uma dada fração de classe inscrever seus interesses na dinâmica do Estado restrito no decorrer do governo recém-eleito. Isto posto, é possível pensar que a trajetória do governo Pena com seu ensaio diversificador da economia colocou para as frações vinculadas à grande burguesia paulista a necessidade da construção de novas alianças políticas, donde a vinculação à candidatura do mineiro David Campista.

Por sua vez, a construção da candidatura Hermes da Fonseca pelos mesmos setores que controlavam e apoiavam o governo de Afonso Pena, isolava os representantes paulistas que, mesmo após a derrocada da candidatura Campista, se viram obrigados a apoiar a candidatura de Rui Barbosa, partindo dos acordos apontados por Viscardi na citação acima e pautados no discurso *Civilista*. Nunca é demais lembrar que a vitória de Hermes esteve longe de ser tranqüila e que seu governo conviveu com todas as marcas advindas desse disputado processo eleitoral. O retorno do Exército ao centro das discussões e decisões políticas, e toda a campanha movida pelo *civilismo* ressaltava justamente a divisão Civis *versus* Militares. O Exército tornava-se um ator político a ser considerado como aliado ou mesmo enfrentado dependendo da conjuntura.

Desta forma, consideramos que a vitória de Hermes da Fonseca abria uma brecha ainda mais evidente para que os "setores dominados da classe dominante" encontrassem espaços políticos e institucionais para terem seus interesses atendidos. A ausência de representantes que defendessem os interesses da cafeicultura paulista no primeiro escalão do governo era um sinal

evidente de que as condições para que tais setores avançassem em seu projeto contra-hegemônico estavam postas.

Entretanto, as coisas não foram tão simples assim. Por um lado o exército disputou concretamente o controle do novo governo, através da chamada Política das Salvações e por outro, mesmo que fosse possível governar sem um representante evidente da grande burguesia paulista no ministério, era ainda mais necessário garantir a continuidade do cerne da política de defesa do café. A busca por espaço político por parte as frações dominadas organizadas em torno da Sociedade Nacional de Agricultura[23] não poderia ser efetuada na direção da simples exclusão dos interesses cafeicultores: o caminho seria mais longo e árduo.

1.3.2 - A Política das salvações:

Uma das características mais marcantes do governo Hermes da Fonseca foi a chamada Política das Salvações. Concretamente, trata-se da intervenção federal junto às disputas sucessórias dos Estados de Pernambuco (1911), Ceará, Alagoas e Bahia (1912), dentre outros. Não consideramos necessário entrar nos pormenores de cada uma das intervenções. Em todos esses casos, o governo federal apoiou e interviu a favor de candidatos de oposição nos respectivos estados. Em Pernambuco, o governo federal apoiou as pretensões de Dantas Barreto (então ministro da Guerra de Hermes) contra o domínio de Rosa e Silva. Na Bahia, houve confrontos armados que levaram ao poder J.J. Seabra (então ministro da Viação de Hermes). No Ceará, o exército participou das pressões pela derrubada do governador e depois apoiou diretamente a candidatura de Franco Rabelo. Por fim, em Alagoas, o próprio primo do presidente seria alçado ao poder com apoio do exército. Qual o significado desta política e suas implicações para o período?

Autores como Edgar Carone, Maria do Carmo Campelo de Souza e Cláudia Viscardi concordam em apontar que a Política das Salvações seria a expressão dos conflitos entre o Exército e os grupos vinculados ao Senador Pinheiro Machado pelo controle político do governo Hermes. A historiografia tradicional aponta que estes dois grupos sustentaram a candidatura Hermes e, no primeiro biênio do governo, disputaram o seu controle. As *salvações* teriam sido a

[23] Que, como vimos acima, era o principal aparelho a partir do qual as frações dominadas das classes dominantes agrárias produziam seu discurso e articulavam a sua ação política.

forma encontrada pelo exército para enfraquecer os grupos políticos vinculados à Pinheiro Machado, especialmente no Nordeste. Essa é também a interpretação de José Murilo de Carvalho:

> Estas ambigüidades da candidatura Hermes manifestaram-se claramente nos conflitos surgidos durante seu governo entre militares e lideranças políticas estaduais apoiadas por Pinheiro Machado. A animosidade dos militares atingia o próprio Hermes quando este optava por apoiar seu mentor político. As salvações foram fenômenos típicos em que alguns militares, geralmente coronéis, tentavam desalojar oligarquias estaduais, contando com apoio (real ou presumido) da organização. (CARVALHO, 1997, p. 219)

Para Edgar Carone, por sua vez, o exército visava mais do que desalojar algumas oligarquias, pois pretendia empreender uma luta total contra elas (CARONE, 1983, p. 295), principalmente a partir de um discurso moralizador da política nacional[24]. A intenção do exército, segundo Carone, seria retomar o controle do executivo, retornando assim ao centro do poder político nacional. Contudo, ao final, essa tentativa terminou em um considerável fracasso:

> O que se dá com os governos de Franco Rabelo, Dantas Barreto, Clodoaldo da Fonseca e outros é, simplesmente, a tentativa impossível de assegurar um suposto objetivo inicial - acabar com as oligarquias corruptas e opressoras - mas que acaba em retorno a esta mesma realidade (CARONE, 1997, p. 296)

Tal fracasso estaria ligado, portanto, ao fato de que, ao apoiar as oposições estaduais, o exército não estaria excluindo as **oligarquias**, mas apenas substituindo uma por outra. Ao mesmo tempo, não tendo sucesso as intervenções junto à São Paulo e ao Rio Grande do Sul, assim como a inexistência de uma tentativa junto ao estado de Minas Gerais, permaneciam intactas as bases *oligárquicas* mais importantes do regime.

Para explicar esse processo, Maria do Carmo Campelo de Souza destaca que, no início do governo, Hermes da Fonseca se dividia entre o círculo de militares e os compromissos partidários com o Partido Republicano Conservador (agremiação fundada para dar sustentação política ao governo e que tinha em Pinheiro Machado seu principal líder):

---

[24] Como vimos na introdução, Rogério Rosa Rodrigues defende que este aspecto esteve diretamente relacionado à forma como o exército organizou a intervenção armada no Contestado (Cf. RODRIGUES, 2008)

> A gestão Hermes da Fonseca iria repousar, aparentemente, nas seguintes forças: Rio Grande do Sul, Estados do Norte, satélites de Pinheiro Machado; Pernambuco e Minas Gerais, o grupo formado por militares mais ligados ao marechal e por familiares do presidente ingressos na política. Tais forças, que se haviam congregado para dar a vitória ao Presidente Hermes, dispersaram-se, entretanto, logo após sua posse, tão frágil eram os laços e tão antagônicos os interesses que as conjugavam no hermismo (SOUZA, 1988, p. 203)

Para a autora, tal divisão levaria o governo aos conflitos derivados das *salvações*, bem como à diminuição temporária do poder e da influência do senador gaúcho. Isto porque, os grupos depostos nos estados do nordeste eram especialmente vinculados à Pinheiro Machado que tentou, sem sucesso conter as intervenções. Souza aponta ainda as conseqüências mais duradouras para esse processo:

> Embora a intervenção militar pretendesse e efetivasse somente uma mudança superficial na estrutura política, as conseqüências da desordem causada pela intromissão do exército num domínio monopolizado por paulistas e mineiros acabaram por afastá-los daqueles militares inspiradores das intervenções federais. (SOUZA, 1988, p. 208)

Desta forma, a partir tanto de Carone quanto de Campelo Souza, é possível afirmar que os representantes militares utilizavam as intervenções nos estados como forma de enfraquecer os grupos civis vinculados ao Senador Pinheiro Machado e controlar o executivo federal.

Outra autora, parte desta mesma constatação para uma conclusão que consideramos interessante. Cláudia Viscardi defende a hipótese de que a Política das Salvações teria sido o reverso da chamada Política dos Governadores inaugurada por Campos Sales. A interferência nas sucessões estaduais nacionalizaria os conflitos regionais, na intenção de controlá-los a partir do governo federal. Nesta política, o exército não procurava destruir as oligarquias, mas associar-se a algumas delas (aquelas que estavam formalmente nas oposições estaduais), a fim de encontrar mais espaço para sua inserção na política brasileira:

> O discurso militar que justificava as intervenções e atraía as oligarquias para uma aliança era o da defesa de uma distribuição de poder mais eqüitativa entre as unidades federadas brasileiras. Cientes de que os médios e grandes estados eram responsáveis pela condução do regime republicano, os militares sabiam que a única forma de tornarem-se atores políticos competitivos seria através da formação de um eixo alternativo de poder, composto por eles e pelos pequenos estados. Este anseio dos

> militares era igualmente partilhada pelas oligarquias que se encontravam marginalizadas do poder, o que propiciou o advento de uma aliança entre os militares e as oligarquias emergentes destes estados. Para as últimas, a parceria com os militares, naquele contexto, seria a única forma de combater seus rivais locais, comprometidos com os chefes políticos dos grandes estados, que exerciam o controle político do país desde a gestão de Campos Sales. (VISCARDI, 2001, p. 224)

O problema desta última interpretação reside, novamente, na concepção que vê apenas os *estados* como atores políticos. Mesmo quando Viscardi procura explicar a emergência de grupos divergentes dentro das unidades federativas, são estes os atores que importam. O eixo alternativo de poder, para esta autora, seria composto pelo Exército em conjunto com os “pequenos estados”, agora governados por oligarquias livres da interferência dos “grandes estados”. Por certo, não estamos propondo que o Exército nesta situação seja uma classe social em luta contra as demais. Consideramos necessário reafirmar que a corporação militar intentava concentrar maiores poderes políticos a partir da associação com grupos específicos no interior dos estados do nordeste, mas é preciso verificar os conflitos *de classe* no período para dele ter uma visão mais abrangente.

Como vimos, o governo Hermes da Fonseca, inaugurou uma fase onde os espaços para a institucionalização dos interesses das frações dominadas da classe dominantes seriam efetivamente maiores. Nossa hipótese é que uma parcela desta conjuntura se deve à Política das Salvações no sentido de que ela evidenciava para as frações de classe uma concreta disputa pelo controle do executivo federal, dando margem a pretensões as mais diversas.

É a partir desta perspectiva que podemos entender, por exemplo, a postura de J. J. Seabra que, mesmo alçado ao poder pelos militares salvacionistas, apenas dois anos depois será um importante articulador da candidatura oficial de Wenceslau Brás. Seabra, portanto, não fazia parte de um “eixo alternativo de poder”, mas encontrou na conjuntura complexa do governo Hermes, espaço para tornar-se um ator político importante, representando interesses junto aos órgãos federais tanto na gestão em questão quanto no governo seguinte.

Estamos propondo que o contexto junto ao qual uma política econômica que privilegiava os interesses da grande burguesia paulista era mantida por um governo que não tinha representantes diretos desta fração de classe entre os seus principais dirigentes, constituía-se num quadro promissor para a tentativa de inscrição de novos interesses no aparelho de estado. As Salvações

nos parecem ter se constituído numa destas tentativas, mesmo que o seu ator principal - o exército - não tenha um conteúdo classista evidente.

1.3.3 - A Instalação do MAIC como expressão das hipóteses que estamos defendendo:

Gostaríamos de passar a um exemplo concreto que, no nosso entendimento, demonstra em que medida a conjuntura do governo Hermes foi mais favorável às frações dominadas da classe dominante, no sentido das oportunidades e espaços para inserção de seus interesses junto ao aparelho de Estado. Conforme citado anteriormente, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) foi, sem dúvida, o principal espaço para institucionalização das demandas das frações agrárias não vinculadas à produção cafeeira. Implantado em 1906, mas efetivado apenas em dezembro de 1909, sua criação deveu-se em grande parte à intensa campanha movida pela Sociedade Nacional da Agricultura, que congregava, justamente, os setores menos dinâmicos dentre os proprietários rurais brasileiros[25].

Sonia Mendonça demonstra como a aprovação deste ministério no legislativo esteve diretamente associada à aprovação das medidas necessárias à realização da chamada valorização do café. Desta forma, a criação desta agência estatal teria sido utilizada como moeda de troca junto aos representantes dos cafeicultores no sentido de garantir-lhes o voto para a criação e, posteriormente, para a instalação do ministério.

Gostaríamos, porém de chamar a atenção para um outro aspecto (não negligenciado pela autora): o fato da efetiva instalação do MAIC ter-se dado exatamente no momento em que a força política dos cafeicultores junto ao governo federal mostrava-se mais fragilizada.

> Não por casualidade, a efetiva instalação do órgão se faria durante a gestão de Nilo Peçanha quando vice-presidente em exercício. Defensor do intervencionismo estatal em prol de todos os setores da produção agrícola, Nilo jogaria papel não pouco expressivo na conjuntura política específica prematuramente inaugurada pela nova sucessão presidencial, ao assumir a função de um dos principais articuladores da candidatura Hermes da Fonseca em oposição ao civilismo paulista encarnado em Rui Barbosa. O destino do Ministério esteve intimamente ligado a esta conjuntura. (MENDONÇA, 1997, p. 124)

[25] Esta parte do trabalho está explicitamente baseada na tese de Sonia Regina de Mendonça. Os dados e análises da autora são aqui trabalhados no sentido de compreendermos melhor o contexto do governo Hermes no sentido que estamos trabalhando.

Aqui podemos retomar a discussão acerca da análise *classista* da conjuntura em tela. A morte de Afonso Pena e a conseqüente assunção de Nilo Peçanha associadas à construção de uma candidatura sem a presença de representantes da grande cafeicultura de São Paulo, possibilitou o surgimento do espaço político necessário para a construção deste aparelho estatal vinculado aos interesses de frações agrárias contra-hegemônicas.

Ocorre que Nilo Peçanha indicou para ocupar o cargo de ministro, o secretário de agricultura de São Paulo, um *perrepista*[26] histórico, Antônio Candido Rodrigues. Tal fato pode ser explicado como uma tentativa de "contemporização" com a fração hegemônica, (MENDONÇA, 1997, p. 126) procurando evitar, assim, reações mais exacerbadas destes setores. Devemos lembrar que estamos tratando de divergências ocorridas entre frações da classe dominante e que a economia brasileira ainda dependia, sobremaneira, da exportação de café.

A demarcação das posições políticas com a campanha presidencial de 1910, porém, abriria uma oportunidade mais nítida para os segmentos ruralistas. Edgar Carone nos informa que em janeiro de 1910, numa tentativa de intervenção que interessava tanto aos militares quanto à Pinheiro Machado, foram enviadas tropas federais para o estado de São Paulo. Justamente Antonio Rodrigues, por conta de suas vinculações com os grupos dominantes paulistas, pediu demissão em razão desta ameaça de intervenção. O nome escolhido para substituí-lo à frente do Ministério foi o de Rodolfo Miranda, também paulista, porém de um grupo político divergente. Igualmente, o ministro nomeado por Hermes da Fonseca em novembro de 1910 foi Pedro de Toledo que, apesar de cafeicultor e também paulista, era membro da SNA e do PRC, além de *hermista* assumido. Logo, poderíamos supor que a intenção de Hermes era, para além de contemporizar com a fração hegemônica, criar um caminho para interferir na própria política estadual paulista, fortalecendo um determinado grupo mais ligado ao poder central.

Há que se ressaltar igualmente que atuação institucional do Ministério caminharia no sentido de concretizar uma dada intervenção em diversos estados através de múltiplos aparelhos vinculados e controlados por esta agência estatal. Ou seja, "*os anseios traduzidos na fala dos porta-vozes das frações dominadas da classe dominante começavam a assumir contornos de realidade institucional*" (MENDONÇA, 1997, p. 128). As mensagens presidenciais, enviadas anualmente ao Congresso Nacional fornecem interessantes indícios de que o governo Hermes

---

[26] Membro do Partido Republicano Paulista (PRP)

efetivamente assumira o discurso ruralista e incorporava a necessidade desta modalidade de intervenção.

Já em sua primeira mensagem, em maio de 1911, Hermes defendia uma agricultura mecanizada, moderna e diversificada, apresentando em seu texto uma espécie de lista das políticas a serem empreendidas pelo ministério:

> Precisamos em primeiro plano, de instituições práticas, de cursos ambulantes que instruam os homens do campo no manejo dos instrumentos agrários, processos modernos de cultura e de beneficiamento de suas colheitas, na criação dos animais domésticos e no aproveitamento racional dos produtos da lavoura. Impõe-se também a atenção do governo a necessidade imperiosa de formar profissionais para o magistério, para a direção dos laboratórios das estações experimentais e dos postos zootécnicos de que carecemos, para o exercício da medicina veterinária e os serviços atinentes à política sanitária e para orientar e dirigir a grande e a média propriedade, transformando os seus métodos de trabalho. (BRASIL. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da sétima legislatura pelo Presidente da República, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.* Rio de Janeiro, 1911, p. 67[27])

Chama atenção a diversidade de atividades que se pretendiam ver implementadas pelo ministério: cursos ambulantes, formação de professores, estações experimentais, postos zootécnicos. Também saltam aos olhos as tarefas a serem cumpridas no campo da "instrução": manejo dos instrumentos agrários, beneficiamento das culturas, medicina veterinária, política sanitária. Por fim, o texto da mensagem destaca o espaço para toda essa política: a média e a grande propriedade.

No ano seguinte, a mensagem enfatizava a constituição das chamadas inspetorias agrícolas, verdadeiros braços do ministério nos territórios estaduais e que tinham na propaganda uma de suas principais funções:

> O Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas continua a desenvolver em todo o território nacional a propaganda, por meio de demonstrações e pela distribuição de folhetos contendo ensinamentos úteis sobre questões concernentes à agricultura, das vantagens da lavoura mecânica, ao mesmo tempo em que procura colher elementos para os levantamentos da nossa estatística agro-pecuária (*Mensagem* 1912, p. 98)

[27] Doravante Mensagem.

Igualmente, na última mensagem, assinada pelo marechal Hermes em maio de 1914, encontramos a valorização da propaganda e da instrução empreendidas pelo ministério:

> A propaganda de agricultura prática feita de município em município, tem produzido resultados animadores, havendo sido instruídos pelo pessoal das inspetorias mais de 1000 aradores em diversos Estados. Dispõe o serviço atualmente, em diferentes pontos do país de 120 depósitos com cerca de 4000 máquinas agrícolas, destinadas a serem emprestadas, gratuitamente, aos agricultores que as solicitarem (*Mensagem*, 1914 p. 179)

Além da evidente defesa da mecanização da agricultura, os trechos selecionados acima evidenciam a constituição de uma determinada atuação institucional que configurava uma modalidade de intervenção política, marcada pela normatização e pelo controle. Através da propaganda e da difusão de máquinas e técnicas, o Ministério da Agricultura impunha saberes que ampliavam efetivamente a ingerência do governo federal sobre o espaço produtivo "*revelando em que medida a disseminação da técnica justificava a construção de práticas de poder*" (MENDONÇA, 1997, p. 155).

A atuação desta agência estatal mostrava-se fundamental para as pretensões dos setores ruralistas em manter e mesmo ampliar seu poder nos espaços regionais onde se encontravam à frente dos governos estaduais[28], mas igualmente significava a possibilidade de *nacionalizar* seus interesses e propostas políticas, disputando efetivamente espaços junto ao poder central. A presença dos elementos destacados acima na própria "fala" presidencial pode ser vista como um indício de que esta tentativa teve algum sucesso ao longo do governo Hermes da Fonseca.

1.3.4 - A sucessão de Hermes e a montagem do ministério de Wenceslau Brás.

A historiografia costuma identificar a escolha do candidato oficial à sucessão de Hermes da Fonseca como a retomada da aliança entre São Paulo e Minas numa tentativa clara de afastar o Rio Grande do Sul do centro do poder:

> A debilitação do poder de Pinheiro Machado pelo militarismo hermista veio permitir melhor funcionamento da orientação política emanada do

[28] Analisaremos os casos de Santa Catarina e Paraná nos capítulos seguintes.

> eixo Minas-São Paulo. A união dos dois Estados que se iniciara no governo Floriano e se firmara com Campos Sales solidificava-se mais uma vez após os reajustes efetuados no quatriênio 1910-1914. Anuladas as pretensões do Rio Grande do Sul, talvez as mais promissoras que tivera até então, a política do "café-com-leite" passou a controlar a vida republicana até 1930. (SOUZA, 1988, p. 212)

Não é necessário retomar a crítica referente à identificação dos Estados da Federação como atores políticos conscientes. Resta-nos aqui perceber que as composições políticas realizadas para a construção da candidatura Wenceslau Brás parecem ter sido mais complexas do que simples tomadas de decisão por parte dos estados. Entendemos que as frações paulistas procuraram encontrar maiores espaços nesta conjuntura sucessória, todavia, isso não se fez a partir da simples exclusão dos gaúchos e, muito menos, apenas com apoio dos mineiros. Havia certamente outros ingredientes no "café-com-leite" e podemos apontar alguns indícios para esta afirmação:

Em primeiro lugar, o último biênio do governo Hermes recolocou o Senador Pinheiro Machado enquanto uma das principais lideranças políticas do país. Isto polarizou a disputa sucessória a partir da criação de dois grupos, assim constituídos: vinculados à Pinheiro Machado e organizados no PRC estavam os "perrecistas", enquanto os "coligados" formavam o agrupamento unificado para enfrentar a predominância do senador gaúcho. Segundo Cláudia Viscardi, nenhum destes dois grupos tinha força suficiente para indicar sozinho o candidato oficial. Daí a recusa do nome do próprio Pinheiro Machado e a articulação para a construção de um nome conciliatório:

> Nada autoriza a dizer que a candidatura Wenceslau Brás tenha sido resultante de um acordo entre Minas e São Paulo contra o Rio Grande do Sul. O que se viu é que a mesma representou um acordo possível entre as partes em luta, capitaneadas por Francisco Sales e Pinheiro Machado, em que ambas saíram parcialmente derrotadas. Prorrogar os embates travados durante toda a gestão de Hermes seria colocar em risco o próprio regime republicano, principalmente pela presença acentuada dos militares na política. (VISCARDI, 2001, p. 246)

Para a autora, portanto, Wenceslau Brás teria sido o nome capaz de conciliar os interesses dos diversos grupos em disputa, ao mesmo tempo em que afastava os militares do centro do poder.

Em segundo lugar, gostaríamos de apontar uma outra relação que consideramos pertinente para a compreensão deste processo. Viscardi afirma ser impossível para qualquer candidatura

prescindir dos chamados “coligados”. Ao mesmo tempo, a autora demonstra que a aliança entre Minas e São Paulo nunca foi tão natural como grande parte da literatura deixa transparecer, mas que, ao contrário, as alianças entre mineiros, fluminenses e nordestinos foram ainda mais freqüentes. Partindo destes indícios, gostaríamos de sugerir que o espaço conquistado pelas frações dominadas da classe dominante agrária no final do governo Pena e durante a administração Hermes fez destes setores, importantes “atores políticos” capazes de interferir no jogo sucessório a fim de garantir a continuidade e até mesmo a ampliação dos seus interesses junto ao aparelho de Estado. Ou seja, se as disputas políticas no governo Hermes abriram espaços para essas frações, a solução conciliatória da candidatura Wenceslau não poderia abrir mão do apoio e da presença delas.

Um dos aspectos que podem comprovar a afirmação acima é a composição do ministério de Wenceslau: enquanto Sabino Barroso (Fazenda) e Tavares Lyra (Viação) eram membros do PRC; Carlos Maximiano (Interior), apesar de gaúcho, era adversário de Pinheiro; Lauro Müller (Relações Exteriores) estava vinculado aos coligados e era, naquele momento, presidente da SNA e, por fim, Pandiá Calógeras (Agricultura) era igualmente membro da SNA.

Esta composição do primeiro escalão do governo Wenceslau representa, no mínimo, mais do que um governo controlado pelos dois estados econômica e demograficamente mais importantes da federação. Embora o ministério mais importante do ponto de vista econômico (o da Fazenda) fosse ocupado por um “perrecista” ligado diretamente ao presidente, outras pastas foram destinadas a uma composição consideravelmente heterogênea.

Logo, nos parece sintomático que dois nomes vinculados diretamente à principal entidade da sociedade civil que, como vimos, congregava as frações dominadas da classe dominante agrária - a SNA - ocupassem cargos junto ao primeiro escalão do governo. Nesse sentido, a montagem deste ministério tanto pode ter significado uma retribuição aos grupos que apoiaram o presidente durante a campanha, quanto pode ser vista como conseqüência dos espaços conquistados pelos setores contra-hegemônicos no governo anterior e reafirmados no início desta nova administração.

No decorrer dos dois governos analisados aqui, aconteceria a Guerra do Contestado, conflito que teve intensa intervenção do poder central através da ação do exército. Nossa hipótese é que estas frações de classe que ampliaram sua participação e ocuparam postos junto ao aparelho de Estado “nacional” estavam também localizadas no interior da sociedade política do ponto de

vista regional (tanto no Paraná quanto em Santa Catarina). A luta política pela possibilidade de dirigir o Estado nacionalmente passava, de forma decisiva, pela necessidade de ampliar a importância econômica da agricultura praticada nestes estados (assim como nos demais estados onde a produção não estava vinculada à cafeicultura). Nesse sentido, o discurso e ação ruralista organizado em torno da necessidade da superação do atraso agrícola em que esta região supostamente se encontrava ganhou, no contexto dos governos Hermes e Wenceslau, uma importância política ainda maior, posto que seria o seu "sucesso" um dos elementos a legitimar a ocupação de postos ainda mais decisivos no próprio aparelho de Estado. Como veremos, a "solução" para a Guerra do Contestado passaria também por este debate.

2 - As classes dominantes e o ruralismo em Santa Catarina e no Paraná.

Para melhor caracterizar a relação entre o Estado e a Guerra do Contestado, analisaremos neste capítulo as frações da classe dominante agrária localizadas em Santa Catarina e no Paraná. Nosso objetivo é verificar de que forma tais segmentos incorporavam o projeto *ruralista* e como se relacionavam com as frações que atuavam junto ao governo central da república. Para tanto, estaremos preocupados em identificar nos discursos e nas ações dos governos estaduais elementos que nos permitam perceber as formas desta incorporação, inclusive levando-se em conta a possibilidade dos segmentos regionalmente localizados terem igualmente contribuído para a construção do próprio projeto *ruralista*. Desta forma, esperamos encontrar elementos que corroborem a relação entre o *ruralismo* e a exclusão dos *caboclos* na região contestada e, posteriormente, com a própria ação armada movida contra os rebeldes.

Para cumprir estes objetivos, dividimos o presente capítulo em três partes: faremos algumas indicações acerca das origens econômicas dos grupos dominantes nos dois estados, para depois caracterizar separadamente os segmentos catarinenses e paranaenses de tais frações. Por fim, abordaremos de forma breve a questão de limites existentes entre estes dois estados naquele contexto[29].

2.1 - Origens econômicas das frações dominantes locais.

As frações da classe dominante agrária localizadas nos estados do Paraná e Santa Catarina têm sua origem vinculada principalmente a duas atividades econômicas: a criação de gado e o complexo da exploração da erva-mate. Sintomaticamente, essas duas atividades econômicas têm importantes setores localizados na região do Planalto Serrano, cortado por rios, vales e serras e

[29] Como é fartamente conhecido, o nome do conflito que analisaremos adiante se deve, justamente, a essa disputa territorial. Para uma descrição mais detalhada da paisagem desta região, ver principalmente QUEIROZ, 1977, p. 16-19 e VALENTINI, 2000, p. 17-27. Para uma análise da questão de limites ver principalmente QUEIROZ, 1977 e MACHADO, 2004.

disputado entre os dois estados na questão de limites territoriais que perpassou toda a segunda metade do século XIX e só foi resolvida em 1916.

A história da ocupação territorial desta região esteve diretamente relacionada ao caminho dos tropeiros que vinham do sul da colônia em direção às feiras de Sorocaba. A *Estrada das Tropas*, o *Caminho do Sul* ou a *Rota dos Sertões para Viamão* foi, até o advento da estrada de ferro, a principal via de ligação entre o extremo sul e o restante do país (QUEIROZ, 1977, p. 23). A opção pela serra em detrimento do litoral deveu-se principalmente a dois fatores: a maior facilidade para atravessar os rios, menos caudalosos em cima da serra e à existência de amplas áreas de campos de pastagem para criação e engorda do gado.

Ao longo deste caminho estabeleceram-se fazendas e pousos para a o descanso e engorda do gado transportado do sul da colônia em direção às províncias centrais. As primeiras vilas e cidades da região surgiam igualmente em torno deste caminho. O principal pólo econômico catarinense da região foi a Vila de Lages, fundada em 1771, de onde saíram as expedições que descobriram e habitaram importantes pontos posteriormente conflagrados na Guerra do Contestado: Campos Novos, Curitibanos e Canoinhas (AURAS, 2001, p. 24).

Do lado paranaense, temos em 1809 a conquista da região conhecida como Campos de Guarapuava. Depois de violentos conflitos com os indígenas, a região tornou-se um importante centro criador de gado. Em 1821, havia em Guarapuava 14 grandes fazendas e cerca de quatro mil cabeças de gado. Segundo as informações de um autor do século XIX, o gado era criado à solta na região e os donos das fazendas continuaram morando nos Campos Gerais - mais próximos de Curitiba (Cf. LIMA, 1842). Alguns anos mais tarde, em 1839, temos a informação de que *"Guarapuava muito opulenta, não havendo mais lugar para se estenderem as fazendas e o estabelecimento de novas"* (BANDEIRA, 1851), indicando a necessidade da expansão territorial para outras regiões.

É neste contexto que, no mesmo ano de 1839, se anunciava a descoberta dos Campos de Palmas por duas associações rivais que partiram de Guarapuava. As disputas entre as associações propiciaram, desde os primórdios da ocupação desta região, conflitos e dúvidas sobre a posse das terras descobertas. As terras da região foram divididas finalmente em 37 fazendas de criação e, em 1850, as fontes já indicavam cerca de 36.000 cabeças de gado criadas geralmente à solta (QUEIROZ, 1977, p. 28).

Mas a pecuária não foi a única atividade econômica que contribuiu para o processo de ocupação da região. A coleta da erva-mate marcou profundamente as relações sociais da região contestada, contribuindo para a definição dos contornos da formação social tanto no Paraná quanto em Santa Catarina.

A coleta da erva mate na região foi, durante muito tempo, atividade dos setores mais pobres da população rural (VALENTINI, 2000, p. 37). Trabalhadores excedentes da atividade pastoril ocupavam terras devolutas com suas roças e utilizavam a coleta do mate, seguida da venda para intermediários como atividade complementar de subsistência. Além desta coleta "familiar", pelo menos até o final do século XIX, os agregados das fazendas podiam colher o mate nas terras dos fazendeiros para consumo próprio e para revenda. Outra forma comum de extração da erva era a contratação de turmas de "peões ervateiros" que se embrenhavam nas matas atrás dos ervais nativos.

A economia do mate sofreu importantes transformações na segunda metade do século XIX decorrentes do monopólio estatal da decretado pelo governo paraguaio e a posterior guerra envolvendo todo o Prata. O mate da região contestada teve assim uma súbita valorização e os "coronéis" passaram a limitar o acesso aos ervais em suas fazendas, destruindo um costume, empobrecendo os agregados que dependiam desta atividade e, certamente, aumentando as tensões sociais. As terras devolutas que possuíam ervais tornaram-se mais atrativas a grandes fazendeiros, incrementando o processo de expulsão de pequenos posseiros e, conseqüentemente, aumentando os conflitos e a violência na região.

Desta breve caracterização das atividades econômicas da região contestada, se depreende a formação de dois grupos sociais pertencentes às frações dominantes agrárias catarinense e paranaense. Em primeiro lugar a classe dominante tradicional, uma camada de grandes fazendeiros ligados a atividade pecuária e normalmente identificados como os “coronéis” da região. Embora, como veremos, seu capital político se mantivesse bastante alto na primeira república, essa fração passava por uma crise econômica decorrente tanto da expansão ferroviária que retirava do caminho das tropas a importância tida até então, quanto da concorrência de outras regiões do país, mormente da produção de gado mineira.

O segundo grupo, embora estivesse vinculado diretamente a uma atividade agrária, se caracterizava muito mais pelo beneficiamento e pela comercialização da erva-mate, comprando a produção do *caboclo serrano* e transportando-a até o sul do país, diretamente para a Argentina ou

ainda para os portos de Paranaguá e São Francisco. Essa camada de comerciantes (identificada como *burguesia ervateira*), encontrava-se, no início do século XX, justamente em vias de ocupar importantes postos nos espaços políticos regionais, sobretudo paranaenses.

No período que nos interessa mais de perto, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, podemos apresentar importantes transformações econômicas que contribuíram para novas relações políticas em ambos os estados. Em primeiro lugar, a chegada de imigrantes estrangeiros, normalmente ligados a projetos estatais ou particulares, transformava a propriedade da terra, paulatinamente, em uma mercadoria valiosa, ao mesmo tempo em que concorria para uma maior diversificação da produção agrícola da região serrana. A passagem da estrada de ferro se, de um lado, colocava em crise a tradicional economia baseada no tropeirismo, por outro, representava a possibilidade de novos negócios relacionadas à exploração de madeira e à produção das colônias de imigrantes.

Tais transformações, no nosso entendimento, devem ser consideradas para compreendermos corretamente os novos “interesses” das frações dominantes agrárias locais e suas relações com os grupos estrangeiros que então chegavam à região. Estamos apontando que o contexto do início do século XX apresentava para as frações agrárias locais a necessidade de uma reconversão produtiva tanto no sentido da diversificação da produção quanto na necessidade de modernização/tecnificação da produção.

Esse conjunto de transformações deve ser compreendido ainda a partir de um processo histórico fundamental: a acumulação de capitais tanto por parte da burguesia ervateira, quanto pela valorização da terra em função da passagem da estrada de ferro e da instalação das serrarias e a difícil consagração da propriedade privada da terra na região serrana.

As frações dominantes agrárias da região, portanto, tinham interesses específicos a inscrever no aparelho de estado tanto local quanto nacionalmente e, exatamente nesse sentido, se vincularam ao *ruralismo* que identificamos no capítulo anterior. Estamos propondo que o conjunto de transformações econômicas pelas quais passavam os estados do Paraná e de Santa Catarina no início do século XX tornava essencial para a reprodução das classes dominantes locais, a elaboração e adoção de políticas diversificadoras e modernizadoras que estiveram em constante diálogo com o projeto político *ruralista* da Primeira República. Tentaremos, a seguir apresentar alguns elementos que comprovem essa afirmação, pretendendo identificar melhor essas frações de classe.

2.2 - As lideranças políticas das frações dominantes catarinenses na Primeira República.

Não há como analisar as classes dominantes no sul do Brasil e suas inserções políticas sem tratar da chamada Revolução Federalista. Este movimento armado influenciou todos os conflitos políticos locais no início do período republicano, condicionando a formação das principais lideranças políticas nos três estados do Sul.

A Revolução Federalista teve origem nas disputas pelo poder político no Rio Grande do Sul logo no início do período republicano. Julio de Castilhos, apoiado diretamente pelo presidente Floriano Peixoto derrotou Silveira Martins nas eleições de 1893 para aquele estado. Os derrotados se rearticularam e iniciaram um movimento armado contra o governo centralizador de Floriano e na defesa de um regime parlamentarista. Ficaram então conhecidos como *federalistas* ou *maragatos*. As forças oficiais, por sua vez, ganharam a alcunha de *pica-paus* e tiveram em Pinheiro Machado uma de suas principais lideranças, à frente da chamada Divisão do Norte (WACHOWICZ, 2000, p. 165ss.). Os revoltosos tomaram o controle político do Rio Grande do Sul e invadiram Santa Catarina e o Paraná, chegando até a cidade de Ponta Grossa no início de 1894. Os sucessos militares dos maragatos, contudo, duraram pouco tempo. A contra-ofensiva florianista fez com que os revoltosos se retirassem em direção aos pampas gaúchos e depois da morte de seu principal líder, Gumercindo Saraiva, fugissem para a Argentina e o Uruguai[30].

A passagem da Revolução Federalista por Santa Catarina marcou profundamente a política local. O controle do Partido Republicano Catarinense ficou completamente nas mãos daqueles que haviam lutado contra os maragatos: Hercílio Luz, Lauro Müller, Felipe Schimidt, Lebon Régis, dentre outros, consolidaram sua liderança a partir do capital político adquirido na resistência aos federalistas. (MEIRINHO, 1997, p. 123). Por sua vez, os políticos que apoiaram a revolução federalista, como Abdon Baptista, Eliseu Guilherme e Alexandre Bayma, só ocuparam cargos políticos importantes após a conciliação ocorrida em 1902 e, mesmo assim, continuaram alijados dos principais postos do aparelho de estado.

---

[30] Como veremos no capítulo 5, importantes lideranças caboclas da Guerra do Contestado tiveram relações com a Revolução Federalista. Além disso, a memória deste conflito ainda estava bastante presente na região quando explodiu a guerra. (Cf. MACHADO, 2004, p. 89-90).

Neste contexto cristalizaram-se os dois principais nomes da política catarinense para o período: Lauro Müller e Hercílio Luz. A título de melhor identificar tais lideranças políticas, apontamos abaixo algumas características biográficas.

Hercílio Pedro da Luz (1860 - 1924) era engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e pela Universidade de Gent em Liége - Bélgica. Filho de comerciante, Hercílio foi diretor de obras públicas em Florianópolis e Comissário de Terras e Colônias em Blumenau. Exerceu os seguintes mandatos: Governador entre 1894 e 1898 e entre 1922 e 1924 e Senador por três mandatos entre 1900 e 1922. Foi um dos principais líderes na resistência aos federalistas e segundo Jali Meirinho, "*A liderança de Hercílio Luz ganhou conotação personalística e carismática*" (MEIRINHO, 1997, p. 126). Entre 1902 e 1914 se colocou na oposição à situação estadual e em 1908 lançou o jornal *A Gazeta Catarinense* para fazer o contraponto ao jornal situacionista *O Dia*, dirigido por Henrique Rupp Jr. A ruptura no Partido Republicano Catarinense se acentuou quando Hercílio aderiu à campanha civilista de Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca. A derrota eleitoral de Rui abalou o *hercilismo*. Numa nova conciliação da política catarinense, Hercílio retornou ao governo do estado em 1922 como vice de Lauro Müller que renunciou para manter seu mandato de senador[31].

Lauro Severiano Müller (1863 - 1926) era também engenheiro, formado pela Escola Militar da Praia Vermelha (RJ), onde teve contato com as idéias positivistas. Filho de comerciante, Lauro Müller foi nomeado pelo Marechal Deodoro primeiro presidente republicano do Estado de Santa Catarina. Exerceu o mandato até 1891 quando foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte. A partir daí, optou sempre pelos mandatos federais, estando próximo ao círculo central do poder na Primeira República. Eleito Senador quatro vezes entre 1900 e 1921, exerceu também os cargos de Ministro da Viação e Obras Públicas entre 1902 e 1906 e de Ministro das Relações Exteriores nos governos Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás, entre 1912 e 1917. Seu nome foi cogitado para a sucessão presidencial, mas vetado por conta da acusação de *germanófilo*, frente à conjuntura aberta pela Primeira Guerra Mundial. Foi ainda presidente da Sociedade Nacional de Agricultura entre os anos de 1912 e 1921 e membro da Academia Brasileira de Letras[32]. Segundo Jali Meirinho, Lauro Müller exercia seu poder

---

[31] Fontes consultadas: MEIRINHO, 1997; PIAZZA & HÜBENER, 2003 e www.senado.gov.br

[32] Fontes consultadas: MEIRINHO, 1997; PIAZZA & HÜBENER, 2003; MENDONÇA, 1995; MACHADO, 2004 e www.senado.gov.br

diretamente da capital federal "*manipulando as peças da vida política barriga-verde*" (MEIRINHO, 1997, p. 126).

Sobre o período que nos interessa mais de perto, fica evidente o controle do governo catarinense pelo grupo liderado por Lauro Müller. Podemos assinalar, por exemplo, que Vidal Ramos (governador entre 1902 - 1905 e entre 1910-1914) e Gustavo Richard (governador entre 1906 e 1910) eram aliados diretos de Müller, bem como. Felipe Schimidt, (governador entre 1914 e 1918), seu primo. Em um editorial escrito para criticar o político catarinense, o jornal Diário da Tarde (de Curitiba) listou 31 parentes de Lauro Müller que ocupavam cargos públicos em 1913 (DIARIO DA TARDE, 4/10/1913).

O que as trajetórias pessoais dos dois principais líderes catarinenses nos informam? Primeiramente, sua origem de classe não é diretamente agrária. Nos dois casos, são engenheiros filhos de comerciantes. Outra característica comum é que construíram expressivas carreiras políticas, ocupando diversos cargos junto ao aparelho de Estado. Jali Meirinho indica as mesmas características para quase toda a "oligarquia" catarinense:

> Estas oligarquias tiveram formação singular porque não nasceram de um grupo familiar, econômico ou no latifúndio. Identificam-se mais com as lideranças urbanas e estão bem personificadas no bacharelismo e na burocracia estadual. Seus líderes surgiram dentro dos quadros político-administrativos do Estado. Apesar da origem burocrática, um braço da oligarquia *barriga-verde* veio do setor latifundiário familiar, representado pelo grupo lageano dos Ramos, cujo patriarca, Vidal José de Oliveira Ramos, político desde o Império manteve a família no poder até os anos 60. (MEIRINHO, 1997, p. 125)

Sobre esta caracterização, gostaríamos de tecer duas considerações: em primeiro lugar, consideramos que os fazendeiros de Lages e do planalto norte de Santa Catarina eram mais do que um "braço" da oligarquia, constituindo-se em parte importante da fração dominante naquele estado durante a Primeira República e, mesmo posteriormente. Lages era a principal cidade serrana e centro tanto da economia tropeira quanto da exploração da erva-mate. Dentre os governadores catarinenses, além de Vidal Ramos, Felipe Schimidt também era natural de Lages. Em segundo lugar, por mais que nem todas as lideranças políticas catarinenses tivessem uma origem econômica evidente como o latifúndio, sua presença no aparelho de estado representava certamente a defesa de determinadas políticas econômicas que, ao fim e ao cabo, significavam a concretização de interesses destas mesmas frações. A origem de classe não determina diretamente

a posição de classe. A questão aqui, portanto, consiste em identificar quais interesses de classe tornaram-se vitoriosos com o controle que o grupo *laurista* exerceu sobre o aparelho de estado em Santa Catarina ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

Entendemos que há indícios suficientes para afirmar que as administrações de Vidal Ramos à frente do executivo estadual catarinense e as políticas adotadas por Lauro Müller à frente do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP) evidenciavam uma adesão às propostas políticas e econômicas *ruralistas*, bem como aos valores ideológicos produzidos/defendidos pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Mesmo antes de Lauro Müller tornar-se presidente da própria Sociedade Nacional de Agricultura (cargo que ocupou de 1912 a 1921), podemos identificar elementos que confirmam o que acabamos de indicar, a partir da análise dos relatórios ministeriais produzidos e assinados durante sua passagem à frente da pasta da Viação, Indústria e Obras Públicas. Três dos quatro relatórios apresentados por Müller ao presidente Rodrigues Alves, traziam uma seção específica destinada, justamente, a ressaltar a contribuição dada pela SNA ao trabalho do ministério, além de defender explicitamente a criação do Ministério da Agricultura - principal bandeira da agremiação ruralista naquele contexto.

Como exemplo deste aspecto, podemos citar um trecho do relatório de 1905:

> Sociedade Nacional de Agricultura.
> Com a mesma dedicação e perseverança, continua esta sociedade, interessada no estudo das questões agrícolas e na propaganda a favor da lavoura nacional, conseguindo os seus patrióticos desígnios, por si mesma ou mediante a ação das instituições congêneres nos Estados, em geral identificadas com o seu programa ou estimuladas pelo seu exemplo.
> Após longos anos de árduo e incessante labor, lutando a princípio com a indiferença que acolhe comumente qualquer tentativa contra hábitos e praticas radicados pelo uso, já se faz sentir com a influência da missão que ela, abnegada e devotadamente, vai exercendo no seio das classes rurais, como assinalam as manifestações da iniciativa privada em cometimento dignos de aplausos e promissores de valiosas conquistas de ordem econômica (BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller no ano de 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p.3[33]).

[33] Doravante, RELATÓRIO MIVOP 1905.

Importante notar que tal seção dedicada à SNA esteve invariavelmente localizada no início dos relatórios elaborados por Lauro Müller[34] e que manteve igualmente o tom laudatório acerca da entidade. Também é importante notar que o Ministério encarregava a SNA quanto à execução de algumas políticas como a propaganda do Álcool e o controle sobre a entrada de animais reprodutores no Brasil. O Ministério assumia, por sua vez, algumas atividades anteriormente desenvolvidas pela SNA, como a distribuição de sementes aos estados da federação[35]. A relação entre MIVOP e SNA pode ser ainda percebida na existência das *Fazendas Santa Mônica* e *da Penha*, cedidas pelo governo federal para tornarem-se respectivamente campos de experiência e demonstração e horto frutícola sob responsabilidade da entidade. Por fim, podemos inferir que a SNA influía diretamente nas decisões do ministério. Lauro Müller admite em 1906 que o ministério confiava à SNA diversas tarefas, "*além dos serviços que ela presta dedicadamente ao Governo nas consultas que lhe são dirigidas em assunto de agricultura e sobre a restituição de despesas com a importação de reprodutores de raça*" (RELATÓRIO MIVOP, 1906, p. 3-4)

Há ainda outro aspecto que merece ser destacado para demonstrar como Lauro Müller contribuía para a inscrição dos interesses ruralistas junto ao aparelho de Estado. Malgrado significar a divisão da pasta que ocupava, Müller defendeu a criação do Ministério da Agricultura. Os dois primeiros relatórios apenas indicavam a necessidade de reorganização do ministério, especialmente em relação à agricultura. Em 1905, o tom do discurso tornou-se claramente favorável à criação da nova agência estatal:

> A agricultura é por isso mesmo, quem mais deve esperar uma direção emancipada de outros problemas absorventes, confiada a quem dela tenha noções práticas que somente no seu convívio duradouro se estuda e adquire e que se não confunde com as expansões teóricas que forma boa parte da nossa literatura agrícola. Acompanho nesse pensar as manifestações do Congresso Nacional e as idéias da Mensagem de V. Ex. convencido de que devemos reorganizar os serviços da agricultura, comércio e industrias. Enquanto assim não se faz, tenho procurado animar a produção, ora criando-lhes transportes, ora melhorando quanto possível as condições técnicas e financeiras do que possuímos. Por outro lado, generaliza-se o salutar movimento em favor da produção agrícola, que os Estados buscam amparar e multiplicam-se as sociedades de agricultura,

[34] Aspecto mantido pelo ministro seguinte, Miguel Calmon Du Pin que igualmente tornar-se-ia presidente da SNA e, posteriormente, Ministro da Agricultura.
[35] Política da SNA desde 1898, financiada pelo MIVOP a partir de 1902.

> apoio precioso que a iniciativa e dedicação dos particulares oferece a ação dos Governos. Tenho-me esforçado por harmonizar a ação oficial com a dessas beneméritas associações, que, além do serviço diário e continuo de propaganda e instrução, já realizaram exposições e congressos, cujo primeiro beneficio está em dar-nos a nós mesmos um conhecimento mais exato da nossa situação econômica e dos progressos das nossas industrias (RELATÓRIO MIVOP, 1905, p. VI).

Além da referência explícita para separar a questão da produção agrícola dos outros "problemas absorventes", temos a defesa da entrega do novo departamento a quem tenha um conhecimento *prático* de agricultura. Devemos citar ainda que Lauro Müller afirma textualmente *harmonizar* a ação do MIVOP com as sociedades de agricultura nos estados.

No ano seguinte, depois de declarar-se um dos políticos mais esperançosos acerca dos resultados advindos da criação do Ministério da Agricultura, Müller afirma em seu relatório:

> Organizado que seja, como um centro de impulsão e de educação, com caráter técnico e prático, o novo departamento administrativo poderá presidir a criação de uma agricultura racional, segundo os métodos e processo adaptáveis dos países adiantados, onde as indústrias agrícolas convivem com os laboratórios e vivem experimentalmente (RELATÓRIO MIVOP, 1906, p. IV)

Assim, a função do Ministério seria contribuir para a superação do *atraso* vivido pelo meio rural brasileiro, pois, através dele, adaptaríamos os métodos racionais já utilizados pelos países desenvolvidos, à agricultura brasileira. Exatamente a argumentação *ruralista* que apresentamos anteriormente.

Os trechos acima, no nosso entendimento, permitem apontar Lauro Müller enquanto representante dos interesses das frações dominadas das classes dominantes agrárias junto ao aparelho de estado, mesmo que sua origem não fosse diretamente agrária ou mesmo latifundiária. Como figura catarinense com maior importância política no cenário nacional, tal caracterização nos parece fundamental para percebermos como materialização de tais interesses em Santa Catarina[36] esteve articulada com as disputas em torno da direção do Estado Republicano.

Outro representante catarinense dos interesses *ruralistas* nos parece ser Vidal Ramos. Como vimos, governou o estado por duas vezes no período que mais nos interessa e era grande fazendeiro pecuarista da região de Lages. Como indicado acima por Jali Meirinho, Vidal faria

---

[36] Assunto que trataremos no próximo capítulo.

parte do “braço” latifundiário/familiar da oligarquia catarinense. Esta característica, porém, não impediu que Ramos incorporasse e defendesse os pressupostos modernizadores ruralistas. Para comprovar tal afirmação recorreremos mais uma vez à documentação oficial, especialmente às mensagens enviadas por ele à assembléia legislativa do estado de Santa Catarina.

Nas quatro mensagens de sua primeira passagem pelo governo estadual encontramos referências explícitas acerca das vantagens do ensino das práticas agrícolas modernas. Depois de diagnosticar a *crise* vivida pela agricultura do estado[37], Vidal Ramos propôs, como soluções, a redução de impostos, a propaganda e:

> ... o ensino profissional prático, encaminhado especialmente no sentido de demonstrar aos agricultores as vantagens da aplicação de modernos métodos de cultura e de aparelhos aperfeiçoados, que tornam a a produção mais fácil e por isso mesmo, mais barata (ESTADO DE SANTA CATARINA - *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de Julho de 1903 pelo Vice-Governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior*. Florianópolis: Typ. Da Livraria Moderna, 1904, p. 32)[38].

A fim de concretizar esta proposta, Vidal Ramos transferiu a Escola Agronômica de Blumenau (fundada em 1899) para uma localidade próxima à capital e criou o Campo de Demonstração de Lages, propondo ainda a instalação de um Posto Zootécnico anexo a este (MENSAGEM SANTA CATARINA, 1903, p. 28; MENSAGEM SANTA CATARINA, 1905, p. 25 e MENSAGEM SANTA CATARINA, 1906, p. 30/31). Sobre o ensino agronômico, Vidal Ramos afirmou ainda:

> Tão valioso departamento de ensino prático de agricultura e de propaganda agrícola, a ativação que melhor se coadune com o estímulo e ensinamentos de que tanto carece a nossa lavoura, no sentido de ir, desde já, aparelhando os nossos lavradores para as grandes conquistas da vida moderna (MENSAGEM SANTA CATARINA, 1906, p. 30).

Nestas passagens fica evidente a incorporação de elementos chave do discurso *ruralista*, especialmente na ênfase dada ao caráter pedagógico, necessário à *modernização* da lavoura.

---

[37] A idéia de que a agricultura nacional passava no início do século passado por uma verdadeira *crise* também faz parte das construções ideológicas ruralistas. Cf. MENDONÇA, 1997, especialmente capítulo III.

[38] Doravante MENSAGEM SANTA CATARINA, 1904.

Na sua segunda administração estadual, Vidal Ramos foi ainda mais enfático quanto à necessidade do ensino agronômico. Novamente recorrendo a idéia de crise (nacional) da agricultura, provocada pelo atraso do homem do campo, o pecuarista lageano afirma:

> Serviço Agronômico - De alguns anos a esta parte, penetrou felizmente na consciência nacional a benéfica e salvadora convicção de que nossa agricultura precisava fazer novo rumo. Efetivamente, a iniciativa de nossos agricultores estreita-se apertada e manda no círculo de ferro da mais pesada rotina. De essencialmente agrícola, o país apenas tem o nome (MENSAGEM SANTA CATARINA, 1911 p. 45).

Além dos elementos discursivos apontados acima, nesta mensagem, encontramos a solicitação para que o governo federal assumisse as despesas com a Estação Agronômica de Estreito e com os Campos de Demonstração de Blumenau e Lages. Solicitava ainda ao Ministério da Agricultura a fundação de uma Escola Prática de Agricultura e de um Aprendizado Agrícola (MENSAGEM SANTA CATARINA, 1911, p. 52). A existência e a preocupação com estes espaços de formação para os "agricultores" podem ser apontadas como fortes indícios da presença dos argumentos e práticas ruralistas em Santa Catarina no governo Ramos. Tal presença fica ainda mais evidente se tomarmos um outro trecho do relatório onde Vidal Ramos completava o seu diagnóstico da crise rural:

> A indústria de laticínios, a cultura dos cereais, principalmente a do trigo, a fruticultura que só por si constituirá uma inesgotável riqueza, as florestas intermináveis de pinho e erva-mate - bastariam para fazer a prosperidade econômica do Estado. Entretanto, o forte e robusto habitante dos nossos campos leva uma existência vegetativa, sem estímulo, sem iniciativa, muitas vezes no ócio, porque a terra exuberante e fecunda lhe dá, por assim dizer, espontaneamente o necessário para a vida simples a que está habituado (...) A causa da inferioridade dos nossos produtos encontra-se nos processos primitivos que a rotina mantém de modo absoluto, firmada no completo desconhecimento da cultura racional da terra, que tem feito a prosperidade de povos que nos devem servir de exemplo e guia (MENSAGEM SANTA CATARINA, 1911, p. 68/69).

Este trecho é sem dúvida uma excelente síntese ruralista: "a natureza exuberante contrastando com o atraso dos trabalhadores rurais presos a uma rotina primitiva". A solução para tal diagnóstico estaria no ensino agronômico ministrado nas escolas e aprendizados já existentes e em duas outras iniciativas. As mensagens traziam algumas informações sobre os "professores

ambulantes de ensino agronômico" que atuavam nas produções de laticínios, fumo e trigo, além de fazer propaganda do cooperativismo.

A outra iniciativa que nos parece interessante é a criação até 1914 de 49 "depósitos de máquinas agrícolas" destinados à instrução e ao empréstimo de equipamentos "modernos" aos agricultores:

> Estabelecido o depósito são congregados os lavradores e em reunião, onde é ouvida uma conferência prática sobre o assunto, lavra-se uma área de terras, exercitando-se um a um os lavradores presentes. O material do depósito fica então destinado a modelo, propaganda e empréstimo a esses lavradores (ESTADO DE SANTA CATARINA. *Sinopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João Guimarães Pinho, presidente do Congresso Representativo do Estado ao passar-lhe o Governo no dia 20 de junho de 1914*. Florianópolis: Typ d'O Dia, 1914, p. 205)

Apesar do caráter aparentemente benéfico de políticas destinas à educação rural e à difusão do saber, ocorria em Santa Catarina um verdadeiro processo de disciplinarização da força de trabalho, através da imposição dos chamados métodos científicos. Neste aspecto, mais uma vez, nos parece um caso de concretização do projeto *ruralista*:

> Generalizava-se, por essa via, o saber da classe dominante por toda a sociedade, pouco atentando-se para as diferenças entre o modelo e a realidade. Afinal, as propostas pedagógicas de *regeneração da população rural*, seletivas por princípio e terminalidade, objetivavam produzir um agente social específico: aquele "produtor" ressaltado da *massa* por sua adesão à "prática educativa" portadora de um projeto de capitalização do campo e de neutralização ideológica das relações de classe aí presentes. (MENDONÇA, 1997, p. 93)

Através da divulgação e imposição de um determinado *saber* configurava-se a reconstrução de relações de *poder*, onde o Estado *restrito* tornava-se o principal agente desta reconfiguração. Contudo, e tentaremos provar isso nos capítulos que se seguem, na região do Contestado, esse *saber* terminou por ser imposto com o uso explícito da força militar. No Contestado, a coerção teve que "limpar o terreno" para o consenso.

2.3 - As classes dominantes no Paraná.

Assim com no caso catarinense, a Revolução Federalista marcou profundamente a formação das frações dominantes no Paraná na Primeira República. Neste estado, os conflitos entre *maragatos* e *pica-paus* resultaram na afirmação da liderança política de Vicente Machado, republicano histórico que liderou a resistência à invasão federalista em 1894 e governou o estado por duas vezes. Diferente de Santa Catarina, no Paraná não houve um grupo orgânico *anti-federalista*. Rafael Sega indica que, justamente por isso, Vicente Machado exerceu o poder de forma bastante individualizada e o seu domínio político visava principalmente o afastamento dos políticos *liberais* que haviam apoiado o federalismo (SEGA, 2005, p. 13).

Com a morte de Vicente Machado em 1907 abriu-se uma nova fase na política paranaense, marcada pela reconciliação com os antigos federalistas. Este acordo foi em parte capitaneado pelo Senador Pinheiro Machado que articulou a candidatura ao governo estadual de Francisco Xavier da Silva com Generoso Marques como vice (OLIVEIRA, 2001, p. 239).

Os conflitos políticos entre as classes dominantes paranaenses podem ser analisadas do ponto de vista dos interesses divergentes entre os grandes fazendeiros pecuaristas e os comerciantes vinculados à exploração da erva-mate. Para Rafael Sega, enquanto Vicente Machado e seu grupo representavam a burguesia ervateira, os antigos federalistas estavam muito mais próximos dos "Senhores dos Campos Gerais", o chamado *Paraná Tradicional* (SEGA, 2005, p. 133). Ainda para este autor, a aliança política construída a partir de 1907/1908 entre esses dois grupos, manteve a presença da burguesia ervateira junto ao poder local, ao mesmo tempo em que incorporava novamente a "decadente" elite tradicional em busca de oportunidades econômicas e de cargos públicos que garantissem a sua reprodução. Afonso Alves Camargo, advogado nascido nos Campos de Guarapuava foi o grande articulador desta aliança, conhecida como "Coligação Republicana" (SEGA, 2005, p. 215-216)

Para o período que nos interessa mais de perto podemos analisar o discurso e a prática dos três governadores do Paraná que se seguiram à Coligação: Francisco Xavier da Silva (1908-1912), Carlos Cavalcanti Albuquerque (1912-1916) e Afonso Alves Camargo (1916-1920). Apresentaremos breves comentários sobre as trajetórias dessas lideranças, entremeadas por trechos das suas mensagens, a fim de compararmos com o que fizemos em relação às frações localizadas em Santa Catarina.

Francisco Xavier da Silva foi aliado de Vicente Machado e esteve à frente da administração estadual por três vezes: entre maio de 1894 e fevereiro de 1896, entre 1900 e 1904 e, por fim entre 1908 e 1912. Neste último mandato teve como vice-presidente do Estado, Generoso Marques dos Santos, um antigo federalista, o que confirma a aliança decorrente da Coligação Republicana.

As mensagens enviadas por Xavier da Silva ao Congresso Legislativo do Estado eram curtas, se comparadas com as catarinenses e com as de outros presidentes do Estado do Paraná. Talvez por esse motivo, as informações disponíveis a respeito das políticas agrícolas implementadas na sua administração sejam muito poucas. Nas quatro mensagens de seu governo, Silva informava que os dois estabelecimentos agronômicos do estado - o Campo de Experiências de Bacachery, próximo a Curitiba e um "Posto Agrícola" em Ponta Grossa - funcionavam normalmente, sem outras informações. No relatório de 1911 encontramos apenas a informação de que muitas pessoas assistiam às demonstrações de utilização do maquinário agrícola no campo de Bacachery, enquanto que, no relatório do ano seguinte, apesar de mais extenso, percebemos um bom exemplo da brevidade das informações sobre a política agrícola paranaense:

> O Instituto Agronômico do Bacachery, na capital, visitado no ano anterior por 1.329 pessoas, continua a fazer nos seus campos, experiências e demonstrações práticas sobre o amanho da terra, plantações, colheita, manejo de instrumentos agrários e a distribuir sementes de cereais, árvores frutíferas e de forragens.
> Tendo o Governo do Estado oficiado ao Sr, Ministro da Agricultura, lhe comunicando que, em virtude da lei n. 982 de 25 de fevereiro de 1911, cedia gratuitamente à União o Posto agronômico de Ponta Grossa, para nele ser fundada uma escola prática de agronomia e zootecnia, S. Ex. declarou que o aceitava, mas até agora, não tomou resolução definitiva. (ESTADO DO PARANÁ, *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª sessão da 11ª legislatura em 02 de fevereiro de 1912*. Curitiba: Typ. d'A República, 1912.)[39]

Excetuando a parte referente à comercialização do mate, recheada de estatísticas e ainda algumas breves referências a outros produtos como trigo e gado, o trecho acima reproduz toda a parte relacionada à agricultura da mensagem de 1912. Podemos sugerir algumas explicações para tão poucas informações neste período. Além do tamanho dos relatórios apresentados por Xavier

[39] Doravante apenas MENSAGEM PARANÁ 1912.

da Silva, parece que, pelo menos até 1913, o Estado do Paraná contava com poucos estabelecimentos de ensino agrícola, mesmo quando comparado a seu estado vizinho. É o que informa, por exemplo, o jornal Diário da Tarde em editorial datado de 15 de dezembro de 1913, onde o periódico reclama da "*inexsitência de estabelecimentos de aprendizado agrícola enquanto Santa Catarina possui vários*" (DIÁRIO DA TARDE, 15/12/1913, p. 1). Também podemos investigar se a dependência da economia paranaense em relação à extração e exportação do mate não estabelecia, por conta das suas características extrativistas e até mesmo monocultoras, uma maior distância entre as frações locais e o ruralismo[40].

Outra informação que merece ser investigada mais a fundo diz respeito ao fato de Xavier da Silva ter sido o governante paranaense que mais emitiu títulos de propriedade, durante toda a Primeira República: 1.822 títulos entre 1900 e 1904 e 2.870 títulos neste último mandato[41].

O segundo governador sobre o qual gostaríamos de apresentar alguns apontamentos é Carlos Cavalcanti de Albuquerque, engenheiro formado na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ). Repetindo a fórmula do governo anterior, Albuquerque foi aliado de Vicente Machado e teve como vice-presidente, Afonso Alves Camargo, antigo federalista, de quem trataremos mais à frente. Ocupou ainda a cadeira de deputado federal pelo Paraná em 1900, 1903 e 1909.

Malgrado representasse ainda mais diretamente os interesses dos comerciantes ervateiros, Albuquerque enviou mensagens um pouco mais extensas que as de seu antecessor, contendo informações interessantes para nosso trabalho. Em 1913, o presidente do Estado informava ter criado uma Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria. Embora tivesse participação pequena nos recursos do estado (pouco mais de 1,5% dos recursos previstos para o ano de 1914), a secretaria desenvolveu "*conferências públicas em diversos pontos do estado*", publicou uma revista de distribuição gratuita intitulada *A Casa do Lavrador*, além de um *Almanak Ilustrado* (MENSAGEM PARANÁ, 1913, p. 24).

Não localizamos os exemplares regulares da revista e apenas o almanaque para o ano de 1913 pôde ser consultado[42]. Trata-se uma publicação de 180 páginas com assuntos bastante variados, desde piadas, receitas, horários de trens, cópias de contratos, tabelas de câmbio e propagandas de máquinas agrícolas até textos assinados sobre assuntos relacionados ao mundo

---

[40] Reconheço que, por enquanto, esta afirmação carece de maior comprovação empírica.
[41] Apenas a título de comparação, entre 1904 e 1908, foram emitidos 827 títulos. Fonte: ESTADO DO PARANÁ, Instituto de Terras Cartografia e Geociência. *In* www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf
[42] SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Almanaque da Revista "A Casa do Lavrador" para 1913*. Redator: Julio Pernetta, Ano 1 – Coritiba, Paraná. Typ. da Penitenciária, 1913.

rural. Destacaremos alguns trechos que, em nosso entendimento, são significativos da incorporação do discurso ruralista pela sociedade política no Paraná.

Em seu texto introdutório, o almanaque ressalta os objetivos que a Secretaria de Agricultura procurou atingir com a publicação da revista:

> A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná, pelo seu órgão oficial A CASA DO LAVRADOR, encetou utilíssimo serviço de propaganda, informações e ensinamentos agrícolas, que, espera, será forte contribuinte do desenvolvimento, não só da lavoura, poderoso elemento da vida econômica de um povo, que no Paraná ubérrimo, esterilizada, se arrasta dentro de rotineiros sistemas antiquários, como também do levantamento de todas as nossas forças industriais agro-pecuárias, até agora descuradas por completo, contribuindo assim para a solidificação do brilhante progresso do Estado (ALMANAQUE 1913, p. 3)

Neste pequeno trecho fica evidente a recorrência à idéia de crise da agricultura como elemento aglutinador dos demais argumentos. O Paraná "ubérrimo" estava preso em métodos agrícolas rotineiros e antiquados, além de descuidar, até o presente momento, do desenvolvimento da pecuária. Depois deste diagnóstico, o redator da revista afirma que a publicação servirá como um "*guia perfeito apontando a um povo a **Felicidade pela Agricultura***" (ALMANAQUE, 1913, p. 3, grifos no original).

Dentre os textos assinados, nos chamou a atenção o artigo de Rodrigues Torres, intitulado *Instrução Moderna*. O autor trata de fazer uma análise sobre como aconteceria o que chamou de "*substituição do trabalho*", processo que se daria através da criação e vulgarização de modernos sistemas de cultura dos produtos agrícolas:

> É nas escolas agrícolas que deve ser dada a educação teórica e prática que há de preparar os administradores de nossos estabelecimentos rurais e operários habilitados como o conhecimento das máquinas e instrumentos que a inteligência humana todos os dias, aperfeiçoa, com o fito de suprir a falta de braços e dar ao produto maior valor no mercado (ALMANAQUE, 1913, p. 125)

Podemos notar no texto uma certa divisão entre aqueles que administrarão os estabelecimentos rurais e os operários habilitados para utilizar os modernos instrumentos e máquinas agrícolas. Novamente aparece a função pedagógica do Estado no sentido de disseminar um conjunto de práticas e valores capazes de superar o atraso rural.

Ao final do texto o autor faz ainda uma referência que remete à proposta ruralista dos chamados patronatos agrícolas:

> Quantas crianças abandonadas nos grandes centros de população, entregues sem defesa aos perigos que as cercam e encontrando na ociosidade, estímulos para os vícios, que nesse estado se desenvolvem, encontrarão abrigo e agasalho na escola que as prepara para servir utilmente ao país! (ALMANAQUE, 1913, p. 126)

Importante ressaltar que o autor está falando aqui em remeter órfãos para instituições de ensino agrícolas, antecipando algo que seria tomado enquanto política pública pelo Ministério da Agricultura apenas cinco anos depois[43]. Tal proposta é mais um elemento revelador da proposta ruralista de construção de intervenção autoritária sobre o trabalhador nacional. Neste caso fica evidente o desejo de construir uma verdadeira "ética do trabalho" sob a tutela do Estado (MENDONÇA, 2007, p. 23)

Retornando às mensagens governamentais, em 1914 temos a informação de que, além da revista oficial, a secretaria de agricultura distribuiu diversas monografias editadas pela mesma (MENSAGEM PARANÁ, 1914, p. 30). Ainda em 1914, a mensagem informa que foram destinados mais recursos e investimentos políticos para as instituições de ensino rural existentes no Paraná: "*o ensino agrícola, já ministrado nas escolas primárias do Estado vai ter um novo centro de irradiação com o estabelecimento da Escola de Agricultura anexa ao Instituto do Bacachery*" (MENSAGEM PARANÁ, 1914, p. 30/31). Por fim, nesta mensagem aparece a referência mais explícita de Carlos Cavalcanti de Albuquerque ao combate ao *atraso* do trabalhador rural, marca do discurso *ruralista:*

> Nossos agricultores que ao invés de refratários às idéias úteis, só precisam de quem os esclareça e guie, arrancando-os aos processos empíricos a cujas práticas se acham de longo tempo escravizados, pela ignorância e pela rotina (MENSAGEM PARANÁ, 1914, p. 31).

De forma bastante semelhante a Vidal Ramos, Albuquerque compartilha da visão *ruralista* de que a crise da agricultura estava relacionada à ignorância do *nacional*, preso aos métodos empíricos e rotineiros de cultivo e aproveitamento do solo.

---

[43] Estamos nos referindo aos Patronatos Agrícolas. (Cf. MENDONÇA, 2007, p. 23ss)

Duas considerações podem ainda ser feitas sobre a atuação de Carlos Cavalcanti. Em primeiro lugar, a criação de uma Secretaria de Agricultura, mesmo que com poucos recursos, pode evidenciar a constituição de um espaço no aparelho de estado para o encaminhamento dos interesses das frações *campeiras* das classes dominantes paranaenses, representadas no núcleo do poder local por Afonso Camargo. O fechamento da secretaria no último ano do governo Cavalcanti ainda precisaria ser mais bem explicado, mas consideramos ser possível sustentar a afirmação acima com os elementos apontados até aqui.

Em segundo lugar, a atuação pedagógica exercida pelo estado restrito paranaense, embora mais modesta no que concerne às instituições agronômicas, manteve uma dimensão singular ao produzir um instrumento de divulgação que, inclusive, continuou circulando mesmo depois do fechamento da secretaria.

Para completar o quadro acerca das classes dominantes paranaenses, gostaríamos de apresentar alguns dados relativos a Afonso Alves Camargo. Nascido em Guarapuava, era apadrinhado político de Jesuíno Marcondes, tradicional político paranaense no período imperial. Advogado formado em São Paulo, Camargo representou mais diretamente os interesses pecuaristas e teve, como vimos, atuação destacada na aliança entre os grupos políticos paranaenses em 1908. Foi deputado estadual por cinco mandatos entre 1896 e 1914, tendo sido presidente do Congresso Estadual Legislativo. Eleito vice-presidente do Estado em 1911, Governou o Paraná em duas ocasiões (1916-1920 e 1928-1930). Foi ainda deputado federal entre 1921 e 1922 e Senador entre 1922 e 1928.

A marca mais interessante da “fala” de Camargo presente em suas mensagens executivas era a defesa da diversificação da produção agrícola paranaense:

> Sintoma muito animador para o nosso futuro econômico é o fato das classes produtoras estarem se convencendo de que não devem aplicar toda a sua atividade somente na exploração das indústrias extrativas, meras auxiliares da riqueza pública, pois já se estão voltando para a agricultura e outras indústrias, nelas aplicando métodos novos e adiantados. (MENSAGEM PARANÁ, 1917 p. 23)

Esta proposta é ainda confirmada no ano seguinte:

> Feliz o dia em que o Paraná, deixando de ser dentro da Federação, o maior exportador de mate e madeiras, seja o maior exportador de trigo.

> Nesse dia seremos um dos expoentes máximos da riquesa econômica do Brasil (MENSAGEM PARANÁ, 1918, p. 33)

Por certo, tal insistência na diversificação teria relação direta com os interesses dos fazendeiros não vinculados ao mate, demonstrando uma das cisões presentes entre as classes dominantes agrárias paranaenses mesmo após a Coligação Republicana. Contudo, a trajetória de Afonso Camargo interessa ao nosso trabalho igualmente por outro aspecto.

Ao lado de sua longa carreira política, Camargo foi advogado das empresas do grupo Farquhar, enquanto era Vice-Presidente do Estado do Paraná, além de ter negociado terras com a *Lumber Colonization*.[44] Segundo Nilson Thomé, Camargo recebeu do governo do Paraná, a fazenda São Roque localizada em Calmon (em plena região contestada pelos catarinenses) para vendê-la a *Lumber* em 21/07/1909 (THOMÉ, 1983, p. 104). Posteriormente, quando governador do estado, Camargo igualmente concedeu terras que estavam do lado catarinense do território contestado às empresas do grupo Farquhar, especialmente no período entre a assinatura do acordo de Limites (1916) e a sua aprovação pelas assembléias estaduais (THOMÉ, 1983, 116)[45]. O governo de Santa Catarina tentou sem sucesso reverter essas concessões.

Gostaríamos de sugerir que essa "íntima" relação de uma das principais lideranças paranaenses com os grupos estrangeiros que se estabeleceram na região contestada pode evidenciar um dos mecanismos utilizados pelas frações pecuaristas paranaenses para se *modernizar*. Além de acumular capital a partir da transformação da terra em efetiva mercadoria, essas frações devem ter vislumbrado as possibilidades de negócios com a extração industrial da madeira e com o estabelecimento de colônias de imigrantes estrangeiros. Assim, como veremos adiante, a exclusão dos caboclos da região serrana tornou-se não só possível, mas necessária para essas frações alcançarem seus objetivos.

---

[44] Como vimos, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e a Southern Brazil Lumber & Colonization foram empresas ligadas ao truste de Percival Farquhar instaladas na região do Contestado no início do Século XX. Analisaremos as características e os impactos de tais empreendimentos no capítulo 4.

[45] Em julho de 1913, o Secretário de Obras Públicas do Paraná, José Niepce da Silva pediu demissão por conta das "negociatas" de terra (*bendegós*) envolvendo o governo paranaense e a *Lumber*. Tais denúncias foram respondidas nos jornais justamente por Afonso Camargo. Propomos investigar mais adiante em que medida, as denúncias de Niepce e a resposta de Camargo podem representar conflitos entre frações diferentes da classe dominante paranaense.

3 - A materialidade do ruralismo em Santa Catarina.

Já vimos que é possível sustentar a afirmativa de que representantes das classes dominantes catarinenses e paranaenses incorporaram elementos do discurso ruralista em suas falas e defenderam, via de regra, um determinado modelo de modernização da agricultura e de diversificação agrícola. Nossa tarefa agora é identificar se e como este discurso se materializou em Santa Catarina e mais especificamente na região onde ocorreu a Guerra do Contestado.

A construção das políticas estatais para a agricultura em Santa Catarina teve como eixo discursivo norteador a noção de *atraso* do meio rural. Neste sentido, assim como no nível nacional, o ruralismo em Santa Catarina se articulou em torno de representações e práticas que, se auto-proclamavam salvadoras da lavoura e promotoras do progresso moral e econômico do estado. Contudo, uma das principais propostas formuladas pelos defensores do ruralismo - a diversificação da produção - entre os catarinenses não encontrou o mesmo peso. Isso se explica justamente porque na visão construída pelas frações dominantes, a imigração estrangeira ao longo do século XIX já possibilitara certo desenvolvimento de uma agricultura diversificada e voltada para o mercado interno. A *crise* em Santa Catarina, portanto, não decorreria da monocultura, mas sim dos "*anacrônicos processos de cultura que a rotina mantém entre os nossos agricultores*" (MENSAGEM, 1903, p. 28). Para superar tal crise, seria necessário superar o *atraso* através de uma série de intervenções "pedagógicas" junto ao homem do campo. Acontece que, como veremos mais adiante, para as classes dominantes não existia apenas um *homem do campo* em Santa Catarina, mas sim dois tipos sobre os quais pesariam políticas e práticas diferenciadas: o *imigrante* e o *caboclo*.

Assim, o diagnóstico deste atraso e as propostas para superá-lo foram construídos a partir da articulação destas três temáticas: o ensino agrícola, a imigração estrangeira e o caboclo/trabalhador nacional. Para cada um destes elementos, a classe dominante catarinense produziu um conjunto de valores e interpretações da realidade que nortearam as políticas públicas para a agricultura nas primeiras décadas do século XX. Através delas, as classes dominantes

catarinenses visavam não só garantir a sua própria reprodução como também conquistar novos espaços no cenário político e econômico nacional.

3.1 - *Animados pelo exemplo*: o ensino agrícola.

A história das práticas sociais que podem ser identificadas como agronômicas em Santa Catarina remonta a meados do século XIX com a atuação de um cientista chamado Fritz Müller. Contemporâneo e admirador de Charles Darwin, Müller chegou ao Brasil em 1852 e atuou como professor e naturalista até 1891, tendo empreendido uma série de viagens pelo território de Santa Catarina, recolhendo plantas e realizando experiências de cultivo especialmente com café e milho.

Mas, é em 1895 que encontramos uma experiência efetivamente vinculada à difusão do saber agronômico: a fundação da Estação Agronômica e de Veterinária na colônia de Rio dos Cedros, próxima a Blumenau. Os principais envolvidos na criação da Estação Agronômica foram Hermann Blumenau, farmacêutico e doutor em química pela Universidade de Eufurt na Alemanha, e Giovanni Rossi, médico e veterinário italiano. Neste momento Hercílio Luz governava Santa Catarina e parece ter concordado com a instalação da estação como uma das formas de agradecimento pelo apoio dado pela colônia de Blumenau quando dos conflitos da Revolução Federalista. Também é possível destacar a pressão da Sociedade Cooperativa existente naquela colônia. Desta forma, a instalação da estação parece ter respondido às necessidades de uma colônia instalada há mais de três décadas e que contava com um importante grau de organização interna.

Inicialmente, a estação tinha o objetivo de melhorar o cultivo do fumo, mas a direção de Giovanni Rossi multiplicou suas atividades. Desenvolvia, em certa medida, o ensino agrícola para os agricultores e para as crianças. Por isso, a estação às vezes era chamada de escola agronômica.

Em pesquisa desenvolvida sobre ensino agronômico em Santa Catarina< Ivan Brognoli destacou que:

> A experiência vivida com o sucesso da Estação, principalmente no período que estava instalada em Rio dos Cedros, certamente inspirou o desenvolvimento da política agrícola do Estado, com a criação de

> instituições congêneres nos anos subseqüentes. A ampliação das atividades desenvolvidas por estas instituições dará origem a uma nova maneira de buscar a modernização do campo, através de atividades de acompanhamento dos agricultores, visando a resolução dos problemas mais imediatos e introduzindo novas técnicas (BROGNOLI, 1998, p. 59)

Gostaríamos de sugerir que a experiência desta Estação trouxe conseqüências ainda mais profundas, especialmente no sentido de contribuir para a construção da ideologia ruralista que envolvia uma determinada noção de racionalidade e modernização para a atividade agrícola. É possível perceber uma via de mão dupla: na medida em que experiências como a da estação de Rio dos Cedros avançavam, o projeto político ruralista se conformava, fortalecendo a institucionalização e a continuidade destas mesmas experiências.

Em 1904, já durante o governo de Vidal Ramos, a Estação Agronômica foi transferida para um local próximo à capital e a ela foram subordinados dois Campos de Demonstração: o primeiro funcionando no local original da Estação em Rio dos Cedros e o segundo em Lages, na região serrana. Giovanni Rossi foi mantido como diretor da Estação. Conformava-se assim um projeto de centralização das políticas agrícolas com base nestas instituições difusoras de técnicas, saberes e poderes. Um ano depois desta transferência, o Secretário Geral de Negócios do Estado, João Carlos Pereira Leite produziu um informe extremamente positivo sobre a Estação Agronômica:

> Do que fica dito, extraído do relatório do profissional que dirige um estabelecimento destinado a ser o iniciador grande da Agricultura do Estado, atento ao fim para que foi criado, vê-se que em pouco tempo possui já nossa estação uma infinidade de plantas, cujas sementes serão distribuídas não só aos que se ocupam de tão importante ramo de indústria como aos que, animados pelo exemplo, quiserem empregar a sua atividade na lavoura (SECRETARIA GERAL DOS NEGÓCIOS DO ESTADO. *Relatório apresentado ao Vice-governador do Estado de Santa Catarina Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Júnior pelo secretário Geral dos Negócios do Estado Doutor João Carlos Pereira Leite*, 1905[46])

A idéia de *animar pelo exemplo* é recorrente nas fontes pesquisadas. O que estava em jogo era a possibilidade de intervir junto ao *atraso* da agricultura catarinense a partir de um modelo pedagógico de ensino agrícola enquanto instrumento de poder ao mesmo tempo material

[46] Doravante RELATÓRIO SGNE

e simbólico. Ou como afirma ainda mais categoricamente o governador em exercício no ano de 1906, Antônio Pereira da Silva e Oliveira:

> Ao mesmo tempo que forem adotadas medidas no sentido de melhorar as condições da nossa lavoura e indústria, cumpre habilitar o Poder Executivo a desenvolver bem dirigida propaganda, no sentido de doutrinar e adestrar os nossos produtores no beneficiamento dos gêneros destinados à exportação (MENSAGEM, 1906, p. 29).

Doutrinar e adestrar. Eis a forma como o governo de Santa Catarina pensava em intervir no meio rural, a partir das estações e campos de demonstração. Ou até mesmo com a fundação de uma Escola Agronômica:

> Penso que seria de vantagem, para dar-lhe o indispensável impulsionamento - dotando ao mesmo tempo, com maior largueza a execução dos fins para que foi instituída - se criasse, a par da Estação, uma Escola Agronômica, em que sejam ministradas as noções mais necessárias de agronomia e o manejo de instrumentos de mecânica agrícola, em que se faça o estudo das plantas úteis da nossa região e da patologia vegetal, e se ative, diretamente com os agricultores, a divulgação de sementes e plantas vivas. (MENSAGEM, 1906, p. 30-31)

Tal escola, nos moldes anunciados acima, nunca foi criada. No ano seguinte o então governador Gustavo Richard preferiu adotar o modelo dos agrônomos itinerantes, "*que de povoado em povoado, ensinem aos que se dedicam à lavoura, os novos processos introduzidos, para com o mínimo esforço auferisse da terra o máximo resultado*." (RELATÓRIO SGNE, 1907, p. 114). Sobre a Estação Agronômica, o novo governador resolveu transferi-la novamente de local e, a pedido, exonerou Giovanni Rossi da sua diretoria. O agrônomo Jacinto Matos assumiu então a direção do estabelecimento, mas por pouco tempo, tendo sido nomeado Inspetor de Povoamento, quando a direção da Estação foi entregue ao agrônomo italiano, Tulio Cavallazzi. A nomeação deste último, formado pela Escola Superior de Agronomia de Pisa, teve o apoio direto de Giovanni Rossi que, da Itália onde estava estudando a viabilidade da exportação de seda, algodão e fumo, enviou ofício ao governo catarinense indicando o nome de Cavallazzi para ocupar o cargo que antes fora seu[47].

---

[47] Carta de Giovanni Rossi ao Governador do Estado de Santa Catarina 06/04/1907. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC) - Ofícios de diversos para Palácio do Governo.

A principal função exercida pela Estação neste período consistiu na distribuição de sementes e mudas, para o que contava com material fornecido pela Sociedade Nacional de Agricultura e pela Sociedade Catarinense de Agricultura (SCA)[48]. Os dados referentes à quantidade de sementes e mudas são os seguintes:

> - 1908: foram distribuídas sementes a 72 indivíduos ou instituições (sociedades cooperativas), além de 2800 mudas de parreira, 820 de aspargos e 320 de maniçoba, dentre outras. Foram ainda respondidas 235 consultas por carta ou pessoalmente.
> - 1909: foram distribuídos 557 quilos de sementes e 7258 mudas a 82 pessoas ou instituições e respondidas 412 consultas[49].

Mesmo considerando que os dados são fornecidos pelo diretor da Estação que pretendia reafirmar o progresso e a necessidade do seu trabalho, podemos avaliar que a atuação desta instituição deve ter tido um impacto razoável sobre a agricultura catarinense, em especial no entorno da capital ou nas colônias que contavam com cooperativas ou sindicatos. Sobre este último aspecto, o diretor da Estação realizou ao longo dos anos 1908 e 1909 viagens pelo interior do Estado para proferir conferências públicas entre os agricultores sobre "vários assuntos agrários" e que:

> Desta propaganda resultou também a criação de 5 sindicatos e de 3 cooperativas agrárias no sul do Estado, por cujo intermédio foram feitas esse ano, encomendas de 80 máquinas, 38 toneladas de sulfato de cobre e 2 reprodutores. (RELATÓRIO SGNE, 1909, p. 115)

Ainda em 1908, o novo diretor da Estação foi incumbido de produzir um relatório sobre a criação de um Posto Zootécnico próximo à capital que viesse a servir principalmente para aprimorar as raças do gado *vacum* criado no Estado. Mais uma vez, são as idéias de atraso e crise que norteiam as opiniões do agrônomo. Depois de destacar que a variação do clima existente no Estado era propícia às experiências com raças européias, Cavallazzi produz um diagnóstico dos problemas com o gado:

---

[48] Mensagem 1908, p. 26 e Relatório SGNE 1909, p. 87. Trataremos da SCA um pouco mais adiante.
[49] Mensagem 1910, p. 37 e Relatório SGNE 1909, p. 88.

> As raças existentes no Estado sob os diversos pontos de vista da produção do trabalho, do leite e da carne, são de tal modo degeneradas que mal, muito mal prestam e isto é devido a imprevidência e talvez impossibilidade dos grandes e pequenos criadores, que nunca pensaram a melhorar as próprias raças de bovídeos com a introdução de sangue novo, e por meio de cruzamentos procurar achar o tipo que melhor se adaptaria ao nosso clima e as nossas pastagens (...) (*Ofício da Estação Agronômica do Estado para a Secretaria Geral dos Negócios do Estado*, 26/12/1908 - APESC - Ofícios de Diversos para o Palácio do Governo)

De acordo ainda com o agrônomo, a criação deste Posto Zootécnico seria muito importante para a melhoria da qualidade do gado, pois permitiria: a aclimatação das espécies exóticas; a realização de experiências com forragens "*a fim de estabelecer para o futuro, sobre bases racionais e científicas, a alimentação dos animais domésticos*"; a iniciação dos criadores nos métodos racionais de criação; e a vulgarização dos "conhecimentos práticos relativos aos processos modernos de trabalhar o leite, de fabricar manteiga e as diversas espécies de queijos.

Contra a *degeneração*, a *ciência*. Diferentemente dos intelectuais tradicionais, como os "bacharéis" do tempo do império, os agrônomos se distinguiam por um saber aplicado que os legitimava e produzia a própria necessidade de seus serviços (MENDONÇA, 1996, p. 15).

O local indicado por Tulio Cavallazzi para a instalação do Posto Zootécnico era o município de São José (próximo à capital), mais precisamente na colônia de São Pedro de Alcântara, onde já funcionava uma Sociedade de Agricultura. Desde 1907, esta Sociedade encaminhava pedidos ao governo do Estado no sentido de que este financiasse um Campo de Demonstração. Chegam a afirmar que fundaram a Sociedade em Janeiro de 1907, "*animados com a instalação da Estação Agronômica do Estreito*". Compraram um touro e alguns porcos reprodutores, além de realizar experiências com o cultivo do milho e da batata[50]. Aparentemente, as dificuldades financeiras foram recorrentes durante a existência do Campo, que em 1909, foi oferecido ao governo Estadual. Este, sem assumir diretamente a sua administração, passou a oferecer uma subvenção oficial de 600$000 anuais[51]. Sete anos depois, o campo ainda estava em

[50] Ofício da Sociedade de Agricultura São Pedro de Alcântara ao governo do Estado 30/06/1907 - APESC - Correspondência de Diversos para Palácio do Governo
[51] Ofício da Sociedade de Agricultura São Pedro de Alcântara ao governo do Estado 12/02/1909 - APESC - Correspondência de Diversos para Palácio do Governo e Relatório SGNE 1911.

funcionamento, mas sob ameaça de que o governo estadual destinasse o terreno para "outros fins"[52].

Como dissemos acima, a transferência da Estação Agronômica para a capital tinha por objetivo centralizar as experiências em agricultura, subordinando os Campos de Demonstração de Rio dos Cedros e de Lages. Contudo, já em 1909, os dois estabelecimentos estavam sob responsabilidade das respectivas municipalidades, recebendo apenas subvenções estaduais. A idéia de criar uma rede de campos de demonstração, por sua vez, não foi completamente descartada. Em função de um subsídio oferecido pelo recém instalado Ministério da Agricultura, Tulio Cavallazzi, propôs, em 1910 a criação de diversos Campos de Demonstração para desenvolver a cultura do trigo[53]. Mais uma vez, contudo, o projeto não se tornou realidade: ainda em 1910, o governo estadual resolveu oferecer ao MAIC todas as instituições públicas de agronomia localizadas no Estado[54]:

> O ensino agrícola ministrado pelo Estado deve ser auxiliar do estabelecido pelo Governo Federal. Os esforços conjugados dos dois governos mais facilmente atingirão à meta desejada. No intuito de obter do Ministério da Agricultura a fundação de um Aprendizado Agrícola, de um Posto Zootécnico e de um curso de Laticínios, dirigi ao sr. dr. Pedro de Toledo, digno titular daquela pasta [um ofício oferecendo a Estação Agronômica e os Campos de Demonstração de Blumenau e Lages] (MENSAGEM 1911, p. 47).

A transferência destas instituições para o âmbito federal teve, obviamente, relação com a implantação do Ministério da Agricultura em 1909. Uma das primeiras iniciativas do novo órgão estatal foi a criação de Inspetorias Agrícolas em vários estados a fim de promover nas diversas regiões as políticas formuladas pelo Ministério. A Inspetoria de Santa Catarina começou a funcionar em 2 de maio de 1911 e Jacinto Matos (que ocupara por pouco tempo a direção da Estação e era, naquele momento, Inspetor de Povoamento) foi nomeado Inspetor Agrícola, o principal cargo da nova agência.

Neste mesmo contexto, Tulio Cavallazzi foi exonerado do cargo de diretor da estação, passando a exercer a função de *agrônomo itinerante*. No intuito de analisar os objetivos

---

[52] Ofício da Sociedade de Agricultura São Pedro de Alcântara ao governo do Estado 30/08/1916 - APESC - Correspondência de Diversos para Palácio do Governo

[53] Ofício da Estação Agronômica ao governo do Estado, 15/01/1910 - APESC - Correspondência de Diversos para Palácio do Governo.

[54] Relatório SGNE 1911.

pretendidos com esta mudança no ensino agronômico do Estado, vale destacar uma correspondência trocada justamente entre os dois agrônomos que dirigiram a Estação. Em dezembro de 1910, Giovani Rossi enviou da Itália uma proposta de trabalho para o governo estadual, oferecendo-se para escrever um relatório mensal sobre "*os progressos mundiais da agricultura*" além de servir de ponto de apoio na Europa para as necessidades agrícolas do Estado. A título de exemplo, encaminhou para Tulio Cavallazzi uma dezena de "pequenos ensaios", e listou vários outros temas que poderiam ser solicitados a ele. Entre textos sobre adubação do solo, combate de pragas e novas culturas agrícolas, um dos "pequenos ensaios" é particularmente interessante para o nosso trabalho. Trata-se de um texto intitulado "*Como explicam sua atividade uma cadeira ambulante de agricultura e um sindicato agrário cooperativo"* Depois de citar nominalmente o exemplo a partir do qual baseava suas observações[55], Rossi relacionou as atividades da cadeira ambulante: aulas práticas, visitas de propaganda, publicação de um periódico local de agricultura e promoção e fiscalização de instituições agrícolas cooperativas. Sobre a primeira atividade, o autor descreve sua realização:

> Tendo preleções práticas em dias feriados nos Municípios da Província, sendo geralmente o assunto relativo aos trabalhos agrários do momento. Os lavradores são convidados por meio de cartazes e reunem-se no salão municipal ou na escola pública, ou talvez na Igreja ou mesmo na praça pública. Embora de forma popular, substanciadas de exemplos e de experiências, estas lições não calam profundamente no espírito do lavrador que, <u>como em toda parte, aqui também é rotineiro e misoneísta</u>. Servem, porém como preparo superficial na mentalidade do povo agricultor e permitem de reconhecer os <u>poucos mais dispostos à experimentar e progredir.</u> (*Ofício de Tulio Cavallazzi ao governador do Estado, encaminhando proposta de trabalho do Sr. Giovanni Rossi* - 05/12/1910 - APESC - Correspondência de Diversos para Palácio do Governo. Grifos nossos).

Novamente emerge a visão depreciativa sobre o homem do campo, desta vez com ares de característica universal ("aqui como em toda parte"). Mas, o elemento que merece ser destacado aqui é justamente perceber que a moderna agricultura não seria absorvida por todos os trabalhadores rurais. O ensino agronômico teria como função criar uma parcela de agricultores *modernos*, destinados a progredir. Ao mesmo tempo consagrava-se uma divisão social do meio

---

[55] Na cadeira ambulante de agricultura da Província de Porto Maurício na Itália e em seu agrônomo Dr. Mario Calvino

rural entre modernos e arcaicos justificando-se a exclusão de parte daqueles sujeitos da riqueza que porventura pudesse vir a surgir. Neste sentido, parece que estamos novamente frente a uma característica desses novos intelectuais surgidos no período republicano, os agrônomos:

> Criar uma “nata” de produtores rurais capazes de funcionar como interlocutores entre a classe dominante e o restante da massa rural anônima era a principal finalidade da intervenção desse novo profissional, que perpetraria, na qualidade de agente investido e nomeado pelo Estado, a crença na divisão social do campo entre “arcaicos e “progressistas”. (MENDONÇA, 1998, p. 113)

No caso de Santa Catarina, o modelo apresentado por Giovanni Rossi parece ter sido adotado quando do contexto de transferência das instituições agronômicas para a alçada do Ministério da Agricultura. Na mensagem enviada pelo governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo em 1912, ele informa que atuavam no Estado cinco professores ambulantes: dois especialistas em laticínios, um em fumo, um em trigo e um “sem especialidade imediata”. Ao descrever as atividades destes funcionários, Vidal destaca as melhorias que cada professor estava promovendo em sua respectiva modalidade. Sobre o cultivo do fumo, narra o seguinte:

> O professor especialista em plantio e fabrico de fumo tem percorrido as regiões de Jaraguá, Cedro, Timbó, Ascurra, Pomerânia e outras dos municípios de Joinville e Blumenau, onde os colonos se dedicam a essa cultura, levando a cada um, em suas próprias plantações, as instruções mais racionais e práticas para o seu melhoramento, visitando também as fábricas, onde procura instruir os fabricantes, quanto à classificação e preparo das folhas e fabrico dos charutos. (MENSAGEM, 1912, p. 53-54)

Como vimos, o próprio Tulio Cavallazzi assumiu o posto de agrônomo itinerante, visitando diversas regiões do sul do Estado e incentivando a fundação de sindicatos e cooperativas, especialmente destinados à produção de vinho. A divisão regional é inclusive um aspecto a ser destacado. A atuação dos professores ambulantes restringia-se às regiões tradicionais de colonização: Joinville, Blumenau e o Sul do Estado. A exceção continuava sendo a cidade de Lages na região serrana. Este é um dos elementos que nos permite afirmar que o trabalhador rural alvo das atividades agronômicas era o colono, imigrante europeu. Nesse sentido, a atuação do Ministério da Agricultura, através da Inspetoria Agrícola, parece ter seguido a mesma lógica. Em 1911, as atividades de propaganda agrícola e instrução prática de máquinas

agrárias foram realizadas na Capital e nos municípios de São José, Palhoça, Tijucas, Nova Trento, Porto Belo, Itajaí, Camboriú e Tubarão (MENSAGEM, 1912, p. 52).

Em toda a documentação pesquisada, encontramos apenas uma referência de atuação das iniciativas agronômicas na região do Planalto Norte[56]. Tratando da atuação da Inspetoria Agrícola em 1913, o governador Vidal Ramos afirma o seguinte:

> Já começam a aparecer os resultados da propaganda da cultura do trigo, pois muitos lavradores de municípios do sul e do planalto do norte, se acham animados, tendo de colheitas anteriores tirado para consumo próprio e guardado sementes para plantações no ano seguinte (SYNOPSE, 1914, p. 205).

Em parte, a aparente ausência de políticas agrícolas destinadas ao Planalto Norte catarinense se deve ao fato de ser exatamente a região que estava em disputa com o estado do Paraná. As incertezas na jurisdição sobre aquela região certamente contribuíram para que ela não fosse alvo do ensino agronômico ou mesmo da instalação de núcleos coloniais até, pelo menos, a passagem da Ferrovia São Paulo - Rio Grande, da qual falaremos no próximo capítulo. Da mesma forma, nos parece acertado supor que a existência do Campo de Lages e a atuação de um agrônomo itinerante naquela cidade se deve muito ao fato de ser o local de origem de uma parcela significativa da classe dominante catarinense, incluindo-se aí o governador Vidal Ramos.

A dimensão regional aparece também quando procuramos identificar as cooperativas e sindicatos agrícolas[57] existentes como fruto da propaganda movida pelos agrônomos do Estado. Em 1914, o relatório da Secretaria Geral dos Negócios do Estado indicava a existência dos seguintes sindicatos[58]:

- Urussanga com 158 sócios.
- Nova Veneza com 112 sócios.
- Criciúma com 92 sócios.
- Cocal com 104 sócios
- Azambuja com 72 sócios

O número de cooperativas é substancialmente maior:

- Urussanga e sua filial em Nova Trento com 114 sócios.

[56] Mais a frente nesse capítulo, discutiremos os reflexos desta dimensão regional.
[57] Enquanto os sindicatos agrícolas visavam principalmente a compra de máquinas, adubos e sementes, as cooperativas tinham por objetivo negociar os preços tanto da venda da produção e da compra das mercadorias necessárias aos associados (RELATÓRIO SGNE, 1914, p. 268-269).
[58] Todos os dados a seguir estão baseados no RELATÓRIO SGNE 1914, páginas 267-271.

- Nova Veneza e sua filial em Nova Belluno com 206 sócios.
- Cocal e sua filial da 1ª Linha Torrens com 113 sócios.
- Rio Maior com 53 sócios.
- Criciúma com 98 sócios.
- Armazem com 63 sócios.
- Azambuja com 48 sócios.
- Orleans do Sul com 9 sócios.
- Rio Caité com 45 sócios.
- Hercílio Luz com 47 sócios.
- Urussanga Baixa com 17 sócios.
- Belvedere com 36 sócios.

O número total de famílias associadas era de 851 e o número de indivíduos, segundo o Relatório citado, era de 6.382 pessoas. Neste mesmo contexto, o Estado de Santa Catarina contava com uma população estimada em 556.000 habitantes (RELATÓRIO SGNE, 1915, p. 190) e, portanto, o total de associados às cooperativas representava pouco mais de 1% da população. Mesmo assim, o impacto de tais associações nas colônias onde foram instaladas deve ter sido significativo.

É preciso destacar, no entanto, que não estamos preocupados com os resultados quantitativos e imediatos das políticas agrícolas implementadas pelo Estado em Santa Catarina. Interessa-nos, sobretudo, perceber a capacidade do Estado, no seu processo de formação/institucionalização de criar *representações* sobre a realidade social, estabelecendo divisões e taxonomias que serviram, principalmente, para a própria classe dominante justificar sua dominação e implementar suas políticas. Nesse sentido, as cooperativas e sindicatos agrícolas eram elementos que representavam a modernidade de alguns agricultores em detrimento de outros que se mantinham presos à rotina e ao atraso:

> Escusado é demonstrar as vantagens que essas associações trazem para os pequenos lavradores, porém em poucas palavras, pode-se dizer que elas conseguiram baratear a vida, valorizar os produtos coloniais, e elevar a dignidade dos colonos que, livres das garras do comércio avassalador, compreendem que neste mundo o sol nasce para todos e olham com carinho para as próprias associações cooperativas, debaixo de cujo pavilhão marcham hoje seguros para a conquista do bem estar próprio e do progresso do país (RELATÓRIO SGNE, 1914, p. 268)

O “sol nasce para todos”, mas é sob a bandeira do cooperativismo que se chegará ao progresso. Não é à toa que esse discurso aparece no relatório da Secretaria Geral do ano de 1914. O titular desta secretaria e autor do referido relatório é Gustavo Lebon Régis, que podemos identificar como um dos principais formuladores da política agrícola catarinense, no período que estamos estudando.

3.2 - A Sociedade Catarinense de Agricultura e seu presidente, Gustavo Lebon Régis.

Nascido em Itajaí em 1874, de família francesa, Lebon Régis lutou contra as tropas federalistas na decisiva batalha do cerco à cidade paranaense de Lapa em 1894. Entre 1901 e 1915 ocupou uma cadeira de deputado estadual no Congresso Representativo de Santa Catarina, do qual foi presidente em 1912, acumulando o cargo de Prefeito de Florianópolis. Foi Secretário Geral dos Negócios do Estado no segundo governo de Vidal Ramos, entre fevereiro de 1913 e agosto de 1914. Por conta deste cargo e por sua formação militar, teve papel fundamental no planejamento dos ataques ao reduto de Taquaruçu em dezembro de 1913 e em fevereiro de 1914. Entre 1915 e 1917 foi deputado federal e representou Santa Catarina no processo de definição das fronteiras por conta do Acordo de Limites assinado com o Paraná em 1916. Foi ainda presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina entre 1907 e 1913. Mas são os aspectos da sua trajetória relacionados à questão agrícola que nos interessam mais de perto.

Em 1903 foi fundada em Florianópolis, a Sociedade Catarinense de Agricultura, cuja presidência coube justamente a Gustavo Lebon Régis. Dentre as atividades da SCA estavam a distribuição de sementes e a publicação de uma revista trimestral, intitulada *Revista Agrícola da Sociedade Catarinense de Agricultura*. A relação entre esta entidade da sociedade civil e o governo estadual fica patente logo no relatório da Secretaria Geral publicado um ano após a fundação da sociedade:

> Devo consignar aqui com satisfação que a Sociedade Catarinense de Agricultura já vai prestando com vantagem os seus valiosos serviços ao futuro engrandecimento deste estado, engrandecimento esse que terá seu início pelo desenvolvimento progressivo de sua lavoura. Para a consecução do seu objetivo tem aquela sociedade espalhado com ardor sementes de várias plantas de utilidade e proveito econômico como ainda

> faz publicar mensalmente uma revista cheia de ensinamentos práticos, a qual necessariamente há de concorrer para o ressurgimento da nossa lavoura, no que tem sido auxiliado pelo governo (RELATÓRIO SGNE 1904, p. 93 - 94).

Cabe salientar que as tarefas de distribuição de sementes e publicação de uma revista eram realizadas nacionalmente pela Sociedade Nacional de Agricultura, experiência a partir da qual a SCA parece ter se espelhado para sua própria constituição. A grande atividade promovida pela SCA neste seu primeiro momento de atuação foi a organização de uma exposição de máquinas e produtos agrícolas no ano de 1905[59]. Na revista publicada logo após a exposição, um texto assinado pelo próprio Lebon Régis dá conta dos objetivos pretendidos com o certame:

> Criada a Sociedade Catarinense de Agricultura ela percebeu logo a necessidade de fazer alguma coisa que impressionasse, alguma coisa que chamasse fortementea a atenção para o nosso futuroso Estado e que ao mesmo tempo servisse para educar os nossos lavradores: nada melhor encontramos do que levar a efeito uma exposição de aparelhos agrícolas modernos e de produtos do Estado.
> A exibição de aparelhos seria o meio prático de incitar os nossos patrícios a modificar os seus processos de cultura e a exibição dos produtos do Estado, tínhamos certeza, seria uma revelação, como de fato o foi, para os próprios filhos desta terra, ainda tão pouco conhecida (SCA. *Revista Agrícola da Sociedade Catarinense de Agricultura*, Ano 1, nº 4, setembro a dezembro de 1905, p. 3).

A exposição, portanto, teve um caráter eminentemente pedagógico, um *meio prático* de promover a mudança dos atrasados métodos de produção dos agricultores do estado. Mais uma vez é a figura do lavrador atrasado que norteia a ação e o discurso, só que desta vez, originado de uma entidade da sociedade civil.

Na mesma edição da revista citada acima, a divisão entre atraso e modernidade aparece de forma ainda mais veemente. Ao descrever as características agrícolas de diversos municípios catarinenses, a Revista Agrícola afirma sobre Florianópolis:

> Tempo houve que alguém, bem intencionado, espírito progressista, procurou introduzir na lavoura, arados e outras máquinas de cultura racional – os arados tiveram o destino das coisas inúteis; das outras máquinas, sabemos apenas, que não foram aplicadas. Mas a Socieade

[59] Ofício da Sociedade Catarinense de Agricultura ao Vice-Governador em Exercício Vidal Ramos, 11/01/1904 - APESC - Correspondência de diversos para o Palácio do Governo.

> Catarinense de Agricultura está convencida, tem fé que em futuro próximo, o nosso "plantador", cançado de lutar em vão com a sua enchadinha, contra a natureza ainda selvagem do nosso solo, vendo-se incapaz de competir em forças com os modernos produtores; far-se-á agricultor, voltar-se-á para os instrumentos aratórios como os meios salvadores da sua fortuna e da fortuna de nossa estremecida pátria. (SCA. *Revista Agrícola da Sociedade Catarinense de Agricultura*, Ano 1, nº 4, setembro a dezembro de 1905, p. 5-6)

A imagem é forte o bastante para falar por si própria: o *plantador* de enxada nas mãos em oposição ao *agricultor* moderno utilizando arados e outros instrumentos. Fixava-se assim uma hierarquia que apontava uma única direção para o futuro e também um único modelo de desenvolvimento para a agricultura.

Contudo, a exposição de 1905 teria ainda outro sentido, não assumido diretamente: legitimar a própria ação da SCA enquanto promotora do "progresso rural" do Estado e investí-la do papel de interlocutora entre as classes dominantes e o Estado em termos de política agrícola. Tal situação transparece quando apresentamos a descrição da solenidade de abertura da exposição:

> À sessão de instalação que revestiu-se de solenidade pouco comum, comparececeram os Exmos. Srs. Coronel Vidal Ramos Júnior, Vice-Governador em exercício; Dr. Theophilo de Almeida, representando o Exmo. Sr. Ministro da Viação; Dr. Costa Leite, representando a S. N. de Agricultura; Dr. C. Lyra, pela Sociedade Alagoana de Agricultura; representantes de quase todos os municípios e de todos os jornais do Estado; altas autoridades civis e militares, grande número de famílias de sócios e convidados.
>
> Não devemos terminar essa notícia sem lembrar o nome glorioso do benemérito filho desta terra Dr. Lauro Müller, a cuja ação fecunda e progressista devemos todos os auxílios e facilidades dependentes da sua alçada (SCA. *Revista Agrícola da Sociedade Catarinense de Agricultura*, Ano 1, nº 4, setembro a dezembro de 1905, p. 4)

A tentativa de credenciar a SCA e seu presidente como legítimos representantes da política agrícola catarinense parece ter dado resultados. Lebon Régis foi nomeado responsável pela organização da participação do Estado de Santa Catarina na exposição nacional ocorrida no Rio de Janeiro em 1908. No relatório apresentado ao governador Felipe Schimidt, o Secretário Geral, Honório da Cunha justifica a escolha do presidente da SCA:

> Este distinto cavalheiro que na fundação da Sociedade de Agricultura e Indústria (sic) e da Revista de Agricultura Catarinense, assim como por ocasião da exposição dos nossos produtos, realizada n'esta Capital em 1905, revelou-se um espírito inteligente e dedicado a causa da nossa lavoura e indústria, não tem poupado esforços pelo bom êxito da missão que lhe foi confiada, assim é que percorreu o Estado do norte a sul, fazendo ver a utilidade da exposição nacional n'um certame em que assistirão representantes de todas as classes dos países mais cultos do mundo e em seguida voltou a Itajaí, onde dirigiu a construção de um mostruário de madeiras existentes nas nossas florestas. (Relatório SGNE, p. 89)

Infelizmente, não há como avaliar o impacto das viagens pelo interior do estado para a promoção da Exposição de 1905 e para a organização da Exposição Nacional de 1908. É preciso identificar, no entanto, que os objetivos de ambas as atividades não eram os mesmos. O objetivo da participação na Exposição Nacional não era a transformação do agricultor catarinense, mas sim a possibilidade de credenciar a agricultura catarinense como moderna no cenário político nacional. Era também uma excelente chance para que Lebon Régis ampliasse seu campo de ação e sua legitimidade entre a classe dominante catarinense. Nesse sentido, a ação de Lebon Régis parece ter dado resultados: na parte referente à Agricultura, o Estado de Santa Catarina obteve 155 prêmios, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo, resultado este que foi em grande parte, creditado ao presidente da SCA (MENSAGEM, 1909, p. 16). Dois anos mais tarde, a Sociedade Catarinense de Agricultura foi incumbida de organizar a participação catarinense na Exposição Internacional de Turim-Roma, realizada em 1911, na qual o estado obteve ao total 126 prêmios (MENSAGEM, 1912, p. 9).

A partir daí, podemos ressaltar a participação de Lebon Régis em importantes cargos da sociedade política. Neste mesmo ano de 1911, ele foi nomeado Inspetor de Povoamento para o Estado de Santa Catarina, cargo vinculado ao Ministério da Agricultura e que ficava responsável por toda a política de imigração e colonização. Como vimos, nos anos seguintes assumiu sucessivamente a presidência do Congresso Representativo Estadual (1912), a Secretaria Geral dos Negócios do Estado (1913-1914), uma das vagas de Santa Catarina na Câmara Federal (1915-1917) e a Comissão Demarcadora de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina (1918).

Ainda podemos destacar que Lebon Régis continuou a exercer ao menos até 1918 um papel de interlocutor do governo estadual para questões agrícolas. No Relatório da SGNE de

1918, o secretário Fúlvio Aducci informa que ele foi responsável pela aquisição de diversos reprodutores de ração e pelo recebimento de vários sacos de sementes de milho, arroz, algodão e capim gordura (RELATÓRIO SGNE, 1918, p. 104). Infelizmente, não há informações sobre a forma através da qual ele teria conseguido tais insumos. Por fim, em 1920 Lebon Régis ocupava o cargo de tesoureiro da Sociedade Nacional da Agricultura (MENDONÇA, 1997, p. 198), e, portanto, permanecia vinculado a uma dada concepção de intervenção junto ao meio rural.

Para além da trajetória política de Lebon Régis, a fundação da SCA, sua relação com a SNA e os projetos e discursos que ajudou a construir, permitem afirmar que foi ele um legítimo representante do ruralismo em Santa Catarina. Apenas no intuito de reforçar o que estamos defendendo, podemos citar outro trecho do relatório escrito por Lebon Régis quando era secretário geral em 1914. Tratando, em um sentido bastante geral, da situação financeira do estado, afirma Lebon:

> Como verá V. Exa. pelo quadro que se segue não tem aumentado na medida dos nossos desejos o valor da exportação do Estado, verifica-se entretanto que não estamos sujeitos às grandes crises que têm afetado os Estados que praticam a monocultura. Variada como é a nossa produção, senão exportamos muito, também não temos necessidade de importar muito o que é uma compensação. Se é verdade que a massa dos negócios não é grande, pode-se entretanto afirmar com segurança que a nossa população vive relativamente feliz: as pequenas fábricas estão espalhadas por todo o Estado produzindo o necessário ao consumo e, sem os grandes latifúndios, onde o trabalhador vive quase como escravo, a mercê da boa ou má vontade do patrão, os nossos agricultores são todos proprietários de uma gleba de terras que fornece o necessário para si e seus filhos. Será pouco talvez, mas em todo o caso é um proprietário que, como tal, vive mais de acordo com os preceitos da dignidade humana. (RELATÓRIO SGNE, 1914, p. 20)

Num primeiro momento, reiterou-se a causa da crise nacional: a monocultura. Contra esse mal, Lebon lembrou que Santa Catarina tinha características nitidamente policultoras. Na segunda parte do texto, a questão da propriedade: ignorando solenemente o regime de propriedade vigente na região serrana, Lebon caracterizou o Estado como um espaço de pequenos proprietários livres da dominação e dos problemas do latifúndio.

Nesse sentido, a trajetória política de Gustavo Lebon Régis, no nosso entendimento, é um excelente exemplo de como se constituía no início do século XX, o Estado Republicano.

Defensor de um conjunto de valores, idéias e representações que estava em construção nacionalmente, o ruralismo, Lebon Régis organizou uma entidade da sociedade civil que se tornou um dos canais através dos quais a classe dominante catarinense inscreveu seus interesses no aparelho de Estado assegurando sua direção. O ruralismo enquanto movimento político nacional se traduziu regionalmente através do discurso e da ação da SCA, bem como por meio das variadas modalidades de intervenção junto à questão agrícola implementadas pelo governo catarinense, constituindo a legitimidade e a força da própria sociedade política ao dotá-la de um poder de classificação (moderno/arcaico) que orientava a sua intervenção no meio rural. É claro que a SCA não fez isso isoladamente. Não temos elementos que indiquem, por exemplo, que Vidal Ramos tenha freqüentado as reuniões da SCA antes de formular as suas primeiras propostas tipicamente ruralistas[60], mas nos parece legítimo propor que esta entidade foi um dos pólos produtores e reprodutores dos valores ruralistas que acabaram por balizar a ação do Estado *stricto sensu* que contou, muitas vezes, com a própria presença de Lebon Régis nos cargos chave da administração catarinense[61].

3.3 - O Serviço de Povoamento.

Se o atraso do homem rural era um dos eixos norteadores das propostas e políticas agronômicas em Santa Catarina e legitimava uma determinada intervenção estatal sobre o campo, tal construção ideológica teve que se articular com outra: a que opunha o colono imigrante ao caboclo serrano.

O Estado de Santa Catarina foi um dos espaços privilegiados pela política imigrantista empreendida na segunda metade do século XIX pelo governo imperial. Em regiões como o Vale do Itajaí, Blumenau e no entorno da capital, Florianópolis, floresceram colônias de imigrantes alemães, italianos ou oriundos do Leste Europeu[62].

---

[60] Como vimos anteriormente, desde a sua primeira mensagem como governador escrita em 1902, os pressupostos ruralistas já se faziam presentes.

[61] Não nos parece simples coincidência o fato de Vidal Ramos em seu segundo mandato, escolher justamente Lebon Régis para a principal secretaria do Estado, a SGNE.

[62] A colonização com imigrantes alemães e italianos em Santa Catarina é até mesmo anterior. A Colônia de São Pedro de Alcântara, por exemplo, foi fundada em 1828, ainda no primeiro reinado. Contudo é a partir de 1850 com a fundação da colônia de Blumenau que há um efetivo processo de ocupação territorial através de núcleos coloniais. (PIAZZA E HUBENER, 2003, p. 79-83)

Com o advento da República e com o federalismo da Constituição de 1891, a responsabilidade de atração, acolhimento e localização de imigrantes foi transferida para os governos estaduais, sobretudo porque estes passaram a controlar a grande maioria das terras devolutas. Se para São Paulo esta medida representava uma maior autonomia e controle sobre sua política de atração de mão-de-obra para as fazendas de café, para os demais estados da federação a descentralização aumentou consideravelmente as dificuldades para se empreender um efetivo processo de colonização através da imigração estrangeira (RAMOS, 2006, p. 79).

Em Santa Catarina, no período entre 1895 e 1907, o discurso governamental foi marcado pela constante alegação da falta de recursos para o financiamento da imigração e a colonização ficou a cargo de empresas particulares, em especial da Companhia Colonizadora Hanseática[63].

Importante notar que, em Santa Catarina, o nexo entre imigração e colonização permaneceu forte mesmo neste período de pequena entrada de estrangeiros. O discurso formulado pela classe dominante associava o progresso do Estado à imigração e à ocupação territorial pelo braço estrangeiro. Em 1905, o governador Vidal Ramos associava diretamente o progresso atingido por Santa Catarina às ex-colônias implantadas no Estado:

> Só pelo povoamento rápido pode o Brasil conquistar o lugar a que tem direito no concerto das grandes Nações. Nem foi por outros processos que os Estados Unidos da América do Norte alcançaram a extraordinária prosperidade de que gozam.
> Aqui mesmo temos a prova das vantagens da introdução de braços para a exploração das riquezas das nossas terras. Sem isso, ainda hoje, muito pequeno seria o progresso do Estado. (MENSAGEM 1905, p. 14-15)

"Se não fossem os imigrantes, o progresso do estado seria muito menor": os argumentos a favor da retomada do esforço colonizador apelavam para uma maior produtividade agrícola, mas estavam sem dúvida atrelados à idéia de que o imigrante estrangeiro era superior ao *nacional*, ou, como era chamado em Santa Catarina, ao *caboclo*. Marcio Both percebeu o mesmo ao analisar o processo de colonização no Rio Grande do Sul:

> Nessa perspectiva, a possibilidade do desenvolvimento agrícola, somada ao interesse nos lucros que poderiam advir pela comercialização das terras e a idéia comum à época de que o imigrante era superior eram

[63] Em 1902, por exemplo, dos 872 imigrantes que entraram em Santa Catarina, 736 vieram por conta da Companhia e o restante era formado, praticamente pelos chamados espontâneos (MENSAGEM, 1903, p. 34).

> motivos constantemente lembrados pelos defensores da colonização (SILVA, 2009, p. 126)

Aparentemente, as pressões para que a União voltasse a ter participação efetiva no processo de imigração surtiram efeito a partir de 1906. É certo que os representantes catarinenses no Congresso Nacional envolveram-se ativamente nas discussões em torno da retomada do serviço de povoamento pelo governo federal, a partir de 1906/1907[64]. Questões como o nível de autonomia que os estados teriam em termos de imigração e a necessidade ou não de um órgão federal para implementar e fiscalizar os núcleos coloniais estiveram no cerne do debate acerca do Povoamento (RAMOS, 2006, p. 84-91). O modelo implantado a partir de abril de 1907 significou um aumento da interferência federal junto aos Estados na questão da imigração ao estabelecer as Inspetorias de Povoamento, mas manteve o nexo entre imigração e colonização, como queriam as frações dominadas da classe dominante.

Assim, diferentemente de Jair Ramos, não entendemos a construção do serviço de Povoamento como o estabelecimento de uma relação de autoridade entre o governo central e os estados. Ao privilegiar o nexo imigração/colonização, em detrimento do projeto paulista que defendia a importação de mão-de-obra, a constituição do serviço de povoamento era uma vitória das frações dominadas da classe dominante e, como vimos no capítulo 2, os grupos que controlavam o aparelho de Estado em Santa Catarina faziam parte destas frações. Nesse sentido, por mais que alguns setores almejassem uma maior autonomia para os estados, a garantia dos recursos necessários e a manutenção do nexo imigração/colonização eram os elementos fundamentais em disputa.

Gostaríamos de tentar comprovar nossa hipótese a partir da própria nomeação dos inspetores de povoamento no Estado de Santa Catarina que, como veremos, passava pela classe dominante local.

O primeiro inspetor nomeado em 1907 foi o engenheiro Francisco Oliveira, sobre o qual não dispomos de maiores informações. No ano seguinte foi nomeado Jacintho Mattos, engenheiro agrônomo que fora por pouco tempo diretor da Estação Agronômica e membro da diretoria da

[64] RAMOS descreve as discussões em torno do projeto enviado pelo Ministério Viação e Obras Públicas, então ocupado pelo baiano Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Neste processo, o autor cita especificamente uma emenda assinada por dois deputados catarinenses e pelos três paranaenses. Curiosamente, nenhum deputado pelo Rio Grande do Sul assinou a proposta. (ver RAMOS, 2006, p. 85)

Sociedade Catarinense de Agricultura (diretor de culturas no biênio 1907-1908)[65]. Em 1911 assumiu a inspetoria o nosso já conhecido Gustavo Lebon Régis, substituído em 1912 por Samuel Gomes Pereira. Por fim, este último teve como "ajudante", ao menos até 1915, Henrique Rupp que também ocuparia os cargos de superintendente municipal de Campos Novos em várias ocasiões, atuando ainda como agente de terras da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Assim, dos quatro inspetores do período, dois ocuparam cargos importantes no governo catarinense e passaram pela diretoria da SCA e outro teve como ajudante direto um conhecido membro da classe dominante catarinense. Não conseguimos estabelecer relação entre a Inspetoria e o governo catarinense apenas em relação ao primeiro inspetor. Tal configuração, no nosso entendimento aponta para um caminho diverso daquele proposto por Jair Ramos: a Inspetoria de Povoamento tornou-se mais um espaço para a atuação da classe dominante catarinense, em consonância com os projetos defendidos nacionalmente pelas frações dominadas da classe dominante agrária. Encontramos, portanto, um processo de nacionalização do discurso, dos valores e das práticas políticas, que são compartilhados e até mesmo produzidos regionalmente.

A constituição da Inspetoria de Povoamento teve como conseqüência concreta em Santa Catarina, a fundação de três núcleos coloniais federais: Anitápolis (1908 próximo à Palhoça), Esteves Júnior (1910 em Tijucas) e Barão do Rio Branco (1913 em Joinville) (MENSAGEM, 1915, p. 20). Neste período, o governo federal arcava com os custos de propaganda e transporte do imigrante até o Brasil e ainda com os recursos necessários para a medição dos lotes e o início do trabalho do imigrante. O governo do estado entrava com as terras devolutas e com a manutenção de uma hospedaria para os imigrantes recém-chegados. Por este último serviço, porém, o governo central pagava uma subvenção de 1$000 por imigrante/dia enquanto permanecesse na hospedaria.

Do ponto de vista quantitativo, a criação do Serviço de Povoamento parece ter dado resultados: enquanto em 1908 (ano da fundação do primeiro núcleo colonial federal) entraram apenas 91 famílias de colonos europeus, o relatório de 1913 registra a entrada de 2002 imigrantes no período de 12 meses (MENSAGEM 1913, p. 50). Mesmo com esse incremento, a opinião do governador do estado ainda aponta para a falta de braços para a lavoura:

> Não tem sido grande o movimento imigratório para o nosso Estado, que é, entretanto, um dos que mais vantagens oferece à colonização em grande

[65] Jacinto ocuparia também o posto de Inspetor Agrícola a partir de 1911 até pelo menos 1918.

> escala, já pela uberdade do seu solo e condições climáticas, já pela existência de grande núcleos de população de origem estrangeira que constituem poderosos centros de atração para o imigrante.” (MENSAGEM 1912, p. 62)

Para o governador, a razão para tal problema residiria na ausência de estradas de ferro que pudessem facilitar o escoamento da produção das colônias, tornando mais atraente o empreendimento para o estrangeiro.

A referência à natureza maravilhosa e pronta a ser explorada pelo europeu é um tema recorrente nos discursos sobre imigração. Muitas vezes, a imigração era apresentada como único caminho para o aproveitamento destas riquezas naturais:

> Na medida de nossos recursos, esforçar-me-ei pelo povoamento do solo, único meio de aproveitar as riquezas que encerra o nosso Estado, fomentando assim a sua grandeza e prosperidade (MENSAGEM 1908, p.28).

Quando o governador de Santa Catarina apresenta em seu discurso a imigração como único caminho viável para o progresso do estado, ele está naturalizando a exclusão de um outro ator social presente no meio rural catarinense: o *caboclo*. Por sua vez, o aparelho estatal criado para instituir uma política frente a esse trabalhador não era o Serviço de Povoamento, mas o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

3.4 - O SPILTN e o caboclo em Santa Catarina.

Em 1910, no interior do Ministério da Agricultura e Comércio foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional. A nova agência estatal foi confiada ao Marechal Cândido Rondon e seus postos ocupados, principalmente, por membros do Apostolado Positivista e por militares.

No próprio nome do órgão aparece a identificação de que se tratava de uma dupla tarefa a ser cumprida pelo Estado: *proteger* os índios e *localizar* os nacionais. O termo *proteção* foi utilizado conscientemente por aqueles que defendiam a criação do órgão, no sentido de diferenciá-los da *catequese* até então empreendida sobre os povos indígenas. Contudo, é na inclusão da idéia de localização de trabalhadores nacionais que podemos perceber elementos importantes para o nosso trabalho.

Primeiramente, trata-se de identificar que a criação do serviço, mesmo com esta duplicidade, explicitava uma tentativa de aproximação do *índio* e do *trabalhador nacional*, como se percebe na fala dos próprios agentes do serviço:

> O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (*tendo-lhe sido acrescida esta última parte, no momento da criação, em razão do engrenamento do problema indígena com o do trabalhador sertanejo, pela seriação do selvagem, do pacificado e do caboclo já fundido na população)*...” (SPILTN, *Relatório de Diretoria/1917*, p. 1, *apud* LIMA, 1995, p. 120 grifos do autor)

Os termos são por demais elucidativos: *engrenamento* e *seriação*. A vinculação existente no aparelho governamental expressava a concepção de que o “ser índio” era um estado transitório, visto que ele, no futuro, seria incorporado à categoria de trabalhador nacional depois de passar por um processo de pacificação. Tal processo era entendido como necessário não só do ponto de vista moral - resgatar os primeiros habitantes da terra - mas também por razões econômicas:

> (...) indígenas selvagens, isto é – *brasileiros reduzidos à condição de brutos, inúteis a si e à coletividade e, o que é mais, entravando, em mais de um ponto, o aproveitamento da terra e das forças naturais, ele inclusive, e sendo exterminados barbaramente, como feras* por pseudocivilizados sem consciência e sem alma, a quem o índio involuntariamente prejudicava na tranqüilidade e na cobiça (Idem)

Importa reter desta citação a idéia de que o indígena selvagem era tratado como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da *coletividade* e dele próprio. Proteger, nesse sentido significava provocar a transformação do *selvagem* em *manso* e, posteriormente, em *trabalhador nacional* tocado pela ciência e pela técnica, produzindo eficientemente enfim. Nota-se, portanto, que havia uma “*grande solidariedade entre essas formas de construir imaginariamente o meio rural brasileiro e as usadas para pensar os índios como matéria para intervenção governamental.*” (LIMA, 1995, p. 108)

A questão econômica apareceria também quando o alvo das políticas do Serviço era o trabalhador nacional. Em relatório de 1911, encontramos uma interessante definição para *trabalhador nacional*:

> Estes [os trabalhadores nacionais] são, estou convencido, os descendentes dos mártires da escravidão africana e da espoliação indígena, agora, em parte argamassados com os herdeiros dos usurpadores. É uma obra de reparação e de fraternidade, abrangendo a um tempo o progresso moral pela tocante incorporação do, outrora, aviltado trabalhador, e o progresso material pela expansão econômica (RMAIC, 1911, p. 275, apud LIMA, 1995, p. 127)

Neste trecho aparece de forma evidente algo que temos apontado: a percepção de que o trabalhador nacional era herdeiro da escravidão. Tal concepção trazia consigo uma gama de representações negativas sobre este trabalhador, em tudo coerente com a idéia de *atraso* do homem do campo de que tratamos acima. *Localizar* o trabalhador nacional seria, portanto, incorporá-lo ao mercado de trabalho de forma subordinada e com viés nitidamente autoritário.

Se a duplicidade de atuação do SPILTN era fruto de uma concepção que aproximava *índio* e *trabalhador nacional*, outra comparação aparece com força na documentação oficial: a entre o *nacional* e o *imigrante*. Numa exposição feita ao Ministro da Agricultura em 1923, o então Diretor do SPILTN utiliza essa comparação para justificar o trabalho sobre o *nacional*:

> Nós víamos desenrolar-se sob nossos olhos o espetáculo do contraste profundo que havia entre o modo de serem tratados os trabalhadores rurais provenientes de outras terras e os nascidos na nossa. Enquanto aqueles eram acolhidos com afagos e amparo nas colônias agrícolas, onde o governo proporcionava-lhes meios e facilidades de angariarem terra, boa morada, instrução para os filhos, etc., estes jaziam no meio de sua imensa miséria, inteiramente esquecidos de toda e qualquer proteção oficial. (BARBOSA, Luis Bueno Horta. *Pelo Índio e pela sua proteção oficial*. Exposição apresentada ao SR. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1923. Apud LIMA, 1995, p. 27)

Desta forma, percebemos que a ação estatal sobre o trabalhador nacional, ao menos do ponto de vista discursivo, tinha por objetivo último torná-lo um *colono*, dotado da mesma ética do trabalho que se esperava do imigrante: um pequeno e moderno proprietário agrícola. Acontece que, para que isso acontecesse, seria necessário coibir a autonomia e a liberdade vivida por estes trabalhadores.

Em 27 de setembro de 1910 foi nomeado Inspetor do SPILTN para Santa Catarina, o Tenente-Coronel José Vieira da Rosa[66]. Como vimos, no contexto de formação do serviço, foi comum a nomeação de militares paras as inspetorias. Vieira da Rosa formou-se no colégio militar de Porto Alegre e combateu na Revolução Federalista de 1893-1894. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e publicou em 1905 o trabalho intitulado *Corografia de Santa Catarina*. Profundo conhecedor do interior do Estado, o "Coronel Rosinha", como era conhecido, tinha 50 anos quando foi nomeado Inspetor do SPILTN, cargo que acumulou ao de responsável pela elaboração da *Carta Itinerária de Santa Catarina*. Atuaria ainda, de forma decisiva, na repressão aos rebeldes do Contestado, tenho escrito uma obra sobre o conflito, até hoje não publicada[67].

Uma semana depois da sua nomeação, Vieira da Rosa enviou correspondência ao Marechal Rondon comunicando que já havia entrado em contato com o governador do estado e feito algumas consultas e solicitações[68]. A resposta de Rondon pode ser considerada uma síntese de alguns aspectos gerais do Serviço que destacamos acima e apresentava informações importantes para a atuação do SPILTN em Santa Catarina (*Carta do Marechal Candido Rondon à Vieira da Rosa* datada do Rio de Janeiro 20/10/1910. APESC - Pasta Vieira da Rosa).

Logo de início, Rondon elogiava a iniciativa de Vieira da Rosa em ter procurado as autoridades estaduais para angariar apoios para o serviço e afirmava que fora justamente por isso que escolhera militares para as Inspetorias, pois entre os civis "*seria difícil, senão impossível, acertar com pessoas isentas das parcialidades políticas*". Sobre a solicitação de terras devolutas ao governo estadual, Rondon afirmava que, no caso indígena, devia-se buscar sempre as terras já ocupadas por eles e não pequenas áreas para aldeamentos. Orientava então que o trabalho do inspetor deveria começar com uma visita de avaliação do "grau de adiantamento" dos núcleos de população indígena. Neste ponto, Rondon procurava definir o sentido do trabalho do órgão:

> A nossa missão sendo, não de catequese, mas sim de proteção, temos que respeitar escrupulosamente o gênero de vida e os hábitos de cada tribo. Tratando-as com amor procuramos captar-lhes a confiança e a amizade, por meio da qual elas virão a nós de modo próprio, até chegarem ao ponto

[66] Carta de nomeação de José Vieira da Rosa para o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Pasta Vieira da Rosa - APESC.
[67] Vieira da Rosa acompanhou as ações militares no Contestado desde seu início em 1912 até o encerramento dos combates, sendo nomeado comandante das operações finais na região (Cf. RODRIGUES, 2008, p. 137)
[68] Infelizmente esta carta não foi localizada. Sabemos da sua existência e conteúdo pela resposta do Marechal Rondo analisada a seguir.

> de serem colocadas em Povoações Indígenas e estas transformadas, afinal em núcleos agrícolas de trabalhadores nacionais. Estas transformações se darão num espaço de tempo maior ou menos longo, conforme o estado dos espíritos em cada tribo e o tato com nos houvermos. (*Carta do Marechal Candido Rondon à Vieira da Rosa* datada do Rio de Janeiro 20/10/1910. APESC - Pasta Vieira da Rosa).

Neste trecho aparecem de forma clara tanto a tentativa de diferenciar proteção e catequese, quanto a concepção de que o indígena deveria se transformar em *trabalhador nacional*. Sobre este último, porém, Rondon informava a Vieira da Rosa que o governo federal não pretendia, naquele momento, fundar núcleos para *nacionais* nos estados do sul, mas que as terras para tais estabelecimentos deveriam estar próximas aos centros populosos, para facilitar o escoamento da produção. O último tema tratado na carta foi a verba para brindes destinados ao trabalho de aproximação dos indígenas *selvagens*. Rondon informava que a verba estaria disponível em breve, inclusive para a compra do gramofone que Vieira da Rosa solicitara. A saudação que encerra a carta define o trabalho dos dois militares como "*obra de engrandecimento moral e material de nossa pátria*".

A partir da carta descrita acima, podemos seguir algumas pistas para identificar a atuação do SPILTN em Santa Catarina. Em primeiro lugar, parece que Vieira da Rosa não desistiu da intenção de conseguir terras devolutas para trabalhadores nacionais. Em 14 de outubro de 1910, o inspetor encaminhou um ofício consultando o governador se estaria disposto a ceder terras devolutas para a criação de núcleos nacionais, argumentando:

> Sabeis que o governo federal chamou a si o encargo de proteger o silvícola. Melhor do que ninguém o sabeis, pois vindes de representar o Estado numa das casas do Congresso e, além disso, sei que mantivestes relações com o cidadão Ministro da Agricultura, de quem tereis ouvido, sem dúvida, referências ao serviço de proteção.
>
> Para que eficazmente se possa fazer um serviço de proteção torna-se necessário que se conserve para o silvícola as terras que eles ainda habitam, com exceção, já se deixa ver, d'aquelas enormes áreas doadas as diversas companhias.
>
> O Estado que sabiamente governais, que é nosso, e pelo qual temos obrigação de sacrificar até a própria vida, só terá a lucrar com a criação dos núcleos coloniais de trabalhadores nacionais. Certo de que compreendeis isso melhor do que eu, ouso esperar que, o mais breve possível, ponhais a disposição desta Inspetoria as terras devolutas, a fim de que prontamente sejam demarcadas (*Correspondência do Ministério*

> *da Agricultura, Indústria e Comércio com o governo do Estado de Santa Catarina* - 14/101/1910 - APESC).

Aparentemente, a solicitação de Vieira da Rosa teve uma resposta muito rápida. Em 04 novembro de 1910, o governador Vidal Ramos assinou a lei número 868 que autorizava "*o Poder Executivo a ceder gratuitamente ao governo federal, terras devolutas para fundação de Núcleos Nacionais*" (Coletânea de Leis, Decretos-Leis e Decretos do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes à Agricultura e Pecuária no período de 1874-1963. APESC). Mesmo não tendo resultado na fundação de algum núcleo, a referida lei contou com o reconhecimento do próprio Ministério da Agricultura que destacou a sua importância (RELATÓRIO MAIC, 1910-1911, p. 54.). Mais uma vez, não se trata de medir a eficácia da atuação deste órgão estatal, mas de perceber como sua montagem e suas iniciativas revelam as concepções construídas ao longo do tempo sobre o trabalhador nacional, ou como chamado em Santa Catarina, o *caboclo*. Muito mais do que a violência física que poderia estar por trás da fundação de núcleos para trabalhadores nacionais, estava sendo configurada uma relação de violência simbólica que identificava o *caboclo* como alguém sobre o qual haveria de ser empreendida uma ação pedagógica marcadamente autoritária, próxima àquela formulada para os indígenas.

Outro aspecto que pode ser destacado sobre a ação do SPILTN em Santa Catarina é o fato de que as linhas de atuação de Vieira da Rosa não eram prontamente aceitas por todos. Em julho de 1911, o inspetor denunciou um colono alemão que estava incitando seus pares a se organizarem contra os índios da região. Vieira da Rosa encaminhou uma cópia da carta que estava sendo distribuída com esse fim. Num primeiro momento, o autor da carta propôs que os colonos se organizassem para afugentar os "silvícolas" tão logo soubessem que estavam próximos às colônias. Citando como exemplo um conflito ocorrido na colônia Hansa, o autor concluiu que caso os colonos se organizassem:

> Os bugres ficariam perfeitamente cercados e nós os faríamos dançar por outra música, que não é a melodia de gramofone do *domador de bugres* Snr. Tenente Rosa. Porém, o que é o principal, teríamos evitado os ataques na Hansa e no Jaraguá e teríamos mostrado que os colonos alemães também sabem brigar, quando é necessário. (Correspondência do SPILTN ao governador do Estado, 23/07/1911 - APESC)

Ao terminar o manifesto, o colono alemão cita os casos do Marrocos e China para sugerir que os cônsules alemão, italiano e austríaco comunicassem aos governos na Europa os grandes

perigos que os colonos corriam em terras brasileiras. Este documento corrobora a idéia de que a relação entre os colonos europeus e os indígenas passou por inúmeros conflitos ao longo da Primeira República. Mas, para além, disso, o documento apresenta uma crítica direta ao trabalho de Vieira da Rosa e a utilização que este fazia do gramofone para atrair os indígenas.

Outra situação a ser destacada foi a descontinuidade do Serviço em Santa Catarina, o que gerou reclamações do próprio governador Vidal Ramos. Em ofício encaminhado ao Ministério da Agricultura em 18 janeiro de 1912, o governador denunciou a presença de "índios selvagens" no núcleo colonial federal Esteves Júnior e, a partir deste fato, avaliou a transferência da inspetoria do SPILTN para o Rio Grande do Sul:

> Suprimida como foi a Inspetoria e anexado o estado à Inspetoria do Rio Grande, onde, releve V.Exa. a ponderação, há muitos anos já não existem tribos de índios errantes, a bela e patriótica iniciativa desse Ministério de chamar ao grêmio da civilização os infelizes indígenas e ao exercício de mais profícuas atividades inúmeros nacionais que a falta de proteção e disciplina para o trabalho, atira para a ociosidade e para o vício, ficou neste Estado, sem a devida continuidade, porque a despeito de muito esforço e atividade que possa despender, ao inspetor, com sede no Rio Grande, muito difícil será atender as emergências do serviço em Santa Catarina, com a prontidão e energia que se faz mister para a necessária eficácia da garantia ao índio e ao colono. (*Ofício do Governador Vidal Ramos ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, 18/01/1912 - APESC)

Na reclamação de Vidal Ramos aparece mais uma vez a dupla tarefa do SPILTN: chamar ao grêmio da civilização os indígenas e disciplinar para o trabalho os *nacionais*. Mas, a reclamação fundamental era a da descontinuidade do serviço: em fins de 1911 a inspetoria foi incorporada à existente no Rio Grande do Sul e em 1916 foi transferida para o Paraná (MENSAGEM, 1916, p. 76). Neste este último ano, porém, a preocupação era principalmente com as ameaças aos colonos:

> Não deixa de relacionar-se com o desenvolvimento agrícola do Estado, o serviço de índios. É sabido que em Blumenau e outros pontos os silvícolas inquietam os colonos, destroem as suas propriedades, quando não os atacam, massacrando-os. Torna-se, pois, impossível a localização de colonos nas regiões freqüentadas pelos índios. O posto federal de atração do Rio Plate conseguiu os melhore resultados. (MENSAGEM, 1916, p. 76)

Não era a primeira vez que a preocupação com os colonos ficava acima do trabalho de proteção indígena. Em 1911, a mensagem do governador trazia a seguinte proposta acerca dos ataques indígenas às colônias:

> Seria, portanto, uma acertada providência a prática nos aldeamentos de índios mansos, de um regime que não permitisse essas perigosas incursões, que põem em risco a vida dos lavradores e habituam ao crime e a vadiagem os índios que uma imperfeita civilização tornou mais perigosos, porque, sem dominar os seus maus instintos, lhes aperfeiçoou a astúcia e lhes deu meios de ação mais temíveis (MENSAGEM 1911, p. 38)

Nesse sentido, podemos afirmar que ação do SPILTN em Santa Catarina, malgrado sua descontinuidade institucional e a pouca "eficácia" da sua atuação no que tange aos *caboclos*, teve um duplo objetivo: proteger os colonos imigrantes das *correrias* indígenas e "*expandir o controle governamental sobre o território e as populações nele dispersas*" (LIMA, 1995, p. 113). Assim, se para as áreas de colonização européia havia uma variedade de iniciativas agronômicas, para os indígenas tratou-se de implementar uma política que visava proteger muito mais o colono do que o próprio índio. Para os *caboclos*, elas permaneceram no campo discursivo, não se desdobrando em maiores intervenções materiais, mas, certamente, colaborando para a construção de uma concepção negativa e excludente a respeito do trabalhador nacional.

3.5 - Comparações entre o *nacional* e o *imigrante*.

Embora a representação sobre o trabalhador nacional viesse sempre carregada de aspectos negativos, o discurso oficial variou em alguns momentos. Em 1912, por exemplo, Vidal Ramos defendia que os privilégios concedidos aos imigrantes estrangeiros fossem estendidos aos nacionais:

> (...)se é justo que se cerque de garantias o estrangeiro que vem colaborar conosco no nosso progresso, não menos justo é dar aos trabalhadores nacionais o mesmo amparo e o mesmo auxílio, para que possam tornar-se úteis à Nação e a si mesmos. (MENSAGEM 1912, p. 69).

Importante notar que os nacionais eram vistos como verdadeiros *inúteis* que deveriam ser transformados em colonos, sobre os quais deveria pesar uma ação pedagógica/disciplinadora.

A idéia de que se deveria conceder aos colonos *nacionais* os favores dados aos estrangeiros não era exclusiva da classe dominante catarinense. Marcio Both da Silva identificou a mesma concepção no Rio Grande do Sul, enquanto um ponto de atrito entre diferentes funcionários do governo (SILVA, 2009, p. 105). Contudo, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, a diferenciação de tratamento entre imigrantes e nacionais continuou a existir, favorecendo claramente o estrangeiro, ao menos até o advento da Primeira Guerra Mundial.

Em outros momentos, o discurso oficial considerava os descendentes dos colonos como trabalhadores nacionais, estabelecendo para estes uma conotação nitidamente positiva. É o que se depreende da introdução do relatório do Secretário Geral, Fulvio Aducci, escrito em 1916:

> Em Santa Catarina, o problema da colonização não se complica com o da imigração, não pressupõe, nem está adstrito à necessidade de trazer gentes de outras terras, de introduzir elementos de trabalho estranhos, de despender muito com o transporte dos novos povoadores, de arriscar a nossa reputação com o não cumprimento de promessas oficiais, cuja realização não depende somente da vontade dos que prometem.
> Cultivadores do solo, temo-los dentro do nosso próprio território, em condições muito superiores às de qualquer corrente imigratória que possa ser encaminhada para aqui. Refiro-me aos descendentes dos colonos que, desde a primeira metade do século passado, estabeleceram-se em nossas terras; são lavradores e cultivadores já suficientemente experimentados, conhecedores do meio físico e social em que vivem, adaptados ao clima e às espécies de cultura mais apropriados à terra e mais fáceis de transportar e de vender, afeiçoados aos costumes e à legislação do país, perfeitamente aptos para vencer na luta contra a terra virgem e abrupta. Esse é o povo que tem povoado e enriquecido os sertões catarinenses. (RELATÓRIO SGNE, 1916, p. 6)

O secretário considerava este um dos mais graves problemas vividos pelo estado de Santa Catarina: sem o imigrante europeu, quem seria o agricultor a desbravar as terras férteis de Santa Catarina? A Primeira Guerra Mundial trouxe como conseqüência imediata a paralisação do fluxo de imigrantes para os estados do sul e a recolocação do problema da mão-de-obra.

Dois anos depois, o mesmo Fulvio Aducci informava que a falta do imigrante estrangeiro poderia até mesmo significar uma vantagem econômica:

> Na falta de imigrantes estrangeiros, o povoamento dos núcleos se fez, com vantagem, pela localização do colono nacional e digo com vantagem, porque incontestavelmente a lavoura, nos três últimos anos, tomou maior incremento com a admissão, em maior escala, dos colonos nacionais, na

> maioria agricultores, ao passo que dos imigrantes estrangeiros internados nos núcleos, poucos eram agricultores, sendo a maioria composta de indivíduos sem profissão definida ou de profissão completamente estranha à agricultura (RELATÓRIO SGNE, 1918, p. 161).

A falta de imigrantes estrangeiros forçou um alargamento da categoria de trabalhador nacional, incorporando os descendentes de colonos a esta definição, mas manteve uma diferenciação entre os *nacionais* que passaram a viver em *colônias* e os *caboclos* que se mantinham nas regiões de fronteira como posseiros ou *intrusos*. Na verdade, o processo de colonização continuava sendo visto como a forma de civilizar o *caboclo*. Em 1916, procurando explicar a seus pares as razões que, no seu entendimento, haviam gerado a Guerra do Contestado, o governador Felipe Schimidt apresentou suas propostas para evitar novos conflitos e fez interessantes observações sobre qual seria o papel do Estado frente ao *caboclo*:

> Antes de tudo impõe-se a necessidade de trazer as populações do interior ao convívio da civilização pela abertura de vias de comunicação, pelas estradas de ferro que facilitem o comércio dos produtos e o comércio das idéias, dando-lhes prosperidade econômica, processos novos de trabalho e vida e uma nova moral mais elevada e mais nobre. O mestre escola terá o papel essencial de missionário nessa cruzada civilizadora urgindo disseminar escolas por toda a extensão das nossas terras, empreendimento para o qual o governo da União deveria concorrer, auxiliando os Estados. Com a abertura de estradas e escolas deverá coincidir também a colonização em larga escala dessas regiões ferazes e mal povoadas.
> E assim teremos arrancado da tristeza dessa situação uma raça generosa, valente e para colaborar na obra do nosso progresso, pela sua capacidade e pelas suas qualidades excepcionais de resistência. (MENSAGEM 1916, p. 16)

O nacional aqui não é o colono das fontes citadas anteriormente, mas a *população do interior*, para a qual era preciso viabilizar o comércio de produtos e de *idéias*. Estradas, escolas e colônias seriam os instrumentos desta verdadeira *cruzada civilizadora* para transformar o *caboclo* em *colono*. Nesta fonte fica evidente que tal transformação significava submetê-lo à mercantilização da vida social, no sentido de integrar suas atividades às redes de comércio e produção, educá-lo a partir de uma nova ética do trabalho e tornar a terra que habitava, uma mercadoria.

Curiosamente, neste texto, Felipe Schimidt optou por ressaltar também algumas qualidades do *caboclo*: generosidade, valentia e resistência. No caso das duas últimas, a

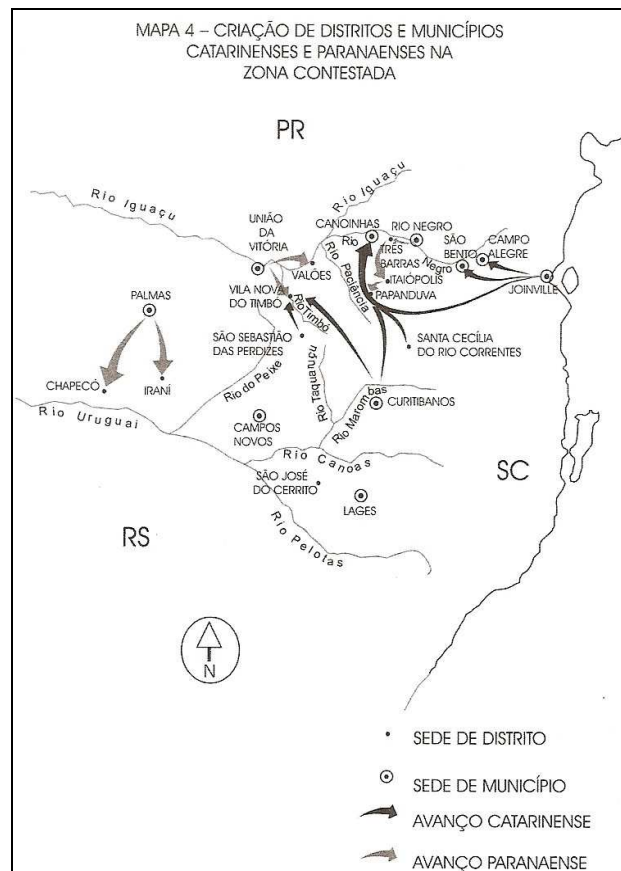
referência para a identificação destas qualidades devia ser a própria Guerra do Contestado, terminada naquele ano. Porém, não é o momento ainda de tratarmos do conflito. Aqui, cabe destacar apenas que, no nosso entendimento, a guerra ressaltou e confirmou valores e representações que foram construídos anteriormente, se tornaram hegemônicos em Santa Catarina e legitimaram a própria intervenção armada. E esses valores e representações eram especialmente fortes quando diziam respeito aos habitantes de uma região específica de Santa Catarina: o Planalto.

3.6 - O Planalto Catarinense.

No capítulo anterior, afirmamos que a política agrícola desenvolvida em Santa Catarina tinha um recorte regional que privilegiava as áreas de colonização européia e excluía a região serrana. A única experiência que fugiu a esta regra foi o Campo de Demonstração/Posto Zootécnico de Lages que se localizava no município econômica e politicamente mais importante do Planalto. Discutir as causas e os reflexos desta configuração pode nos ajudar a entender a formação do Estado e suas características em Santa Catarina. Não pretendemos, contudo, apresentar uma história detalhada ou abordar todos os aspectos econômicos e sociais da Região Serrana[69]. Nosso intuito, neste momento do trabalho, é perceber de que forma as classes dominantes catarinenses construíram uma visão sobre a região que informava e condicionava a própria institucionalização do Estado. Assim, depois de uma breve descrição da região, procuraremos destacar algumas características sociais que contribuíram para a construção ideológica do *caboclo* e para justificar a intervenção estatal naquele espaço.

O povoamento do Planalto Catarinense esteve diretamente associado ao chamado Caminho das Tropas que, durante os séculos XVIII e XIX cortou a região e foi responsável pelo surgimento dos povoados e vilas. Os tropeiros utilizavam a região como ponto de descanso para o gado transportado do Rio Grande do Sul em direção à feira de Sorocaba em São Paulo. Com o tempo, diversas fazendas foram surgindo pelo caminho, tanto para criação de gado como ponto de apoio para os tropeiros. O Caminho das Tropas também era visto como oportunidade para pequenos lavradores que se estabeleciam na região para vender excedentes, realizar algum negócio ou mesmo servir de ponto de apoio. Em 1904, o Secretário Geral Caetano Vieira da

[69] Para essa perspectiva, consultar COSTA, 1982.

Costa, fazendeiro e político da região de Lages assim descrevia os “intrusos” que habitavam o Planalto:

> Outros se estabeleceram à margem dos picadões (...) que conduzem aos campos da região serrana, em zonas infestadas pelos gentios e aí fazem as suas plantações e pequeno comércio de viveres com os tropeiros, aos quais prestam relevantes serviços, já porque, povoando o local e derrubando a mata nas vizinhanças, afugentam aquele horrível inimigo do homem civilizado, tornando menos possível as suas correrias, já porque em humildes, mas confortáveis habitações, encontra o viajante seguro agasalho contra os rigores da intempérie.
> Em consideração a estes fatos não tem a administração usado mais amplamente do mandado de despejo, que a Lei estabelece para os intrusos. (RELATÓRIO SGNE 1904, p. 93/94)

Importante notar que o secretário procurava destacar aspectos positivos do estabelecimento de posseiros naquela região e assim, justificar a inoperância do governo em regulamentar a propriedade da terra. Essa “liberalidade”, no entanto, duraria apenas mais alguns anos no planalto e, neste momento, todo o trabalho benéfico destes “intrusos” será solenemente ignorado.

Nesta região, no início do século XX, estavam estabelecidos os municípios catarinenses de Lages, São Joaquim, Campos Novos, Curitibanos São Bento, Campo Alegre e Canoinhas (distrito de Curitibanos, emancipado em 1911). Disputados com o Paraná, e sob jurisdição paranaense até a assinatura do Acordo de Limites (1916) estavam Rio Negro, Itaiópolis, Papanduva, União da Vitória, Vila Nova do Timbó e Palmas.

Como já referido anteriormente, Lages, primeira vila fundada na região era o município mais importante. Dados de 1915 indicam que enquanto este município contava com uma população estimada em 27.900 habitantes, Curitibanos/Canoinhas tinham 10.500 moradores e Campos Novos 9.100 (RELATÓRIO SGNE, 1915).

(fonte: MACHADO, p. 378)

Até o início do século XX, a comunicação do planalto com o litoral catarinense era extremamente precária. Contudo, como aponta Paulo Pinheiro Machado, isso não significa dizer que se tratava de uma região isolada:

> O tropeirismo criava um ambiente de permanente ligação do planalto com outras regiões. A população do planalto não vivia em isolamento num sertão distante; estava ligada por laços de trabalho, parentesco e solidariedade a outras comunidades mais distantes e era freqüentemente informada dos últimos eventos políticos das províncias vizinhas. (MACHADO, 2004, p. 81)

O Planalto possuía assim algumas características de "região de passagem" e seus moradores mantinham fortes ligações com os "sertões" vizinhos. Importante destacar, por exemplo, que a região serviu de refúgio para muitos combatentes gaúchos e paranaenses da Revolução Federalista de 1893, que certamente trouxeram consigo seus valores e princípios[70].

---

[70] Paulo Pinheiro Machado destaca que a Revolução Federalista marcou profundamente a memória da região, especialmente por ter oferecido uma forte resistência à nova ordem republicana. MACHADO, 2004, p. 90.

Por conta não só da localização geográfica, mas também das relações econômicas estabelecidas, a região é tradicionalmente dividida em Planalto Norte - vales dos Rios Negro, Iguaçu, Canoinhas, Paciência e Timbó - e Planalto Sul - vales dos rios Uruguai, Pelotas, Peixe e Canoas - (MACHADO, 2004, p. 70)[71].

No Planalto Sul, em torno de Lages, surgiram diversas fazendas de criação de gado e configurou-se uma estrutura econômica e social baseada na pecuária extensiva. Nestas fazendas trabalhavam agregados que em grande medida, mantinham-se subordinados aos donos das fazendas, muitos deles oficiais da Guarda Nacional.

Por sua vez, no Planalto Norte, a atividade econômica mais importante era a extração de erva-mate, atividade praticada por posseiros e lavradores autônomos que exploravam os ervais nativos nas terras devolutas da região. Assim, o *caboclo serrano* vivia em situações distintas dependendo da parte do planalto que habitava. Em Lages, o agregado trabalhava na lida do gado e mantinha uma relação de maior subordinação aos fazendeiros da região, servindo muitas vezes como força militar (*vaqueano*) para os coronéis. Na região mais ao norte, característica de fronteira, foi mais significativa a presença de lavradores independentes que viviam da agricultura de subsistência e da extração da erva-mate (MACHADO, 2004, p. 75)[72]. Sobre a origem destes últimos, Oswaldo Cabral afirma que muitos eram trabalhadores que não encontravam mais ocupação nas fazendas de gado e então:

> Iam para frente, instalar-se num rancho por eles mesmos construído, no fundo de algum vale, na encosta de alguma serra, em terras em torno de dono ignorado ou da nação, para viver como índio de caça, da colheita de frutas, mantendo em redor da moradia tosca e miserável, uma roça, uma pequena lavoura que a mulher ajudava a cuidar (CABRAL, O. *apud* JESUS, 1991, p. 92).

A existência destes posseiros não era exclusiva da região de fronteira. Machado chama a atenção para o fato de que as pastagens naturais - os campos - eram terras mais valiosas e foram ocupadas primeiramente, mas conviveram até o início do século XX com a existência das *capoeiras* ou *faxinais*, terras mais "sujas" onde se instalavam pequenos posseiros que muitas

---

[71] Outros autores utilizam divisões semelhantes, como, por exemplo, Oswaldo Rodrigues Cabral que divide a região em Planalto de Lages, ao sul; Planalto de Canoinhas ao norte e Planalto de Chapecó à oeste. Cf. CABRAL, p. 03.

[72] Samir Ribeiro Jesus classifica o caboclo serrano como "caboclo-peão", característico de Lages e São Joaquim e "caboclo-roceiro", característico do planalto norte. Porém, ao contrário do que estamos afirmando, esse autor não estabelece distinção entre a dominação exercida sobre os dois tipos de caboclo: "*Assim, quase nenhum aspecto da vida do caboclo da fazenda e do caboclo da roça, escapavam ao controle despótico do grande fazendeiro e chefe político local que disciplinava a sua vida de trabalhador em todas as dimensões*" (JESUS, 1991, p. 102)

vezes possuíam também pequenas criações de gado e plantavam para a subsistência. A trajetória destes posseiros, seja na região de fronteira, seja nas matas e faxinais próximos às fazendas, é semelhante ao ocorrido outras regiões do Brasil: na medida em que o povoamento se intensifica e os conflitos aumentam, ocorrem as expulsões e grilagens e a conseqüente busca de novas terras devolutas[73].

No início do século XX, principalmente por causa do aumento do preço da erva-mate, a região de Curitibanos e Canoinhas viveu um expressivo aumento populacional e os caboclos-posseiros desta região passaram a conviver com a ameaça da perda de sua autonomia (MACHADO, 2004, p. 99), em decorrência tanto da expansão dos domínios dos grandes fazendeiros quanto da expedição de novos títulos fundiários pelos governos de Santa Catarina e Paraná como forma de tentar garantir a posse do território contestado. Desta forma, coincide com o início do período republicano e com o período da consolidação do discurso e das práticas ruralistas em Santa Catarina, o aumento das tensões e conflitos envolvendo os *caboclos serranos*, em especial aqueles que viviam como posseiros independentes no Planalto Norte. Esta "coincidência temporal" pode na verdade ser analisada como a própria constituição do Estado naquela região, via tentativa de subordinação do caboclo ao mercado. A chegada da Ferrovia São Paulo - Rio Grande viria a acelerar e tornar ainda mais complexo esse processo, mas esse é um assunto para o próximo capítulo. Por ora, precisamos tecer algumas considerações a título de conclusão deste capítulo.

3.7 - Agricultura e dominação de classe em Santa Catarina.

A história das instituições agronômicas em Santa Catarina e das demais intervenções estatais no meio rural catarinense comprovam que o *ruralismo*, enquanto ideologia e prática política, encontrou em Santa Catarina um espaço mais do que propício para agir. A implantação das colônias de imigração européia, por exemplo, significava a concretização de alguns dos seus mais importantes pressupostos: pequenas propriedades privadas com produção diversificada e para o mercado interno. Ao mesmo tempo, servia para concretizar o projeto de substituição do trabalhador nacional – indolente, arcaico, herdeiro da escravidão – por outro tipo de trabalhador,

---

[73] Interessante trabalho que aborda esta situação, embora em região e período diferentes é a dissertação de Manoela Pedroza (Cf. PEDROZA, 2003)

capaz de absorver e implementar as modernas práticas agrícolas divulgadas e defendidas pelos próprios ruralistas.

No capítulo anterior, defendemos que as frações dominantes em Santa Catarina passavam, no início do século XX, por um processo que envolvia a busca de novas formas de reprodução e mesmo a disputa por novos espaços no cenário político nacional. Vimos também que uma determinada concepção de modernização da agricultura parecia ser a saída para estes setores. As instituições difusoras desta agricultura moderna eram consideradas como importantes peças deste projeto político e econômico em conjunto com a instalação dos núcleos coloniais como imigrantes europeus. Assim, não se tratava apenas de modernizar a agricultura de uma perspectiva eminentemente neutra e técnica, mas como forma de garantir uma determinada dominação de classe e um determinado espaço político em nível nacional.

Tal projeto de dominação/inserção passava pela diversificação da agricultura em pequenas propriedades nos núcleos coloniais; pela modernização da pecuária, através da importação de reprodutores de raça; pela difusão de métodos "modernos" de criação intensiva e, finalmente, pela construção de todo um arsenal discursivo que visava ao mesmo tempo legitimar a intervenção estatal junto ao campo e fortalecer a identidade de classe dos proprietários rurais catarinenses. As propostas construídas e divulgadas pela Sociedade Catarinense de Agricultura e por seu fundador, Gustavo Lebon Régis, são importantes exemplos de como tal processo se deu.

Este discurso estava orientado em três direções: para "baixo", no sentido de justificar os mecanismos de seleção e exclusão do que era o agricultor moderno; para "os lados", no seio da própria classe dominante catarinense no sentido de garantir a coesão em torno de um projeto político para o estado; e para "cima", no sentido de integrar-se junto a um esforço "nacional" de salvação da lavoura, legitimando-se assim enquanto parcela desta fração de classe e buscando um melhor posicionamento frente às demais frações regionalmente organizadas.

Contudo, no estado de Santa Catarina havia uma parte do território sobre o qual as classes dominantes consideravam necessário intervir cada vez mais: a região de fronteira disputada com o estado do Paraná. Com uma estrutura econômica marcada pela pecuária extensiva e latifundiária ao sul e por uma expressiva camada de lavradores autônomos mais ao norte, nesta região encontravam-se importantes ervais nativos, além de ser uma região com valorização evidente, pois, sobre ela passariam os trilhos de uma importante ferrovia. Exatamente aí sobrevivia o *caboclo*, lavrador de fronteira, o trabalhador nacional que a ideologia ruralista

pretendia superar. Incorporar essa região ao Estado significava, assim, transformar o *caboclo* em *colono*, fazê-lo enredar-se nas malhas do mercado de produtos agrícolas e de terras, subordiná-lo enfim à dominação de classe. O Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional foi uma das iniciativas que visavam esse objetivo, mas, como vimos, não logrou alcançar resultados efetivos. Por sua vez, a questão da indefinição dos limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná tornou praticamente impossível a demarcação das propriedades e das terras devolutas na região, adiando até o momento da passagem da ferrovia, o processo de constituição da propriedade privada naquela região.

Nossa hipótese é que os *caboclos* (especialmente no Planalto Norte) resistiram à incorporação do latifúndio procurando manter sua autonomia relativa, especialmente na produção da sua própria sobrevivência na *roça* ou na extração do mate. Este aspecto era profundamente incompatível com a proposta de modernização da agricultura que envolvia um forte aspecto disciplinador através da imposição de formas e lógicas produtivas bastante distintas daquelas utilizadas tradicionalmente pelos caboclos.

Ao construir uma imagem do caboclo carregada de aspectos negativos e ao aproximá-lo da situação do indígena as classes dominantes catarinenses exigiam uma completa transformação no seu modo de viver que significava a "*eliminação da possibilidade de sobrevivência individual fora do mercado*" (FONTES, 2005, p. 25)

Desta forma, o projeto político para a agricultura catarinense incluía a construção de entidades e experiências pedagógicas voltadas para modernizar/disciplinar o imigrante europeu que, na prática, excluíam o modo de vida do *caboclo*. O Campo de Demonstração/Posto Zootécnico de Lages, única instituição na região serrana, destinou esforços mais evidentes para a modernização da pecuária, favorecendo diretamente os grupos dominantes da região e pouco interferindo na questão da produção agrícola dos caboclos. A existência desse conjunto de trabalhadores rurais completamente fora dos padrões desejados para a moderna agricultura ainda era vista como um problema a ser resolvido no início da segunda década do século XX.

Neste contexto, o agente modernizador para a região serrana, capaz incorporar definitivamente aquele território ao Estado, seria a ferrovia São Paulo – Rio Grande e sua proposta colonizadora. Porém, no lugar de subordinar/disciplinar o caboclo, a exclusão continuou sendo a tônica do processo histórico vivido nesta região. A modernidade e o progresso representados pelo trem de ferro tornariam ainda mais dramáticos os conflitos no Planalto

Catarinense, pois como o caboclo resistiu decisivamente também a esta nova modalidade de intervenção, só restaria ao Estado a violência explícita da Guerra, mas isso é assunto para os próximos capítulos.

Fonte: D'ALESSIO, Vito. **Claro Jansson**: o fotógrafo viajante. São Paulo: Dialeto Latin AmericanDocumentary, 2003. p. 27 *apud* VALENTINI, 2009, p. 106

4 - O Estado e a *Brazil Railway Company* nos sertões do Contestado.

Nenhum trabalho que se proponha a abordar a Guerra do Contestado pode prescindir de apresentar e discutir os impactos e transformações decorrentes da passagem da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e da instalação de empreendimentos madeireiros e colonizadores na região. Neste capítulo, procuraremos discutir como estes novos agentes sociais inscreveram seus interesses no aparelho de estado e como a sua presença interferiu nos processos históricos então em curso.

4.1 - A Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG).

No contexto da expansão ferroviária ocorrida em fins do século XIX, o governo imperial autorizou a realização de estudos para a construção de uma ferrovia para interligar os quatro estados mais ao sul do Brasil. O projeto apresentado previa uma ferrovia saindo de Itararé em São Paulo até Santa Maria da Boca do Monte no Rio Grande do Sul, atravessando o interior dos estados do Paraná e Santa Catarina. O engenheiro responsável pela realização dos estudos – e que também ganharia a concessão da construção da estrada – foi João Teixeira Soares que havia se notabilizado pela construção da Estrada de Ferro do Paraná, além de ter atuado em outras ferrovias (ESPIG, 2008, p. 114).

As razões para a construção desta estrada de ferro eram principalmente estratégicas: integrar o sul do Império e garantir o transporte de tropas em um eventual conflito envolvendo os países do Prata. Contudo, desde os primeiros estudos, estava presente também uma intenção colonizadora, como pode ser notado no relatório publicado por Teixeira Soares quando da apresentação do traçado proposto:

> Atravessando ela em toda a sua extensão a parte de melhor clima do Império, corta várias zonas de grande fertilidade que poderiam abrigar em condições de muita prosperidade milhares de imigrantes podendo-lhes hoje ter em grau avançado de progresso uma região abençoada e possuirmos viação indispensável para atender a necessidades estratégicas as mais imperiosas (SOARES, 1889, p. VIII/IX, *apud* ESPIG, 2008, p. 115).

O decreto de concessão da ferrovia à Teixeira Soares foi publicado em 9 de novembro de 1889 e o contrato assinado no dia 14 de novembro, literalmente na véspera da queda da monarquia. Como de praxe, o decreto estabelecia uma garantia de juros de 6% sobre o capital necessário para construção da linha principal e fazia a cessão gratuita das terras devolutas às margens dos trilhos numa faixa de 30 km para cada lado (ESPIG, 2008, p. 117).

A respeito da colonização, o decreto estipulava que a companhia deveria localizar dez mil famílias num prazo máximo de quinze anos. Apenas 15% das famílias poderiam ser de *nacionais*, ou seja, havia uma intenção declarada de que a região cortada pela ferrovia fosse colonizada por imigrantes europeus em sua grande maioria. Cabe citar também que o governo imperial se comprometia apenas em encaminhar os imigrantes para a região, prevendo ainda uma subvenção de 250$000 para cada família européia e 200$000 para cada família nacional localizada, cabendo à Ferrovia, todos os custos decorrentes da montagem dos núcleos coloniais.

O governo imperial caiu logo depois da assinatura do contrato, ficando para o novo regime a regulamentação das cláusulas que previam autorização do poder legislativo. Contudo, ainda no início do governo do Marechal Deodoro da Fonseca (sem o funcionamento regular do congresso), o contrato foi revalidado com algumas modificações e sem a necessidade de aprovação legislativa[74]. Dentre as mais importantes constavam a redução da faixa de privilégio sobre as terras devolutas para 15 km e a retirada de todas as cláusulas que versavam sobre colonização. Márcia Espig aponta que o governo republicano mostrava-se mais interessado na perspectiva estratégica da ferrovia e pode ter considerado excessivo o custo para subvenção das famílias de imigrantes, daí ter tornado sem efeito a obrigatoriedade da colonização. (ESPIG, 2008, p. 119)

Evidentemente não era tarefa simples levantar os capitais necessários para construção de tamanho empreendimento. Teixeira Soares buscou recursos junto a investidores europeus e constituiu a *Compagnie Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, para quem foi transferida a concessão. A garantia de 6% de juros sobre o capital investido para a construção da ferrovia soava como lucro certo para o capital europeu, reunido em entidades financeiras que tinham por objetivo buscar justamente este tipo de investimento. Tal característica tornava muitas vezes a construção da ferrovia mais lucrativa do que sua administração posterior. Tratava-se assim de um exemplo clássico de investimento imperialista de fins do século XIX.

[74] Decreto 305 de 7 de abril de 1890.

Depois de uma série de dificuldades e modificações nas empresas concessionárias, os capitais europeus puderam ser utilizados a partir de 1895[75]. O primeiro trecho da ferrovia – ligando Ponta Grossa a Rebouças – foi inaugurado em dezembro de 1899. A partir deste momento, a ferrovia foi dividida em Linha Norte (de Ponta Grossa até Itararé) e Linha Sul (de Ponta Grossa até o Rio Uruguai na fronteira com o Rio Grande do Sul[76]). A construção seguiu nos dois sentidos, sendo que em diversos momentos os esforços para a conclusão da Linha Norte foram mais efetivos devido a sua maior importância econômica. Relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP) citados por Marcia Espig, comprovam que o governo reconhecia que, enquanto o trecho que ia em direção à São Paulo cortava uma região em franco desenvolvimento econômico, o trecho que rumava em direção ao Sul mostrava-se pouco promissor em termos de transporte de passageiros ou mercadorias (ESPIG, 2008, p. 123).

Em 7 de março de 1901, foi promulgado o decreto 3947 que consolidou todas as cláusulas do contrato entre o Governo Federal e a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. A nova legislação mantinha os elementos essenciais anteriores como a garantia de juros em 6% e a cessão da faixa de 15 km, mas a novidade, constante na cláusula XI, era a concessão do privilégio para que a Companhia construísse um ramal interligando a Linha Sul com o porto de São Francisco no litoral catarinense. Para esse novo ramal eram mantidos todos os privilégios anteriores *exceto a garantia de juros* (ARQUIVO NACIONAL. Fundo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas – GIFI – pasta 4b maço 302[77]).

Nos anos seguintes, a principal mudança na história da construção da ferrovia foi sua aquisição pela *Brazil Railway Company* (BRC), empresa fundada e presidida por Percival Farquhar[78]. Sobre este personagem, consideramos fundamental tecer algumas considerações.

4.2 – Percival Farquhar e o Estado Republicano.

Percival Farquhar nasceu em 1864 na Pensilvânia, possuindo formação em engenharia pela Universidade de Yale e em direito pela Universidade de Colúmbia. Foi deputado pelo estado de Nova Iorque entre 1890 e 1892 e, a partir do ano seguinte, iniciou uma impressionante carreira

---

[75] Para um detalhamento das dificuldades e das transferências ocorridas neste período, ver ESPIG, 2008, p. 120-124.

[76] Depois de uma série de modificações e transferências, o trecho no interior do estado do Rio Grande do Sul entre o Rio Uruguai e Santa Maria da Boca do Monte foi desmembrado da EFSPRG.

[77] Doravante AN MIVOP.

[78] Espig indica que a empresa de Farquhar iniciou a compra de ações da São Paulo – Rio Grande em 1906, passou a controlar sua diretoria em 1907 e concluiu o processo de aquisição em 1909 (ESPIG, 2008, p. 133).

administrando empresas especializadas em adquirir concessões públicas na América Latina (GAULD, 2006) [79].

Na passagem do século XIX para o XX Farquhar adquiriu ou construiu empresas de energia elétrica e de transportes em Cuba, na Guatemala e em El Salvador. Em 1904 criou a *Rio de Janeiro Tramway, Light and Power*, iniciando os seus investimentos no Brasil. A partir deste primeiro empreendimento, Farquhar e seus sócios constituíram diversas empresas que passaram a controlar, nos anos seguintes, boa parte das concessões ferroviárias e portuárias no Brasil, além de empresas madeireiras, de gado e até do ramo hoteleiro, além de negociar com terras e colonização[80]. Tanto Singer como Espig destacam que a forma como o grupo Farquhar agia incluía a aquisição de uma concessão atraente e depois a busca por todas as outras relacionadas, a fim de constituir diversas atividades integradas com vistas a ampliar os lucros a serem obtidos (SINGER, 1997: 381 e ESPIG, 2008: 128)

Evidentemente que a constituição de tantos empreendimentos, grande parte deles vinculados a concessões estatais, não poderia ter sucesso sem que se estabelecessem relações com importantes representantes do governo brasileiro. As relações que o grupo de Percival Farquhar construiu em diferentes níveis da sociedade política podem nos ajudar a perceber as formas como o próprio Estado – da perspectiva que estamos adotando – se constituiu. Precisamente por isso, antes de passarmos a descrição e análise da gestão de Farquhar à frente da ferrovia São Paulo – Rio Grande consideramos importante indicar algumas relações políticas constituídas por Farquhar que, no nosso entendimento, revelam parte da trama de interesses constituída pelas classes dominantes naquele contexto.

Como afirmamos acima, o primeiro negócio de Farquhar no Brasil foi a formação da *Rio de Janeiro, Tramway, Light e Power* com objetivo de adquirir a concessão de iluminação elétrica e linhas de bondes da capital federal. Charles A. Gauld indica que Farquhar se associou a Alexander Mackenzie para constituir a empresa e enfrentar a oposição de outro grupo interessado nos mesmos negócios – formado por Candido Gafreé e Eduardo Guinle. Nesta disputa, jogou

---

[79] Charles Gauld escreveu uma extensa biografia de Percival Farquhar. O autor teve acesso privilegiado a farto material documental dos negócios do empresário, além de ter realizado extensas entrevistas com ele. Apesar do tom laudatório ao empreendedorismo norte-americano e de ser declaradamente partidário de Farquhar, a obra de Gauld fornece importantes pistas para uma análise dos empreendimentos do grupo. Cf. GAULD, 2006.

[80] Segundo dados de Paul Singer e Nilson Thomé, o truste de Percival Farquhar detinha no Brasil, na mesma época, as principais ferrovias de São Paulo (a Sorocabana, a Mogiana, a Paulista, a São Paulo Railway), a Chemins de Fer du Brésil no Rio Grande do Sul, todas as ferrovias do Paraná, mais duas em Santa Catarina e ainda a Madeira-Mamoré. Possuía a concessão dos portos de Belém, Rio, Paranaguá e Rio Grande, além de serrarias, fazendas de gado, hotéis e participação nas empresas de iluminação do Rio e de São Paulo. Cf. SINGER, 1997, pp. 377-386

papel importante o então Ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, nosso já conhecido político catarinense e defensor dos pressupostos ruralistas (GAULD, 2006, p. 107)

Embora Nilson Thomé afirme que foi justamente Lauro Müller quem promoveu a vinda do empresário estadunidense ao Brasil (THOMÉ, p. 53 e 64), as informações de Gauld dão conta de uma relação inicialmente tensa entre Farquhar e o então Ministro da Viação e Obras Públicas. Logo depois de sua chegada ao Brasil no início de 1905, Farquhar foi recebido por Müller e pôde explicar os objetivos e condições da nova empresa. Apesar disso, a autorização para funcionamento da Light não foi concedida, atrasando o início de suas operações. Gauld sugere que Lauro Müller estava atendendo a pressões de Gafreé e Guinle que disputavam explorar os mesmo serviços. Para vencer a resistência de Müller e do então prefeito Pereira Passos, Farquhar e Mackenzie recorreram ao governador Nilo Peçanha. Em 30 de maio de 1905 foi assinado o decreto de autorização de funcionamento da Light (GAULD, 2006: 110).

Posteriormente, Lauro Müller se transformaria em importante aliado de Percival Farquhar em outros empreendimentos. Analisando a correspondência privada de Farquhar, Márcia Espig verificou diversos elogios ao político catarinense e referências diretas de sua interferência junto ao Senado ou ao governo central.

Em carta de dezembro de 1908, Farquhar relatava a Alexandre Mackenzie as negociações para o aumento da garantia de juros da EFSPRG junto ao Ministro Miguel Calmon. Na parte referente à relação com o Congresso Nacional, Farquhar mencionava que Lauro Müller prestara uma "*valiosa assistência*" (*apud* ESPIG, 2008, p. 140). Em 1912, outra correspondência apresentava uma série de ponderações feitas por Müller sobre a melhor maneira de negociar com o Governo a construção da linha São Francisco – Paraguai (não concretizada): "*Müller colocou-se à disposição para persuadir fortemente o Presidente e pôr em funcionamento a máquina da estrutura pública a fim de obter o contrato em curto tempo.*" (ESPIG, 2008, p. 141). A autora aponta ainda que Lauro Müller foi um árduo defensor da concessão do ramal São Francisco e que:

> Como o Congresso Nacional havia estabelecido a política de não realizar novas concessões de ferrovias com garantia de juros, Müller encartou no orçamento uma disposição que autorizava o governo a transferir de uma linha para outra as garantias de juros *em vigor*, contando que com esta transferência houvesse encurtamento de traçado. Tal disposição, considerada capciosa (...) coube perfeitamente ao caso da São Francisco (ESPIG, 2008, p. 145).

A atuação de Lauro Müller a favor do grupo Farquhar esteve diretamente relacionada à concessão do ramal São Francisco que ligaria a linha principal da EFSPRG ao litoral catarinense. Por sua vez, os interesses de Lauro Müller na construção desta linha estavam ligados ao desenvolvimento econômico da região cortada pelos trilhos e aos ganhos econômicos que isso poderia proporcionar aos grupos dominantes catarinenses. A perspectiva desses segmentos era encontrar outra rota para o escoamento da erva-mate serrana, sem a necessidade de passar pelo vizinho estado do Paraná, conseguindo assim, auferir todos os ganhos com impostos sobre esta atividade comercial.

Farquhar percebeu que a articulação com Lauro Müller poderia contribuir para resolver o problema da falta de garantia de juros, condição básica para a lógica que se conseguisse os investimentos externos. Buscava, assim, que representantes da sociedade política incorporassem suas demandas a fim de garantir a continuidade de seus empreendimentos.

A construção do ramal São Francisco expunha ainda os conflitos entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. O governo paranaense se opunha à construção deste ramal por ele concorrer com a Estrada de Ferro do Paraná[81]. Márcia Espig destaca, no entanto, que a Companhia não desconhecia as poucas chances desta ferrovia se tornar lucrativa, pois grande parte das importações e exportações continuariam a utilizar as estradas e o porto paranaense. Para a companhia, interessavam principalmente os lucros obtidos com a própria construção da ferrovia e, para isso, a garantia de juros era fundamental (ESPIG, 2008, p. 145-146). Nesse sentido, podemos afirmar que Lauro Müller trabalhou pelo interesse do grupo Farquhar ao propor o dispositivo que permitia a transferência da garantia de juros de uma estrada para outra e, ao mesmo tempo, logrou obter dividendos políticos, impondo uma derrota aos interesses do estado vizinho.

A construção do ramal São Francisco durou até 1917, sem, contudo, se estender até à fronteira com o Paraguai e a Argentina como previa o projeto inicial. Segundo Espig, esta ferrovia mostrou-se em geral deficitária com alguns anos de tímido superávit. As previsões sobre a pouca utilidade da ferrovia acabaram por se confirmar.

Um dos espaços utilizados pelo grupo Farquhar para articular seus interesses junto ao aparelho de Estado foi o Clube de Engenharia, fundado em 1880. No contexto do início do século

---

[81] Apesar das discordâncias entre os governos estaduais, a E. F. do Paraná também fora arrendada pela Companhia EFSPRG e, portanto, a disputa se daria entre ferrovias controladas pelo mesmo grupo. Tal disputa estava centrada na arrecadação de impostos gerados pelo tráfego e entrada e saída de mercadorias nos respectivos portos.

XX, importantes quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas passavam pela direção desta entidade, fazendo dela um espaço privilegiado para os contatos que poderiam significar a incorporação de demandas da Companhia pela sociedade política. As relações entre a Companhia e o Clube de Engenharia podem ser analisadas a partir de duas perspectivas.

Em primeiro lugar, cabe destacar as relações diretas existentes entre a diretoria da BRC e importantes quadros do Clube de Engenharia. Em 1908 o próprio Farquhar tornou-se sócio, sendo depois elevado à categoria de "sócio benemérito vitalício" (GAULD, 2008: 229). Teixeira Soares que, como vimos, havia ganhado a concessão inicial da EFSPRG e foi mantido na direção da Companhia por Farquhar, fora presidente do Clube de Engenharia entre 1899 e 1900, era membro atuante e reconhecido, inclusive por suas participação nos projetos de diversas ferrovias (tendo sido por isso homenageado pelo Clube no ano de 1912)[82]. Foi através do Clube de Engenharia que a direção da BRC exercia influência sobre Paulo de Frontin, Inspetor Chefe de Fiscalização das Estradas de Ferro entre 1907 e 1909. Ao tentar contornar os obstáculos apresentados pelo fiscal responsável pela EFSPRG, a direção da Companhia acionou Carlos Sampaio, membro do Clube de Engenharia para interceder junto à Frontin e anular as críticas do fiscal (ESPIG, 2008, p 142). Em outra correspondência analisada por Espig, ficam claras as intenções da companhia em influenciar a fiscalização do MIVOP, utilizando para isso, membros do Clube de Engenharia. No contexto da mudança do titular do Ministério e do Inspetor Chefe em 1909, um diretor da companhia sugere a Farquhar:

> Eu acredito constatar que Sampaio não guarda suficientemente o contato com Soares, embora o novo chefe de fiscalização o Dr. Lassance Cunha tenha sido designado por Mr. Soares, com o qual é ligado assim como é o Dr. Sampaio com o Frontin. É portanto indispensável que nossos negócios com o Inspetor Geral de Fiscalização sejam tratados por Soares e Sampaio juntos mais do que por Sampaio sozinho (CERJAT, 27 de julho de 1909 *apud* ESPIG, 2008, p. 144[83]).

Em segundo lugar, foi nas páginas do periódico do Clube de Engenharia, a revista Brazil-Ferro-Carril, que o grupo Farquhar procurou se defender da campanha nacionalista movida nos anos 1911 e 1912. A tentativa de aquisição da São Paulo Railway e do Porto de Santos pela Companhia gerou protestos de Alberto Torres e Salvador de Mendonça que publicaram artigos e

---

[82] A homenagem foi feita diretamente por Paulo de Frontin que havido sido homenageado por Soares quando da sua saída do cargo de Inspetor Chefe das Estradas de Ferro em 1909 (ESPIG, 2008, p. 143)

[83] Tradução aproximada do original em francês feita pela autora citada.

obras denunciando o domínio estrangeiro representado pela companhia. Nomes importantes da política nacional como Pandiá Calógeras, Alfredo Ellis, Serzedelo Corrêa, Julio de Mesquita e Maurício de Lacerda engrossaram o coro “antiimperialista”. O impacto destas denúncias foi ainda ampliado pelas negociações em torno do aumento dos recursos destinados ao pagamento da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Em 05 de dezembro de 1912 a Revista Brazil Ferro-Carril apresentou uma série de questionamentos às acusações sofridas pelas empresas do grupo Farquhar, especialmente pela BRC. A revista publicou um extenso elogio a Teixeira Soares e uma entrevista com o próprio Percival Farquhar. Em um de seus artigos, a revista defendeu o empreendimento estrangeiro:

> Não podemos razoavelmente exigir que os capitalistas que procuram negociar conosco recusem as vantagens dos contratos que os nossos governos estejam dispostos a fazer-lhes (BRAZIL-FERRO-CARRIL, N. 36, 15/12/1912, P. 292 *apud* ESPIG, 2008, p. 138).

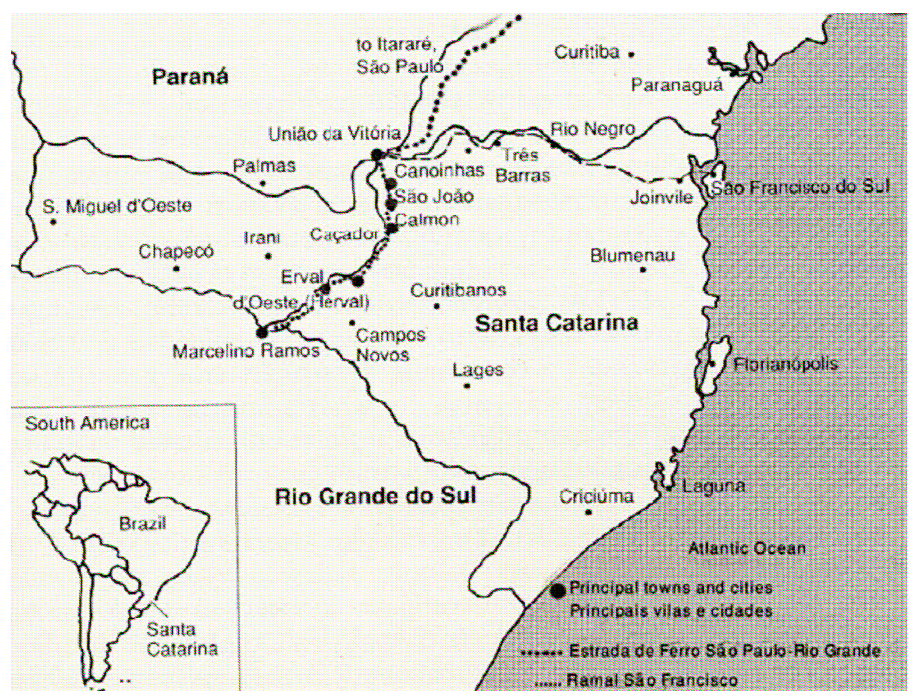
As relações apontadas acima podem ser encaradas como algo além de tráfico de influências ou defesa de interesses individuais. Como destaca Pedro Marinho, desde o final do século XIX o Clube de Engenharia se constituiu num aparelho privado de hegemonia junto a um Estado em processo de ampliação (MARINHO, 2008). Através desta instituição articulavam-se interesses de frações da classe dominante que que tinham nos engenheiros os formuladores de uma ideologia que via no *progresso* e na *modernização* seus pressupostos mais evidentes. Logo, ao “absolver” os “capitalistas estrangeiros”, a revista e, por conseguinte, o próprio Clube de Engenharia, defendiam uma série de valores ideológicos, construídos ao longo da existência desta entidade.

A adesão de Farquhar ao Clube, por sua vez, não deve ser encarada como mero oportunismo, senão como associação dos interesses econômicos e conjugação dos pressupostos ideológicos das frações já presentes na entidade com os interesses e pressupostos evidenciados pela própria BRC. A partir deste ponto de vista, o conjunto de valores ideológicos defendidos pelo Clube de Engenharia dava maior sustentação à intervenção das empresas do grupo Farquhar junto a diferentes espaços, ao mesmo tempo em que a *modernidade* trazida pelas empresas contribuía para legitimar a fala emanada deste aparelho privado de hegemonia. Pôde tornar-se, assim, um espaço de convencimento das próprias frações da classe dominante – e de seus

representantes no aparelho de Estado – acerca da necessidade/oportunidade representadas pelos investimentos estrangeiros trazidos pelas empresas do grupo Farquhar.

4.3 – Farquhar no Contestado: Ferrovia, Serraria e Colonização.

Como vimos acima, as empresas ligadas a Percival Farquhar buscavam implementar, a partir de uma concessão pública, diversos empreendimentos interligados de forma a maximizar os lucros de cada um dos investimentos. Não seria diferente com a *Brazil Railway Company* (BRC). Controlando a totalidade das ferrovias do sul do Brasil, a BRC esteve associada a outra empresa, denominada *Southern Lumber and Colonization* (ou simplesmente *Lumber* como ficou conhecida). Farquhar e seus sócios planejaram integrar a exploração da floresta de araucárias do Planalto Catarinense, a instituição de núcleos coloniais e a Estrada de Ferro[84]. As madeiras e a produção dos núcleos coloniais incrementariam o tráfego da ferrovia que, por sua vez, facilitaria o escoamento da produção. O lucro para as empresas de Farquhar viria de várias fontes interligadas. Vejamos como este esquema funcionou.

4.3.1 – A Ferrovia no Contestado[85].

Fonte: Autor desconhecido. Acervo de Joeli Laba VALENTINI, 2009, p. 59)

[84] A EFSPRG seguia assim um modelo semelhante ao da *Canadian Pacific Railway Company*, "*uma estrada de ferro de 10.000 milhas, bem sucedida na tentativa de povoar e de desenvolver uma vasta região de grande fertilidade e distante da costa do Atlântico, entre os Grandes Lagos e as Montanhas Rochosas*" (Cf. VALENTINI, 2009, p. 86).

[85] Não é nossa intenção descrever ou analisar todos os aspectos relacionados à construção EFSPRG – trabalho que foi feito com consistência por Márcia Espig – mas consideramos importante destacar alguns aspectos que nos ajudam a relacionar os projetos das classes dominantes aos impactos ocasionados por esta construção na região do Contestado.

Quando a Brazil Railway Company (BRC) adquiriu a concessão da EFSPRG, a linha norte já estava quase que completamente operacional, mas a construção da Linha Sul seguia em ritmo muito lento: todo o trecho que cortaria o estado de Santa Catarina – em plena região contestada – ainda estava por ser construído. Entre 1908 e 1910, os trilhos atravessaram o Planalto Catarinense, acompanhando a margem esquerda do Rio do Peixe, ligando União da Vitória a Marcelino Ramos. Este trecho foi entregue ao tráfego no final do ano de 1910. Por sua vez, o ramal ligando a linha tronco ao Porto de São Francisco, foi inaugurado apenas em 1917, mas o trecho localizado entre União da Vitória e Rio Negro, também no Planalto, foi concluído em 1913 (MACHADO, 2004, p. 144). O mapa abaixo reproduz o trajeto das duas linhas, as localidades próximas e ainda as principais cidades da região:

Fonte: DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality - Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916*. 4. ed., Durham and London: Duke University Press, 2002. p. 47. *Apud* VALENTIN, 2009, p. 108)

Até o final do ano de 1908, os trabalhos de construção da Linha Sul seguiam vagarosamente e o prazo para a conclusão da linha (1910) corria o risco de não ser cumprido. Um dos principais motivos para tal atraso era a falta de mão-de-obra. A BRC usou de diversas estratégias para tentar contornar esse problema: o oferecimento de salários mais altos, a transferência (irregular) de trabalhadores do ramal São Francisco, a contratação de trabalhadores nas colônias de imigrantes paranaenses ou gaúchas e a importação de mão-de-obra estrangeira

que, posteriormente seria utilizada nos planos de colonização da empresa (ESPIG, 2008, p. 300-301).

Márcia Espig elencou uma série de evidências que apontam para a importação de um número significativo de estrangeiros para a construção da ferrovia. No início de 1908, os jornais apontavam a chegada de 2000 “austríacos” para a construção da ferrovia. Dados oficiais do governo paranaense dão conta ainda de várias centenas de imigrantes com o igual destino ao longo do ano de 1908. As condições de trabalho encontradas por estes imigrantes eram péssimas, resultando muitas vezes em abandono do serviço e até em protestos coletivos em Curitiba (ESPIG, 2008: 315/316). Um jornal paranaense noticiava em maio de 1908:

> Os colonos contratados na Europa pela EFSPRG e que já estiveram em serviço naquela via férrea, começaram de abandonar o trabalho vindo para esta capital, em virtude de não ter a direção da companhia, segundo declaram, cumprido com as cláusulas contratadas. Na hospedaria de imigrantes aqui, acham-se grandes turmas daqueles colonos que solicitam providências para voltar à pátria. O Sr. cônsul austríaco foi até Porto União da Vitória entender-se a respeito com a direção da companhia (DIÁRIO DA TARDE, 04/05/1908, *apud* ESPIG, 2008, p. 315)

Assim, a situação de atraso nos trabalhos de construção por falta de mão-de-obra perdurou até novembro de 1908, quando a nomeação de Achiles Stenghel para engenheiro-chefe da construção da Linha Sul significou uma mudança radical no ritmo das obras. Este engenheiro operou mudanças na administração da construção em dois sentidos: aumentou o número de frentes de trabalho e ampliou os mecanismos de controle e disciplina sobre a mão de obra contratada.

Stenghel optou por dividir a construção da Linha Sul em diversas e pequenas empreitadas que podiam ser *atacadas* ao mesmo tempo, acelerando assim o ritmo de construção da ferrovia. Além dos engenheiros, mestres de obra e feitores, a Companhia contratava empreiteiros (ou taifeiros) que se responsabilizavam pela construção de um trecho da ferrovia, incluindo aí o pagamento dos trabalhadores (ou turmeiros). Os esforços para contratação de pessoal se intensificaram, privilegiando neste momento o oferecimento de emprego junto às colônias paranaenses e gaúchas[86]. Levantamento feito por Espig demonstra que durante a administração de

[86] Analisar a origem destes trabalhadores foi um dos objetivos da pesquisa de Márcia Espig. Partindo da afirmação do General Setembrino de Carvalho – depois reproduzida por grande parte da historiografia sobre a Guerra do Contestado – de que os rebeldes eram liderados por antigos trabalhadores da ferrovia recrutados em Pernambuco e

Stenghel, o aumento de trabalhadores na construção foi significativo, passando de 3.888 trabalhadores em novembro de 1908 para 5.937 em fevereiro de 1909 e alcançando 7.035 em janeiro de 1910 (ESPIG, 2008, p. 331).

Também sob a administração de Stenghel foi organizado um Corpo de Segurança que tinha por objetivo declarado proteger os trabalhadores da EFSPRG, mas que, na verdade, cumpria outras funções:

> Para garantia do pessoal e material da Companhia, o engenheiro Achiles Stenghel foi forçado a criar um corpo de policiamento mantido pela construção, como também para reprimir os constantes conflitos provocados pelos moradores da região. E a ordem já estabelecida devido o espírito enérgico e moralizador do seu diretor, completou-se com o serviço de rigoroso e ativo policiamento (Diário da Tarde, 29/12/1910 *apud* ESPIG, p. 262)

Como demonstra Márcia Espig, o "espírito enérgico e moralizador" de Stenghel manifestava-se em um controle rígido dos trabalhadores da ferrovia (com diversas evidências de maus tratos e cárcere privado) e um cotidiano marcado pela violência empreendida pelo policiamento privado da EFSPRG. (ESPIG, 2008: 268) O tamanho do chamado *Corpo de Segurança* variou com o tempo (entre 80 e 300 homens), mas era esta instância quem exercia o poder de polícia na região, sendo maior até do que as forças públicas de Santa Catarina ou Paraná. Há diversos relatos ainda sobre a atuação do Corpo de Segurança na expulsão de posseiros que habitavam as terras que a Companhia considerava suas[87].

A ferrovia foi entregue ao tráfego em dezembro de 1910. Ao longo deste ano, o número de trabalhadores diminuiu e seu destino parece ter sido bastante variado: muitos retornaram às suas colônias de origem; outros foram trabalhar nas obras do ramal São Francisco ou tornaram-se empregados nas serrarias vinculadas a própria companhia; outros devem ter se tornado colonos nos núcleos fundados pela BRC ou ainda ocupado terras devolutas na região, embora esta última opção deva ter se tornado cada vez mais difícil em função da própria colonização em curso (ESPIG, 2008, p. 352-355)

---

no Rio de Janeiro, Espig demonstra que tal afirmação possui pouca sustentação empírica, sendo mais apropriado apostar na hipótese de uma origem regional e estrangeira para a mão-de-obra da EFSPRG. (ESPIG, 2008, p. 333-335 e 349)

[87] Esta questão será analisada adiante.

4.3.2 – A exploração da madeira.

Subsidiária da BRC, a Southern Brazil Lumber & Colonization Company foi a empresa responsável por aproveitar as terras concedidas à EFSPRG através da exploração madeireira e da colonização. Em novembro de 1911, na localidade de Três Barras (próximo a Canoinhas), foram iniciados os trabalhos daquela que era considerada a maior serraria da América Latina e a segunda maior do mundo. Para o funcionamento desta serraria, a Lumber comprou 180.000 hectares de terras com imensas reservas de araucárias e imbuias. A empresa adquiriu ainda outras propriedades e instalou serrarias menores. A mais conhecida delas foi a serraria instalada em Calmon, próximo à linha principal da EFSPRG em terras compradas diretamente de Afonso Alves Camargo, importante membro da classe dominante paranaense[88].

Serraria da Fazenda São Roque, em Calmon.

Fonte: Fonte: Foto do acervo de Joeli Laba, *apud* VALENTINI, 2009: 139

Em Três Barras, grande parte do trabalho era mecanizado: depois de derrubadas por trabalhadores contratados por empreitada, as árvores eram arrastadas por grandes guinchos movidos a vapor até vagões que circulavam por ramais ferroviários construídos pela própria serraria; chegando ao pátio, as toras eram transformadas em tábuas, classificadas e separadas mecanicamente para depois seguir rumo aos portos de São Francisco ou Paranaguá (TOMPOROSKI, 2008: 19). Em 1915 trabalhavam na serraria em Três Barras 615 pessoas, não contados aí os caboclos que faziam o trabalho mais pesado no interior da mata.

No nosso entendimento, é possível afirmar que o impacto de tamanho empreendimento na região não deve ter sido dos menores. A inclusão de novas relações de trabalho e o súbito interesse industrial pelas florestas existentes transformava a vida daqueles que viviam na região e

[88] Como vimos no capítulo 2.

trazia à tona novas relações entre a empresa e as frações dominantes regionais. Se, por um lado temos a venda direta de terras pertencentes a políticos importantes, por outro, temos questionamentos sobre as vantagens que a Companhia obtinha, integrando os negócios das suas várias subsidiárias. É o que se pode deduzir a partir da resposta dada pelo engenheiro fiscal responsável pela EFSPRG, Alberto Gastón Senges quando questionado a respeito por um proprietário de Porto União da Vitória:

> Devo assegurar-vos que a fiscalização está sempre vigilante no sentido de impedir que as relações existentes entre as empresas administradas pela Brazil Railway tragam prejuízo aos outros industriais. Até agora, porém, nada descobrimos – temos apenas a intuição do fato, sem prova alguma que nos permita agir. (AN - MIVOP - Pasta 4b 374)

Outro aspecto que nos permite avaliar as transformações decorrentes da instalação da Lumber é sua interferência na economia regional. Alexandre Tomporoski encontrou documentação comprovando que a Lumber procurou ampliar seus lucros participando do comércio de exportação do mate: "*Balancetes do ano de 1917 demonstram gastos com compra de erva mate de terceiros, bem como gastos com a construção de barracões para armazenagem do produto*". (TOMPOROSKI, 2008, p. 19)

Como forma de amenizar os conflitos decorrentes de toda esta interferência em relações pré-estabelecidas, a BRC precisava produzir um discurso que justificasse sua existência e permitisse uma associação dos seus interesses com o *destino nacional*. Ao descrever as próprias realizações em memorial endereçado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, a direção da companhia afirmava:

> As maiores serrarias do Brasil, segundo cremos, foram instaladas no Paraná pela Brazil Lumber & Colonization, devida igualmente aos bons ofícios dos interessados na S. Paulo Rio Grande. Os capitais empregados por aquela Companhia em seu estabelecimento excedem 14.000 contos de reis; e de seu funcionamento normal resultarão benefícios consideráveis, não só para a estrada, que deve agora ao transporte das madeiras tornando um déficit e exportação em saldo, mas também para a economia nacional pelo aumento dos impostos, pela colonização e cultura dos terrenos desmatados, pela exportação de grande parte dos produtos fabricados, pela inteligente propaganda que terá de ser feita no estrangeiro das madeiras nacionais, pela iniciação do nosso pessoal nos mais aperfeiçoados processos de fabrico da indústria subsidiária. (Companhia

> Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande. *Memorial*. 6 de junho de 1915, p. 11. AN - MIVOP - Pasta 4b maço 347).

Desta forma, a Companhia pretendia associar seus interesses econômicos aos supostos interesses regionais e nacionais, participando assim da construção e da manutenção de novas relações de dominação. Contudo, antes de aprofundar esta afirmação, precisamos ainda avaliar a outra face dos negócios da Lumber: a colonização.

4.3.3 – A Colonização.

a) A legislação:

No ano de 1907, já sob administração de uma diretoria indicada pela BRC, as cláusulas do contrato de concessão para a construção da ferrovia foram revistas. Para esse fim, Alberto Gastón Senges emitiu um parecer enviado ao Ministro da Viação no mês maio, onde informava:

> Julga a Companhia não lhe ser possível conseguir o desenvolvimento de suas vias férreas sem o povoamento das terras marginais, propondo-se a colonizar os terrenos devolutos a que tem direito de acordo com seu primitivo decreto de concessão nº 10432 de 9 de novembro de 1889. (AN - MIVOP - Pasta 4b 287)

Um mês depois, o governo publicou o decreto 6533 que, dentre outras coisas, pretendia regulamentar a colonização a ser implementada pela Companhia. Neste decreto, o governo determinava que a EFSPRG devia submeter ao governo todos os aspectos relativos à organização dos núcleos que pretendesse fundar. Um dos aspectos mais interessantes do decreto é a insistência em determinar que a Companhia promovesse o estabelecimento de pequenas propriedades rurais. Em três dos 24 parágrafos, o decreto estipulava que a condição de proprietário seria determinante para o cumprimento dos requisitos impostos pelo governo. O parágrafo 17º, por exemplo, condicionava o pagamento de prêmios à Companhia se esta "*efetuasse com regularidade a localização de* ***imigrantes como proprietários****, nos termos deste contrato*" (Diário Oficial de 11/08/1907. AN - MIVOP - Pasta 4b 287). O decreto também apontava a preferência por imigrantes estrangeiros, embora em um artigo, admitisse a localização de nacionais. Assim, o governo federal estabelecia o modelo de colonização que a Companhia devia praticar, privilegiando o nexo imigração/colonização que, como vimos no capítulo anterior,

se constituía numa defesa das frações dominadas da classe dominante, em contraste com o modelo paulista que privilegiava a importação de mão-de-obra vinculada à grande propriedade.

Outro aspecto permite vincular o decreto 6533 com as demandas destas frações de classe. O parágrafo 15º impunha à Companhia a obrigatoriedade do estabelecimento de instituições agronômicas como aquelas que analisamos no capítulo anterior:

> Parágrafo 15º - A Companhia proporcionará aos imigrantes localizados todos os meios ao seu alcance para o melhor beneficiamento dos produtos, animando a criação e o incremento de pequenas indústrias; promoverá o estabelecimento de escolas de instrução primária e profissional gratuita e de campos de experiência e de demonstração e constituirá tempos para o culto religioso professado pelos imigrantes. (Diário Oficial de 11/08/1907. AN - MIVOP - Pasta 4b 287).

As questões apontadas acima reforçam, no nosso entendimento, a perspectiva de que as frações de classe organizadas em torno do ruralismo identificaram a possibilidade de implementar, através das empresas do grupo Farquhar, políticas públicas que reforçassem a sua dominação naquela região.

Contudo, a BRC não aceitou prontamente as cláusulas do decreto vinculadas à colonização. No contrato assinado em dezembro de 1907, todo o artigo VIII que tratava da colonização foi retirado. A cláusula do decreto que estabelecia um prazo de dois anos para o estabelecimento dos núcleos coloniais e as multas estipuladas para o não cumprimento deste, foram consideradas pesadas demais até pelo fiscal da ferrovia, Gastón Senges. (AN - MIVOP - Pasta 4b 374). Mesmo assim, para as linhas arrendadas pela BRC no Paraná e em Santa Catarina, o contrato assinado em 1911 estipulou exatamente as mesmas obrigações constantes no decreto 6533. Ou seja, a Companhia pôde administrar com total autonomia as colônias formadas às margens da EFSPRG, mas teve que ceder em relação aos núcleos formados em outras localidades.

Quatro anos mais tarde, em 1915, a Companhia encetou esforços para renovar o contrato de administração e exploração de suas vias férreas com o governo federal. Já no contexto da crise vivida pelas empresas de Farquhar em função dos impactos da Primeira Guerra Mundial, a BRC pretendia diminuir os encargos assumidos na construção de novas ferrovias, ampliar os prazos para os melhoramentos nas linhas, diminuir as cotas de arrendamento da E. F. do Paraná e ainda "*desistia dos favores concedidos pelo Governo para colonização das terras marginais às linhas*

arrendadas". (AN - MIVOP - Pasta 4b 374). Gastón Senges, no entanto, era de opinião que a "desistência" da ferrovia significava, na verdade, uma tentativa de se livrar das obrigações impostas pelo governo:

> Nada exprime tal desistência em favor do Governo, isto é, a Companhia serve-se da oportunidade para livrar-se de obrigações que sempre julgou prejudiciais ao modo de encaminhar os seus serviços de colonização, não fiscalizados por mim, nem pela Inspetoria do Povoamento do Solo e nem pela Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná, não tendo a Companhia admitido intervenção oficial neste departamento da sua administração. (Parecer de Alberto Gastón Senges encaminhado à Inspetoria Federal das Estradas de Ferro em 28 de abril de 1915 - AN - MIVOP - Pasta 4b 374)

Ainda no processo de renegociação do contrato, a Companhia enviou ao Ministério da Viação e Obras Públicas um memorial. Neste documento, a empresa afirmava que suas solicitações justificavam-se por razões de ordem econômica (gastos maiores do que os previstos na construção das estradas de ferro), financeira (problemas para captação de novos recursos no exterior decorrentes do contexto da Primeira Guerra), política (o governo havia aprovado todos os estudos apresentados pela companhia) e moral (a Companhia contribuía para o desenvolvimento das regiões por onde passavam suas ferrovias através da pecuária, da extração de madeiras e da colonização). Quanto às colônias, o documento afirmava:

> Em diversas colônias tem a Companhia estabelecido campos de experiência ou demonstração, destinados aos ensaios das culturas que melhor se adaptam às condições naturais da região, a fim de serem devidamente elucidados os colonos sobre o que mais lhes convém fazer em seus lotes.
> Estes campos servem ao mesmo tempo de escola prática sendo neles aplicados os mais adiantados processos da ciência agronômica, afim de que o conhecimento de seus processos e resultados possam espalhar-se nas respectivas regiões, corrigindo-se pouco a pouco os defeitos e vícios da rotina inconsciente. (Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. *Memorial* 06 de junho de 1915. AN - MIVOP - Pasta 4b 347 - *grifos no original*)

Assim, dentre os argumentos utilizados pela Companhia para justificar mudanças nos contratos de concessão estavam exatamente o cumprimento daquelas determinações que ela resistira em assumir alguns anos antes. A direção da empresa sabia que chamar atenção para os

aspectos ruralistas das colônias por ela implementadas poderia contribuir para uma negociação mais vantajosa.

Vejamos agora como o projeto colonizador da BRC se concretizou.

b) As Colônias.

Segundo dados fornecidos pela própria companhia em 1917, o primeiro núcleo fundado na região do Contestado pela Lumber foi o de Nova Galícia em 1909. Localizado em Porto União, próximo ao Rio Iguaçu, este núcleo formou-se principalmente com imigrantes poloneses e austríacos e era encarado pela Companhia como um projeto piloto para estudar os detalhes da organização que depois seria implementada no Vale do Rio do Peixe e no Paraná (ESPIG, 2008, p. 337). Em 1917, Nova Galícia contava com 184 famílias correspondendo a 669 pessoas.

Com a inauguração do tráfego da ferrovia, novos núcleos coloniais foram fundados em Santa Catarina ou na região que passaria ao Estado de Santa Catarina após o acordo de limites de 1916:

População das Colônias fundadas pela Brazil Railway Company.

Colônia	Fundação	Município	População em 1917	Proporção de estrangeiros
Rio das Antas	1911	Campos Novos	6 famílias (14 pessoas)	36%
Rio do Peixe	1913	Campos Novos	135 famílias (648 pessoas)	24,7%
Rio das Pedras	1913	Porto União	Não Informado (16 lotes vendidos)	--
Rio Uruguai	1913	Cruzeiro[89]	210 famílias (935 pessoas)	33%
Rio Bonito	1913	Cruzeiro	3 famílias (11 pessoas)	36%
Rio Capinzal	1914	Cruzeiro	93 famílias (416 pessoas)	41,8%
Herval	1914	Cruzeiro	14 famílias (93 pessoas)	3,3%
Savóia	1915	Campos Novos	87 famílias (490 pessoas)	54%

(fonte: Relatório Secretaria Geral dos Negócios do Estado. 01 de maio de 1918. APESC)

[89] Município criado em 1917 em decorrência do acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina.

A tabela acima nos permite tecer algumas considerações acerca da colonização implementada pela Companhia. Em primeiro lugar chama atenção a nacionalidade dos colonos. Enquanto o núcleo mais antigo, Nova Galícia, contava com 97% de colonos estrangeiros, núcleos fundados posteriormente tinham uma maioria de colonos “brasileiros”. Cabe salientar, no entanto, que tais brasileiros eram, em grande parte, filhos de imigrantes estrangeiros oriundos das colônias mais antigas do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina (Vale do Itajaí/Blumenau)[90].

Em segundo lugar, podemos apontar que algumas colônias implantadas pela Lumber achavam-se em situação complicada no ano de 1917, com pouquíssimos habitantes, enquanto outras apresentavam uma população mais elevada. Os motivos para o fracasso de algumas colônias são variados, mas pode-se apontar, por exemplo, as dificuldades na atração de imigrantes estrangeiros no contexto da Primeira Guerra ou os reflexos da própria Guerra do Contestado, como o ataque dos rebeldes à Colônia de Rio das Antas em 1914 - que causou uma debandada geral dos colonos. A própria companhia admitiu em 1915 que o conflito sertanejo interferiu nos seus planos de colonização:

> As incursões dos fanáticos, que assaltaram algumas das colônias da Companhia, além dos importantes danos materiais que ocasionaram, provocaram intenso pavor entre os colonos, alguns dos quais abandonaram as suas propriedades, indo para outras colônias. A Companhia em face da gravidade iniludível de tais fatos, não pôde mais prosseguir na colonização das regiões invadidas e a notoriedade daquelas depredações e dos assassinatos praticados estancou, naturalmente a corrente dos colonos que às nossas terras se dirigiam. (*Memorial.* AN - MIVOP - Pasta 4b 347)

No geral, o processo de colonização do Vale do Rio do Peixe não teve o sucesso almejado pela companhia ou pelo governo neste primeiro momento. Rosangela Cavallazzi aponta a falta de infra-estrutura e a decepção dos novos colonos como causas para esse fracasso inicial (CAVALLAZZI, 2003, p. 93) [91]. Nilson Thomé é ainda mais enfático ao definir como *desastrosa* essa primeira tentativa da companhia em colonizar as terras da região. Na opinião deste autor, um

---

[90] Sobre este aspecto, ver Relatório SGNE de 1916, citado no capítulo anterior. Outros autores também concordam com esta afirmação. Thomé indica que a companhia “*desprezou a participação dos caboclos nos planos de colonização em favor dos colonos imigrantes”* (THOMÉ, 1993, p. 125). Machado, por sua vez, aponta que a companhia tinha por objetivo a “*venda de terras a imigrantes estrangeiros ou a filhos de colonos já nascidos no país*” (MACHADO, 2004 p. 148). Delmir Vanlenti afirma ainda que: “*No Programa Farquhar está clara a intenção de fixar descendentes de europeus na Região do Contestado.*” (VALENTINI, 2009, p. 115)

[91] A mesma autora aponta que a colonização do Meio-oeste catarinense seria implementada com vigor apenas após o encerramento do conflito e da assinatura do acordo de limites em 1916.

dos principais motivos para tal fracasso foi a presença de antigos posseiros nas terras compradas pelos colonos (*apud* CAVALLAZZI, 2003, p. 94). Este último aspecto nos remete à principal conseqüência da chegada das empresas do grupo Farquhar na região do Contestado: o expressivo aumento nos conflitos de terra.

4.4 – A instituição da Propriedade Privada e seus conflitos.

Em trabalho anterior (CARVALHO, 2002), defendemos que o apossamento das terras foi o mecanismo de apropriação territorial normalmente utilizado no Planalto Catarinense e que a documentação oficial permitia afirmar que os preceitos da Lei de Terras de 1850 não tiveram força para regulamentar a propriedade privada naquela região até a chegada das empresas vinculadas ao Sindicato Farquhar. A passagem das terras devolutas e de sua discriminação para as mãos dos governos estaduais também não trouxe mudanças significativas na primeira década do século passado[92]. Mesmo que o conflito de limites entre o Paraná e Santa Catarina tenha acelerado a emissão de títulos como estratégia dos dois estados para garantir a posse sobre o território contestado, grande parte do Planalto ainda era ocupada por posseiros e sitiantes sem os títulos de propriedade, quando da passagem dos trilhos da EFSPRG.

O que consideramos importante avaliar neste momento é qual o alcance das transformações ocasionadas pela chegada da BRC e de suas subsidiárias nas relações sociais de propriedade então existentes e de que forma contribuíram para uma efetiva institucionalização da propriedade privada na região. Contudo, não se trata aqui de apontar que a institucionalização da propriedade privada foi uma das principais conseqüências da implantação das empresas de Farquhar, pois isto já foi analisado por diversos outros autores[93]. Interessa-nos principalmente a questão de como e em meio a quais tensões, a chegada da ferrovia se associou à chegada do Estado Capitalista e das relações capitalistas de propriedade que o acompanharam. A possibilidade do incremento econômico da região e as perspectivas de colonização apareciam para a sociedade política como oportunidade de incorporação daquela região a uma determinada dominação de classe que incluía entre seus elementos, a propriedade privada da terra.

---

[92] Embora a federalização das terras devolutas a partir da Constituição de 1891 tenha possibilitado um maior controle por parte das classes dominantes locais do processo de regularização fundiária, a apropriação das terras por estes grupos já se fazia na prática antes mesmo da mudança legislativa. Contudo, veremos adiante como esta mudança podia ser operada nos conflitos entre as diferentes frações.

[93]. Ver, por exemplo: CAVALLAZZI, 2003; BRANDT, 2007 e MACHADO, 2004.

4.4.1 – A demarcação de terras e a expulsão de posseiros.

A partir da conclusão das obras da ferrovia, a BRC iniciou o processo de regularização das terras a que tinha “direito” por conta do contrato de concessão. Para isso, começou a medir e demarcar terras em todo o Vale do Rio do Peixe. Uma das fontes que nos permitem afirmar o ano de 1911 como um marco neste processo é o edital publicado em diversos jornais da região, do qual segue uma reprodução fotográfica:

Edital importante

E. F. S. Paluo-Rio Grande

Este faz saber a todos, que é expressamente prohibido invadir o uoccupar os terrenos pertencentes á Companhia E. de Ferro S. Paulo-Rio Grande, situadas em ambas as margens do Rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estadoal, a Companhia de Estrada de Ferro possue terras qu: já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ella.

A Companhia de Estrada de Ferro desde já prohibe toda e qualquer invasão dos mencinados terrenos, fazendo scientes aos que nelles trabalharem ou se estabelecerem, que procederá judicialmente contra os invasores, tornando-os responsaveis por perdas e damnos. E para que ninguem allegue ignorancia, mandou fazer o presente, que será affixado nos logares mais publicos e publicado pela imprensa.

Para informaçoes concernentes a terras para venda pela companhia de Estrada de Ferro, dirija-se a F. E. Cole, Commissario de Terras, Caixa D Curityba, *Paraná*.

Coronel H. Rupp,
Inspector.
Campos Novos.
Santa Catharina.

Francis E. Cole,
Commissario de Terras.
Corityba.
Paraná.

Curityba, 31 de Maio de 1911.

Fonte: O Libertador. Campos Novos, ano 2, n. 19, 9 de agosto de 1911, p. 3. *Apud* BRANDT 2007, p. 147)

O edital foi assinado pelo Coronel Henrique Rupp, importante político da região, que já fora superintendente municipal de Campos Novos e naquele momento exercia o cargo de Inspetor de Terras da Companhia e pouco depois seria nomeado para a Inspetoria Federal de Povoamento[94]. A outra assinatura é de Francis E. Cole que havia atuado como chefe de colonização da Canadian Pacific Railroad Company, ferrovia que servia de modelo para Farquhar (VALENTINI, 2009, p. 129). Márcia Espig cita ainda uma correspondência que comprova que

[94] Como vimos no capítulo anterior.

Cole vendia os títulos de propriedade para antigos ocupantes, obviamente para aqueles que tinham condições de pagar o preço cobrado pela Companhia (ESPIG, 2008, p. 354).

A expulsão dos posseiros pelas empresas do grupo Farquhar é um processo que permanece na memória das pessoas mais velhas da região. Em depoimento dado a Paulo Pinheiro Machado em 1999, o Sr. Sebastião Costa, 77 anos:

> Bom, não lembro o que os meus pais diziam, o que sei é que a Lumber entrou em Três Barras, tinham um contrato com o governo para fazer o ramal ferroviário de São Francisco à Porto União, pelo contrato eles ganharam a madeira de 15 km de cada lado da estrada. Daí eles chegavam na marra na casa das pessoas e botavam pra correr dizendo que o governo tinha dado aquela terra pra eles. Quando não expulsavam os moradores, a Lumber simplesmente retirava a madeira sem pedir autorização e sem pagar (apud MACHADO, 2001, p. 493).

Mesmo tomando o cuidado para não deixar de perceber que parte da memória dessas pessoas também é reconstruída a partir das informações posteriores, fica clara nesta e em outras entrevistas que a serraria efetivamente expulsava posseiros.

Importante frisar, no entanto, que este processo de expulsão ocorreu de forma desigual espacialmente e que, desta forma, muitos posseiros migraram para outras regiões onde ainda era possível ocupar novas terras. Marlon Brandt constatou, em documentação da década de 1920, a permanência de posseiros em terras que hoje fazem parte do município de Fraiburgo, em plena região contestada (BRANDT, 2007, p. 148). Isto significa que não houve um completo fechamento da fronteira no contexto dos anos 1910-1913. Mesmo assim, o violento processo de expulsão vivido por muitos caboclos significou a desestruturação de muitas relações sociais construídas ao longo do século XIX.

Outro depoimento colhido por Machado fornece pistas sobre as estratégias utilizadas pelas empresas para fazer valer os seus "direitos" sobre as terras:

> Em alguns lugares tiravam a força mesmo, com capangas. Em outras situações eles obrigavam o pessoal a assinar um papel em branco. Quem fez isto aqui foi o Nereu Ramos, que era advogado da Lumber. O Nereu, mesmo novo, tinha muita autoridade sobre as pessoas, era filho do Governador Vidal. Ele reuniu o pessoal dizendo que era para assinar em branco os papeis, que todos iam ter suas terras regularizadas. Que nada! As assinaturas serviam pras pessoas renunciar ao direito de posse. Isto minha mãe viu pessoalmente, aconteceu mesmo (Sr. Gilberto Kopecki apud MACHADO, 2001: 429).

Há duas observações que precisam ser feitas sobre o depoimento acima. Primeiramente a constatação da utilização da violência, provavelmente através do Corpo de Segurança da empresa já citado anteriormente e que devia ser acionado para "convencer" os posseiros mais relutantes. Em segundo lugar, o Sr. Gilberto Kopecki faz referência a Nereu Ramos, filho do maior líder político serrano. Além de atuar diretamente na região, Ramos foi designado representante da Companhia junto ao governo de Santa Catarina em abril de 1916 (Ofício da Southern Brazil Lumber & Colonization Company ao governo do Estado – 29/04/1916. APESC). Contudo, a relação entre a BRC e as classes dominantes catarinenses em torno da questão da propriedade da terra nem sempre foi de proximidade.

4.4.2 – O questionamento de Vidal Ramos sobre a concessão de terras à EFSPRG.

Antes mesmo da conclusão da ferrovia, a Companhia procurou resguardar o direito às terras devolutas que considerava suas na região do Contestado pela concessão inicial. Em 1907, a direção da EFSPRG encaminhou ofício ao MIVOP questionando as concessões de terra feitas "abusivamente" pelos governos estaduais. Gastón Senges emitiu um parecer ao sobre esta questão, onde afirmava:

> [A Companhia] pretende promover a reivindicação das terras ao longo de suas linhas abusivamente concedidas pelos Estados a particulares, segundo afirma a Companhia, pelo que espera e conta obter apoio do governo federal. Não sei como se possa manifestar esse apoio, porquanto a ser realmente abusivo o procedimento dos Estados, só por meios judiciários é que a Companhia poderá reaver as terras, sendo aliás, dentro das normas legais que exercerá os seus direitos. Não me consta que tenha sido feita concessão alguma de terras marginais à linha construída segundo o traçado aprovado por decreto 1963 [de 1895] citado na primeira parte.
> Entre União da Vitória e Itararé acredito que não se encontra terrenos devolutos, pois a região é composta em vasta extensão de grandes fazendas de criação legitimadas há longos anos, conforme legislação do Estado. Em alguns quilômetros além de Porto União até o Rio Uruguai e nas margens do Rio do Peixe, encontrar-se-á com certeza enorme extensão sem proprietário algum. (Parecer do Engenheiro Fiscal Alberto Gastón Senges ao Ministro Miguel Calmon – 30/05/1907 – AN - MIVOP - Pasta 4b 287 maço 128A)

Percebe-se, a partir desta fonte, que, mesmo antes da passagem dos trilhos, já havia a compreensão de que a Companhia tomaria posse de terras devolutas na região do Contestado. Nota-se também que a EFSPRG tinha conhecimento que os governos estaduais estavam cedendo terras em áreas que considerava suas, o que, por sua vez, demonstra uma fonte de conflitos entre a administração da empresa e os governos estaduais.

Este conflito fica muito mais explícito em 1911 quando a BRC inicia o processo de medição de terras no Contestado. Citando novamente as "concessões abusivas", a Companhia reivindicou que o governo catarinense lhe restituísse as terras cedidas na área privilegiada da ferrovia. Vidal Ramos remeteu então um ofício reservado ao Ministério da Viação reconhecendo que havia "*alienado grande parte dos terrenos devolutos nas comarcas de Campos Novos e Curitibanos, terrenos estes que são em parte reclamados pela São Paulo – Rio Grande*" (AN - MIVOP - Pasta 4A 147), mas ao mesmo tempo questionando se a Companhia teria mesmo direito a estas terras. A argumentação de Vidal se baseou no fato de que o traçado da ferrovia não era conhecido no momento em que a Constituição de 1891 estabeleceu o domínio dos Estados sobre as terras devolutas:

> Este dispositivo não podia deixar de compreender todas as terras que ainda não estivessem medidas em vista de concessões anteriores, porquanto se assim não fosse, aos Estados seria impossível o aproveitamento das referidas terras desde que por seu território tivesse de passar uma via férrea federal concedida antes da promulgação da Constituição, porquanto não estando definitivamente reconhecido o traçado podendo este passar pela zona A ou B. (RAMOS, Vidal. *Exposição ao Exmo Sr. Ministro da Viação sobre reclamações da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande*. Anexo ao oficio reservado nº 55. AN - MIVOP - Pasta 4A 147)

O questionamento de Vidal Ramos gerou três pareceres: o primeiro, do engenheiro-fiscal Gastón Senges; o segundo, do Chefe da Fiscalização das Estradas de Ferro, Lassance Cunha; e o terceiro, do Consultor Geral da República, Rodrigo Otávio Menezes. Em todos estes documentos, o direito da Companhia foi reconhecido e os argumentos de Vidal Ramos refutados, mas os argumentos utilizados para se chegar a esta conclusão revelam aspectos interessantes do processo de institucionalização jurídica e política da propriedade privada. Em função disto, consideramos importante apresentar e analisar alguns deles.

Em seu parecer, Gastón Senges recupera toda a legislação referente à EFSPRG a fim de demonstrar que em nenhum momento foi questionada a cessão de terras à Companhia, assim como não foi estabelecido qualquer prazo para que a Companhia medisse e demarcasse suas terras (além do prazo de 50 anos para aproveitá-las). Desta forma, Senges considerou incontestável o direito da companhia. Contudo, o engenheiro-fiscal aproveitou a oportunidade para retomar uma questão anterior: a regulamentação da colonização realizada pela BRC. Na opinião deste engenheiro, o governo deveria condicionar a entrega das terras devolutas a um plano de colonização devidamente negociado entre os governos estadual, federal e a companhia. Assim, o governo garantiria que as terras fossem utilizadas para o fim que se planejou no momento da concessão inicial.

> Julgo do meu dever que lhe seja declarado que a Companhia tem direito às terras devolutas desde que as aproveite para colonizá-las, ficando perempto tal direito se lhes der qualquer outro destino (SENGES, Alberto Gastón. *Ofício ao Engenheiro Chefe Diretor da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro, Dr. Ernesto Antônio Lassance Cunha*. – 06/05/1911 - AN - MIVOP - Pasta 4A 147)

O segundo parecer foi escrito pelo engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha e encaminhado ao então Ministro J. J. Seabra. Basicamente, ele segue as recomendações do parecer anterior, propondo estabelecer que as terras fossem utilizadas exclusivamente para fins de colonização e que a Companhia fosse chamada a apresentar um novo plano para esse fim. Também afirma que o direito da Companhia às terras era *incontestável* (CUNHA, Ernesto A. Lassance. Ofício ao Ministro da Viação, José Joaquim Seabra - 2/06/1911 - AN - MIVOP - Pasta 4A 147).

O terceiro parecer, emitido pelo Consultor Geral da República, Rodrigo Otávio Landgaard Menezes contém, além da legislação citada nos pareceres anteriores, outros argumentos jurídicos no sentido de defender a legitimidade dos direitos da Companhia. Em primeiro lugar, o advogado procurou estabelecer que as terras haviam sido cedidas à ferrovia antes que elas passassem ao domínio dos Estados e, portanto, no momento da promulgação da Constituição de 1891 elas já não eram mais devolutas. Em segundo lugar, o Consultor da República argumentou que era possível ter o *domínio* de algo sem ter a sua *posse* efetiva. Isto significava que, mesmo sem o conhecimento do traçado da ferrovia, a Companhia já possuía os *direitos senhoriais* sobre aquelas terras e, portanto:

> A indeterminação dos direitos da Companhia tornava também indeterminado o domínio do Estado na zona em questão e que só depois que a discriminação fosse feita, que se pudesse saber quais eram as terras devolutas que passaram para o domínio do Estado, poderia ele legitimamente alienar essas terras (*Parecer do Consultor Geral da República enviado ao Ministro da Viação* - 30/12/1911 - AN - MIVOP - Pasta 4A 147)

Neste ponto, o Consultor Geral da República argumentou que o direito da companhia impunha um limite ao direito do Estado e que este, ao dispor das terras antes de conhecer o que pertencia à ferrovia, cedeu "*o que não era seu*". Importante notar que neste último parecer não há qualquer referência a obrigatoriedade do uso das terras para colonização ou qualquer outra condição para que a EFSPRG passasse a usufruir o "seu direito". O Consultor apenas recomenda que o Governador encontre meios para resolver amigavelmente a questão.

Ao questionar a concessão das terras à ferrovia, Vidal Ramos estava defendendo interesses das classes dominantes agrárias catarinenses que certamente receberam concessões estaduais na região por onde passaram os trilhos da ferrovia. E receberam terras não só porque elas se valorizavam com a passagem dos trilhos, mas também porque o governo do Paraná procurava regularizar as terras da companhia como forma de garantir a jurisdição sobre o território contestado. Assim, a negativa dos órgãos governamentais à argumentação de Vidal era um golpe também nas pretensões catarinenses sobre a questão de limites[95] e colocava para este estado a tarefa de articular seus interesses com os da Companhia que agora, efetivamente, seria dona de grandes parcelas do território contestado.

No entanto, este episódio pode ser visto a partir de outra perspectiva. Entendemos que este processo revela de forma contundente os conflitos trazidos pela institucionalização da propriedade privada no contexto onde a própria classe dominante agrária primava pela sua não regulamentação. O reconhecimento jurídico e político de que o direito de propriedade impunha um limite aos poderes do governo de Santa Catarina, revelava, para a classe dominante, a necessidade recompor as estruturas de dominação então vigentes. Mas, antes de aprofundar estas afirmações, é preciso apresentar alguns elementos que apontam para uma diferença regional na relação entre as classes dominantes e a BRC.

---

[95] Quando o acordo de limites assinado em 1916 garantiu que as posses legitimadas pelo Paraná em território catarinense fossem reconhecidas, a avaliação de Vidal se mostrou correta.

4.4.3 – As concessões de terra paranaenses.

No capítulo dois, vimos que o governo paranaense ampliou consideravelmente o ritmo de emissão de títulos de propriedade entre 1908 e 1912, no segundo governo de Francisco Xavier da Silva. Parte destas emissões teve relação direta com a estratégia paranaense em tomar posse do território contestado, apesar das decisões judiciais favoráveis à Santa Catarina. E uma parte importante destes títulos de propriedade emitidos para a região contestada teve como beneficiárias as empresas vinculadas à Brazil Railway Company. Isto significa que, enquanto Vidal Ramos questionava junto ao governo federal os direitos da companhia, membros do governo paranaense procuravam legitimar as terras pretendidas pela empresa em plena região contestada. Já indicamos também que esta relação mais “amistosa” entre a BRC e as classes dominantes paranaenses tinha um representante principal: Afonso Camargo. Vejamos, de uma perspectiva cronológica, alguns elementos desta relação:

a) A BRC utilizou a estratégia de importar imigrantes para trabalhar na construção da via-férrea. Marcia Espig destaca que a grande maioria destes imigrantes entrou através do Paraná e por diversas vezes (ao menos até 1908) a Companhia utilizava prédios e recursos públicos paranaenses para a hospedagem e transporte dos imigrantes. Esta autora destaca ainda que o Governador de Santa Catarina, Gustavo Richard chegou a protestar junto ao MIVOP por conta da ameaça de localização de 10.000 famílias européias às margens do Rio do Peixe, cujos chefes seriam utilizados na construção da ferrovia (ESPIG, 2008, p. 319). A resposta do governo federal, transcrita em um jornal catarinense é reveladora:

> Tendo o Doutor Miguel Calmon mandado ouvir a respeito o Doutor Paulo Frontin, fiscal geral das estradas de ferro e o Doutor Gonçalves Junior, diretor da repartição do povoamento do solo, entenderam ambos que é de tudo improcedente a reclamação do governo de Santa Catarina, não lhe competindo intervir na fiscalização do serviço de imigrantes introduzidos pela referida Companhia de viação férrea em vista do contrato desta com o Governo Federal. (GAZETA CATHARINENSE, 04/06/1908 *apud* ESPIG, 2008: 319)

Percebemos aqui uma das razões para a BRC não ter aceitado as obrigações do decreto 6533 de 1907: colonizar sem a interferência dos governos estados tinha suas vantagens. Por sua vez, governo paranaense, através do qual chegavam os imigrantes, deve ter considerado que

colonização da companhia jogava favoravelmente às suas pretensões sobre o território contestado.

b) Em 21 de julho de 1909 a BRC comprou de Afonso Alves Camargo, Wenceslau Glaser e Roberto Mikoszewiski o imóvel denominado Fazenda São Roque constituído de uma área de 516.912.000 m^2 pelo preço de 150 contos de réis (CAVALLAZZI, 2003: 57). Nesta propriedade, a BRC instalou a Serraria de Calmon[96], depois atacada pelos rebeldes durante a Guerra do Contestado.

c) Marcia Espig cita um relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná datado de 1910, onde o governo paranaense reconhecia não haver terras devolutas na Linha Norte da Ferrovia e que, para compensar esta falta, autorizava a concessão de terras devolutas *onde quer que elas existissem*. Segundo esta autora, parte destas terras foi legitimada pelo Paraná em território contestado (*apud* ESPIG, 2008, p. 353)

d) Rosângela Cavallazzi aponta um "descompasso" entre as concessões catarinenses e paranaenses. Ao citar estas últimas, afirma que os títulos paranaenses recaíam invariavelmente sobre áreas de terras devolutas situadas no território Contestado. Dois destes títulos, citados pela autora são do ano de 1911[97].

e) No mesmo ano de 1911, iniciaram-se as operações da Serraria de Três Barras, que possuía 180.000 hectares comprados por intermédio de Afonso Alves Camargo. Três Barras era uma vila paranaense, fundada a partir de Rio Negro numa estratégia para garantir a posse do território contestado (MACHADO, 2004, p. 137).

f) O Corpo de Segurança da EFSPRG (que depois ficou a serviço da Lumber) foi comandado pelo coronel Palhares, antigo policial paranaense. No contexto de conflitos que a região vivia entre 1908 e 1912 por conta da questão de limites, ter um contingente armado *comandado por um paranaense* devia, no mínimo, desagradar aos políticos catarinenses

g) Em julho de 1913 o Secretário de Obras Públicas do Paraná, José Niepce da Silva solicitou exoneração do cargo e, alguns meses depois, denunciou na imprensa as negociatas de Afonso Camargo com as concessões de terra, incluindo aí as concessões à BRC (QUEIROZ,

---

[96] Próxima à estação de mesmo nome, em homenagem a Miguel Calmon Dupin, então Ministro da Viação e importante membro da SNA. Ver foto acima.

[97] Título de Revalidação de Concessão, imóvel Rio Uruguai com área de 371.908.795 m^2 e Título de Domínio homologando medição das terras, imóvel Lageado do Leãozinho com área de 40.399 hectares. (CAVALLAZZI, 2003, p. 44)

1977, p. 75). No discurso feito no Congresso Legislativo do Paraná onde tentou se defender, Camargo reconheceu que era “Advogado Administrativo” da Lumber, e afirmou:

> É preciso saber que não entrei para elas [as companhias] pelo fato de ser vice-presidente do Estado, e que nem elas me convidaram para defender seus direitos por este motivo. (...)
> Todo o Congresso, todo o Estado sabe que eu não tinha, como colegas de Diretório, tanta força junto ao governo, junto aos poderes públicos do Paraná, logo que comecei a trabalhar nos arraiais da “Coligação”. (...)
> Mas eu dou minha palavra de honra ao Congresso que não recebi um ceitil dessas comissões, conforme tão vilmente, me acusa o Sr. Niepce da Silva; sou incapaz de, como advogado trair os interesses dos meus clientes. Juro, pela felicidade dos meus filhos, que jamais tirei uma comissão, qualquer que fosse de compras feitas pela constituinte a Companhia Lumber. (transcrito em DIÁRIO DA TARDE – 21/02/1914)

Não são apenas as suspeitas de corrupção que nos interessam aqui. Cabe avaliar em que medida a própria ascensão política de Afonso Camargo não esteve vinculada à sua relação com a Brazil Railway. Apenas um ano após a famosa Coligação, citada por ele em sua defesa, já negociava as terras em Calmon, para logo depois atuar como advogado administrativo, intermediar outras compras de terra e se tornar um homem chave na política da empresa. Enquanto isso, passava de deputado estadual para presidente do Congresso Representativo, Vice-governador e finalmente Governador do Estado. Deste ponto de vista, as comissões supostamente recebidas parecem algo menor.

h) Por fim, embora não seja conseqüência direta da relação entre a BRC e o governo paranaense, a cláusula nove do acordo de limites determinava que todos os títulos de propriedade expedidos pelo Paraná acerca de terras que passavam a ter jurisdição catarinense, deveriam ser validados. Além disso, todos os conflitos de propriedade envolvendo catarinenses e paranaenses naquela região continuariam a ser julgados por tribunais do Paraná (MACHADO, 2004: 136). Sobre este aspecto ainda, Nilson Thomé sustenta que Afonso Camargo, então governador, continuou a conceder terras que estavam no lado catarinense até que o acordo fosse aprovado pelas assembléias estaduais (THOMÉ, 1983, p. 116)

Os episódios arrolados acima demonstram claramente que as classes dominantes paranaenses perceberam a possibilidade de ganhos materiais e políticos na aliança com a Brazil Railway Company. Isto também deve nos ajudar a entender o questionamento de Vidal Ramos citado anteriormente. Contudo, a oposição regional não deve obscurecer a dinâmica da luta de

classes presente naquela sociedade. Tanto é assim que em 1916, o próprio filho de Vidal, Nereu Ramos se tornou advogado da Companhia. Pode ter pesado nesta decisão a necessidade da companhia contar com alguém para lidar com as questões em território agora efetivamente catarinense, mas havia também da parte dos grupos catarinenses a necessidade de reforçar uma aliança por vezes abalada.

O caráter de classe deve ser apontado ainda a partir de outra perspectiva: embora disputassem verdadeiramente a jurisdição sobre o mesmo território, as classes dominantes paranaenses e catarinenses não hesitavam em concordar com a exclusão do caboclo. As nuances argumentativas foram mantidas (até por uma necessidade de diferenciação política), mas o caráter de dominação de classe – em associação com frações do capital estrangeiro é inequívoco quando analisamos a repressão aos sertanejos.

4.5 – A modernidade no sertão: o ruralismo e a ferrovia.

Vimos no capítulo anterior que no início do século XX consolidava-se em Santa Catarina uma série de intervenções na política agrícola que podem ser classificadas como ruralistas. Estas práticas estavam acompanhadas da construção de um discurso ideológico que, dentre outras coisas, excluía o caboclo serrano, entendido como elemento a ser superado pela modernidade almejada. A construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, a instalação das grandes serrarias da Lumber e o estabelecimento de colônias no Vale do Rio do Peixe acrescentaram outros elementos a este processo de exclusão[98].

No nosso entendimento, houve uma aproximação entre a ideologia ruralista e a chegada destes empreendimentos capitalistas. Aproximação que exigiu adaptações em alguns elementos discursivos, mas que reforçaram-se mutuamente, sobretudo em relação a uma visão geral sobre a região do Contestado e sobre os seus habitantes. Em 1908, um jornal serrano publicou um editorial que é emblemático nesse sentido.

> Se as vias de comunicação são os propulsores mais vitais do progresso rápido de um povo, o município de Campos Novos deve rejubilar-se, a sorte ou o destino lhe é sorridente; a estrada de ferro que nos serve de epígrafe, está se aproximando e em breve ouviremos o sibilo da locomotiva pelo vale majestoso do Rio do Peixe, veremos as terras magníficas, hoje um sertão inculto, transformar-se em um tesouro donde

[98] Na conclusão discutiremos a possibilidade de encararmos esta exclusão enquanto *inclusão forçada*.

> milhares de famílias laboriosas fruirão o resultado de seus trabalhos, em cada estação que se fizer nas suas margens num percurso superior a 200 quilômetros, surgirão novos núcleos que servirão de escoadouro aos produtos das terras adjacentes [...]. (Editorial *Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande*. VANGUARDA, Campos Novos/SC – 01/06/1908 *apud* PEREIRA, 1995, p.105)

Nesta primeira parte do texto, aparecem alguns dos elementos recorrentes nos discursos da época que associavam diretamente progresso e ferrovia. A identificação dos trilhos dos trens de ferro como elementos capazes de civilizar uma determinada região eram lugar comum nos discursos de engenheiros, políticos e intelectuais de todo o tipo (ESPIG, 2008: 164). Havia um poderoso elemento simbólico por trás das locomotivas e de suas possibilidades. E a modernidade traria novas exigências para os moradores da região, exigindo a mudança de antigos costumes e a adaptação a uma nova realidade. Segue o mesmo editorial:

> Para nós o provérbio (tempo é dinheiro) até hoje era uma burla, ninguém o tomava a sério, mas com o progresso que nos traz a Estrada de Ferro também nos vem encargos e em breve o costume nosso de chupar mate durante horas e falar da vida do próximo irá para as calendas gregas. Lógico, como é que, trabalhando, cada um diariamente, não lhe sobra tempo de ocupar-se de terceiros, deixando isso ao encargo dos vadios de profissão e tagarelas (VANGUARDA, 01/06/1908 *apud* ESPIG, 2008: 170)

Neste trecho fica patente a associação entre a chegada da modernidade e a necessidade de instauração de uma nova ética para o trabalho. O articulista percebe que o ritmo das mudanças sofreria uma súbita aceleração e que o preço a pagar pelo progresso seria a perda do controle sobre o próprio tempo. Contudo, como também aponta Marcia Espig, todas estas dimensões são apresentadas como exclusivamente positivas (ESPIG, 2008:171)

Por fim, o editorial associava diretamente a nova era de progresso que se iniciava com a colonização e a *lavoura racional*:

> Com estes elementos, o município todo usufruirá dos benefícios; a colonização virá rapidamente; a aurora de uma nova era está despontando e a pasmaceira em que tantos anos vivíamos, lá se irá para as calendas gregas e subsitiuindo-a a atividade em todos os sentidos; teremos a lavoura racional, teremos indústrias, fontes de bem geral. O futuro nos é propício. (Editorial *Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande*. VANGUARDA, Campos Novos/SC – 01/06/1908 *apud* PEREIRA, 1995, p.105)

Neste editorial identificamos que o caboclo aparece apenas como aquele elemento que representa o passado, ou melhor, como portador de um comportamento que deve ser superado, representante mor da *pasmaceira* que caracterizava a região desde tempos antigos. O futuro, ao contrário seria propício, inclusive por que a lavoura *racional* estaria entre os elementos trazidos pela ferrovia e pela colonização.

A associação entre a chegada da ferrovia, a colonização e a superação da crise agrícola aparece também na fala do Superintendente Municipal de Curitibanos, Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque. Em relatório transcrito no jornal *O Trabalho*, o coronel avaliava os benefícios oriundos da ligação ferroviária com o litoral catarinense:

> Ligado o litoral à Serra, com estradas de ferro, teremos um comércio desenvolvido, o florescimento da indústria e o reerguimento da lavoura. Os Municípios Serranos, como quase todos os do litoral, tem vida própria, precisam porém de braços, à sombra de um processo agrícola mais aperfeiçoado e com ele o meio rápido de transporte de suas mercadorias. Só assim poderão concorrer em progresso com os seus co-irmãos do litoral (O TRABALHO, 08/02/1908 *apud* ESPIG, 2008, p. 168)

Os termos utilizados por Albuquerque não deixam dúvidas sobre a incorporação de elementos ruralistas na avaliação dos impactos da ferrovia. Esta tornaria possível o *reerguimento da lavoura* e resolveria o problema da falta de *braços* para a agricultura agora aperfeiçoada. A ferrovia aparece assim para as classes dominantes locais como uma possibilidade de uma inserção econômica maior da região frente aos novos mercados abertos pela ligação ferroviária. Isto aparece ainda em outro artigo do jornal *O Trabalho*:

> Os municípios de Curitibanos e Campos Novos, que formam uma das mais ricas e prósperas zonas do Estado de Santa Catarina, estão tomando dia em dia novo impulso para o seu desenvolvimento (...) Incalculáveis são as vantagens que traz essa via de comunicação para esses dois municípios serranos, pois consta que numerosíssima imigração vai estabelecer-se nas margens desta Estrada de Ferro e transformará aquela região, em poucos anos, em poderosíssimo fator tributário dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. No ângulo onde os três estados fazem limites surgirá em poucos anos um grande centro agrícola e industrial que influirá bastante nos mercados de Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre e até de São Paulo. Os sertões do Timbó, do Iguaçu, do rio do Peixe e do Uruguai formam um núcleo colossal que pode acomodar com facilidade 100 mil colonos e a perspectiva que se abre às nossas

> vistas é de tal forma grandiosa que nós sentimos não nascermos mais tarde para admirar o engrandecimento daquela zona. (KNOLL. O TRABALHO. 03/03/1908 *apud* ESPIG, 2008 p. 169)

O autor deste artigo procura apontar os ganhos que os estados do sul teriam com a imigração associada à ferrovia (o aumento dos tributos), mas também destaca a possibilidade de uma nova inserção na economia nacional, ampliando a importância da região no seu papel de fornecedora de alimentos para as capitais, incluindo aí São Paulo. O articulista traduz, desta forma, os anseios desta fração regional da classe dominante em obter um papel econômico mais relevante nacionalmente. Em outro artigo de sua autoria, porém, o que salta aos olhos através de sua linguagem grandiloqüente é uma transformação radical em todos os aspectos da região:

> Não é ela mais, aquela terra patriarcal, aonde de passo lento e refletido, a besta possante, no meio da caravana, olhava para aqueles caminhos rústicos, que representavam uma época vencida, aonde quatro léguas diárias era a quantia estipulada para a viagem desta. O princípio da nossa vida própria. Sim, aquele tempo poético, cheio de alegrias e cheio de fadigas, aonde o tropeiro resignadamente, nos lábios um canto melancólico e no coração saudades da sua companheira, procurava o litoral com o fim de fazer as suas compras, de faca e pistola na cintura, alvo da curiosidade dos Açorianos que habitavam o litoral e que procuravam na figura do pacífico e hospitaleiro serrano, a cópia fiel de um Zumbi dos Palmares. Passou-se esse tempo; o sibilo da locomotiva provocava a saudade da ninfa Echo que julgava ouvir a voz de seu amante Sátiro, nas grotas pitorescas do Rio do Peixe. Os ermos aonde o botocudo procurava a caça com pé ligeiro, vai transformar-se no paraíso terrestre, aonde o lavrador no meio da opulência sem igual olha com satisfação a facilidade da exportação de seus produtos (KNOLL, O TRABALHO, 18/08/1908 *apud* ESPIG, 2008: 170)

A imagem cheia de metáforas construída por este autor é bastante interessante. Além das distâncias geográficas, a ferrovia seria capaz de encurtar as distâncias sociais entre a serra e o litoral. O caminho das tropas seria substituído pela locomotiva assim como o tropeiro pelo lavrador. Ao final, a ferrovia seria capaz de transformar o sertão em *paraíso terrestre* (sem a presença indígena).

Devemos considerar a capacidade de estes jornais locais disseminarem tais valores e construirem representações socialmente partilhadas. Ligados muitas vezes aos superintendentes municipais, estes jornais "*atingiam parte da comunidade local e a preparavam para as mudanças então em curso, apresentadas como modernas e positivas*". (ESPIG, 2008: 169). Não

se trata, ao certo, de defender que os próprios caboclos incorporavam estes elementos diretamente dos jornais, mas apontar que os periódicos eram capazes de produzir, reproduzir elementos que justificavam, do ponto de vista dos dominantes, as transformações em andamento.

Assim, os trechos citados acima nos permitem apontar que a ferrovia e a imigração eram encarados como instrumentos capazes de acelerar um processo de modernização almejado pelas classes dominantes catarinenses no seu projeto político de dominação. Contudo, mais uma vez, o caboclo serrano não seria portador das qualidades necessárias para participar deste projeto. A ele não é sequer dada a chance de incorporar os elementos modernos e racionais da nova agricultura – propriedade privada, agricultura mercantil, padronizada e mecanizada – posto que estavam reservados aos colonos imigrantes.

4.6 – Estado e Capitalismo nos sertões do Contestado.

Esperamos neste capítulo, ter demonstrado que o novo conjunto de forças econômicas representado pela Brazil Railway Company procurou inscrever seus interesses no aparelho de estado, utilizando-se de variadas estratégias para ver incorporadas as suas demandas específicas (como, por exemplo, a articulação junto ao Clube de Engenharia). Acreditamos que o projeto de Percival Farquhar e de suas empresas acabou associado às disputas em torno do controle dos aparelhos de Estado e em torno do processo de modernização produtiva então em curso. Ou seja, a via nos parece de mão dupla: os interesses econômicos de Farquhar foram encampados nas políticas implementadas pelas frações dominadas da classe dominante que, ao mesmo tempo, percebem na existência daquelas empresas, uma chance de incrementar os seus ganhos econômicos e políticos, visto que seu desenvolvimento poderia resultar em uma ampliação da importância das regiões (e de suas frações de classe) no cenário nacional.

Em Santa Catarina, o projeto hegemônico se organizava a partir de uma dada noção de modernização agrícola, de uma visão específica sobre o trabalhador rural – produzida pela SNA/SCA - e se pautava pela atuação dos institutos agronômicos, campos de demonstração e agrônomos itinerantes. Porém, a construção da EFSPRG, das grandes serrarias e o estabelecimento das colônias da BRC resultaram na presença de novos interesses políticos e econômicos, especialmente na região do Planalto. A tentativa de Vidal Ramos em questionar as concessões de terra para esta companhia pode ter significado uma resistência a esse processo,

contudo, ao final, a associação foi feita (também porque a questão de limites e a estratégia paranaense jogaram um papel importante nesse sentido).

No Paraná, a relação parece ter efetivamente sido menos conflituosa. A atuação de Afonso Camargo e a farta concessão de terras demonstravam uma maior proximidade entre os interesses de ambas as partes.

Desta forma, as classes dominantes agrárias se associaram ao projeto da BRC na tentativa de fazer dele a garantia/realização da sua dominação em uma região onde ela era fortemente dificultada, seja pela questão de limites, seja pelo modo de vida do caboclo. Ao fim e ao cabo, a ferrovia propiciou a própria implantação do Estado naquela região. Não apenas das instituições estatais, mas das relações sociais que materializavam o poder deste Estado, dentre elas, especialmente, a propriedade privada da terra.

Entendemos assim que a liberdade e a autonomia características dos caboclos serranos eram contraditórias com a formação do mercado de terras e do mercado de mão-de-obra então em curso naquela região. Nesse sentido, a formação do Estado Republicano caminhou lado a lado com a formação do próprio capitalismo, de suas relações e seus valores.

Contudo, as características sociais daquela região, os instrumentos que este Estado dispunha e a própria construção preconceituosa a respeito do caboclo construída no processo descrito nestes dois últimos capítulos, não possibilitaram que as classes mais exploradas desta sociedade fossem incorporadas a este projeto pelo consenso. A resistência dos caboclos a estas novas modalidades de dominação foi tão decisiva que só pôde ser vencida com o uso explícito e monstruoso da violência armada.

5 - Luta de Classes no sertão catarinense: dominação e resistência na Guerra do Contestado.

Nos capítulos anteriores, procuramos demonstrar como as disputas em torno da definição e consolidação de uma determinada direção para o Estado na Primeira República se materializaram em um espaço específico: os estados do Paraná e de Santa Catarina. Após analisarmos de que forma as frações da classe dominante destes estados partilhavam dos valores ruralistas - então contra-hegemônicos nacionalmente - buscamos identificar como eles se materializaram em Santa Catarina e em sua região serrana. Abordamos ainda os impactos ocasionados pela chegada a esta região de empreendimentos econômicos de grande porte vinculados a poderosas empresas internacionalizadas.

Esta região foi escolhida justamente por ter sido palco de um dos mais sangrentos episódios da história brasileira: a Guerra do Contestado. A questão que pretendemos responder neste capítulo é justamente por que, nesta região, a implantação do Estado Republicano aconteceu por meio da guerra e não de outros mecanismos coercitivos ou de convencimento. Ou seja, pretendemos analisar as razões por que, na região do Contestado, as concepção de mundo e a ação ruralista não conseguiram se impor através do consenso (construção da hegemonia).

Entendemos que a explicação para este processo deve ser buscada para além da simples constatação da inexistência de aparelhos privados de hegemonia (sobretudo a escola) capazes de promover o trabalho de internalização desta cultura dominante. Investigar como a cultura das classes dominadas, em especial dos chamados caboclos, se organizou em torno a um projeto político oposto à República (a Monarquia cabocla) pode nos fazer perceber como o processo de instauração do Estado, nesta região se constituiu numa efetiva luta de classes.

Afirmamos, nos capítulos precedentes que a instalação de grandes empreendimentos industriais na região do Contestado no início do século XX significava a instauração de importantes relações sociais capitalistas: a propriedade privada da terra, a expropriação dos caboclos e configuração de um mercado de trabalho. Neste capítulo, procuramos investigar por que uma grande parte dos homens e mulheres que sofreram diretamente o impacto destes

processos resistiram de forma tão decisiva a esta incorporação, a ponto de lutarem uma guerra de proporções significativas.

Da mesma forma, pretedemos analisar em que medida a ação coercitiva do Estado, através do Exército, esteve diretamente associada à tentativa de produção do consenso, ao caracterizar constantemente aqueles caboclos enquanto fanáticos, ignorantes e "*inimigos do progresso*" (PEIXOTO, 1995, p. 48/49). Tal caracterização tornou-se essencial não só para justificar frente às demais frações dominantes a ação armada do Estado, mas também para reforçar a idéia acerca da necessidade de um trabalho pedagógico/civilizador sobre os trabalhadores nacionais/caboclos. Ou seja, a violência física empreendida por este Estado ampliado favoreceu, pelo menos naquele contexto histórico, a violência simbólica que se perpetraria com vitalidade crescente. A produção do consenso, naquele contexto não pode prescindir de uma forte ação coercitiva prévia.

Assim, não pretendemos contar novamente como se desenrolou a Guerra do Contestado, mas interpretar esse processo histórico a partir do referencial teórico que nos têm orientado até aqui e estabelecer, ao final, a relação entre a formação do Estado, a dominação de classe e a guerra.

Para tanto, este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, procuramos estabelecer os elementos que nos permitem afirmar para os caboclos uma cultura de classe, uma identidade coletiva forjada na própria luta contra o Estado Republicano e as relações capitalistas subjacentes a ele. A segunda parte do capítulo é o processo da guerra visto pela ótica dos dominantes, no sentido de que também eles construíram uma identidade para os caboclos, nesse caso, caracterizados como *fanáticos*. Ao fim, o processo de construção da hegemonia tornou vitoriosa justamente a concepção criada e divulgada pelos dominantes, ao mesmo tempo em que procurou, na medida do possível, esconder seu caráter autoritário e classista como é próprio, aliás, de todo o processo de dominação hegemônica.

PARTE I: *NÓS, OS PELADOS*[99].

Herculano Assumpção, um militar que combateu na Guerra do Contestado relatou ter encontrado no bolso de um "fanático" morto, um bilhete com o seguinte texto: “*Nós não tem direito de terras tudo é para as gente da Oropa*” (apud ASSUMPÇÃO, 1917, Vol I: 245). O primeiro aspecto a ser destacado diz respeito ao pronome no início da frase, pois aquele caboclo não se sentia sozinho frente à injustiça cometida. Cabe perguntar quem são esses que afirmam não ter direito de terras. E aqui podemos antecipar uma segunda observação: a identidade deste "nós" estava relacionada a uma determinada concepção de direito à terra seriamente ameaçada naquele contexto. Partindo do princípio de que todo ser humano é capaz de produzir uma determinada explicação para o mundo a sua volta e, com base nesse processo, construir noções valorativas acerca dos acontecimentos que o cercam, consideramos fundamental analisar a cultura desta classe que se sentia atacada em seu *direito de terras*.

5.1 - A cultura cabocla.

Em primeiro lugar cabe afirmar que entendemos cultura cabocla como o conjunto de valores e representações construídas por esta fração de classe ao longo da experiência histórica do século XIX e que contém como elementos fundamentais uma determinada forma de relação com a terra e com a natureza naquela região. Tomando o cuidado para não homogeneizar demasiadamente tais aspectos, cremos ser possível afirmar que os pequenos posseiros que habitavam o planalto catarinense construíram uma “visão de mundo” que incorporava forte senso de justiça a partir das práticas sociais por eles vividas. Significa dizer que entendemos aqui cultura como algo que perpassa a própria capacidade do ser humano em explicar, justificar e/ou questionar as relações sociais nas quais está inserido. Nesse sentido, as condições materiais de existência dos posseiros daquela região possibilitaram a construção coletiva de uma série de valores que estiveram na base de sua resistência aos processos em curso.

Em trabalho anterior, defendemos que a própria prática do apossamento de terras transformou-se em um *costume* - no sentido atribuído por E. P. Thompson - e contribuiu determinantemente para o enfrentamento das forças políticas e econômicas que procuravam se

[99] A denominação *pelados* foi utilizada como forma de identificação pelos próprios rebeldes (que raspavam a cabeça) em oposição aos *peludos*, nome dado àqueles que faziam parte das tropas oficiais.

estabelecer na região, sendo, portanto, um dos elementos decisivos para a explicação da eclosão da guerra (CARVALHO, 2002).

Recentemente, duas pesquisas realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina aprofundaram consideravelmente este aspecto da cultura cabocla, a partir da investigação de outras práticas costumeiras e coletivas. Marlon Brandt em dissertação defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia, investigou as práticas de uso comum da terra e de recursos naturais nos campos, pinheirais e ervais nativos no planalto norte de Santa Catarina. Para o autor, estas práticas costumeiras exerceram importante influência sobre a constituição do chamado igualitarismo caboclo durante a Guerra do Contestado (BRANDT, 2007, p. 159). Alexandre Tomporoski, por sua vez, em dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, investigou as transformações ocorridas nas vidas dos trabalhadores da *Lumber*, especialmente nos costumes e práticas coletivas dos moradores do planalto. Segundo ele:

> No bojo do processo de implantação de concepções capitalistas na região do planalto norte de Santa Catarina, o trabalhador da *Lumber* e a população local, de maneira geral, passaram a ser objeto de um processo de controle e disciplinarização do tempo e do espaço de trabalho (da produção), e, também, do controle dos seus padrões de conduta familiar e social, que deveriam estar alinhados às expectativas instituídas pela sociedade em processo de transformação. O controle social da classe trabalhadora passou também, pela vigilância contínua da bodega, espaço reservado ao lazer dos moradores da região (TOMPOROSKI, 2006, p. 70).

Estes trabalhos chamam a atenção para uma experiência histórica que esteve na base da construção de uma cultura específica que valorizava a relação coletiva com a terra e com a natureza. Ao mesmo tempo, apontam para a destruição destes valores a partir da chegada da *Brazil Railway Company* (BRC) e da guerra. Estas pesquisas nos ajudam a confirmar as hipóteses que defendemos na dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFF[100].

Há outro aspecto decisivo para a compreensão da cultura cabocla: a religiosidade vivida e construída pelos caboclos na relação com os monges que percorreram o sul do Brasil entre meados do século XIX e o início do século XX. Os ensinamentos dos monges constituíram-se em elementos fundamentais da cultura cabocla tornando-se cruciais para a construção das explicações e justificativas para a guerra por parte dos dominados. A religiosidade cabocla era

[100] Obviamente, os resultados das pesquisas de Tomporoski e Brandt ultrapassam em muito a mera confirmação do que defendemos.

um elemento chave para a leitura do mundo e para a construção de valores que certamente foram utilizados para enfrentar as forças do governo. Nesse sentido, concordamos com Telmo Marcon:

> O desafio permanente que se coloca é o de como pensar as práticas de religiosidade enquanto constitutivas dos modos de vida dos caboclos e como dimensão fundamental da cultura. As práticas nos desafiam a pensar nas concepções de mundo que são referências para a leitura do próprio mundo que, na cultura cabocla, passa pela mediação da religiosidade (MARCON, 2008, p. 153).

É neste contexto mais amplo que devemos entender o papel e o significado dos monges que percorreram planalto. Conhecido como "São João Maria", o monge era uma figura venerada especialmente pela população rural e seus ensinamentos se transformaram em valores incorporados pela cultura cabocla. Nosso objetivo aqui não é recuperar a origem e a trajetória histórica dos diversos personagens que assumiram a identidade do santo monge, visto que as pesquisas que seguem este caminho estão bastante avançadas e dificilmente poderíamos acrescentar a elas algo neste sentido[101]. Nossa intenção é perceber de que forma o monge tornou-se o catalisador de uma série de valores que estavam na base da resistência cabocla ao projeto modernizador/ruralista.

Um primeiro aspecto que cabe ressaltar é justamente a relação de proximidade que os monges mantiveram com os caboclos. Partilhando do seu cotidiano, os monges eram ao mesmo tempo, figuras míticas e próximas aos caboclos. Telmo Marcon aponta que, enquanto o discurso racionalizado da igreja oficial (a partir do Concílio Vaticano I), apresentava uma lógica dedutiva, que partia dos ensinamentos gerais e dogmáticos para cobrar uma determinada conduta de vida aos caboclos, os monges partiam da realidade cotidiana dos mesmos para então interpretar a bíblia e construir suas revelações divinas (MARCON, 2008, p. 147/148). Dentre as fontes utilizadas por Marcon para se chegar a esta conclusão estão as trovas e mandamentos recolhidos por Euclides Felipe na década de 50 e publicados em 1995. Podemos destacar alguns dos vinte e nove *mandamentos das leis da natureza* deixados pelo monge:

---

[101] São três os monges mais conhecidos: por volta de 1844 se estabeleceu em Sorocaba um italiano que se chamava João Maria de Agostinho. Peregrinou pelos estados do sul até 1870. No final do século XIX outro monge apareceu, denominando-se João Maria de Jesus. Percorreu os acampamentos federalistas ajudando a curar os feridos e fazendo pregações contra a República, desaparecendo por volta de 1908. Quatro anos mais tarde, apareceu na região outro monge, desta vez, intitulado José Maria de Santo Agostinho. Profundo conhecedor de plantas medicinais, permitia o ajuntamento de fiéis ao seu redor e morreu durante o conflito armado entre a força paranaense e seus seguidores em 1912. Para a cultura cabocla, no entanto, só houve um São João Maria. Ver especialmente QUEIROZ, 1977; THOMÉ, 1999; FACHEL, 1995; GALLO, 1999 e TONON, 2008.

- Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. A árvore é quase bicho e bicho é quase gente.
- O pai da vida é Deus. A mãe da vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.
- Quem não sabe ler o livro da natureza, é "analfabeto de Deus"
- Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas.
- Não é preciso ser santo, mas é preciso ser respeitado. (apud MARCON, 2008, p. 155)

Nestes mandamentos fica clara a percepção de que a natureza é a mediação entre o mundo humano e o divino. A insistência do monge em pregar uma atitude de respeito à natureza guardava uma relação com a experiência vivida pelos caboclos ao longo do século XIX no aproveitamento daquilo que era conseguido diretamente nas matas e florestas garantindo parte da sua sobrevivência.

É possível perceber aqui também os motivos da recusa aos valores capitalistas que no início do século XX começaram a permear as relações sociais constituídas no planalto. A propriedade privada da terra, o aproveitamento industrial da floresta, as restrições de acesso aos ervais nativos chocavam-se frontalmente com os valores de preservação da natureza, de lealdade nas relações sociais e de amor para com os animais, pregados pelo monge e incorporados pelos caboclos.

A partir desta perspectiva também é possível entender de forma mais profunda a pregação apocalíptica presente nas falas do "segundo" monge João Maria - que percorreu a região entre 1895 e 1908 - e mesmo nos discursos atribuídos ao monge José Maria, personagem diretamente ligado ao início da Guerra. É mais uma vez Telmo Marcon quem nos aponta o caminho para isso:

> As novas relações de mercado que foram se consolidando pautaram-se pela exploração dos recursos naturais, pelo lucro imediato e pela comercialização da terra, práticas que provocaram muitos conflitos e foram negando valores e modos de viver precedentes. Em suas andanças pelo Sul do Brasil, os monges percebiam essas transformações em curso, e anunciavam calamidades, sofrimento e destruição. As profecias não resultaram de desequilíbrios, conforme apregoaram alguns pesquisadores, mas são fruto de observações empíricas das realidades com as quais se defrontavam e das quais procuravam identificar as transformações em curso. Alguns anúncios que faziam do sofrimento que viria não eram abstrações ou interpretações a-históricas, mas resultado de percepções que tinham das mudanças que estavam ocorrendo e das possíveis conseqüências para os caboclos (MARCON, 2008, p. 157)

Nesse sentido, entendemos que o messianismo e o milenarismo presentes na Guerra do Contestado não devem ser encarados como causas do conflito, porém como elementos presentes na cultura cabocla a partir das tensões surgidas no enfrentamento das transformações em curso na região no início do século XX. Se o segundo João Maria pregava o fim dos tempos, o fazia marcado pelas transformações que presenciava nas andanças por todo o sul do país. Por sua vez, a espera pelo retorno de José Maria é um elemento que só aparece no contexto da reelaboração mística ocorrida entre o ataque do Irani (1912) e a formação do reduto de Taquaruçu em finais de 1913.

Assim, a cultura cabocla deve ser entendida a partir da interação dialética entre estes dois aspectos, no fim inseparáveis: as práticas coletivas e costumeiras em relação à terra e à natureza e a religiosidade marcada profundamente pela figura dos monges errantes que percorriam o planalto.

Como vimos anteriormente, este conjunto de valores foi fortemente questionado por dois processos analisados nos capítulos precedentes: de um lado, a construção e consolidação do projeto ruralista que incorporava uma determinada visão de agricultura moderna e racional vinculada ao mercado que nem de longe lembrava as práticas costumeiras dos caboclos. De outro, a chegada dos empreendimentos internacionais e suas formas autoritárias de modernização que não consideraram os caboclos - e suas práticas e valores - como passíveis de incorporação.

A situação analisada acima criava um ambiente potencialmente explosivo justamente pelo fato de que as frações dominantes lançaram mão de diversos expedientes coercitivos, seja porque acreditavam no próprio discurso que considerava o caboclo incapaz, seja porque os processos de conflito se aceleraram com a chegada da Brazil Railway e suas subsidiárias.

Esta conjuntura nos ajuda a compreender como um conflito aparentemente localizado (o combate do Irani em 1912) se transformou em uma guerra generalizada, resultando em milhares de mortos. E é exatamente a generalização do conflito armado que pode nos revelar outros elementos desta luta travada contra a implantação do Estado Republicano.

5.2 - A construção do projeto rebelde.

Os fatos que levaram ao primeiro combate da Guerra do Contestado na localidade do Irani em setembro de 1912 são por demais conhecidos e foram apontados por nós na Introdução desta tese. Gostaríamos de analisar neste momento como, a partir deste primeiro combate, conformou-

se um verdadeiro *projeto rebelde* oposto à dominação de classe que então tentava se impor. Para apresentar esse processo, recorreremos a alguns aspectos do conflito armado, através de depoimentos e fontes que podem revelar a perspectiva que os caboclos construíram acerca da necessidade de construção de uma nova sociedade. Assim, se a experiência vivida pelos caboclos no século XIX e no início do século XX engendrou uma cultura com as características que apontamos acima, a experiência do conflito armado possibilitou a construção de um projeto de sociedade condizente com estes mesmos valores culturais e oposto ao projeto republicano/ruralista.

Um primeiro aspecto a ser apontado neste sentido é perceber que, desde o primeiro ajuntamento, os fiéis que seguiam e lutavam ao lado do monge José Maria eram posseiros/caboclos que partilhavam dos valores culturais acima apresentados.

Como vimos na introdução, após a notícia de que a Força Pública Catarinense fora enviada para dispersar os fiéis em Taquaruçu, José Maria e um grupo de fiéis rumaram para Irani, nos sertões de Palmas. Paulo Pinheiro Machado entrevistou em 1998 o Sr. Antônio Fabrício das Neves, filho de um seguidor de José Maria e membro de uma das famílias de posseiros que ocuparam o Irani no final do século XIX. Em seu depoimento destacou a origem dos habitantes daquela localidade:

> Eles vieram em mais ou menos umas dez famílias, em 1896, na época da guerra dos pica-paus (Revolução Federalista). A razão deles virem para cá foi a guerra, porque meu avô materno se chamava Salvador Inácio Cardoso e ele era Coronel de fazenda, na guerra de 93, eles venceram a guerra, mas aí por 95 ou 96 o monge João Maria andou lá pelo Rio Grande e disse pro meu avô: *Olha Cardoso, é melhor pegar tua família e ir pra outra região porque estes que perderam a guerra querem se vingar de vocês!* Vieram dez famílias e seus agregados. O Monge deu a indicação bem certa, disse ao Cardoso que era para pegar a sua gente e ir para o Sertão de Palmas, que era como se chamava toda essa região que fica entre os rios Uruguai e Iguaçu. O monge ajudou a colonizar essa região, ele disse pro Cardoso: *O que vocês tem aqui, tem lá!* (apud MACHADO, 2001, p. 395)

Quando perguntado sobre a recepção que o povo de Taquaruçu teve ao chegar ao Irani, o Sr. Antônio diz que foram recebidos muito bem "*porque era gente da mesma tradição*" (MACHADO, 2001, p. 397)

Aqui a palavra tradição pode indicar duas possibilidades. Primeiramente, a *tradição* de perseguidos pelas autoridades. Alguns moradores do Irani eram refugiados da Revolução Federalista e os devotos de José Maria fugiram da polícia catarinense que havia sido convocada pelo Coronel Albuquerque, superintendente municipal de Curitibanos. Contudo, a *tradição* poderia estar relacionada à própria cultura cabocla, no sentido de partilhar das crenças e valores religiosos que, conforme visto acima, perpassavam a compreensão de toda a realidade por parte dos caboclos. As duas possibilidades apontadas, no entanto, indicam que a devoção à José Maria era o elemento fundamental da identidade deste primeiro ajuntamento.

No período compreendido entre o combate do Irani e o segundo ajuntamento em Taquaruçu, os caboclos seguidores do monge vivenciaram um processo de reelaboração mística que tinha entre seus elementos fundamentais a crença no retorno de José Maria à frente de um exército encantado (MACHADO, 2004, p. 191). Neste período, é provável que não só os sobreviventes do conflito, mas também todos aqueles que continuaram fiéis ao monge, tenham elaborado uma interpretação sobre a injustiça cometida pelas tropas oficiais que mataram José Maria e parte de seus seguidores. No quadro geral de crise que vivia o planalto, estes elementos aumentavam significativamente a tensão e o questionamento das autoridades constituídas.

Interessante notar que até mesmo um sobrevivente do Irani que optou por não participar do novo acampamento considerava o ataque das forças oficiais uma injustiça. Praxedes Gomes Damasceno em diálogo narrado por Frei Rogério Nehaus afirma:

> É verdade que nos agrupamos aqui no Taquaruçu, mas isto não foi feito contra o governo. Nós queríamos tratar o nosso corpo doente com José Maria e praticar a nossa religião católica romana como os padres nos ensinaram, e fazer comunitariamente as nossas orações. Há nisso alguma coisa que vai contra a lei? Tivemos grandes gastos, tudo nós mesmos pagamos, não roubamos, nem usamos de violência contra um nosso semelhante. Quem se agrupava era recebido amigavelmente e o sortíamos com o necessário, mesmo se não tivesse contribuído com nada e não quisesse fazê-lo para o sustento coletivo. Seria isto contra as leis da nação? Um pequeno grupo estava armado de sabre. Era necessário para assegurar a ordem no acampamento. Também não leva cada um a sua arma quando viaja? Até nas cidades a maioria anda armada. Então aqui não há infração. Por que nos xingam de bandidos e expedem soldados contra nós, para nos matar? Qual foi nosso crime? Não nos obrigamos, obedientemente, a nos separar e voltar às nossas ocupações pacíficas quando o Prefeito [Cel. Domingos Soares] de Palmas (o primeiro que fez isto) nos concitou, em nome das autoridades? Elas imaginavam ver em

> nós um perigo para a coletividade. Onde está o nosso crime? Por que não respeitaram o prazo de três dias para a saída [de Irani] e alcançar nossos locais de trabalho? João Gualberto cercava-nos já no segundo dia, ele e sua gente, e não tivemos outro jeito: ou morríamos ou nos defendíamos. Nesta desesperada situação naturalmente fomos às armas. Há crime nisto? (STULZER, op. cit. p. 42 apud MACHADO, 2004. p. 192)

Interessante notar que Praxedes questionou por seis vezes se o que eles fizeram constituía algum crime. A insistência na pergunta deve ser interpretada como uma tentativa de mostrar a injustiça cometida na repressão aos fiéis. Praxedes afirma também que o primeiro ajuntamento *não foi feito contra o governo*. Aparentemente, esta é uma afirmação que desqualifica o argumento que desenvolvemos até aqui, pois afirma textualmente não haver qualquer motivação política de oposição ao governo na primeira reunião de fiéis. Machado já havia apontado que determinados elementos deste depoimento sovam um pouco falsos como, por exemplo, a referência ao catolicismo *romano* ensinado pelos padres (MACHADO, 193). Da mesma forma, é possível que os sertanejos agrupados em Taquaruçu tivessem consciência de que a continuidade da reunião significava um desafio aos poderes do Coronel Albuquerque de Curitibanos e isso tenha sido deliberadamente ocultado na conversa de Praxedes com Frei Rogério. Mesmo assim, consideramos pertinente considerar que a perseguição ao monge e o ataque ao acampamento do Irani tenham sido efetivamente encarados como uma injustiça cometida pelo governo, aumentando assim a força das críticas dirigidas contra a República. É nesse sentido que entendemos a construção do projeto rebelde em torno da idéia de *monarquia sertaneja*.

Os estudiosos da Guerra do Contestado reconhecem que é muito difícil precisar o momento da origem do *monarquismo caboclo*. Atualmente, há um consenso de que esta denominação não estava baseada numa esperança de retorno dos Bragança ao poder no Brasil[102], mas expressava a visão positiva que as classes populares tinham do regime monárquico em si (o mito do "bom Rei") além das referências bíblicas e religiosas (Jesus como "Rei dos Reis", por exemplo) que identificavam a monarquia como forma de governo naturalmente correta.

A *monarquia sertaneja*, no entanto, não pode ser encarada apenas como opção *natural* dos caboclos para encontrar uma denominação para sua rebelião. Ela constituiu um verdadeiro projeto de sociedade a ser construída e vivenciada nos redutos. Em trabalho anterior já citado, defendemos que este projeto foi construído a partir de referências a um passado (em parte

[102] Paulo Pinheiro Machado encontrou apenas uma referência neste sentido em toda a documentação pesquisada por ele, enquanto os Vivas à Monarquia eram recorrentes. (MACHADO, 2004, p. 216)

idealizado e em parte vivido), mas que também incorporou relações sociais novas de uma sociedade que se pretendia construir com o movimento rebelde (CARVALHO, 2002, p. 140-145). Assim, a monarquia sertaneja deve ser analisada na relação de três dimensões: referência a um passado melhor, contraponto ao regime republicano e instituição de novas relações sociais. Consideramos que é necessário recuperar algumas fontes para comprovar e aprofundar esta afirmação.

Em primeiro lugar a referência a um passado melhor. Em pelo menos três depoimentos recolhidos pelos pesquisadores, aparece a referência explícita de que monarquia era vista como um *tempo* melhor, onde as injustiças não eram cometidas. Em depoimento dado a Maurício Vinhas de Queiroz em 1954, Paulino Pereira, liderança rebelde, afirmou que "*no tempo do Império não havia tais violências... As terras, cada caboclo podia então requerer para si*" (QUEIROZ, 1977, p. 140). Jorge Fragoso, por sua vez, afirmou a Duglas Teixeira Monteiro que "*monarquia era tempo de sossego*” (apud GALLO, 1999, p. 137). Por fim, Zacarias Gonçalves (vulgo Zaca Pedra) afirmou também a Queiroz que a monarquia era o “*tempo melhor*” (apud MONTEIRO, 1974, p. 109). Estes são fortes indícios de que a denominação de *monarquia* para o projeto rebelde guardou uma dimensão material relacionada à experiência vivida no passado, especialmente antes da progressiva expulsão dos posseiros e do aumento dos conflitos decorrentes da chegada da ferrovia e da serraria. Assim, a *monarquia sertaneja* incluía uma forte dimensão de resgate de relações de solidariedade anteriormente vividas e que haviam sido destruídas no início do século. Era, nesse sentido, um projeto construído também em função do costume, na acepção *thompsoniana* do conceito (THOMPSON, 1998, p. 91).

Em segundo lugar, a monarquia como contraponto à República. Uma possibilidade de interpretação neste sentido deve levar em consideração a memória da Revolução Federalista de 1893 e a participação de antigos *maragatos* entre os rebeldes sertanejos. No planalto de Santa Catarina, os combatentes federalistas eram identificados pela população em geral e por seus adversários como monarquistas. A adesão de antigos maragatos como Aleixo Gonçalves, Cyrino Chato e Castelhano, além das conhecidas críticas que o monge João Maria fez à República no contexto da Revolução Federalistas, reforçavam a identificação entre ambas as revoltas e, conseqüentemente, a oposição dos revoltosos ao governo republicano (MACHADO, 2004, p. 214).

Contudo, a defesa da monarquia foi substancialmente reforçada pelos seguidores de José Maria. Herculano Assumpção reproduziu em seu relato o depoimento de um prisioneiro que afirmou: "*O ideal do exército do Sr. José Maria_– diz-me Maurílio, possuído de ardente entusiasmo – é a restauração da Monarquia, que é a lei de Deus, pois a República é a lei do diabo*" (ASSUMPÇÃO, 1917, Vol.1, p. 79). Outro militar também deixaria o seu testemunho: "*os patrícios ignorantes ouviam falar melhor da Monarquia que da República. Esta nunca os acariciara e aquela sempre fora uma* lei *pregada como boa pelos monges*" (PEIXOTO, 1995, p. 64). Por fim, uma das fontes que revela de forma mais explícita as concepções políticas dos rebeldes. Em um ataque desferido contra uma estação da EFSPRG, os caboclos deixaram gravado na porta de uma venda:

> Nós estava em Taquarassú tratando da noça devoção não matava nem robava, o Hermes mandou suas força covardemente nos bombardiar onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarchia. O guverno da República toca os Filhos Brasileiros dos terreno que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os noços direito (PEIXOTO, 1995, p. 64/65)[103].

Nestas fontes, transparece a oposição Monarquia X República. Enquanto a primeira é encarada como divina (lei de Deus) a segunda é vista como a razão dos sofrimentos dos caboclos. Interessante notar a relação de causalidade: o culpado pelo conflito é o Presidente Hermes da Fonseca e *portanto* os rebeldes querem a monarquia. Além disso, a República é vista como responsável pela expulsão dos posseiros e pelo favorecimento das empresas estrangeiras, atingindo dessa forma os *direitos* dos caboclos. Estes nos parecem elementos fundamentais para entender o caráter de luta de classes envolvendo a Guerra do Contestado. A dominação republicana com os valores ruralistas e capitalistas não conseguiu transformar ou submeter a cultura cabocla que, através da guerra procurou não só resistir como instaurar uma nova sociedade.

Por fim, a monarquia enquanto sociedade nova. Podemos perceber nas fontes citadas acima que a monarquia era freqüentemente associada a uma *lei*. Em fevereiro de 1914, Chico Ventura, uma das lideranças do reduto de Taquaruçu enviou carta a seu compadre, Altino de

[103]. Demerval Peixoto afirma que o trecho foi copiado "*cuidadosamente, sem uma vírgula para mais*" (p. 65). Mantivemos a grafia e a gramática para preservar a riqueza da fonte.

Farias onde procurava explicar as razões para a o ajuntamento de fiéis, fazendo referência a *lei* seguida nos redutos:

> Graças adeus aqui não se tem medo nem um. Perdizes, 23 de fev. de 1914.
> Ilmo. Sr. Meu compadre e amigo Altino Gonsalves de Farias.
> Participo-lhe que aqui não é tão feio como as notícias q corre pois quem tem medo da morte não é lugar q sirva aqui. S/ os amigos não deseja mar de amigos nem um estamos cumprindo ordem de nosso rei José Maria só cumprimos ordem o q vier contra nós as providências de deus n. sr. e q ade valler nós tamos qui a irmandade cuidando de obedecer a santa religião pois não obedecemos lei de governo se não só a lei do governo do céu lembre-se do q eu lhe disse tantas vezes que a lei q deus deixo no mundo é a lei de rei é a que estamos esperando e se deus quizer avemos de ver se deus quizer. (...)
> Francisco Paes de Farias (...) (apud MACHADO, 2004, p. 215)

Aqui a monarquia (lei de rei) está diretamente associada a dois outros termos utilizados com freqüência nos depoimentos e fontes que traduzem a fala dos caboclos: a *irmandade* e a *santa religião*. Assim como Machado, entendemos que, a partir do acampamento de Taquaruçu formado em dezembro de 1913, ocorreu a constituição de uma série de novas práticas e instituições sociais que marcavam e reforçavam a identidade rebelde dos sertanejos: as formas - reunião geral da população dos redutos para realização de orações e divisão de tarefas, onde também eram comuns os "vivas" à Monarquia, São João Maria e a José Maria e que aconteciam ao menos duas vezes por dia; o corte de cabelo rente à cabeça[104], as bandeiras brancas e os chapéus com fitas brancas utilizados como elementos distintivos dos seguidores da Santa Religião; os Pares de França, grupamento militar de "elite" que variou em tamanho e nas funções ao longo da guerra, mas que indicava uma estrutura social interna diferente daquela vivida fora dos redutos e, por fim, o *igualitarismo caboclo*, sobre o qual consideramos fundamental tecer algumas considerações.

Alguns importantes depoimentos de sobreviventes dos conflitos e algumas fontes militares dão conta de que no interior dos redutos se constituiu uma relação igualitária entre os caboclos. Esse elemento, inclusive, pode ter sido adotado desde o primeiro ajuntamento. No diálogo entre Praxedes Gomes e Frei Rogério transcrito acima já aparecia que "*Quem se agrupava era recebido amigavelmente e o sortíamos com o necessário, mesmo se não tivesse*

---

[104] Uma das razões apontadas para a autodenominação de *pelados* em oposição aos infiéis e às tropas do governo, chamados de *peludos*.

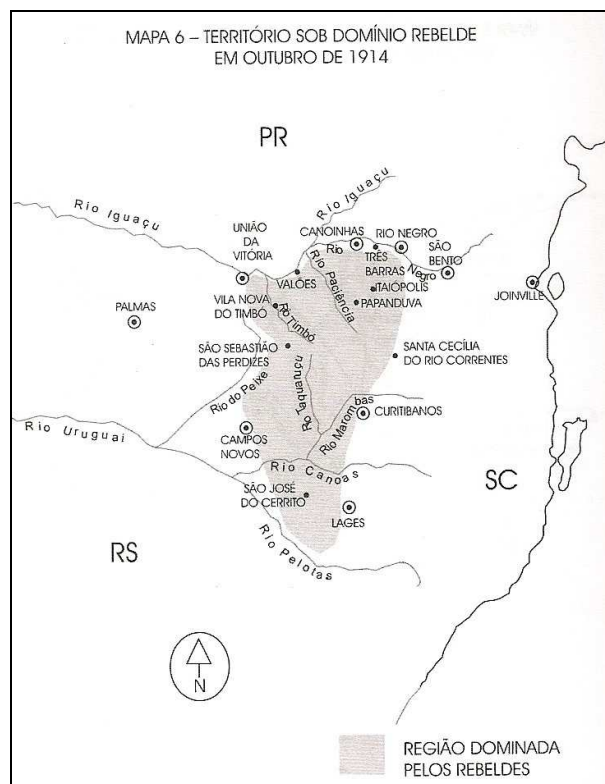
contribuído com nada e não quisesse fazê-lo para o sustento coletivo" (STULZER, op. cit. p. 42 apud MACHADO, 2004. p. 192). Maria Alves Moreira afirmou em entrevista concedida a Mauricio Vinhas de Queiroz que no reduto de Caraguatá, "*do que um comia, tudo tinha que comer; do que um bebia, tudo tinha que beber; todos eram irmãos*" e ainda que "*Ninguém tinha direito de vender nada para outro. Se eu precisava de um vestido, era dado. Tudo era dado. Se alguém vendia, era morto*" (apud QUEIROZ, 142). Em depoimento colhido por Euclides Felipe, Eduardo Honorato afirmou que nos redutos: "*A comida era fornecida espontaneamente pelo vizindário e os grupos que iam-se anexando sempre iam trazendo tudo o que possuíam, distribuindo fraternalmente entre todos.*" (apud MONTEIRO, 130). O filho de um importante líder sertanejo (mas que não aderiu aos redutos) declarou a um jornal paranaense que os rebeldes seguiam um ditado atribuído ao próprio José Maria: "*Quem tem, mói; quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais*" (apud MACHADO, 2004: 193). Por fim, Demerval Peixoto também registrou essa característica ao afirmar que:

> Havia mesmo entre os sertanejos francamente fanatizados a convicção de que não deviam possuir bens nem dinheiro nem terras - estavam imbuídos de uma fraternidade absoluta, idealizada pelo monge e depois reavivada pelos monarquistas das selvas (PEIXOTO, 1920, p. 54).

Consideramos possível analisar este igualitarismo como uma das características fundamentais da sociedade justa que os caboclos pretendiam construir. Machado lembra que este igualitarismo não foi absoluto, visto que havia diferenças “não muito grandes” entre as condições de vida das lideranças e dos demais rebeldes. Mesmo assim, partilhamos da conclusão deste autor, para quem o igualitarismo “existiu como algo central na vida dos redutos” (MACHADO, 2004, 211).

Importante ressaltar que mesmo essa prática que parece marcadamente inovadora, tem relação com elementos anteriores da cultura cabocla. Os relatos sobre as festividades religiosas comuns no planalto informam que era usual uma pessoa de mais posses garantir o sustento dos participantes enquanto durasse a festa, colocando em comum a comida e a bebida. Parece ter sido esta a prática adotada quando da permanência de José Maria depois da festa de São Sebastião em 1912. Paulo Pinheiro Machado afirma que foi com base nesta experiência comunitária e na tradição de caridade divulgada por João Maria que as primeiras lideranças rebeldes, Eusébio, sua esposa Querubina e Chico Ventura, elaboraram as regras deste igualitarismo caboclo presente nos

redutos (MACHADO, 2004: 210). De qualquer forma, nos parece legítimo afirmar que esta prática era uma completa afronta à lógica de mercado que então tentava se constituir.

Assim, é possível afirmar que os caboclos construíram para si uma nova identidade política ressaltada pelos elementos materiais que os distinguiam dos demais habitantes do planalto e também formularam um projeto político de sociedade, baseado em preceitos morais e religiosos que já faziam parte de sua cultura. É preciso concordar mais uma vez com Paulo Pinheiro Machado, para quem a monarquia não se tratava apenas de um projeto reativo, mas tornou-se progressivamente em uma meta revolucionária a ser atingida em todo o planalto e, porque não, em todo o país (MACHADO, 2004, p. 246-247)

Da mesma forma, o fracasso das tentativas de dispersão dos fiéis por meios pacíficos colocou para o governo a necessidade da repressão direta, visto que a sociedade construída pelos caboclos era uma afronta à dominação mais imediata, mas também ao cerne dos valores “modernos” (capitalistas) que então tentavam se impor como legítimos. E isso ficou cada vez mais claro depois que o movimento sertanejo iniciou sua ofensiva generalizada.

5.3 - A ofensiva rebelde.

Como vimos na introdução deste trabalho, a vitória sobre as tropas oficiais no combate de Caraguatá em março de 1914 iniciou a mudança de atitude dos caboclos que passaram a expandir progressivamente o raio de ação do movimento. Ainda nos primeiros meses deste ano, cresceu significativamente do número de rebeldes e os esforços do governo para reprimir o movimento se mostraram inócuos. Neste período, podemos identificar ainda a progressiva substituição das lideranças mais religiosas pelas chamadas lideranças de briga. É o *tempo do jaguncismo*, na formulação de Machado.

Neste momento também cresceu a ocorrência de piquetes com objetivo de arregimentar novos adeptos aos redutos, intensificando-se os processos de convencimento e de convocação compulsória.

Como vimos também na introdução, entre Julho e Dezembro de 1914, os rebeldes atacaram as principais vilas e cidades do planalto catarinense (Canoinhas, Curitibanos, Itaiópolis, Papanduva, Vila Nova do Timbó e até mesmo Lages) e várias estações da estrada de ferro, além das serrarias da Lumber em Calmon e em Três Barras.

(fonte: MACHADO, 2004, p. 380)

Neste momento de expansão rebelde as fontes nos permitem caracterizar melhor os elementos mais nítidos de revolta contra os grandes proprietários de terra da região e a insatisfação com a forma como estes estavam se aproveitando das mudanças ocorridas na apropriação da terra na região contestada. Em maio de 1914, por exemplo, o capitão Matos Costa que então chefiava as forças do exército, enviou dois emissários para saber das condições que os "fanáticos" exigiam para encerrar o movimento. Um dos líderes do reduto respondeu que:

> Os redutos se dispersariam depois de liquidados os Coronéis Arthur de Paula, Fabrício Vieira, Chiquinho de Albuquerque, Amazonas Marcondes, Afonso Camargo, Pedro Vieira, Pedro Ruivo, os irmãos Michinicovsk da estação Escada e outros, e ainda depois da restituição das vidas das mulheres e crianças mortas em Taquaruçu (PEIXOTO, 1995, Vol. 1, p. 156).

Obviamente as condições impostas pelos rebeldes não podiam ser cumpridas pelo governo. Matos Costa deixaria ainda outro testemunho no mesmo sentido:

> Os jagunços queixam-se que o coronel Artur de Paula e outros chefes políticos lhes tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do Governo, por se terem apossado delas pessoas conhecidas e que tem facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados (PEIXOTO, Vol. 1: 156).

Mesmo considerando que é perigoso deduzir aspectos dos dominados a partir das palavras de um militar de uma forma ou de outra relacionado à repressão[105], podemos notar a ênfase que Matos Costa confere à idéia de que os sertanejos sofriam injustiças, eram privados de *direitos*, sofriam violências e, por isso, se revoltavam. Através da fala deste militar, podemos apontar que os caboclos possuíam uma consciência do processo de expropriação que estavam sofrendo: *queixavam-se* de que as terras que habitavam haviam sido *tomadas* por pessoas influentes e poderosas e que as terras devolutas não podiam ser mais ocupadas porque essas mesmas pessoas lhes *impediam* de fazê-lo. Nas duas observações transparece a idéia de que os caboclos estavam se revoltando porque antigas práticas tinham sido destruídas e a vida, como costumavam viver, estava ameaçada. A experiência histórica destes posseiros ao longo do século XIX e o conjunto de valores construídos a partir desta experiência fazia-os perceber uma injustiça material e moral cometida por pessoas poderosas (CARVALHO, 2002, p. 158).

As ações dos rebeldes, por sua vez, revelavam que a luta era travada diretamente contra os elementos mais significativos das transformações ocorridas na região. Além das estações da EFSPRG e serrarias da Lumber, os rebeldes procuravam atingir as grandes propriedades particulares, as colônias de imigrantes instaladas pela BRC e os cartórios das vilas e cidades, como, por exemplo, nos ataques a São João dos Pobres e Itaiópolis.

Muito significativo nesse sentido é o relato de uma das mais importantes iniciativas da ofensiva rebelde: o ataque à Vila de Curitibanos em setembro de 1914, município dominado pelo famoso e odiado Coronel Francisco de Albuquerque (que já havia deixado a vila algumas semanas antes).

Um piquete formado por cerca de 200 “fanáticos” entrou na vila, dando vivas à monarquia, a José Maria e “morras” ao Coronel Albuquerque. Os rebeldes destruíram o prédio da Intendência Municipal, a Cadeia Pública, o açougue municipal, as instalações do jornal *O*

---

[105] Matos Costa atuou também na Guerra de Canudos. Esteve no comando das tropas do exército no Contestado entre maio e agosto de 1914. Em suas tentativas de negociação, chegou a viajar até o Rio de Janeiro para conferenciar com o Ministro da Guerra. Morreu em 5 de setembro de 1914 durante um confronto com rebeldes que atacavam a EFSPRG. (Cf. RODRIGUES, 2008, p. 33 e VALENTINI, 2009, p. 216-219)

Trabalho (ligado a Albuquerque), a residência do coronel e de vários de seus aliados[106]. Invadiram e saquearam as vendas da cidade aos gritos de "*Chega de Pobreza! Chega de Pobreza!*" Diversamente do verificado em ataques anteriores, pouparam o prédio do cartório, conquanto tivessem retirado dele os documentos, procurando inutilizá-los em praça pública. Segundo depoimento de um morador da vila que fora obrigado a retirar os papéis do cartório, os rebeldes afirmavam querer tanto "*a liberdade*" quanto as "*leis antigas*".

Estes elementos nos parecem fundamentais. Assim como em outros acontecimentos da guerra, percebemos a destruição deliberada dos símbolos da injustiça bem como o ódio aos coronéis e à República. Essa sistemática invasão de cartórios nas vilas invadidas deve ser entendida como uma atitude que ultrapassa, em muito, o interesse imediato na solução de disputas de terras. Indica, sobretudo, que os títulos de propriedade representavam a sociedade contra a qual se rebelaram, o que fica ainda mais evidente com a associação entre a destruição dos títulos e a idéia de *liberdade* em conjunto com a defesa das *leis antigas*. Não era a primeira vez que os caboclos lançavam mão de tais idéias, fazendo com que possamos encará-las como emblemáticas de sua cultura, forjada na experiência histórica e no próprio combate. Cultura esta que possibilitou a formação de uma identidade de classe, posto que compartilhada por um conjunto de pessoas que agiu coletivamente, que interpretou o mundo a sua volta com base nesta cultura e protagonizou uma verdadeira guerra com base nestes valores.

Há ainda indícios de que tais valores, vinculados a uma percepção de direito à terra foram utilizados para convencer outras pessoas a aderirem aos redutos. No início de novembro de 1914, os rebeldes organizaram um ataque à colônia de Rio das Antas. Sobre esta região, nos conta Demerval Peixoto, outro militar que deixou um relato impresso da revolta:

> Ali foram sumariamente espoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos anos eram posseiros das devolutas terras, nas margens do Rio do Peixe. Uma tal concessão influiu no espírito do sertanejo e muito mais o extravagante modo de executá-la, a ponto dos jagunços fazerem disso alarde para levantarem novos adeptos à revolução.
> Houve certamente, assim, a espoliação de muita gente pacífica que vendo-se, de um momento para outro, privada dos bens e de modestas lavouras, preferiu hostilizar o progresso que lhes foi levar miséria; preferiu tornar-se inimiga do governo que sancionava o ato, expedindo

[106] Todas as informações sobre o ataque a Curitibanos foram retiradas por Paulo Pinheiro Machado e Maurício Vinhas a partir do processo aberto naquela ocasião. Cf. MACHADO, 2001, p. 272ss e QUEIROZ, 1977.

> depois forças do exército para combatê-la (PEIXOTO, 1995, Vol. II, p. 37).

Novamente estamos tentando encontrar a percepção dos caboclos através da fala de um militar. Mesmo assim, a fonte nos permite verificar a existência de uma ação rebelde de convencimento a partir da injustiça cometida na expulsão dos posseiros. Esta injustiça fez destas pessoas *inimigas do progresso,* até porque este significava a perda da autonomia, da liberdade.

É isso que se pode perceber a partir de outros acontecimentos e fontes disponíveis sobre a Guerra do Contestado. É significativa, por exemplo, a opinião de outro militar sobre as intenções do monge:

> A preocupação predominante de José Maria, porém, sempre fora incutir no espírito dos sertanejos rudes a idéia de uma independência ilimitada durante a vida, onde somente prevalecesse a vontade deles, os seus costumes, a sua religião, etc (SOARES, 1931: 21).

Não é difícil compreender por que tais valores se chocaram com aqueles que se vinham constituindo como hegemônicos no início do século XX, já que uma das questões fundamentais colocadas para as classes dominantes agrárias após a abolição consistia, justamente, em limitar a liberdade dos homens, agora livres, e compeli-los à mercantilização de sua força de trabalho (MENDONÇA, 1997, p. 162).

Por fim, antes de passarmos à análise da forma como as classes dominantes encararam esse projeto rebelde, é preciso destacar que as características apontadas acima não ficaram restritas a um curto período do movimento, mas continuaram presentes até os seus momentos finais.

Adeodato, última liderança rebelde, sobre quem repousa uma memória que destaca exatamente sua crueldade e a ruptura com alguns dos preceitos morais da cultura cabocla, foi capturado em meados de 1916 e julgado no ano seguinte. Condenado a 30 anos de prisão pelo envolvimento no conflito, consta que declamou algumas *décimas* para o tribunal no momento da sua sentença. Uma testemunha ocular transcreveu os versos e os repassou a Euclides Felipe e Maurício Vinhas de Queiroz:

Trinta ano vô cantá
Relatando as travessura,
Que aqui neste processo
Acoumaro de diabrura,
Me acusaro de mir morte
Que levei à sepurtura,
Mas livrei aqui do mundo
Dei descanso às criatura

Nada disso acho crime
Ao contrário é bravura
Afastei aqui do mundo
Os que tinha vida dura
Bem por isso tô contente
De lutá, nessas artura,
Por tirá muito cabocro
Das pobreza e das agrura

Sô iguar a pica-pau
Que quarqué madera fura
Sô nas carta o Rei d'Espada
Desaforo não atura
Sô quinem toro de briga
Por nadinha armo turra,
Nego bão da minha raça
Não tem chão que se apura

Pra tirá os mar do mundo
Tinha feito uma jura
Ajudei nosso Governo
A quem amo por ternura

Acabei com deiz mir pobre
Que livrei da escravatura
Liquidei todos faminto
E os doente sem mais cura

Quem quisesse terra e escola
Eu lis dava uma surra,
Ajudando os do Governo
No recheio de suas burra,
A pobreza pro inferno
Onde lá o diabo urra,
Esta terra é de nóis rico
Nossas veia são mais pura!

A pobreza que se enforque
E se enterre numa lura
Sendo pobre é oreiudo
Só os bobo é que zurra
Os que nasce bem esperto
Bom emprego eles percura,
Quem é pobre neste mundo
Só merece sepurtura.

Bem, agora me adespeço
Só dos rico, com doçura;
Tenho sombra e água fresca
Na cadeia tem fartura,
C'um abraço ao meu Governo
Deixo a minha assinatura
Por Leodato M. Ramos
Arrespondo nesta artura.
(apud MACHADO, 2004, p. 318-320).

Cabe ressaltar, primeiramente, a ironia presente nestas décimas. Depois de insinuar que seu processo não havia respeitado os trâmites legais, Adeodato afirma que ajudou o Governo ao levar dez mil pobres para a morte na guerra. Contudo, o verso que mais nos chamou atenção é o que associa mais uma vez o movimento à questão da terra: *quem quisesse terra e escola, eu lis dava uma surra, ajudando os do Governo no recheio de suas burra*. No mesmo verso aparece ainda a referência de que as terras eram na verdade para os ricos e os imigrantes: *Essa terra é de nóis rico, nossas veia são mais pura!* Concordamos com Paulo Pinheiro Machado, para quem

estas décimas revelam uma profunda crítica social oriunda de uma liderança em nada alienada (MACHADO, 2004: 321).

Enfim, devemos perceber na construção e na defesa do projeto rebelde a constituição de uma identidade coletiva. Em primeiro lugar ligada aos preceitos religiosos ditados nos redutos, encarados como moral e religiosamente justos. Depois, na construção da oposição entre Monarquia e República enquanto projetos de sociedade distintos. Por último, na questão do direito à terra. Desta forma, o inimigo é o Estado Republicano contra quem os sertanejos estavam dispostos a lutar resistindo à modernidade com todos os aspectos injustos que esta significava. É nesse sentido que podemos defender que a Guerra do Contestado não se deu apenas porque o ajuntamento daqueles sertanejos ameaçava o domínio dos coronéis na região. José Maria e seus seguidores representavam uma ameaça ao próprio cerne da dominação de classe republicana, posto que teimavam em reafirmar a sua cultura e em considerar como injustos e ilegítimos os valores da modernidade capitalista que então se impunham.

PARTE II: *ELES, OS FANÁTICOS*

Para entender como a Guerra do Contestado foi uma efetiva e intensa luta de classes, não só no seu aspecto de violência física, mas também no sentido da disputa entre os valores, representações e classificações que estavam em jogo, passaremos agora a uma análise de como aquele contexto foi interpretado e caracterizado pelas classes dominantes. Assim, apresentaremos alguns discursos sobre os caboclos e suas ações durante a guerra, no sentido de perceber como a própria ação armada do Estado Republicano produziu e reproduziu uma série de valores ideológicos sobre esta classe social para, assim, justificar a intervenção armada para a própria classe dominante e para os demais grupos que eram alvo da dominação hegemônica então em construção.

Para isso, recorreremos a três enunciadores do discurso hegemônico: a imprensa, os militares e alguns representantes da classe dominante que, naquele momento ocupavam postos na sociedade política. Analisaremos também as ações da classe dominante no contexto do término da guerra, no sentido de caracterizar como a mercantilização e disciplinarização da força de trabalho, em conjunto com a institucionalização da propriedade privada da terra, terminaram reforçadas ao final do processo. Assim, podemos avaliar como a produção da hegemonia caminhou lado a lado com a repressão mais direta, contribuindo sobremaneira com o estabelecimento de novas modalidades de dominação de classe.

5.4 - A imprensa.

No capítulo anterior já havíamos considerado o papel de alguns jornais da região serrana em disseminar um conjunto de valores e representações que contribuíram para justificar, do ponto de vista das classes dominantes, as transformações em andamento naquele espaço. Neste processo, os periódicos incorporaram e reproduziram uma série de elementos que constavam do discurso ruralista reforçando assim os laços de identidade da própria classe dominante, além de servirem como instrumentos de autoridade ao naturalizar as novas modalidades de dominação então em construção.

A ocorrência da Guerra do Contestado suscitou a necessidade de que também os jornais de Curitiba e de Florianópolis produzissem explicações para o conflito armado. Ao fazer isso, tais

jornais acabaram por reproduzir e reforçar uma imagem profundamente negativa do caboclo serrano *naturalizando* a repressão armada (mesmo que essa não fosse a intenção de todos os discursos jornalísticos). Neste processo, jogaram importante papel as concepções sobre o mundo rural construídas pelo discurso ruralista e partilhadas pelas classes dominantes nos dois estados[107]. Concordamos assim com Liz Andréa Dalfré para quem o jornal pode ser um "*instrumento de persuasão, legitimação e interiorização de valores e crenças*", especialmente no que tange à "*forma como a sociedade letrada considerava os outros grupos*" (DALFRÉ, 2008: 242). Vejamos como, a partir de alguns acontecimentos específicos da guerra, os periódicos conformaram uma representação social profundamente autoritária acerca do caboclo.

Entre o final de 1912 e o início de 1913, o jornal Folha do Comércio de Florianópolis publicou uma coluna intitulada *Caboclo do Irani*. Obviamente, a referência à localidade do sertão de Palmas tinha relação direta com o combate ocorrido em novembro de 1912, onde morreram o monge José Maria e o coronel João Gualberto. A coluna transcrevia supostas cartas enviadas por moradores do sertão para denunciar suas péssimas condições de vida. Vale lembrar que este jornal mantinha uma postura de oposição ao governo do estado, então chefiado por Vidal Ramos e ao próprio governo federal. A carta XI continha o seguinte trecho:

> [...] O goberno da República não anda direito, bem se vê que o parente Zé Maria tinha razão de querê procramá a Monarquia nos Curitibanos. Vançe veja si tem preposito iço: desde lá inté aqui plos õté onde nois parava si encontrava turmas de impregado da comição denominada mata cachorro. Eu pra sabê que serviçio andavam eles fazendo, e eles arresponderam:
> – O Goberno suspendeu o serviço da comição ante rabia, - qui nem sei o que é – e nois está sustentando aqui... e outro gritou:
> - E viva a Republica.
> - Viva o goberno do érme.
> Eu nem falei mais, só pensei que como essa comição é a de catekezi que nois conhecemo. E a berdade primo Juca, é que não tarda o goberno sinti comichão no Tezoro por ta sustentando tanta comição, que tem um bam peçoar pra trabaiá na lavoura, que é o que nois pricizamo, gente que prante miio e feijão (FOLHA DO COMÉRCIO, 02/01/1913 apud ROSA, 2008, p. 87).

[107] Novamente, não defendemos que o ruralismo seja a única origem destes valores e representações. Obviamente, toda a gama de teorias racistas e evolucionistas e até mesmo referências ao romantismo também orientavam a construção deste discurso pela imprensa escrita. O ruralismo contribuiu para a consolidação destes valores assim como se utilizou deles para garantir a legitimidade de seu projeto político.

Há grande probabilidade de que esta carta seja falsa, seguindo uma linha mantida por diversos jornais da época de apresentar de forma caricatural a linguagem do sertanejo (ROSA, 2008: 86). Justamente este aspecto revela uma dos mais consolidados atributos atribuídos ao o caboclo: sua ignorância. Ao tentar reproduzir a fala do caboclo, o jornalista destilou todo o seu preconceito exagerando propositalmente nos erros grosseiros que seriam *naturais* a este personagem. Contudo, gostaríamos de chamar a atenção para dois outros elementos utilizados pelo articulista para caracterizar o caboclo. A "comissão de catequese conhecida pelo caboclo" é, certamente, uma referência ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais que, como vimos no capítulo três, foi a expressão institucional da visão que aproximava o caboclo ao indígena. Ao final da carta, por sua vez, o próprio "caboclo" reconhece que o governo, no lugar de sustentar tantas comissões, deveria incentivar o trabalho na lavoura (de milho e feijão), reforçando a idéia de que, até então, os caboclos não realizavam o trabalho realmente necessário na produção agrícola.

O combate do Irani e a morte do Coronel João Gualberto foram eventos que causaram uma verdadeira comoção em Curitiba e os jornais daquela capital não deixaram de narrar os acontecimentos e tecer diversos julgamentos sobre o ocorrido. Um dos principais jornais de Curitiba, o Diário da Tarde[108], publicou inúmeras reportagens e reproduziu diversos telegramas, construindo para este acontecimento, uma interpretação dual, onde um herói - João Gualberto - fora assassinado por verdadeiros bandidos - os caboclos (DALFRÉ, 2008, p. 220). Mesmo antes do combate fatídico, o jornal já apostava na ignorância dos caboclos:

> Mas, a questão é que os caboclos, homens sem cultura e de uma credulidade inconsciente, deixam-se arrastar facilmente quando se lhes contam cousas que os impressionam pela estupidez (DIÁRIO DA TARDE, 26/09/1912, p. 1).

Importante notar que, desde esse primeiro momento da Guerra do Contestado, a ignorância e o analfabetismo são características que não se restringem aos caboclos da região do conflito, mas são tomados como atributos *universais* e *naturais* de todos aqueles que poderiam ser enquadrados na categoria *caboclo*: o trabalhador rural, mestiço e habitante do interior do país.

[108] Liz Dalfré descreve o Diário da Tarde como um jornal de composição liberal e oposição ao governo federal, do qual guardava relativa autonomia. Possuía uma feição regionalista ao defender os "interesses do Paraná" e de uma forma geral seguia uma tendência sensacionalista comum na imprensa escrita desse período (DALFRÉ, 2008, p. 214)

Adiante, veremos como esta perspectiva se tornou recorrente também nos discursos emanados da sociedade política e dos militares, mas, por ora, gostaríamos de citar um texto publicado pela Revista Casa do Lavrador, publicação oficial da Secretaria de Agricultura do Paraná. Embora seja um texto assinado, sua inclusão no Almanaque para o ano de 1913 não era mera coincidência:

> Fora algumas raras capitais, onde se concentra uma certa vitalidade – assim mesmo, várias vezes artificial ou passageira – o *resto* é o casebre de pau a pique, o monjolo centenário, a esterilidade dos solos esgotados; são as superstições e os fanatismos africanos, a resignada e abjeta apatia muçulmana, uma indolência expectante e alvar... tudo isso à beira de um rio, no meio do bananal já peco, do cafezal maninho e dos mandiocais mirrados – os três fornecedores seculares do ventre caipira. Escola, fábrica, higiene, cultura intensiva – são coisas por ali desconhecidas, talvez, até de nome: multiplicam-se porém, as benzedeiras e os curandeiros que dão leis ao *povo*.
> São mais raras do que pensa muita gente as povoações daqueles interiores – e não é preciso ir muito longe – que não tem um Antonio Conselheiro, um *monge*, uma *santa* ou um *santo* qualquer, ostensivo ou discreto, cercado de cuidados e venerações, recebendo dádivas e distribuindo mandingas e manipanços – a prognosticar o fim do mundo, a anunciar chuvas de fogo, a profetizar a volta do *imperado*...
> (ANTÔNIO HERCÍLIO. “Excertos de um escrito inédito (continuação)” *Almanaque da Revista “A Casa do Lavrador” da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio para 1913*. p. 171 grifos no original)

Para que não se tenham dúvidas sobre a relação do texto com os acontecimentos do Irani, logo após o trecho transcrito acima, o autor citou relatos militares do combate, elogiou a intenção do deputado Correia de Freitas de “combater o analfabetismo do meio rural” e também estabeleceu uma dicotomia onde João Gualberto era um herói e os caboclos, bandidos covardes. Contudo, selecionamos o trecho acima por conter elementos bastante simbólicos da ideologia autoritária que se produziu sobre o caboclo. A descrição do cotidiano do interior do país é marcada pelo atraso da agricultura e pela superstição de sua gente. Os elementos modernos e civilizados (escola, fábrica, higiene e cultura intensiva) são completamente desconhecidos do caboclo que, na grande maioria das vezes apela para algum curandeiro, profeta ou monge. Mais uma vez, o discurso aponta para características que seriam inerentes a todos os caboclos.

Próximo de se completar um ano do Combate do Irani, o Diário da Tarde publicou outro texto emblemático. Em uma coluna intitulada *Horas de enfado*, localizada logo abaixo de um

texto com caráter de editorial que, nesse dia, tratou justamente de enaltecer as características heróicas de João Gualberto, o Diário da Tarde publicou um artigo assinado por Clódio de Toledo:

> E já vai espalhando a lenda...
> Por aqueles campos bordados com uma vegetação rasteira e rala em que casebres esbarrondados, deixando ver, por entre o reboco desagregado a estrutura de ripas, davam guarida a homens de má catadura, vagava outrora o silêncio morno e pesado apenas zurzido à hora da sesta pelo canto estrídulo das cigarras.
> E aqueles homens erravam pelas campinas à caça do gado médio da vizinhança, correndo o laço, galopando desabridamente pelos descampados, recebendo na tez bronzeada o sol causticante daqueles ermos. Viviam na paz bucólica daqueles rincões sem normas, sem autoridade e sem leis.
> Um dia, um homem de compleição robusta, sorriso bom e alma grande, chegou ao covil em que se reuniam os homens de vida vagabunda e desordenada e chamou-os ao regime da lei. Lei? A lei é um despotismo, a autoridade é uma violência. Nós queremos a liberdade! e mataram o missionário da paz, da ordem e da legalidade.
> Vendo-se agredido, cercado pela ferócia inaudita dos homens de tez bronzeada que viviam assolando aquelas regiões, o cavaleiro andante, depois de heróica resistência, caiu coberto de feridas à fronte espaçosa aureolada de golpes. Ao baquear aquele corpo, diz a lenda, a terra toda tremeu. (DIÁRIO DA TARDE, 22/10/1913, p. 1)

O texto nos parece emblemático por três aspectos. Primeiramente seu autor procura descrever o caboclo, o ambiente em que vive e sua rotina: além de referir-se à sua aparência feia ("má catadura"), por duas vezes identifica os caboclos como "homens de tez bronzeada", afirmando que viviam em casebres caindo aos pedaços (esbarrondados) e trabalhavam na caça do gado criado à solta. Esta imagem compunha certamente o senso comum do morador da capital acerca do caboclo e contribuía para a aceitação dos valores ideológicos que viriam logo a seguir.

O segundo aspecto é a oposição entre *ordem* e *liberdade*. Os caboclos são caracterizados enquanto homens de vida *vagabunda e desordenada*, que resistem ao império da lei e reafirmam a sua liberdade. Este último aspecto merece um comentário mais detalhado. Como vimos, os rebeldes sertanejos atacaram à Vila de Curitibanos em meados de 1914 aos gritos de *Liberdade!* Antes disso, no segundo acampamento de Taquaruçu (dezembro de 1913), a mesma expressão também foi utilizada por Eusébio no áspero diálogo entre esta liderança rebelde e Frei Rogério Nehaus (cf. MACHADO, 2004, p. 202). Ou seja, como o artigo de Clódio Toledo é anterior a estes acontecimentos, podemos inferir que a busca pela liberdade e pela autonomia era

efetivamente uma característica cabocla e as classes dominantes tinham consciência disso. Obviamente, essa era também uma característica negativa, pois não era possível para os dominantes aceitarem que homens vivessem “sem normas, sem autoridade e sem leis”. Essa afirmação adquire um maior significado quando lembramos que um dos pressupostos ruralistas consistiu exatamente na disciplinarização do trabalhador nacional.

Por fim, a heroicização de João Gualberto, tratado como “homem de compleição robusta, sorriso bom e alma grande” e “missionário da paz, da ordem e da legalidade”. Este verdadeiro herói enfrentou a “ferócia inaudita” dos caboclos. Neste primeiro momento da guerra, o Diário da Tarde procurava identificar a ação dos caboclos como criminosa. Veremos que o abandono desta perspectiva mais radical não significou o reconhecimento dos caboclos como sujeitos.

A partir do arrasamento do segundo Taquaruçu, o Diário da Tarde adotou uma nova postura frente ao conflito. Enfatizando a responsabilidade do governo catarinense pela ignorância dos caboclos, o jornal procurou estabelecer para si próprio o papel de pacificador, enviando mensageiros e exortando as autoridades a encontrarem uma saída pacífica para o conflito. Desta forma, procurava construir uma identificação com uma determinada visão compartilhada pelos moradores da capital paranaense (DALFRÉ, 2008: 216)

Em 06 de janeiro de 1914, em meio a vários relatos sobre a vida nos redutos, o jornal afirma:

> Temos, pois, razão de insistir sobre este ponto, o erro, a desumanidade de se atacar essa pobre gente, que nenhum mal fez, que crime algum praticou e a qual, pela sua condição de irresponsabilidade, devia ser tratada com mais brandura.
> As feras se subjugam por meios brandos. Os ferozes borórós se tornam homens benignos pelos inteligentes processos de pacificação.]
> Por que havemos de esmagar a ferro e fogo os míseros fanáticos?
> Homens rudes, mergulhados na noite da mais crassa ignorância, possessos de furor religioso, eles são capazes de excessos, que praticam com a mesma naturalidade com que – cegos e embriagados pelo fanatismo, - se atiram à boca das nossas metralhadoras.
> É preciso porém que, nós, humanos e civilizados não nos coloquemos ao seu nível indo batê-los, pretendendo reduzi-los pela força – o que é uma tentativa vã.
> [...] Humanos e civilizados, repetimos, temos o dever de despertar a piedade de todos para as pobres mulheres, para as infelizes criancinhas, que vão morrer sem saber porque... (DIÁRIO DA TARDE, 06/01/1914, p. 4, apud DALFRÉ, 2008, p. 243)

O caboclo aqui não é mais o bandido, mas “pobre gente que nenhum mal fez”. Certamente, a mudança de posição do jornal mencionada acima se traduzia neste tipo de afirmação. Mesmo assim, este caboclo é mais uma vez comparado aos indígenas que “se tornam homens benignos” por meios brandos, mas disciplinadores. A referência à ignorância aparece logo após o questionamento sobre os métodos utilizados pelo exército. Neste enquadramento, os caboclos são *naturalmente* capazes de cometer excessos e loucuras. Por fim, a diferenciação: aos caboclos se contrapõe a identidade dos próprios enunciadores e receptores do discurso, identificados como “nós, humanos e civilizados”.

A partir desta caracterização nos parece legítimo utilizar os textos publicados pelo Diário da Tarde como paradigmáticos: mesmo depois de passar por um deslocamento no discurso no sentido de se diferenciar daqueles que defendiam a repressão pura e simples, o periódico paranaense continuou a lançar mão de todo um conjunto de valores autoritários e discriminatórios acerca do caboclo. Há, na interpretação do jornal, uma distância imposta pela própria natureza: *nós*, humanos e civilizados devemos nos apiedar *deles*, caboclos rudes e ignorantes.

Com o desenrolar da guerra e especialmente a partir da ofensiva rebelde, o Diário passa a reconhecer que as tentativas de pacificação foram infrutíferas e que os caboclos somente seriam trazidos à civilização por meios enérgicos. Um dos fatos que contribuiu para essa nova mudança de perspectiva foi a morte do Capitão Matos Costa, como vimos, um militar reconhecido por suas tentativas de encontrar um fim pacífico para o conflito. Sobre este acontecimento, afirma o jornal:

> Como se não bastasse tanto sangue derramado, a jagunçada tirou, numa emboscada, a vida preciosa do capitão Matos Costa, ilustre e bravo oficial, cujos sentimentos humanitários trazem o mérito de uma pacificação, chamando-se à razão toda essa horda estúpida e alienada que é fruto da dolorosa inferioridade cultural das populações do sertão brasileiro. (DIÁRIO DA TARDE, 19/12/1914 apud WOITOWICZ, 2003, p. 9)

O aspecto a ser ressaltado aqui é mais uma vez a tentativa de generalizar os valores atribuídos aos caboclos rebelados. A estupidez e a alienação seriam fruto da inferioridade cultural “das populações do sertão brasileiro” e, portanto, inerente ao caboclo que, assim, deveria ser energicamente chamado à civilização.

Por fim, no contexto das grandes rendições ocorridas em janeiro de 1915, o jornal procura opinar sobre a melhor solução a ser dada ao problema do reassentamento daqueles que se entregavam. Citando um telegrama do General Setembrino de Carvalho, o jornal defende:

> O general, comunicando ao presidente a grata notícia da próxima submissão dos sertanejos, dirigiu um apelo ao governo para que os nossos míseros patrícios, transviados do caminho da lei pela ignorância e pelo abandono em que vivem, sejam localizados nas terras férteis do Paraná "*sob as vistas generosas e diretas de autoridades bondosamente moralizadas, a semelhança do que se faz com o colono estrangeiro, a quem cercamos de todas as regalias e que estão destruindo a alma da nossa pátria*."
> Nessas simples palavras de um despacho telegráfico, o ilustre general aborda um problema de notável relevância social: a incorporação do proletariado nacional à sociedade (DIÁRIO DA TARDE 07/01/1915).

Novamente aparecem a ignorância e a desobediência às leis como características dos caboclos. A solução para este problema estaria na mudança do papel do próprio Estado que até então abandonara esta população à própria sorte. A colonização permitiria impor autoridade e moralizar os caboclos rebelados e o resultado seria, finalmente, a incorporação do "proletariado nacional à sociedade". Os termos não são fortuitos: a incorporação do caboclo à comunidade *nacional* só seria possível a partir de uma perspectiva claramente autoritária e disciplinadora.

O telegrama do General Setembrino estabelecia uma imagem negativa do imigrante europeu, que só pode ser compreendida no contexto da Primeira Guerra Mundial. O articulista do jornal, ao continuar seu texto, precisou trabalhar a comparação entre estes dois elementos explicando uma aparente contradição:

> (...) Como uma dolorosa antítese, o colono estrangeiro tem todas as regalias: ocupa as terras que de direito pertencem ao nacional, recolhe do Estado toda sorte de auxílios, tornando-se, com os elementos de superioridade intelectual que já traz de seu país, um competidor, a que o sertanejo ignorante, supersticioso, fatalista, tem de submeter-se, por se encontrar isolado e sem apoio moral e intelectual de seus patrícios. O caso dos sertões é um sério problema moral e social, que revela uma bem inspirada solução; esta não é, porém, a destruição dos fanáticos a ferro e fogo." (DIÁRIO DA TARDE, 07/01/1915)

O jornal apresentou a comparação como uma antítese: o imigrante possuia superioridade intelectual e toda sorte de auxílios do governo, enquanto o caboclo era supersticioso e fatalista,

vivendo isolado sem ajuda do governo. A concorrência entre estes dois grupos de trabalhadores rurais era, portanto, desigual e o destino do caboclo seria a submissão ao estrangeiro. Mas, apesar desta natural superioridade, o articulista defendia a necessidade de estender aos nacionais os favores dados aos imigrantes, no contexto da interrupção do fluxo imigrantista europeu[109]. Especificamente neste aspecto, o jornal parece incorporar um elemento presente no discurso caboclo: as terras dadas aos estrangeiros deveriam pertencer, por direito, ao nacional. Obviamente, não é a mesma concepção de direito à posse da terra, construída pelos caboclos a partir da sua experiência concreta de vida, mas a idéia de que o Estado deveria utilizar as terras devolutas para controlar e disciplinar os caboclos estabelecendo colônias que funcionassem de acordo com os pressupostos de modernização da agricultura então defendidos. Apenas o Estado poderia corrigir a natural desvantagem do caboclo frente ao europeu. Resta saber se aqueles que representavam mais diretamente "o Estado" também pensavam desta forma.

5.5 - Os militares.

Como já afirmamos, entendemos que a ação armada no Contestado só pode ser completamente entendida se considerarmos que ela está repleta de conteúdos ideológicos formulados e divulgados como forma de justificar a intervenção do exército sobre os redutos sertanejos. Desta forma, pretendemos identificar se os relatos militares produzidos por oficiais que participaram do conflito permitem confirmar a relação entre estes valores e as representações do meio rural sustentadas pelas frações dominadas da classe dominante agrárias brasileira. Assim, não se trata aqui de produzir uma análise de fôlego acerca de toda a produção literária e historiográfica dos militares que escreveram sobre a Guerra do Contestado[110]. Há excelentes trabalhos que se propuseram a isso e chegaram a conclusões que, em parte, contribuíram para nossas reflexões. Pretendemos, nas páginas que se seguem, apontar como o discurso acerca do caboclo e do meio rural brasileiro permeou as impressões e análises destes *historiadores de farda*[111].

---

[109] Como analisamos no capítulo três.

[110] A tese de doutoramento de Rogério Rosa Rodrigues é um excelente trabalho nesse sentido (RODRIGUES, 2008). Podemos citar ainda o trabalho de Katiuscia Maria Lazarin (LAZARIN, 2005).

[111] Expressão cunhada por Rogério Rodrigues para identificar os militares que produziram textos sobre a Guerra do Contestado, a partir de verdadeiras pesquisas que utilizaram especialmente entrevistas e outras fontes documentais (Cf. RODRIGUES, 2008: 102)

A fim de não esquecer o contexto a partir do qual estes personagens produziram suas obras, é preciso lembrar que o exército levou para o Contestado "*também os valores republicanos e a honra ferida pela Guerra de Canudos*" (RODRIGUES, 2008:74). O processo de modernização do exército nacional era visto como parte da necessária modernização da sociedade brasileira e, assim, o atraso do meio rural - tanto dos caboclos como dos tradicionais coronéis - será tematizado pelos militares em suas obras sobre a Guerra.

O primeiro texto que gostaríamos de citar foi escrito pelo Capitão Médico do Exército, Antônio Alves Cerqueira que combateu no Contestado entre janeiro e abril de 1914 e publicou em 1936[112] *A Jornada de Taquaruçu: feito guerreiro*. Sua obra tinha por objetivo empreender uma análise crítica do serviço de saúde do exército (RODRIGUES, 2008: 109). Procurando dar conta das causas do levante caboclo, Cerqueira afirma:

> Um grupo de desordeiros, aproveitando-se da situação anormal daquelas paragens e sob a capa de fanatismo *que é o que dão lugar o atraso a ignorância da nossa gente sertaneja*, começou a reunir fiéis para realização de práticas pseudo-religiosas. E a vaga foi crescendo até que para alimentar toda essa gente foi preciso tocar o seu fito, isto é, entrar a depredar a propriedade alheia. Neste comenos, o banditismo, visando a saciedade dos seus instintos de crueldade e malvadez, enveredou pelo caminho escuso do assassínio e do roubo, procurando tirar todo o partido possível (CERQUEIRA, 1936, p. 9-10, apud RODRIGUES, 2008, p. 114, grifos nossos).

Notamos aqui novamente a referência ao atraso e ignorância inerentes ao caboclo. Essa *nossa gente* era levada ao banditismo por desordeiros que se aproveitavam da fé do sertanejo para atingir seu verdadeiro propósito (fito): depredar a propriedade alheia. Cerqueira, assim como outros militares, procurava separar o *caboclo* do *bandido*, mas, ao final, continuava a imputar-lhe uma natural ignorância que precisava ser superada pela modernidade da qual o exército também era portador.

O segundo *historiador de farda* que gostaríamos de citar é José Otaviano Pinto Soares que publicou em 1920 dois volumes sobre a Guerra, intitulados *Apontamentos para a história: o Contestado* e *As lutas do Contestado perante a história*. De acordo com Rogério Rodrigues, Soares tentou servir como voluntário nas forças que combatiam em Canudos, mas foi recusado pela juventude (RODRIGUES, 2008, p. 123). Esse fato marcou profundamente sua obra sobre o

---

[112] Cerqueira teria escrito seu relato no próprio ano de 1914. Cf. RODRIGUES, 2008, p. 109.

Contestado, onde procurou exaltar a atuação do exército em contraponto à selvageria dos sertanejos. Em um trecho destinado a descrever a região onde os militares atuavam, Soares narra:

> Antes de penetrarmos na zona perigosa, supúnhamos que íamos socorrer uma região opulenta, perfeitamente habitada e trabalhada, cuja vida normal estivesse sofrendo empecilhos, entravada pela horda de sicários que a infestava impunemente. Nem mais essa ilusão, porém podia pairar no nosso espírito algumas horas depois de iniciarmos a marcha ofensiva. É que verificávamos uma extensão considerável de território, coberta por uma mata espessa e circundada de cenários bravios, perfeitamente inculta, sem uma escola, sem vestígios de trabalho que denunciassem uma vida regular, sem fator algum de civilização humana, ocupada por uma multidão de sicários e vagabundos armados e dirigidos por exploradores contumazes, com fins absolutamente obscuros, dando idéia perfeita dos tempos em que a humanidade jazia em estado selvagem (SOARES, 1920, p. 89-90 apud RODRIGUES, 2008, p. 126)

Neste trecho, o militar procurou enfatizar justamente o atraso da região contestada identificando-a como ausência de civilização. Nesta caracterização, cita a falta de cultivo das terras e a ausência de escolas para marcar a semelhança com períodos pré-históricos. Neste quadro, os caboclos são assassinos e vagabundos, mesmo assim, dirigidos por outras pessoas, exploradores contumazes. Cabe destacar aqui que até o mais militarista dos historiadores de farda partilha da idéia do atraso agrícola do sertão catarinense como ausência de ordem e causa do conflito armado. Nesse sentido, a ação armada do exército se tornou não só inevitável como necessária: "*E era com indivíduos dessa ordem, perdidos para o mundo e para a sociedade, que nós, os da guarda nobre da República, íamos combater.*" (SOARES, 1920, p. 90, apud RODRIGUES, 2008, p. 127)

O terceiro autor é, provavelmente, o mais citado dos militares que publicaram análises sobre a guerra. Demerval Peixoto chegou ao Contestado com a expedição Setembrino de Carvalho e, portanto, não presenciou os primeiros acontecimentos do conflito. No entanto, Peixoto procurou recolher o máximo de documentos e depoimentos durante sua permanência no campo de batalha e deve ter começado a escrever sua obra em meio ao conflito, já que o primeiro volume (publicado sob o pseudônimo de Crivelário Maciel) foi publicado ainda no ano de 1916 (os demais saíram do prelo em 1918 e 1920) (RODRIGUES, 2008, p. 143). A obra de Peixoto está recheada de críticas às empresas estrangeiras e aos coronéis da região, não faltando

denúncias sobre o estado das forças armadas e sobre a inexperiência do General Setembrino[113]. A marca da campanha de Canudos também aparece em seu texto, como em uma das conclusões explicitadas no terceiro e último volume:

> No sertanejo do Contestado tinha-se assistido a reprodução da brutalidade da coragem dos caipiras dos sertões nortistas. Ante as vidas preciosas de oficiais e de soldados do exército, ceifadas na guerrilha cruenta, depois da vitória é justo render-se a homenagem merecida: - cruéis na luta os infelizes irmãos das matas, eram dignos de admiração pela ousadia com que enfrentaram as tropas regulares e, ainda mais dignos de piedade pela loucura com que se defendiam, excedendo a fúria dos javalis, a agilidade dos tigres e a valentia estóica do rei das feras. Rendamos essa homenagem merecida aos nossos irmãos enlouquecidos das selvas (PEIXOTO, 1995, vol. III, p. 155)

Importante destacar que, assim como na interpretação euclidiana, "o sertanejo, é antes de tudo um forte", mas fora tomado da loucura que devia suscitar piedade nos demais brasileiros. Assim, os "irmãos das matas" podiam ser comparados por Peixoto a javalis, tigres e leões, criando uma imagem que os aproximava também da selvageria. Até mesmo o autor que estabeleceu as críticas mais incisivas à ação das classes dominantes, compartilhava de uma visão preconceituosa e autoritária do caboclo. Esta tensão entre a convicção de que os caboclos haviam sido vítimas das empresas estrangeiras, mas reagiram a partir da sua ignorância, perpassa toda a obra de Demerval Peixoto, como, por exemplo no trecho em que descreve Perdizes, localidade que aderiu quase completamente aos redutos:

> O lugarejo plantado no cimo de uma pequena elevação, a 1200 metros acima do mar, domina em volta outras elevações crispadas de pinheirais. Distante cinco léguas para o leste da estação de Caçador, pouca importância esta levou ao lugarejo pobre; *os matutos continuavam como dantes*, a buscar o café e o açúcar em Curitibanos ou em Campos Novos, preferindo vencer dezenas de léguas em cargueiros do que aceitarem serviços das estrada de ferro que havia se apropriado dos terrenos dos posseiros antigos. Eram pois, irreconciliáveis inimigos do trem de ferro. Havia-se gerado entre *aquela ignorante gente* a convicção de que as iniciais EFSPRG nos trens traduziam a esquisita sentença estrada feita somente para roubar pro governo. *Atrasados nos costumes, falhos de toda instrução*, evitavam sempre aproximar-se do progresso. A estrada de ferro fora-lhes, portanto, um espantalho, havia-lhes preterido nas posses das terras devolutas do governo (...) (PEIXOTO, 1995, Vol. III, p. 48/49)

[113] Isso explica a utilização do pseudônimo no primeiro volume.

Peixoto descreve claramente uma situação de boicote: os caboclos resistiram a adotar práticas que favorecessem à ferrovia e mantinham o costume de adquirir produtos por vias tradicionais. Contudo, esta atitude foi lida como fruto da ignorância dos matutos: somente pessoas sem instrução podiam *evitar o progresso*. Peixoto relaciona por duas vezes o conflito com a questão da posse da terra e ainda registra a criatividade dos caboclos ao traduzir o nome da estrada de ferro para um sentido mais condizente com a realidade vivida por eles. Desta forma, Peixoto percebia as razões da revolta daqueles homens e mulheres, entretanto, não podia considerá-los como sujeitos de sua história porque ele, como militar, era não somente um agente da violência armada, como também portador da violência simbólica que, ao fim e ao cabo, legitimou e garantiu as novas modalidades de dominação de classe sobre os caboclos.

5.6 - O discurso e a ação da sociedade política.

Não é difícil imaginar que os governos federal, catarinense e paranaense tenham se utilizado de concepções autoritárias e preconceituosas para justificar a intervenção armada junto à revolta sertaneja do Contestado. Já tivemos oportunidade também de identificar em que medida as frações catarinenses e paranaenses da classe dominante incorporaram os pressupostos ruralistas e como estes foram postos em prática em Santa Catarina. Assim, citaremos agora, apenas exemplos de como estes mesmos representantes procuraram explicar a eclosão do movimento rebelde.

Vejamos, em primeiro lugar, a explicação dada por Vidal Ramos para o ressurgimento dos "fanáticos" no ano de 1913:

> Um ano se passara. Nada fazia pressentir o ressurgimento do fanatismo bronco e criminoso que fora explodir em Irani. A ordem nos sertões catarinenses, onde ele irrompera, mantinha-se inalterável. Os laboriosos e simples habitantes da zona que tivera por teatro o movimento que resultara a morte de José Maria, estavam entregues às suas rudes ocupações agrícolas.
> Verdade é que a semente do mal ali ficara. O fanatismo tem raízes que só a instrução pode extirpar. A alma ingenuamente supersticiosa do nosso sertanejo ainda se conserva num estado de grosseira imperfeição psíquica (SYNOPSE, 1914, p. 34).

Notemos que Vidal interpreta os acontecimentos a partir do quadro geral de valores da classe dominante agrária catarinense analisados anteriormente. Os caboclos são laboriosos, porém simples e entregues a rudes ocupações agrícolas, ressaltando assim o atraso que, na interpretação dominante, imperava na região serrana. Este atraso era marcado ainda pela ingenuidade supersticiosa e pela imperfeição psíquica, atributos apresentados como naturalmente presentes entre os caboclos.

O governador do Paraná elaborou uma explicação diferente para os mesmos acontecimentos. Naquele momento, os grupos dominantes paranaenses tentavam convencer o governo federal a aceitar o arbitramento para definir os limites com o Estado de Santa Catarina. Assim, o novo ajuntamento de Taquaruçu e os combates que se sucederam foram utilizados para reforçar esta tese. Para Carlos Cavalcanti, a incerteza da jurisdição dificultava o controle dos governos estaduais sobre o sertão, facilitando assim a ação de bandidos:

> Agora, os mesmos fatos se estão reproduzindo com uma identidade de circunstâncias, verdadeiramente grave e indicadora da causa única que os determina e continuará a determinar de futuro: a situação criada pela questão de limites entre os dois Estados, porque ela torna incerta, hesitante, precária, a ação dos respectivos governos, especialmente em certos pontos do contestado, onde, entretanto, deverá ser pronta, enérgica e decisiva, de modo a manter intangível o império da lei (MENSAGEM PARANÁ, 1914, p.7)

Mesmo que Carlos Cavalcanti não tenha explicitado neste texto suas concepções acerca dos caboclos, era sobre estes que recairia o controle do Estado almejado pelo governador. O que estava em jogo, na definição da questão de limites, era o estabelecimento do próprio Estado e, para isso acontecer, seria necessário submeter os caboclos, enérgica e decisivamente, ao império da lei[114].

Poderíamos citar ainda outros trechos dos relatórios escritos e apresentados pelos respectivos governadores de Santa Catarina e Paraná, contudo, o debate em torno da forma como deveriam ser tratados aqueles rebeldes que se entregassem às tropas oficiais é, no nosso entendimento, mais revelador para identificarmos as formas como a dominação de classe se estabeleceu naquele contexto.

---

[114] Um artigo publicado no Diário da Tarde com o objetivo de debater esta discordância entre os dois governadores confirma o que estamos apontando: "*De acordo com a influência desastrosa do analfabetismo, mas se ela atua com facilidade e intensidade é justamente por falta de Polícia. Esta conteria os analfabetos e fanáticos, refrear-lhes-ia os ímpetos violentos, assegurando o respeito e o direito à lei*" (GIL VIDAL, DIÁRIO DA TARDE, 23/12/1913)

Vimos acima, em um texto do Diário da Tarde, que o General Setembrino de Carvalho solicitou ao governo federal a destinação de lotes coloniais para os desertores dos redutos. O acolhimento desta idéia, contudo, não foi exatamente consensual e o debate em torno dela revelou aspectos interessantes da visão da sociedade política acerca dos caboclos.

Em 26 de setembro de 1914, cerca de duas semanas depois de chegar à região do Contestado para assumir o comando geral das operações de guerra, o General Setembrino dirigiu aos rebeldes um apelo procurando convencê-los a depor as armas. Neste apelo, constava a promessa que o governo do Paraná concederia terras para os rebeldes que se apresentassem. Como esta data coincide com a intensificação da ofensiva rebelde, podemos supor que o apelo não surtiu os efeitos possivelmente esperados.

Em dezembro do mesmo ano, quando o cerco aos redutos já demonstrava resultados positivos para o exército, o mesmo General Setembrino se colocou contrário à solução colonizadora proposta então pelo governador Felipe Schimidt. Em telegrama dirigido ao Ministro da Guerra, o general afirmou:

> Acho isso muito mau porque essas colônias ficam próximas sertão onde tem constituído seus redutos hoje já extintos exceto o de Santa Maria que o será fatalmente pois é uma questão de tempo podendo por conseguinte voltar a constituírem outros novos após retirada forças federais assim o fanatismo continuava como sabe Vossa Excelência O território Santa Catarina é muito pequeno, em qualquer ponto que se localizarem não ficarão impedidos de voltar para os seus antros Me permite pois ponderar que uma medida qualquer deverá ser adotada pelo governo republicano mediante acordo com o de Santa Catarina afim de retirar esses fanáticos do Estado, assim não se fazer amanhã novas dificuldades aparecerão ao governo da União e ao exército que terá de voltar outra vez para cá Deportação para os estados do norte me parece ser o alvitre de melhor resultado Julgo do meu dever chamar atenção V. Excia. Do governo da república para esta questão que reputo de alta relevância. Saudações General Setembrino. (Telegrama ao ministro da Guerra, 13 dez. 1914, apud ROSA, 2008, p. 344)

O telegrama ressaltava uma preocupação de Setembrino em localizar os rebeldes em áreas próximas aos antigos redutos, pois acreditava que eles poderiam retomar o movimento depois que as tropas federais deixassem a região. A solução sugerida por Setembrino remetia à prática adotada pelo governo federal na repressão das revoltas urbanas ocorridas no mesmo período: deportação para a região amazônica. Revelava-se assim que, além dos objetivos "pacificadores",

cogitava-se “limpar” a região dos elementos considerados mais perigosos. Garantia de tranqüilidade para o exercício da dominação de classe.

A quantidade de rebeldes que se apresentou às autoridades, no entanto, deve ter desencorajado qualquer tentativa de deportação. Em janeiro de 1915, mais de três mil caboclos se apresentaram às tropas federais (QUEIROZ, 1977, p. 218), fazendo voltar à discussão sobre o que fazer com tanta gente. Um mês depois, o relatório apresentado pelo governador do Paraná à Assembléia Legislativa indica que as colônias voltaram a ser consideradas como saída para os caboclos:

> Antes de terminar esse assunto, cabe-me o dever de deixar consignados os sinceros agradecimentos do Estado á S. Exa. o Sr. Dr. Presidente da República, bem como ao seu ilustre Ministro da Agricultura, pelo inestimável auxílio, prestado á pacificação de nosso território, por intermédio da Inspetoria Federal do Povoamento do Solo, com a providência ordenada a meu pedido, de mandar localizar nas colônias aqui existentes, gozando as vantagens de imigrantes estrangeiros, os sertanejos que espontânea e pacificamente tem abandonado os redutos dos fanáticos. (MENSAGEM PARANÁ, 01/02/1915, p. 20)

Paulo Pinheiro Machado indica que em Santa Catarina esta situação não foi tão simples. Em abril de 1915, a Inspetoria do Povoamento informou ao General Setembrino que não havia terras disponíveis e que as colônias eram destinadas a imigrantes europeus (MACHADO, 2004, p. 324). Mesmo assim, um relatório da Secretaria Geral dos Negócios do Estado revela que em todo o ano de 1915, 859 colonos nacionais foram admitidos nos núcleos coloniais e, destes, 151 eram “provenientes do Contestado” (RELATÓRIO SGNE 1916b, p. 195). Assim, ao menos para Santa Catarina fica evidente que o número de “ex-fanáticos” enviados para os núcleos coloniais não foi tão significativo, frente às rendições em massa ocorridas em 1915[115].

Com a queda do reduto de Santa Maria, o “problema” do excesso de prisioneiros foi ampliado. Antes de encerrar as atividades do exército na região, Setembrino determinou a adoção da seguinte prática em relação aos prisioneiros:

---

[115] Encontramos ainda outra referência a este respeito. Em relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores apresentado à Câmara dos Deputados, constava a informação de que “aos Estados do Paraná e Santa Catarina estendeu-se o auxilio aos nacionais, não só aos que se sentiam inteiramente sem trabalho e o solicitaram, como também aos sertanejos que, retirados da luta do denominado “Contestado”, vinham procurar o amparo do Governo”. Anais da Câmara dos Deputados, 1915, vol. 3 (3 a 14 de maio de 1915)

> Telegrama- 14/04/1915.
> De: Gen. Setembrino de Carvalho
> Para: Cel. Leitão, comandante do 54º Batalhão de Caçadores, Lages
> A fim de dar liberdade aos prisioneiros que aí existiam antes da tomada do reduto de Santa Maria, convém ouvirdes sobre a conduta deles os Srs. Belisário Ramos"[Superintendente Municipal] ", Dr. Mileto Tavares (Juiz de Direito) e Cel. Emiliano Ramos, que, conforme indicação me fez o governador de Santa Catarina, poderão informar quais os que, pela sua conduta e precedentes, estão em condições de voltar a seus lares, ao invés de serem localizados em colônias. O meu pensamento é o seguinte (em resumo): Devendo existir aí prisioneiros que tem casas e que se achavam obrigados nos redutos, é preferível que voltem a seus lares uma vez que se comprometam a não pegar em armas, servindo os seus precedentes de garantia. Combinai, pois com aquelas pessoas essas providências. Saudações, Gen. Setembrino. (Talões de minutas de telegramas, caixa 5544, AHEX, apud MACHADO, 2004, p. 324)

Machado nos informa que, neste caso, Setembrino estava se referindo aos rebeldes provenientes da região mais próximas à Lages, mas que o general determinou o mesmo procedimento para a região de Curitibanos, tornando-se usual ao longo dos anos de 1915 e 1916 (depois da retirada do grosso das tropas federais) que os rebeldes fossem levados até os coronéis da região para que estes atestassem (ou não) o comportamento pregresso dos caboclos (MACHADO, 2004, p. 325-326).

No contexto de generalização das degolas e execuções de rebeldes[116], a promessa de submissão aos coronéis significava a garantia da própria vida, reforçando assim o poder dos grandes proprietários de terra na região. Concordamos assim, com Paulo Machado para quem "*as formas de "apresentação" dos prisioneiros às autoridades locais converteram-se em passaportes para a criação, ou recriação, de situações de dependência e ampliação da patronagem*" (MACHADO, 2004: 326)

Por fim, gostaríamos de citar ainda outra iniciativa apresentada por dois expressivos representantes da classe dominante catarinense para dar um destino aos rebeldes aprisionados. Em junho de 1915, os deputados federais Lebon Regis (nosso já conhecido presidente da SCA) e Eugênio Muller (irmão de Lauro Müller) apresentaram um projeto para a construção de duas

---

[116] Maurício Vinhas de Queiroz denomina de "açougue" o período posterior à retirada das tropas federais. Realizavam-se verdadeiras caçadas a rebeldes escondidos (Cf. QUEIROZ, 1977, p. 243)

“estradas carroçáveis” ligando a Estação de Canoinhas aos municípios de Curitibanos e à Estação de Caçador. De acordo com o projeto, seriam utilizados na construção destas estradas, ex-fanáticos que, posteriormente, seriam assentados nas terras devolutas às suas margens (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1915 Vol. 6 - 15 a 30 de junho de 1915). O parecer emitido pela comissão de obras públicas da Câmara, em dezembro do mesmo ano, apresentou as justificativas para tal projeto:

> Depois da jugulação pela força do movimento armado, de modo a incutir no ânimo dos nossos ignaros e desvairados patrícios o respeito a autoridade constituída e as leis em vigor, é justo e oportuno que se cogite de meios brandos e protetores que os tragam de novo ao nosso convívio e amparo, despertando-lhes a simpatia e o interesse com o facultar-lhes trabalho e os meios de adquirirem a propriedade da terra, objeto principal das ambições modestas dos nossos sertanejos, a quem deve irritar a sua sorte de párias no meio das imensas solidões territoriais do nosso país. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1915, vol. 19 - 16 a 28 de dezembro de 1915)

O texto é claro: o objetivo da proposta é incutir no caboclo - uma vez mais ignorante - o respeito à autoridade constituída e às leis em vigor. O acesso à terra só poderia ser concebido após este verdadeiro trabalho pedagógico de aceitação das normas sobre as quais se assentava a dominação de classe.

5.7 - Hegemonia e contra-hegemonia no Contestado.

Retomando o fio da meada para apontar alguns elementos conclusivos, devemos perceber que toda a experiência religiosa/cultural dos caboclos formulada antes da guerra foi reforçada pelo impacto do conflito do Irani. A reelaboração mística vivenciada por estes caboclos pode ser encarada assim, como um período de elaboração política no sentido de reforçar o repúdio a tudo aquilo que poderia ser associado aos novos tempos republicanos. As novas práticas e normas sociais adotadas nos redutos achavam-se impregnadas de valores culturais construídos a partir da experiência material dos caboclos e, por isso, eram valores opostos à lógica de mercado que então se constituía na região. Guardavam, por isso, um significativo aspecto de retorno ao passado, justamente por isso identificado como *monarquia*.

Nos redutos a espera pelo retorno de José Maria era associada à instauração de uma nova sociedade que, contudo, já se antecipava a partir da adoção de um igualitarismo e da defesa da *monarquia* cabocla. Por isso, neste tempo foram reforçadas as convicções de recusa da dominação republicana e das diversas tentativas de disciplinarização e submissão à lógica do mercado

> A maioria dos sertanejos rebeldes compartilhava uma visão mística sobre o processo de construção de uma nova ordem social que convivia com uma nítida compreensão de que lutavam contra interesses dos ricos e poderosos, organizados em torno do Estado. (MACHADO, 2004, p. 295)

Para o caso do Contestado, a resistência cabocla ao processo "modernizador" esteve organizada a partir da atitude de completa negação do Estado Republicano e também na construção efetiva de outra ordem. Assim, mesmo que não tenham existido partidos (no sentido gramsciano do termo) entre os caboclos, foi possível para os *pelados* desenvolverem todo um processo de elaboração política que era utilizada como forma de convencimento para que outros caboclos aderissem ao projeto rebelde e que, neste sentido, era contra-hegemônico, pois disputava corações e mentes e almejava ser adotado por todos aqueles que aderissem à irmandade. Nesse sentido, não era um projeto fechado, do qual somente poderiam participar os eleitos previamente, porém um projeto a ser divulgado como modelo a ser seguido.

Por outro lado, pudemos identificar neste capítulo, um clamor das classes dominantes por soluções para o problema *fanático* que oscilavam entre a repressão explícita e a educação, sempre tida como forma de inculcar nos trabalhadores rurais os valores da civilização e da modernidade. Repetiam-se, assim as propostas ruralistas acerca dos *nacionais*:

> Se a indolência e a indisciplina eram tidos como atributos inerentes aos *nacionais*, urgia convencê-los a incorporarem-se ao processo produtivo, ao invés de permitir-se-lhes outra alternativa de reprodução, sobretudo nas zonas agrícolas menos dinâmicas. Violência e conhecimento, logo despontaram como os eixos ordenadores das falas acerca do tema (MENDONÇA, 1997, p. 85)

Já havíamos apontado que, no início do século XX, a intenção das frações catarinenenses e paranaenses da classe dominante agrária era incorporar o planalto serrano ao circuito da agricultura mercantil brasileira. Importante perceber que, no contexto da primeira guerra mundial, a interrupção da imigração européia colocava para essas frações, a alternativa da colonização de caboclos. Porém, no quadro que ficou reforçado com a Guerra do Contestado, isso

significava submeter os sobreviventes a rígidos padrões de controle e disciplina que impedissem o retorno da "desordem". As propostas de encaminhamento de ex-fanáticos para colônias já estabelecidas ou para construção de estradas, bem como o papel exercido pelos grandes proprietários em atestar o comportamento pregresso dos caboclos são fatos que caminham exatamente na direção dessa incorporação tutelada.

A imagem estereotipada do trabalhador rural se renovaria assim, no próprio processo da intervenção armada contribuindo decisivamente para consolidação da hegemonia capitalista. O estigma a que foram submetidos os caboclos que lutaram no Contestado e também aqueles que, mesmo sem a participação efetiva na Guerra, carregavam as características físicas do caboclo (em comparação com os europeus), após a guerra e até bem recentemente, podem ser encarados com as marcas mais perenes e cruéis desta violência simbólica[117].

Grupo de rebeldes do reduto de Antônio Tavares aprisionados pela Coluna de Leste, destacando-se a presença de mulheres e crianças Fonte: Setor de Iconografia do AHEx apud ROSA, 2008: 343

[117] O "Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina" elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e pelo Instituto Cepa e divulgado no ano de 2004 apontava a região do Oeste e do Planalto como as áreas mais críticas do Estado de Santa Catarina em termos de quantidade de habitantes abaixo da linha de pobreza estabelecida pelo IPEA. Dentre os municípios onde o número de pessoas com renda insuficiente é quase a metade da população local estão Calmon, Timbó Grande e Lebon Régis na região de Caçador; São Cristóvão do Sul e Ponte Alta na região de Curitibanos; Abdon Baptista na região de Campos Novos e Cerro Negro, Anita Garibaldi e São José do Cerrito na região de Lages. (Cf. http://www.adjorisc.com.br/jornais/obarrigaverde/noticias/index.phtml?id_conteudo=24599 acessado em 01/05/2009)

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Coerção e Consenso na formação do Estado Brasileiro.

Nosso objetivo com a tese que ora concluímos foi relacionar a construção do Estado na Primeira República e a Guerra do Contestado. Não se tratava, apenas de afirmar que o Estado Republicano se fortaleceu com a repressão aos caboclos do Contestado, mas de compreender a intervenção armada no Contestado, através da violência física estatizada, enquanto instrumento garantidor de uma determinada dominação de classe. Inserir assim, o conflito do Contestado em seu contexto mais amplo, no intuito não só de melhor compreender as razões da guerra sertaneja, mas de desvendar os processo de luta pelo controle do Estado, enquanto disputa de valores e representações, ou seja, o processo de construção de uma determinada hegemonia.

Sustentamos esta proposição no entendimento de que o contexto da emergência da República foi um período marcado por importantes transformações sociais e econômicas que, além de abrirem a possibilidade para os diversos projetos em disputa, colocavam, para as classes dominantes, novas tarefas no sentido da sua perpetuação e de sua intervenção sobre esta realidade em transformação. A vitória de Hermes da Fonseca nas eleições presidenciais de 1910 e a conjuntura imediatamente posterior, abriram uma brecha ainda mais evidente para que setores subordinados da classe dominante agrária encontrassem espaços políticos e institucionais para terem seus interesses atendidos e disputassem a direção do Estado nacionalmente.

O sucesso desta tentativa passava, de forma decisiva, pela ampliação da importância econômica da agricultura diversificada e voltada para o mercado interno, praticada nos estados não cafeicultores, dentre eles, Paraná e Santa Catarina. Colocava-se, desta forma, a necessidade de *modernizar a agricultura*, através da subordinação de seus objetivos à lógica do Capital: institucionalizar a propriedade privada, mecanizar e padronizar os métodos de produção e compelir o trabalhador rural a uma dependência cada vez maior do mercado. O *ruralismo brasileiro* foi a expressão ideológica e política desta modernização almejada.

Em Santa Catarina, tal projeto se materializou nas instituições e práticas agronômicas adotadas pelos diferentes governos e na estruturação dos serviços de *povoamento* e de *localização dos trabalhadores nacionais*, instituições da sociedade política destinadas a implementar propostas formuladas e organizadas fundamentalmente na Sociedade Nacional de Agricultura e na Sociedade Catarinense de Agricultura.

No início da década de 1910, uma região deste mesmo estado ainda figurava distante de tais intervenções: o Contestado. Novos interesses políticos e econômicos se instalaram nesta região com a chegada da *Brazil Railway Company*, acelerando as transformações nas relações sociais de trabalho e propriedade e definindo os contornos de uma efetiva expansão capitalista. Longe de se opor a esta expansão, as frações agrárias da classe dominante associaram seus interesses e pressupostos aos empreendimentos industriais e colonizadores da BRC.

Porém, no Contestado existia um conjunto de trabalhadores rurais completamente fora dos padrões desejados para a moderna agricultura e incompatíveis com os objetivos das empresas vinculadas à BRC: os caboclos. A liberdade e a autonomia características destes trabalhadores faziam parte dos elementos *arcaicos* que o ruralismo combatia (definidos enquanto elementos de desordem e anarquia). Subordinar e disciplinar o caboclo foram as tarefas assumidas pelos aparelhos repressivos do Estado. Tais tarefas seriam cumpridas com maior eficiência caso fosse possível para o Estado, impor e inculcar princípios duráveis capazes de naturalizar a divisão do mundo agrário entre *modernos produtores rurais* e *arcaicos caboclos serranos* (MENDONÇA, 1996, p. 125).

Em nosso entendimento, a Guerra do Contestado revelou exatamente o limite desta construção ideológica, no sentido de que foi possível naturalizar tal divisão apenas para a própria classe dominante e para outros segmentos subordinados, mas não para os caboclos que se recusaram a aceitar a destruição do seu modo de viver e, conseqüentemente, da sua cultura.

Estamos diante, portanto, de uma situação onde as classes dominantes tentaram estabelecer uma dominação sem construir canais de diálogo com os subalternos. Se, por um lado, havia a vantagem de não precisar incorporar nenhuma demanda destes segmentos, corria-se o risco de se ter uma impugnação da dominação como totalidade (BALSA, 2008, p. 10). Nos deteremos um pouco mais sobre esta afirmação antes de desdobrá-la.

Entendemos que a construção da hegemonia é a capacidade de determinadas classes ou frações de classe em tornar os seus valores específicos, partilhados pelas demais classes ou frações. A produção deste *consenso* é tanto mais eficaz quanto as classes subordinadas aceitarem e mesmo naturalizarem a dominação baseada nestes valores partilhados. O discurso dominante, no entanto, não parte do vazio, mas da ativação de algumas significações que estão no senso comum (BALSA, 2008, p. 9)[118].

Entendemos assim que a dominação hegemônica pode ser estabelecida a partir de algumas discursividades mais dialógicas do que outras. Nesse sentido, podemos pensar que a hegemonia ruralista em Santa Catarina na Primeira República se estabeleceu de forma "dialógica" em relação a diferentes segmentos de proprietários rurais (os imigrantes europeus, por exemplo) bem como em relação às variadas frações de classe localizadas nas cidades. Para estes grupos, fazia sentido - do ponto de vista do senso comum - a necessidade de implementação de políticas modernizadoras para a agricultura que, ao mesmo tempo, disciplinassem o caboclo serrano. Por outro lado, sobre os próprios caboclos, houve uma imposição praticamente "monológica", completamente descolada do senso comum, o que, por sua vez, dificultou sobremaneira a internalização do discurso da classe dominante, daí sua recusa tão completa (BALSA, 2008, p. 11).

Esta proposição nos remete a outra discussão: o processo histórico vivido pelos caboclos no contestado seria um caso de *inclusão forçada*[119]?

A expulsão dos posseiros e o impedimento do recurso às terras devolutas podem, certamente, ser pensadas enquanto exclusão das condições anteriores de existência, mas analisadas igualmente enquanto *inclusão forçada*, no sentido de que compeliam tais trabalhadores a buscar a sua sobrevivência no mercado. Da mesma forma, as propostas de incorporação tutelada que privilegiavam o imigrante, mas chegavam a considerar o caboclo (através do SPILTN, por exemplo) também podem ser vistas como situações com a mesma lógica, mormente se considerarmos as transformações que aceleraram o processo de

[118] Javier Balsa destaca ainda que o discurso dominante opera *desde* o senso comum, mas também *sobre* ele, modificando-o, no que seria a forma mais eficaz de consolidar uma dominação hegemônica (BALSA, 2008, p. 9)

[119] Virgínia Fontes defende que o processo de instauração e desenvolvimento capitalista não geraria *excluídos*, mas pessoas que "Expropriados da capacidade autônoma de sobrevivência e de parte do valor produzido pelo seu trabalho, mas incluídos em um processo mercantil e industrial que produzirá, ainda segundo Marx, as formas de pensamento para assegurar sua continuidade" (FONTES, 1997, p. 37)

mercantilização da vida social na região (estrada de ferro, serrarias, madeireiras, núcleos coloniais). Contudo, no Contestado, o processo de desregulamentação das condições anteriores de existência foi tão intenso que a resistência não foi apenas pontual, se generalizou, resultando numa recusa tão completa que só pôde ser superada pela guerra.

No entanto, esta atitude dos caboclos não ficou apenas na *recusa*, mas construiu uma nova ordem durante a guerra, onde os códigos morais e econômicos baseavam-se em outra ética: a monarquia sertaneja, o comunismo caboclo, o quadro santo, os Pares de França, a *liberdade*, as vilas-santas e os ensinamentos de São João Maria de respeito à natureza e ao próximo. Os caboclos almejaram que estes valores fossem hegemônicos, no sentido de torná-los aceitos e incorporados por um número cada vez maior de pessoas. O Estado Republicano respondeu com a intervenção armada.

Nessa efetiva luta de classes, o Estado foi responsável pela mobilização dos recursos para efetivar tanto a incorporação tutelada quanto o enfrentamento militar daqueles que resistiram mais decisivamente (violência física). Foi também um enunciador do discurso considerado legítimo - produzido na relação entre a sociedade civil e a sociedade política - agente, portanto, da violência simbólica que criava e naturalizava a divisão de mundo entre modernos e arcaicos, dando suporte para a incorporação ou a destruição do caboclo. A guerra acabou por reforçar esta violência simbólica no sentido de justificar o extermínio, a partir do caráter de loucura e fanatismo conferido aos caboclos rebelados.

Com base nestas reflexões, podemos afirmar ter sido a Guerra do Contestado um momento emblemático da constituição do capitalismo brasileiro, não só no sentido de que expôs seu caráter mais violento, mas também na certeza de que muitos acreditavam que um outro mundo é possível.

Fontes:

Arquivo Nacional:

- Fundo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (Diversos GIFI)
- Fundo Ministério da Viação e Obras Públicas (Diversos GIFI).

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

- Correspondência de diversos para o Governo do Estado de Santa Catarina e Secretaria Geral dos Negócios do Estado (1890 - 1917).
- Correspondência do Governo do Estado de Santa Catarina e Secretaria Geral dos Negócios do Estado para diversos (1890 - 1917).
- Correspondência entre o Ministério da Agricultura e o Palácio do Governo (1909-1915)
- Correspondência entre o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas e o Palácio do Governo de Santa Catarina (1902-1909)
- Relatórios da Secretaria Geral de Negócios do Estado ao Governo de Santa Catarina (1903-1918)
- Relatórios do Comissariado Geral das Terras do Estado – 1902; 1916; 1918.
- Pasta Vieira da Rosa
- Coletânea de Leis, Decretos-Leis e Decretos do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes à Agricultura e Pecuária no período de 1874-1963.

Biblioteca Nacional.

- Anais da Câmara dos Deputados (1915-1917).
- Jornal Diário da Tarde (1911, 1912 e 1914).
- Jornal O Trabalho.
- Revista A Casa do Lavrador. (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná)
- Revista Agrícola da Sociedade Catarinense de Agricultura.

Center for Research Libraries (www.crl.edu)

Mensagens Executivas:

- Presidente Afonso Pena (1907, 1908 e 1909)
- Presidente Nilo Peçanha (1910)
- Presidente Hermes da Fonseca (1911, 1912, 1913 e 1914)
- Presidente Venceslau Bráz (1915, 1916, 1917 e 1918)

Relatórios Ministeriais:

Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP):

- Ministro Lauro Müller (1903, 1904, 1905 e 1906)
- Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1907, 1908 e 1909)

Ministério da viação e Obras Públicas:

- Ministro Francisco Sá (1910)
- Ministro J. J. Seabra (1911)
- Ministro José Barboza Gonçalves (1912, 1913 e 1915)
- Ministro Tavares Lira (1915 e 1917)

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC):

- Ministro Rodolfo Miranda (1909 - 1910)
- Ministro Pedro de Toledo (1911, 1912 e 1913)
- Ministro Manoel de Queiroz Vieira (1914)
- Ministro José Rufino Bezerra Cavalcanti (1915, 1916 e 1917)

Mensagens de Governadores de Estado.

Santa Catarina:

- Governador Hercílio Luz (1895, 1896, 1897)
- Governador Felippe Schimidt (1899, 1900, 1901, 1902, 1916, 1917 e 1918)
- Governador Vidal Ramos (1903, 1904,1905, 1911, 1912, 1913, 1914)
- Governador (em exercício) Antônio Pereira da Silva e Oliveira (1906)
- Governador Gustavo Richard (1907, 1908, 1909 e 1910)
- Governador (em exercício) João Guimarães Pinho (1914 e 1915)

Paraná:

- Governador Francisco Xavier da Silva (1909, 1910, 1911 e 1912)
- Governador Carlos Cavalcanti (1913, 1914, 1915 e 1916)
- Governador Afonso Camargo (1917, 1918, 1919 e 1920)

Fundação Getúlio Vargas.

- Arquivo Venceslau Bráz.
- Fundo General Setembrino de Carvalho.

Bibliografia.

1. AURAS, Marli. *Poder Oligárquico catarinense: da guerra dos fanáticos à opção pelos pequenos.* Tese (doutorado) PUC-SP, Educação, 1991.
2. BANDEIRA, Joaquim José Pinto. "Notícia da Descoberta do Campo de Palmas." *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Terceira série, número 4. Rio de Janeiro, quarto trimestre de 1851.
3. BLACHA, Noemí Girbal & MENDONÇA, Sonia Regina de (orgs.) *Cuestiones agrarias en Argentina y Brasil.* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
4. BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas – sobre a teoria da ação.* 7ª edição, Campinas: Papirus, 2005.
5. BRANDT, Marlon. *Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização.* Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Desenvolvimento regional e urbano, Florianópolis, 2007.
6. BROGNOLI, Ivan. *Ensino Agrícola em Santa Catarina: da aula de agricultura prática às primeiras escolas (1875-1940).* Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 1998.
7. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado.* Florianópolis, Lunardelli, 1979,
8. CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)* São Paulo: Difel, 1983.
9. CARVALHO, José Murilo de. "Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador" *in:* FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, Tomo III, volume 2.
10. CARVALHO, José Murilo. "Os três povos da República" *in:* www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_povos_republica.pdf
11. CARVALHO, Tarcísio Motta. *"Nós não tem direito": costume e direito à terra no Contestado (1912/1916)* Niterói: Dissertação (mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense: [s.n.], 2002.
12. CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Contestado: o espaço camponês, tempo da propriedade privada.* Florianópolis: fundação Boiteux, 2003.
13. COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua história e influência no Sertão da Terra Firme.* Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
14. DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality - Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916.* 4. ed., Durham and London: Duke University Press, 2002
15. ESPIG, Marcia Janete & MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Guerra Santa Revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado.* Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 2008.

16. ESPIG, Márcia Janete. *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1915).* Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Historia, Porto Alegre, 2008.
17. FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981
18. FONTES, Virgínia . *Reflexões impertinentes – História e Capitalismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
19. FONTES, Virgínia. “Capitalismo, Exclusão e Inclusão Forçada” *in: Tempo.* Vol. 2 nº 3, 1997, pp.34-58.
20. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na ordem escravocrata.* São Paulo: Ática, 1974
21. GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário.* Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.
22. GAULD, Charles A. *Farquhar, o Último Titã: um empreendedor americano na América Latina.* São Paulo: Editora da Cultura, 2006.
23. GRAMSCI, Antonio. *Antologia.* 4ª edição, México: 1978.
24. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Vol. 1, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
25. GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História.* 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
26. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.* 5ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
27. GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Marcia Maria Menendes. (orgs.) *Campos em Disputa: história agrária e companhia.* São Paulo: Annablume, 2007.
28. JESUS, Samir Ribeiro. *Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do Planalto Serrano.* Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. História, Florianópolis, 1991.
29. LAZARIN, Katiuscia Maria. *Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003).* Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, 2005.
30. LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.* Petrópolis, Vozes: 1995.
31. LIMA, Francisco das Chagas. "Memória sobre o Descobrimento e Colônia de Guarapuava." *In: Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Tomo IV. Rio de Janeiro, 1842
32. MACHADO, Paulo Pinheiro, *Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)* Campinas: Editora da Unicamp, 2004

33. MACHADO, Paulo Pinheiro, *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916.* Campinas, SP, Unicamp, Tese de Doutorado em Históira, 2001.

34. MARINHO, Pedro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista (1874-1888).* UFF - PPGH, Niterói, 2008

35. MARX, Karl. "Cap. XXIV - A Assim Chamada Acumulação Primitiva de Capital." IN: *O Capital: crítica da economia política – Livro I.* 17ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

36. MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: subsídios para a história catarinense (1889-1930).* Florianópolis: Insular 1997.

37. MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: agências e agentes.* Niterói: Eduff/Vício de Leitura, 2005.

38. MENDONÇA, Sonia Regina de. "Estado e Sociedade" *in*: MATTOS, Marcelo Badaró (org) *História, Pensar e Fazer.* Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

39. MENDONÇA, Sonia Regina de. "Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania" *in: Tempo,* Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, 1996, p.94-125.

40. MENDONÇA, Sonia Regina de. "Grande Propriedade, grandes proprietários: Velhas Questões, Novas Abordagens (1890-1930)" *in:* SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República.* São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP, 2002, pp. 170-186.

41. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)* São Paulo: HUCITEC, 1997.

42. MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século, um estudo sobre o surto milenarista do Contestado.* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.

43. MOTTA, Marcia Maria Menendes & MENDONÇA, Sonia Regina de. "Continuidade nas rupturas: legislação e trabalhadores rurais no Brasil de inícios da República". *In: Pós: revista brasiliense de Pós-graduação em Ciências Sociais*. Brasília, ano VI, 2002, p. 129-149.

44. MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

45. NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

46. OLIVEIRA: Ricardo Costa. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.* Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

47. PEDROZA, Manoela da Silva. *Terra de resistência. Táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968).* Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

48. PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado.* Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995, 3 volumes.

49. PEREIRA, Walmir. *A Ferrovia São Paulo - Rio Grande e os índios Xokleng: relações interétnicas e modernidade no Brasil Meridional.* Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

50. PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

51. PIAZZA, Walter F. & HÜBENER, Laura M. *Santa Catarinan - História da gente.* 6ª edição rev. e ampl. - Florianópolis: Lunardelli, 2003.

52. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo.* Rio de Janeiro: Graal, 1980.

53. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de *O Messianismo no Brasil e no Mundo.* São Paulo: Dominus Editora/ Editora da USP, 1965.

54. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social (a guerra sertaneja do Contestado: 1912 – 1916).* 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

55. RAMOS, Jair de Souza. *O poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento nacional.* Niterói: Eduff, 2006.

56. RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado.* Dissertação (mestrado) Universdidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Historia, Florianópolis, 2001.

57. RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro.* Tese (doutorado). UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2008.

58. SEGA, Rafael Augustus. *A Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907).* Curitiba: Aos 4 Ventos/Ed. Cefet-Pr, 2005

59. SEYFERTH, Giralda. "Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização" *in:* MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

60. SILVA, Lígia Osório. "A apropriação territorial na Primeira República". *in:* SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República.* São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP, 2002, pp. 157-169.

61. SILVA, Marcio Antônio Both. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região das matas do Rio Grande do Sul (1899-1925)* Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2009.

62. SINGER, Paul. "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930)" *in História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930).* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 377-38

63. SOARES. J. O. Guerra em Sertões brasileiros. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

64. SOUZA, Fredericindo Marés de. *O Presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado.* Curitiba: Lítero-técnica, 1987.

65. SOUZA, Maria do Carmo Campelo. "O processo político-partidário na Primeira República" *in* MOTA, Carlos G. *Brasil em Perspectiva* 16ª edição, São Paulo: Difel, 1988.
66. STECA, Lucinéia C. & FLORES, Mariléia D. *História do Paraná - do século XVI à década de 50.* Londrina: Eduel, 2002.
67. THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: história da ferrovia no Contestado*. Segunda edição, Florianópolis: Lunardelli, 1983.
68. THOMÉ, Nilson. *Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado.* Florianópolis: Insular, 1999.
69. THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
70. THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos.* Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001,
71. TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *"O pessoal da Lumber"! Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina (1910-1929).* Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Historia, 2006.
72. TONON, Eloy. *Os monges do Contestado: permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo.* Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.
73. VALENTINI, Delmir *Atividades da Brazil Railway no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916).* Tese (doutorado) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2009.
74. VALENTINI, Delmir José. *Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado*. 2ª edição, Caçador: Universidade do Contestado – Unc, 2000.
75. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
76. WACHOWICZ. Ruy. *História do Paraná.* 9ª edição, Curitiba: Imprensar Oficial do Paraná, 2000.
77. WOITOWICZ, Karina Janz. *Imagens dos sertanejos da Guerra do Contestado nas páginas da imprensa. Nuances da produção de sentido nos discursos jornalísticos do Diário da Tarde (Curitiba/PR, 1912-1916).* XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003
78. WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.